

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 23/2022
De 22 de novembro a 05 de dezembro de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

.....

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kastrup)	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
xx	Collage (a partir dos textos dos Cadernos Cris) - <i>Santiago Alcázar</i>	
Xx	Uma ladainha sem fim e uma pequena história exemplar - <i>José Luís Fiori</i>	
xx	UN CDH- Armando De Negri Filho	
xx	Ano novo à vista, problemas antigos em foco -, <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>	
XX	Acordo sobre pandemias: Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências - <i>Deisy Ventura, Eduardo Carmo, Francisco Viegas, Gerson Penna, Henrique Menezes, Luiz Galvão, Leandro Viegas, Luana Bermudez, Paula Reges e Paulo Buss</i>	
xx	Retrospectiva de 2022 e perspectivas para 2023 em Ambiente e Saúde - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
xx	Com um mundo do trabalho cada vez mais contraditório e injusto, a centenária OIT busca ocupar novos espaços e renova o seu discurso - <i>René Mendes</i>	
XX	Oferta de proteção social 2.0 do PNUD: governança, resiliência e sustentabilidade ambiental - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
xx	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
Xx	Violências, Racismo e Acesso à Cuidados de Saúde: desafios recorrentes para mulheres e crianças - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
xx	Desafios e esperanças dos sistemas alimentares no mundo e no Brasil para a vida humana e planetária - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell</i>	
xx	Patrimônio, Educação e Saúde: as discussões da UNESCO em 2022 - <i>Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues</i>	
xx	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
xx	Propriedade Intelectual e Produtos Seguros: Informe sobre a OMC, OMPI e UNCTAD- - <i>Claudia Chamas</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
xx	Sociedade civil global I - <i>Ana Carol Aldapi Vaquera, Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice de Jesus Alves</i>	

Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Rosa Castália F. Ribeiro Soares e Luis Eugênio de Souza

- 109 Nosso futuro é público! Com liderança estatal, fundamentado em direitos humanos, justiça social, tributária, fiscal e ambiental - *Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 135 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 143 De Elmau a Bali, terminam as presidências da Alemanha e da Indonésia no G7 e G20 – resultados dentro do contexto, mas muito aquém do necessário - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- XX Avanços na Declaração de Bali do G20 sobre o Desafio Global da Governança de Dados da Saúde das Pessoas - *Angélica Baptista Silva*
- xxx O que há de comum entre os candidatos a novos membros do grupo e parcerias de Argentina com Rússia, Índia e China para acessar medicamentos e vacinas - *Claudia Hoirisch*
- xxx Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- Xxx Reunião de Ministros da CELAC na Argentina: abrindo uma janela de oportunidades para a Diplomacia em Saúde – *Sebastian Tobar e Paulo Buss*
- xxx O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- xxx A guerra na Europa, que aprofunda sua dependência e esvazia a agenda da saúde - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freir*
- xxx Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023 - *Lúcia Marques*
- xxx Simplicidade demais, às vezes ingenuidade - *André Costa Lobato*
- xxx Estados Unidos: Saúde global e diplomacia da saúde – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - xxx

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - xxx

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – xxx

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 23/2022 – 22 de novembro a 5 de dezembro

Apresentação

Chegamos ao último Caderno CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde de 2022. A conjuntura global na quinzena está marcada pelo tema ambiental, com a COP27 do Clima e COP15 da Biodiversidade, e pela reunião do G20, o grupo das vinte maiores economias do mundo. Em todos três eventos políticos de alto nível o tema da saúde esteve presente de forma marcante. Ademais, deve-se destacar a reunião do Órgão Intergovernamental Negociador sobre Pandemia e reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), em debate na OMS, que discute o *draft zero*.

Na América Latina, o cenário está marcado pelas reuniões em série (e sem coordenação) de ministros da saúde da CELAC, Mercosul, Organismo Andino da Saúde e Comisca (América Central), que ocorreram praticamente sobrepostos em três dias da semana que findou. A Cúpula do Mercosul ocorre num clima de ameaça de ruptura ou forte estremecimento do grupo, pelas medidas unilaterais do Uruguai quanto a acordos comerciais, ironicamente na conjuntura da sua presidência *pro tempore*.

Nossa capa traz elementos destes macro eventos políticos, com dois maravilhosos trabalhos dos grafiteiros de rua **Os Gêmeos**, intitulados ‘Um mundo mais sustentável’ e ‘Esperança’, em exposição no CCBB do Rio de Janeiro, que resumem o sentimento dominante no grupo do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS, responsável pela elaboração dos mais de sessenta Cadernos elaborados desde março de 2020.

No Brasil, avançam as tratativas internacionais, com iniciativas que indicam que ‘o Brasil está de volta’ ao cenário político global, como sinalizava o presidente Lula na sua histórica fala na noite da promulgação dos resultados das eleições.

Santiago

Fiori

CDH

Na **OMS**, na primeira semana de dezembro aconteceu a terceira reunião do INB (Intergovernmental Negotiating Body - INB3). Nesta reunião, o INB considerou o [Projeto Conceitual Zero](#) do instrumento, desenvolvido pelo Bureau do INB após ampla consulta, e discutiu o caminho a seguir, incluindo o desenvolvimento de um Projeto Zero do instrumento e o estabelecimento de modalidades de grupo de redação. **Reges, Bermudez e Galvão** sinalizam que logo na primeira sessão, o posicionamento do Brasil pautou a melhoria do documento-rascunho apresentado e reforçou que a equidade deve ser uma prioridade clara, a ser tratada de forma transversal. Houve ainda expressão do apoio à inclusão da recuperação dos sistemas de saúde e às menções que envolvam propriedade intelectual. Ademais, nesta última quinzena a OMS atualizou o nome pareado para monkeypox, agora passando pelo processo de transição para Mpox. Financiamento de sistemas de saúde como ponto chave para a reconstrução resiliente segue sendo pautada. Houve o lançamento do informe de um ano das atividades do

Conselho de Economia da Saúde para Todos e o evento do Banco Mundial em conjunto com o Centro de Saúde Global do Graduate Institute, em Genebra, para refletir sobretudo sobre prevenção, preparação e resposta à pandemias.

Trazemos neste Caderno a Nota Técnica número 2 do **Grupo de Trabalho FIOCRUZ-USP sobre o Tratado sobre Pandemias e Reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)**, que analisa o projeto conceitual preliminar (*conceptual zero draft*) do novo acordo internacional sobre pandemias que será submetido à consideração do Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN) em sua terceira reunião (OMS, Genebra, 5-7/12/2022). Construída a partir de chamada à contribuição dos membros do GT, a nota oferece uma introdução que contextualiza o projeto, e seções que abordam a necessidade de definir de imediato a natureza jurídica do instrumento, sob a forma de uma convenção da OMS; a possível extensão do seu alcance, para além das doenças infecciosas, reforçando seus componentes ambientais; o aperfeiçoamento de disposições do preâmbulo, e de regras sobre a participação social na resposta às pandemias, o acesso a tecnologias de saúde e a propriedade intelectual. O eixo comum entre os comentários e propostas apresentados nesta nota é a busca da redução das iniquidades em saúde que se verificam antes, durante e depois das pandemias, e comprometem de modo decisivo as capacidades de resposta. Nas considerações finais, destaca o necessário incremento da liderança brasileira nas negociações do novo acordo, retomando o papel tradicional construtivo, embora crítico, do Brasil nas agendas da saúde global, a fim de construir consensos em prol dos interesses do Sul.

Magalhães e Galvão, do *cluster* de **ambiente e saúde** do Observatório, recordam-nos que a pandemia exacerbou desigualdades pré-existentes, ao mesmo tempo que foi alimentada por elas. Já se disse que as conquistas dos ODS retrocederam em anos, e o cenário continua caótico. Não há um caminho claro sobre como recuperar o status anterior e avançar. 2022 foi o ano de retomar os acordos ambientais adiados pela pandemia e traçar metas. Os relatórios do IPCC sobre os impactos do clima mostraram a urgência, porém as respostas, embora tenham avançado, ainda estão aquém do necessário. A biodiversidade, que é parte da solução climática, encaminha-se para a sexta extinção em massa - o novo *Global Biodiversity Framework* chega em momento de emergência. De todas as crises, a mais difícil é o silêncio da poluição que nos afeta cronicamente e diariamente. A guerra na Ucrânia vem desviando as atenções e financiamento do que é imprescindível para a nossa sobrevivência e do planeta. O caminho não está perdido porque temos as soluções necessárias e os custos para uma economia de baixo carbono não difere muito do atual, basta engajamento político – os próximos anos requerem muita ação.

Rene Mendes assina artigo dedicado a analisar o direcionamento político e programático da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** nos últimos anos, com foco mais detalhado no biênio 2021-2022. As fontes do estudo analítico são os documentos oficiais da OIT, iniciando pelo “Plano Estratégico de Trabalho para 2022-2025”; as resoluções das Conferências Internacionais do Trabalho de 2021 e 2022 (que habitualmente ocorrem em junho de cada ano) e os discursos mais explícitos no processo de transição entre o antigo e o novo Diretor Geral da Organização, empossado em 30 de setembro de 2022. Destaque é dado à Resolução I, aprovada na 110ª Conferência Internacional do Trabalho, que manda adicionar a Saúde e Segurança dos Trabalhadores aos Princípios Fundamentais do Trabalho (5º princípio).

O informe produzido por **Martins e Paes-de-Sousa** aborda a nova proposta conceitual de proteção social do **PNUD**, denominada “oferta de proteção social 2.0”, que propõe a inauguração de um novo contrato social de igualdade, de oportunidades e de respeito aos direitos humanos. O PNUD aborda a proteção social através de três áreas temáticas em que

atua: Governança responsiva e responsável; Fortalecimento da resiliência; e Sustentabilidade ambiental. O relatório explora os elementos constituintes desta nova oferta e ambições do PNUD para sua implementação.

O grupo sobre **migrações, refúgio e saúde** destaca o apelo do **ACNUR** e da **OIM** para um plano regional estimado em US\$ 1,72 bilhão visando apoiar as necessidades ininterruptas de refugiados e migrantes venezuelanos na América Latina e Caribe. O ACNUR também lançou um grave alerta sobre a relação entre o aumento da fome, deslocamentos forçados e a violência sexual e de gênero em diversos pontos do mundo. Adiante, sublinha o Dia da Cobertura Universal de Saúde, 12 de dezembro, cuja campanha de 2022 da OMS se dá em um contexto crítico de recuperação da pandemia, deslocamentos forçados e aumento do custo de vida. Por fim, destaca o alerta de Médicos sem Fronteiras sobre o surto de cólera na Síria, que afeta especialmente aqueles em deslocamento e/ou vítimas de conflitos armados.

A **Saúde da Mulher Criança e Adolescente** é tratada por **Massari, Gomes e Carvalho**, atualizando o leitor sobre a **ONU Mulheres**, que aborda o ‘Assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero: melhorando os dados para melhorar as respostas ao feminicídio’; a **OMS**, sobre ‘O que funciona para prevenir a violência online contra crianças?’; o **UNICEF**, com três temas: ‘O Impacto do Racismo e Discriminação Contra Crianças’; ‘Prevenção e tratamento do HIV para crianças, mulheres grávidas e adolescentes: poucos avanços nos últimos anos’; e ‘Alerta para a Cólera: propagação preocupante da doença mortal’. Do **The Lancet** analisa ‘Importância da Atividade Física em Crianças e Adolescentes’. São todos temas candentes de interesse da saúde pública e dos profissionais da área, que o Caderno 23 oferece para a atualização dos leitores.

No campo da **Segurança Alimentar e Nutricional**, o informe de **Nilson, Oliveira -e -Silva e Ells** busca compartilhar desafios e esperanças que a humanidade deve enfrentar sobre os sistemas alimentares hegemônicos que tem promovido desigualdades econômicas e sociais ao planeta e seus habitantes. Procura reunir diversos aspectos apresentados em vários informes ao longo deste ano, com a introdução de uma nova conjuntura governamental brasileira que pode inserir o país como protagonista de ações de promoção de direitos que transformem os sistemas alimentares e gerem saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão.

IFIs

Na 12ª Conferência Ministerial da **Organização Mundial do Comércio** ocorrida em junho passado, houve Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, que diz respeito às limitações do direito de exclusiva das patentes de vacinas contra a Covid-19. A decisão sobre possível extensão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e medicamentos no combate à enfermidade deve ser tomada até 17 de dezembro. Até o momento, não há relato de consenso nas reuniões do Conselho de TRIPS. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** lançou o relatório *World Intellectual Property Indicators*, que traz evidências sobre os depósitos de propriedade intelectual. Os registros permaneceram elevados durante o auge da pandemia da Covid-19 em 2020 e dispararam em 2021, contrariando a tendência de recessões econômicas anteriores. A **UNCTAD** destaca que consumidores têm direito a produtos seguros, mas esse direito está constantemente ameaçado. Na Europa, produtos sem segurança adequada causam perdas estimadas em US\$ 34,4 bilhões por ano. Acidentes e perdas pelas mesmas razões ocorrem nos países em desenvolvimento. Tudo isso analisado pela visão de **Cláudia Chamas**, especialista da Fiocruz.

O ano de 2022 marcou o ingresso da Casa de Oswaldo Cruz no Observatório do CRIS, por meio de seus analistas **Gaspar, Sanglar e Rodrigues**, se propondo a trazer informações que conectassem **Saúde, Cultura e Educação**, procurando discutir temas que tivessem relação com as atividades da unidade e que contribuíssem para refletir sobre saúde. Este último relatório pretende chamar atenção para os desafios vindouros, onde o tema das tragédias humanitárias – pandemia e guerra – impacta na educação de jovens ao redor do mundo.

O artigo do grupo sobre **Sociedade Civil Global**, liderado por **Luís Eugênio de Sousa**, informa que nesta quinzena foram registradas manifestações de 30 organizações da sociedade civil (OSC), das quais 24 de interesse público e seis de interesse privado. De forma significativa, a crise climática e seus efeitos na saúde foram os temas mais comentados pelas OSC. A fome e a insegurança alimentar foram também bastante mencionadas, assim como as doenças infecciosas, em geral, e a Covid-19, em particular. No caso das OSC de interesse privado, outros dois temas se destacaram: a saúde mental e as oportunidades de financiamento de pesquisas e projetos de inovação.

Merece destaque ainda a realização de três importantes encontros ocorridos no período: o encontro anual da **IANPHI**, o congresso da **ALASAG** e o Encontro para a Transformação e Descolonização dos Sistemas de Saúde da América Latina, organizado pelo **Movimento pela Saúde dos Povos**. Ademais, chama a atenção a escassez de manifestações referentes à preparação e resposta a emergências, quando se discute o tratado pandêmico no âmbito do INB/OMS. Também causa espécie a relativa escassez de publicações sobre guerras, conflitos e migrações, problemas graves e persistentes. Enfim, a sociedade civil não parou de atuar, mas, a cada momento, fatores de várias ordens fazem com que certos temas sejam priorizados e outros, negligenciados

Ao longo deste ano de 2022, os informes sobre a **Sociedade Civil defensora dos interesses públicos em saúde**, elaborados por **De Negri Filho**, trataram de construir um painel relacional entre ideias força – conceitos e abordagens metodológicas, capazes de orientar as transformações necessárias e, suas expressões na forma de ações políticas, identificáveis na forma de conflitos. Como consequência, certos objetos ou temas em disputa aparecem e ganham maior relevância. Em 2022, ganhou ainda maior importância a disputa sempre presente entre a sustentação do conceito e do espaço do ‘público’ e o processo de ‘privatização’ das decisões e do rumo das reconstruções inadiáveis, em um ambiente de múltiplas crises, sendo a crise sanitária – pandemia a que tornou muito mais evidente os efeitos de desigualdades crescentes como causas e consequências no marco da hegemonia neoliberal. Nesta perspectiva há um objeto de disputa permanente e que tece as relações entre democracia política e justiça social, onde as ações políticas estruturadas pela sociedade civil defensora dos interesses públicos busca uma condição de maior incidência nas decisões que afetam o rumo das sociedades, dos governos e dos estados no âmbito nacional e mundial. A busca, nem sempre clara, de um projeto de poder que sustente uma hegemonia alternativa.

Neste sentido, o esforço de explicitar onde e como se configuram os interesses públicos – os bens comuns, a capacidade de distribuir e redistribuir constantemente as riquezas produzidas, ganha especial materialidade e relevância nos debates sobre a saúde nas e entre as nações e os povos que as constituem. Daí deriva, no caso da saúde, a relevância da incidência nas políticas públicas e seus sistemas de aplicação como a materialidade de uma democracia capaz de produzir justiça social e ambiental, mediante transformações das matrizes tributárias e fiscais para a sustentabilidade produtiva e (re)distributiva dos sistemas e serviços públicos e o efetivo contraponto à financeirização e mercantilização das políticas sociais e seus sistemas e

serviços. Para tanto, é essencial tornar viável as alternativas públicas, especialmente as de caráter estatal de orientação redistributiva, mediante uma universalização sem condicionantes, que se materialize como contraponto à privatização por sua própria efetividade.

Com esta perspectiva o analista convida novamente a examinar o alcance das formulações e as ações dos movimentos e organizações da sociedade civil com expressão global em duas áreas de relevância estratégica: 1) Em torno às negociações do novo tratado pandêmico, com um olhar crítico pautado pela necessidade de justiça fiscal e as ações institucionais para alcançá-la, ação consubstanciada na pesquisa realizada pelo G2H2; e 2) A realização do congresso “Nosso futuro é Público!” (Santiago do Chile, 29/11 a 02/12), cujas formulações desde o Manifesto Político “Nosso futuro é Público” merecem ser conhecidas, difundidas e transformar-se em ações coordenadas mundialmente.

No último informe do ano, **Ungerer** faz um sumário das atividades e eventos mais importantes do **UNOSSC, G-77 e MNA** em 2022. Considerando que o tema central foram os desafios e oportunidades para responder e ajudar na recuperação da pandemia do Covid-19, o evento mais importante do **UNOSSC** foi a GSSD Expo 2022. Mas também estiveram presente em todas as reuniões de alto-nível da ONU, sempre apoiando a cooperação Sul-Sul e triangular e destacando o compromisso de apoiar os países para acelerar os resultados de todos os ODS.

Durante todo o ano, o **G-77** emitiu declarações contundentes e, desde o início da pandemia, não perde a oportunidade de ressaltar a crise tripla que o mundo enfrenta: a pandemia do Covid-19, a desaceleração econômica e as mudanças climáticas. Há mais de 40 anos, o G-77 têm contribuído para o avanço dos objetivos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento e o Grupo tem liderado ideias e abordagens inovadoras para a cooperação e recuperação econômica internacional. Nestas últimas semanas de trabalho, dedicou-se a discutir o orçamento-programa da ONU para 2023, projetos de melhoramentos, gestão e auditoria.

Com o advento da pandemia do Covid-19, o **MNA** desempenhou um papel fundamental na mobilização e fortalecimento dos esforços globais para lidar com o impacto da pandemia e seguem empenhados em defender a paz, a integridade territorial e a segurança dos países contra a agressão, ocupação, dominação, interferência estrangeira. Uma das iniciativas mais importantes do MNA no último ano, foi o estabelecimento da Rede Jovem dos não alinhados, como forma de renovar o movimento.

E finalmente, o **Centro Sul** apresentou um documento de pesquisa para discutir as patentes de produtos farmacêuticos, outro sobre a saúde única e destacou o Manifesto de Muscat sobre a resistência antimicrobiana.

No **G7, G20, OCDE**, o grupo de pesquisadores liderados por **Burger e Esteves** apresenta o que considera os destaques do ano de 2022. No **G7**, a retrospectiva de 2022, sob a presidência alemã, inclui a Cúpula de Elmau e a despriorização do tema da saúde global das mesas de negociação. O destaque da última quinzena: a implantação do teto dos preços dos barris de petróleo russos. No **G20**, com a Presidência da Indonésia do G20, ficam como legado iniciativas da área da saúde. Diante do conflito na Ucrânia, poucos foram os avanços alcançados em outras esferas, devido a discordâncias entre Ocidente e Oriente. Em meio a esse cenário desafiador, a Índia assume a direção e define como pontos-chave da agenda a cooperação, a participação popular e a sustentabilidade, em um primeiro momento. Na **OCDE**, são destaques o encontro de ministros da OCDE e seu reforço no compromisso com a democracia, a publicação de documentos de atualizações sobre receita fiscal e sobre financiamento multilateral para o desenvolvimento, além de projeções econômicas dos impactos do conflito russo-ucraniano na

economia global. São ressaltadas também algumas iniciativas sobre a temática da saúde promovidas pela organização intergovernamental ao longo do ano de 2022, além do processo de adesão do Brasil ao grupo.

Para **Hoirisch**, os países do BRICS vêm cooperando em P&D, na distribuição de vacinas, saúde global e implementação dos ODS. O assunto que chamou mais atenção na 14ª Cúpula foi o da ampliação dos BRICS. O que une os candidatos acima de tudo é a posse de enormes recursos naturais. A Argentina mantém diversas parcerias com a Rússia, Índia e China (RIC) e isso pode ter facilitado o apoio desses países para que ela ingresse no BRICS. Seu ingresso no grupo fortalecerá a relação com o Brasil, com quem tem laços históricos de amizade e cooperação, e dará uma nova dinâmica à política externa dos dois países no âmbito da América do Sul. É preciso encontrar um melhor equilíbrio para o grupo e a Argentina se apresenta como o candidato ideal, do ponto de vista brasileiro. Da mesma forma, o BRICS deveria ter mais um ou dois países africanos como membros. A maioria das cooperações em saúde e C&T dos países do BRICS tem sido bi, tri ou quadrilaterais. Isso pode ser explicado pelo fato de ou faltarem competências (ou competências complementares) a alguns países do grupo em determinadas áreas para o estabelecimento de parcerias ou pelo fato de alguns membros do BRICS estarem se evitando por motivos conflituosos (Índia e China; EUA vs. China (Taiwan) e a guerra em curso entre EUA/OTAN e a Rússia, em solo ucraniano). Tudo indica que o Brasil com Lula reaquecerá as relações com a China e irá ajudar a negociar o fim da guerra EUA/OTAN vs. Rússia, injetando mais gás no grupo.

Este Caderno 23 traz uma longa e completa análise da saúde global e diplomacia da saúde na **América Latina**, em processo conduzido por **Tobar e Minayo**. O informe inicia com um panorama do ano de 2022 na região. Em seguida, destacam-se importantes publicações da **CEPAL** e, principalmente, o Relatório do Panorama Social da América Latina e do Caribe de 2022. No âmbito da **SEGIB**, sinaliza que teve lugar um encontro de ministros da educação que concordaram colaborar com as Nações Unidas na área da Transformação da Educação. Na **ORAS-CONHU** a da secretária executiva foi reeleita, ocorreu a Reunião do Comitê Andino de Saúde para Gestão de Riscos e Emergências Climáticas e a XL Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina.

Nesta última edição do ano o informe conta com importantes contribuições: o artigo sobre a *Reunião de Ministros da CELAC na Argentina: abrindo uma janela de oportunidades para a Diplomacia em Saúde*, de **Tobar e Buss**; o artigo sobre a Reunião de Ministros de Saúde e Estados associados de **Juan Carlos Coronel**, o artigo da *XL Reunião de Ministros de Saúde da região andina* de **Calle-Dávila, Mallqui-Osorio Eyzaguirre** e, por fim, o artigo sobre o *Sistema Mesoamericano de saúde pública*, de **Guerra Carpio e Morales Urbina**.

Na **África**, reportam **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**, os líderes africanos se mantêm firmes na motivação de uma industrialização coerente e na forte ligação entre capacidade produtiva industrial, crescimento económico e nível de desenvolvimento. Os autores destacam a realização da 43ª de Conselho de Ministros do COMESA sobre mecanismos de eliminação de obstáculos ao Acordo Tripartido da Área de Livre Comércio. O COMESA realiza conferência proteção de crianças afetadas por conflitos armados. SADC intensifica ações para consolidação da paz e segurança na região. A CPLP procedeu à revisão do seu Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS, 2023-2026).

Na **Europa**, informa-nos **Freire**, o balanço de 2022 traz assuntos diversos como emergências sanitárias e climáticas, guerra, crise energética e ascensão da extrema direita,

como destaques do ano no continente europeu. A guerra impõe sérios desafios ao continente e esvazia agendas importantes como a saúde, que viu um tímido avanço da União Europeia da Saúde. Os desafios do continente, tendem a se aprofundar em 2023. A eleição estadunidense de 2024 é fundamental para o futuro da União Europeia.

Neste último informe de 2022, **Marques** faz um retrospecto analítico dos acontecimentos do ano, e seus desdobramentos na **Ásia e no Oriente Médio**, que configuram cenários e sinalizam trajetórias para 2023. Podemos acompanhar que a disputa pelo protagonismo no cenário mundial tem se deslocado para a Ásia e observar que o Sul Global começa a criar capacidade para ter poder para definir agenda no debate internacional. Não será um caminho fácil. Nem rápido. Nem linear. Haverá incertezas e divergências. Outros interesses poderão fazer parte do jogo, como as disputas cibernéticas e a nova corrida espacial. Mas já foi dada a largada e não tem mais volta. E o papel do **Brasil**, no âmbito do G20 e BRICS, será crucial no estabelecimento desse novo mundo multipolar, mais equitativo e sustentável, e no estabelecimento de pautas cruciais para o mundo em desenvolvimento. O Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências, como apontou o GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (Fiocruz/USP) em nota técnica apresentada neste Caderno 23.

EUA

Na **China**, nova circular indica 20 pontos para a otimização da resposta sanitária chinesa ao Sars-cov-2, informa-nos **Lobato**. As medidas, sacramentadas em uma reunião presidida por Xi Jinping, visam coibir exageros de autoridades e adaptar as políticas às mudanças do comportamento do vírus e da doença. As normas têm subsidiado as reações populares contra os exageros do controle sanitário. Curiosamente, parte da imprensa internacional trata os protestos como de oposição ao presidente Xi. Faz lembrar a frase de Jiang Zemin, falecido dia 30, que, no período de devolução de Hong Kong, disse à imprensa: “[vocês] são simples demais, às vezes ingênuos”. Ainda nas últimas duas semanas, o presidente cubano visita a China a convite de Xi Jinping e a presidente de Taiwan renuncia após derrota em eleição marcada por seu antagonismo ao continente chinês.

FINAL EM ELABORAÇÃO

Rio de Janeiro, Manguinhos, 06 de dezembro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Collage (a partir dos textos dos Cadernos Cris)

Santiago Alcázar



Na apresentação para o primeiro Caderno Cris deste ano, Paulo Buss comentava que havia uma expectativa generalizada de que no final de 2021 e início de 2022 chegasse a esperada retração da pandemia. *A emergência da nova variante Ômicrom, no entanto, deu novo gás à pandemia e nos distanciou da luz do fim do túnel pela qual todos ansiávamos. O que se apresenta, por enquanto, como o mais gritante desafio para 2022, é superar a pandemia e a imensa desigualdade socioeconômica e sanitária existente, buscar uma recuperação social e econômica em bases verdadeiramente mais equitativas e estabelecer relações definitivamente mais sustentáveis e amigáveis com o planeta.*

Claudia Chamas, recordando os desafios do terceiro ano da pandemia, Lúcia Marques recorrendo ao maori para dizer *me mahi tahi tatou u mo te oranga katoa*, palavras que dariam partida para as negociações em torno ao acordo do tratado pandêmico, Paulo Buss, considerando que *diante da gravidade da situação, estabelecer uma proposta de tratado, com duração de mais de dois anos, é sinal de incompetência ou irresponsabilidade* – dariam sentido à celebração do fracasso geral ao som da partitura do SG.

O número 2, que não é o do lateral esquerdo da seleção, traz a Ucrânia nas palavras de Paulo Buss, *um teatro de operações em que todos querem ganhar adeptos e sair bem na foto, com uma troca intensa de visitas, promessas não cumpridas e blefes*. Ana Helena Gigliotti de Luna Freire retoma o tema com *Na Europa, Ucrânia tensionada e ameaçada* e José Luís Fiori pergunta *No final deste túnel, existe uma nova era?* O que parece preocupante, pois o piloto, o copiloto e o passageiro acusam-se mutuamente pelo desastre. De quem é a culpa? Hélio Heler recorda a Agenda internacional da água.

No início de março, Pedro Burger, Paulo Esteves, Thainy Medeiros Cury, Viniciu Rolan e Júlia A.M. Abbud Ribeiro observam o silêncio do G-20, diante da invasão da Ucrânia, como num quadro de De Chirico, e ainda comentam sobre a imposição de sanções à Rússia por parte da OCDE e o G-7. Denise Oliveira e Silva, certamente indignada pergunta Até quando as heroínas e os heróis da resistência de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis continuarão alimentando o mundo? Ao som da *Pavana para a morte da razão*, que Maurice Ravel nunca escreveu nem leu o *pequeno diário de bordo da crise na Ucrânia com comentários de marujo do navio à deriva*. Talvez por isso, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard nos lembram que *Precisamos falar sobre cultura e saúde*, e têm razão

Em meados de março, *sem novidades no front*, como no livro de Erich Maria Remarque. *Dessa trincheira da Saúde Global temos revelado, ao longo dos últimos 2 anos, como agora nas guerras, também o fracasso do enfrentamento da pandemia pelo sistema multilateral - tão bem representado pelo apartheid das vacinas ou a ausência de respostas intersetoriais diante uma pandemia de flagrante origem multicausal. Devido em grande parte ao que se repete agora com a invisibilidade política dos povos do Sul em conflito: a omissão dos países ricos em praticar políticas solidárias que contribuam para a solução dos problemas globais pelo sistema multilateral*, enquanto Denise Oliveira e Silva anuncia *Ao vencedor as batatas*, que deixaria preocupado o carnívoro convidado para o jantar que lhe fizeram os herbívoros.

Fim de março e o mundo despedaçado, pela guerra na Ucrânia visível e pelas invisíveis, ignoradas e mais letais guerras do Sul Global, eivadas do mais sórdido racismo. Claudia Hoirisch e os novos justiceiros: lançamento do Cetro BRICS de P&D de vacinas e a guerra Rússia vs. EUA/OTAN, no meio de resoluções, abstenções e outras considerações.

Veio abril e vimos o *cenário global em retalhos: Fragmentos que conformam as crises e convocam a sociedade civil*, apresentado por Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza. *Enquanto isso, no Planeta Terra*, a globalização, ferida de morte ou agonizante, prepara algum retorno triunfal? *Contraditória, favorecendo os países ricos e os ricos de todos os países – embora sempre praticando a retórica do win-win process – está ameaçada de ser eliminada enquanto padrão de relações preferido no discurso dos mais ricos que pretendem ditar os rumos da humanidade, segundo seus próprios interesses?*

Final de abril era tempo de voltar e André Costa Lobato chamou a atenção para o retorno dos astronautas para o mundo pandêmico. Terão encontrado com o motorneiro e descoberto a pólvora.

Em maio, o *mês quente da Diplomacia em Saúde: o que está por vir?*, segundo Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez, enquanto Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Souza anunciam o *Fim de um ciclo e perspectivas de novos direcionamentos do PNUD*. Por isso, Paulo Buss e Pedro Burger dizem que *o mundo vive uma crise multidimensional, política, social, econômica, ambiental, sanitária e ética, que foi agravada pela emergência da pandemia por Covid-19²*. *Este é o cerne diagnóstico da saúde global e suas complexidades. Se a diplomacia em geral, incluindo o multilateralismo global, é a melhor ferramenta para enfrentar e sanar esta crise multidimensional, a diplomacia da saúde tem o mesmo objetivo quanto às questões de saúde global e os impactos da crise ampla sobre a saúde humana e planetária.*

9 é a camisa do centroavante goleador, mas *em meio à crise climática, as companhias de petróleo e gás se beneficiam com a Guerra na Ucrânia*, como dizem Danielly de P. Magalhães

e Luiz Augusto Galvão. Vivemos no *No tempo das ilusões perdidas*, em que saúde e guerra se guerream na paisagem desolada. André Costa Lobato, traz a lembrança de *tijolos e novas construções*, mas *ninguém dá a mínima*.

10 é a camisa de Pelé. *À luz da atual conjuntura, devemos estar à altura dos acontecimentos*. Ou seja, *tem que*. Não se diz a que altura estão, mas talvez não seja preciso. Segue uma litania de *tem ques*, compromisso com a fome zero, redução da pobreza, reduzir as inequidades, e assim por diante. *Tem que*. Estamos mal, mas vamos bem. A Agenda 2030 e os 17 ODS, aqueles sobre os quais ninguém tem dúvida passarão para a história como o maior projeto *tem que* que nunca foi. E para isso não é preciso algum algoritmo. Basta confiar no que a história nos ensina.

Em junho, *a Europa de volta para o Atlântico, agora com bússola*, diz Ana Helena Gigliotti de Luna Freire, dando a entender que andavam meio desligados, como os Mutantes e numa inversão de papéis André Costa Lobato, de novo, registra os *emergentes e o resto*. M e T fazem sua entrada nos Cadernos, ainda que isso seja uma instância de non sequitur.

Início de julho, *há uma massa de lixo plástico maior que o território da França*, enquanto Célia Almeida pergunta sobre *a governança global em saúde* e José Luís Fiori faz ponderações sobre *utopia, história e o desafio de governar*. Para Buss e Burger, *a questão central, em síntese, é a disputa pela manutenção da ordem mundial ou a implementação de uma nova ordem*. *Obviamente o G7 e aliados posicionam-se no polo que pretende conservar o status quo e a China e aliados buscando alterar o poder estabelecido*. *Sem heróis ou vilões, pura disputa de poder, o que é parte da história humana*.

Ainda em julho, José Luís Fiori pensa *o mundo depois da Ucrânia*, o Embaixador Jório Dauster pergunta *onde mora a verdade na Ucrânia* enquanto Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão alertam que *ainda se vive em uma pandemia*. *Ainda viveremos parandemias* e Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão recordam que *o dualismo humano-natureza alimenta a ilusão de que a humanidade poderia existir à parte ou no controle do resto da natureza*. Como se fosse pouco para assustar quem não tem medo, Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell apontam para *a impermanência da fome global no advento dos sistemas alimentares corporativos no século XXI* e Ana Helena Gigliotti de Luna Freire para *incêndios incontroláveis e quedas de premiês, gás e energia nuclear*. Parece que falta pouco para acabar. E se?

E agora José? A diplomacia está em ponto morto e cheio de suspeitas, vale indagar, como propõe Gabriel Brito, *como o capitalismo filantrópico devasta a saúde global e investigar a relação entre filantropia e cooperação*, na formulação de Paolo Balladelli e Sofia Farante. As águas que inundaram o Paquistão mostram a injustiça climática que assola os países em desenvolvimento, na análise de Marques e na de Lobato, brotam camélias no coração de Pedro.

Ainda faltam uns dias para que termine o ano. Certamente haverá festejos, fogos de artifício, abraços e beijos e muita comemoração. A vitória do Lula será lembrada e a conquista do hexa também...Será? Mas fora isso e todas as histórias de amor e amizade, o mundo continuará do mesmo jeito, com as suas canalhices, injustiças e inequidades.

M – Epa! Não é o mesmo?

T – Não. Injustiça é o que não pode ser consertado, inequidade é o que pode ser consertado.

M – Tem certeza?

T – Claro que sim.

M – O que precisa?

T – Sentido ético e espírito de solidariedade, fazer a coisa certa, ainda que saia errado. Não é possível continuar com a loucura da guerra. Essa guerra na Ucrânia está secando todas as fontes de ajuda humanitária.

M – Eu sei. Esse pessoal do CRIS vem escrevendo sobre isso há bastante tempo.

T – Paga a conta e vamos. Parece que vem chuva.

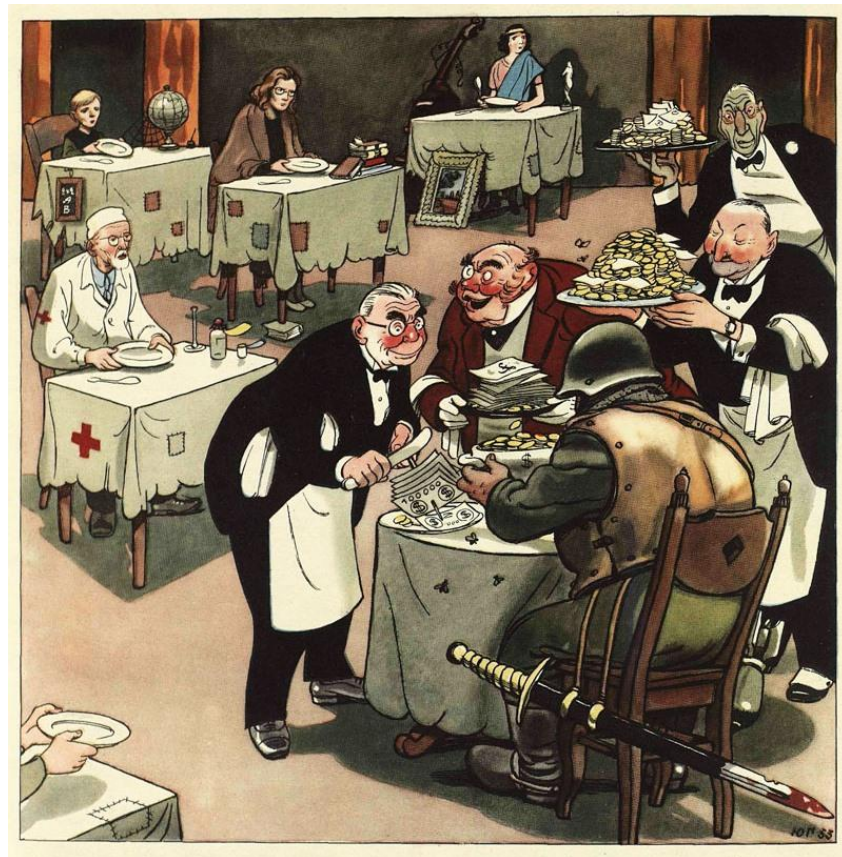
M – De novo?

T – A conta ou a chuva?

M – As duas.

T – Adeus

M - Adeus



Collage é essa mistura de coisas e sentidos, às vezes *nonsense*, às vezes rica em possibilidades. Collage porque é a forma de prestar homenagem a cada um dos crisântemos que a cada quinze dias produziram uma enormidade de informações e de análises. Collage, porque está é a última contribuição deste maravilhoso ano de 2022, com todas as tragédias e mortes, mas também com todo o amor e a esperança dos que continuam, bravamente, seriamente, humanamente.

A todos, o meu obrigado.

Uma ladainha sem fim e uma pequena história exemplar

José Luís Fiori

Agentes econômicos têm manifestado preocupação com o risco de uma onda de gastos desenfreados na nova gestão – o que poderia minar os indicadores fiscais do país e aumentar a percepção de risco, grande depreciação cambial e maior pressão inflacionária. Com um Banco Central independente, isso poderia ser traduzido em juros altos por mais tempo e mais dificuldades para crescer.

(Mortari, M. 'A. Fraga, E. Bacha e P. Malan enviam carta a Lula e alertam para risco fiscal'. *InfoMoney*, 17/11/22)

O debate econômico sobre a questão do “equilíbrio fiscal” é tão antigo e tão repetitivo que às vezes lembra uma polifonia medieval, em que as vozes se alternam repetindo as mesmas frases e os mesmos acordes infinitas vezes, como se fosse um mantra, ou uma “ladainha sem fim”. O fraseado pode mudar através do tempo, mas a essência dos argumentos é sempre a mesma, há mais de 200 anos. Seja pelo lado dos liberais ou monetaristas, que defendem o imperativo absoluto do “equilíbrio fiscal”, seja pelo lado dos desenvolvimentistas ou keynesianos, que consideram que o crescimento econômico exige políticas fiscais menos rígidas e mais expansionistas.

Apesar de longo, este debate nunca teve nem terá uma conclusão clara e definitiva, simplesmente porque não se trata de uma divergência acadêmica, ou puramente científica, e envolve sempre os interesses de “agentes econômicos” e classes sociais que são muitas vezes antagônicos e excludentes. Além disso, para confundir ainda mais a discussão, constata-se através da história que, em distintas circunstâncias, as mesmas políticas econômicas podem ter resultados completamente diferentes, dependendo do poder e do grau de soberania de cada governo.

Poucos são os economistas que conseguem reconhecer e aceitar que este nunca foi um debate teórico, e que no campo da política econômica não existem verdades absolutas. Pelo contrário, qualquer decisão que seja tomada envolverá sempre uma arbitragem política, que deverá ser feita em função dos objetivos estratégicos e dos interesses particulares que cada governo se proponha defender ou priorizar. Basta olhar para o caso do governo brasileiro atual, paramilitar e ultraliberal, que foi apoiado incondicionalmente pelo mercado financeiro e por seus economistas “ortodoxos” que nunca se alarmaram ou protestaram quando o governo ultrapassou seu próprio “teto fiscal” em mais de 700 bilhões de reais. Bem diferente do comportamento alarmista que adotaram recentemente frente às primeiras medidas sociais anunciadas pelo governo progressista que acabou de ser eleito, e cujo custo não chega aos pés da “gastança eleitoral” apoiada pelos militares, pelos seus economistas e por todo o mercado financeiro.

No Brasil, essa “polifonia inconclusa” começou já na segunda metade do século XIX, com a oposição entre os “metalistas” e os “papelistas”, e suas diferentes visões a respeito do gasto público e da “neutralidade da moeda”. Uma divergência que se prolongou durante todo o século XX, colocando de um lado os monetaristas, ortodoxos, ou liberais, como Eugenio Gudín, Roberto Campos e seus discípulos; e do outro, os estruturalistas, keynesianos, ou desenvolvimentistas, como Roberto Simonsen, Celso Furtado e todos os seus discípulos, até nossos dias. Foi na vã

tentativa de incorporar e conciliar os dois lados que Getúlio Vargas inaugurou uma solução prática que depois se tornou quase uma norma dos “governos desenvolvimentistas”, mesmo conservadores, colocando um “monetarista” ou “fiscalista ortodoxo” no Ministério da Fazenda, e um “desenvolvimentista” ou “gastador”, na presidência do BB, e depois de sua criação, no Ministério de Planejamento.

Essa disputa, entretanto, começou muito antes das agruras brasileiras. Não por acaso, a obra fundacional da Economia Política publicada por William Petty chamou-se *“Tratado sobre impostos e contribuições”*, e foi publicada em 1662 para dar conta dos desequilíbrios entre as “receitas” e as “responsabilidades fiscais” da Coroa Inglesa, envolvida naquele momento em várias guerras sucessivas com a Holanda, e logo em seguida, numa prolongada disputa militar com a França. E o mesmo se pode dizer a respeito da obra mais famosa de Adam Smith, *“A riqueza das nações”*, publicada em 1776, no momento exato em que a Grã-Bretanha enfrentava o problema da grande “perda fiscal” de sua principal colônia norte-americana.

Se recuarmos ainda mais no tempo, descobriremos que esta mesma questão ou disjuntiva se colocou para todos os grandes impérios ou poderes territoriais que se propuseram a aumentar sua produção de excedente econômico para poder expandir seus territórios. É o que podemos ver, por exemplo, no caso do Império Chinês, num de seus momentos culminantes durante a Dinastia Ming, quando se travou uma disputa memorável entre o próprio imperador Yung-Lo, e seu ministro responsável pelas finanças do império, Hsia Yüan-Chi, que acabou tendo impacto decisivo no desenvolvimento posterior do império chinês. Senão vejamos, relendo de forma muito rápida este episódio da história chinesa, por ser absolutamente paradigmático e exemplar, para a exposição do nosso argumento a respeito desta velha polêmica que volta a assombrar o cenário econômico e político brasileiro.¹

No século XIV, depois de um longo período de fragmentação territorial e guerras intestinas, a China viveu um grande processo de centralização do poder, sob a Dinastia Ming (1368-1644), que foi responsável pela reorganização do Estado chinês e por um verdadeiro renascimento de sua cultura e civilização milenar. Também foi responsável pelo início de um movimento expansivo da China em várias direções, para dentro e para fora de seu espaço geopolítico imediato, sobretudo durante o reinado do imperador Yung-Lo. Tudo isto até a morte do imperador em 1424, quando a China suspendeu suas expedições marítimas e todas as suas guerras de conquista continental. Uma mudança de rumo que permanece até hoje como uma das grandes incógnitas da história universal. É difícil de acreditar, mas essa mudança de rumo – verdadeiramente histórica – esteve associada, de uma forma ou de outra, a uma “disputa fiscal” parecida com as que se reproduzem até hoje em nosso ambiente econômico.

Para entender o que estamos dizendo, voltemos ao reinado de Yung-lo (1360-1423), que foi um dos imperadores chineses com maior visão estratégica e expansionista da China. Foi ele que concluiu as obras do Grande Canal, comunicando o Mar da China e a antiga capital, Nanquim, com a região mais pobre do norte do império, e decidiu construir uma nova capital, que veio a ser Pequim. Um gigantesco “projeto desenvolvimentista” que mobilizou e empregou, durante muitos anos, milhares de trabalhadores, artesãos, soldados e arquitetos chineses. Além disso, Yung-Lo estendeu a hegemonia chinesa – política, econômica e cultural – em todas as direções, através das fronteiras territoriais da China, e ainda na direção dos Mares do Sul, do Oceano Índico, do Golfo Pérsico e da Costa Africana. Foi durante seu reinado que o Almirante

¹ Por ser um episódio absolutamente paradigmático, reaparece muitas vezes em nossas aulas, palestras, artigos e entrevistas.

Cheng Ho liderou seis grandes expedições navais que chegaram até a costa da África, quando os portugueses estavam recém-chegando a Ceuta. Mas durante todo seu reinado, as políticas “desenvolvimentistas” do Imperador Yung-Lo enfrentaram a oposição acirrada da elite econômica chinesa liderada por seu próprio ministro da Fazenda, Hsia Yüan-Chi, defensor implacável do “equilíbrio fiscal”. Sem lograr uma conciliação, o imperador Yung-Lo mandou prender o ministro em 1421. Mas logo depois o imperador morreu numa batalha, e seu sucessor, o imperador Chu Kao-Chih, tirou o velho ministro da cadeia e o recolocou no ministério das Finanças, com poder total para suspender todas as obras e expedições de Yung-Lo, tudo em nome da necessidade de cortar os gastos para conter a inflação e manter a credibilidade do império. E foi assim que o Império Ming perdeu seu fôlego expansivo e fechou-se sobre si mesmo, caindo no isolamento quase total durante quase quatro séculos.

Não é possível afirmar que a vitória da posição “fiscalista” do ministro Hsia Yüan-Chi contra a posição “expansionista” do imperador Yung-Lo atrasou em 600 anos a expansão global da economia e da civilização chinesas. Mas pode-se dizer, com toda certeza, que a vitória política e imposição das ideias “contencionistas” do ministro das finanças da China durante o reinado do imperador Chu Kao-Chin mudaram radicalmente o rumo da história chinesa depois de 1424. Naquele momento, como disse um historiador inglês, “para levar à frente a estratégia ‘desenvolvimentista’ de Yung-Lo, teria sido necessária uma sucessão de líderes com sua mesma visão vigorosa e estratégica, a visão de um construtor de impérios que não teve seguidores”.²

Há duas principais lições, pelo menos, que podem ser extraídas dessa verdadeira “fábula chinesa”: a primeira é que toda e qualquer “escolha contencionista” de curto prazo envolve opções mais dramáticas e com consequências de longo prazo que podem afetar os caminhos futuros de um povo e até de uma civilização, como no caso chinês; e a segunda é que o sucesso de uma “escolha expansionista” depende quase inteiramente da existência de um governo e de um bloco de poder capazes de sustentar esta opção por um período prolongado de tempo, sempre orientados por uma “visão vigorosa e estratégica”, como diz o historiador inglês. Para avançar numa direção mais expansionista, o Brasil precisa de um governo com a disposição e o poder de transmitir à sociedade e aos seus “agentes econômicos” sua opção definitiva e incontornável pela conquista de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo enfrentando a resistência dos “operadores de mercado” (que, somados todos, não dão mais do que 1% da população brasileira, mesmo incluindo o pessoal do cafezinho e da limpeza de seus escritórios).

De uma vez por todas, há que se entender que essa pequena minoria afortunada da população não sente nenhum tipo de responsabilidade material ou moral pela “qualidade de vida” dos 30 a 40% dos brasileiros que passam fome e vivem na miséria ou na mais completa indigência. Na verdade, a maior parte da burguesia empresarial brasileira não necessita nem nunca necessitou aliar-se a seu próprio povo para obter sucesso com seus negócios e aumentar seus lucros privados, que crescem de forma geométrica mesmo nos períodos de baixo crescimento do PIB nacional. É como se existissem no Brasil dois universos paralelos e absolutamente incomunicáveis: num, vivem os pobres, os desempregados, os indigentes e os “condenados da terra” em geral; e no outro, vive uma burguesia muito satisfeita, sertaneja ou cosmopolita, mas ambas igualmente de costas para seu próprio povo.

² The Cambridge History of China, 1988, vol. 7, p. 275.

XXXX

Armando De Negri

Ano novo à vista, problemas antigos em foco

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Terceiro encontro do INB

A terceira reunião do INB (Intergovernmental Negotiating Body - INB3) acontece de 5 a 7 de dezembro de 2022. Nesta reunião, o INB considerou o [Projeto Conceitual Zero](#) do instrumento, desenvolvido pelo Bureau do INB após ampla consulta, e discutiu o caminho a seguir, incluindo o desenvolvimento de um Projeto Zero do instrumento e o estabelecimento de modalidades de grupo de redação.

Dentre as discussões, pontua-se a identificação das principais prioridades das áreas incluídas no Projeto conceitual zero e se há um entendimento comum/visão compartilhada de que o documento pode ser usado como uma base para facilitar futuras discussões e transformar o documento no rascunho zero para o INB4; bem como se o INB concorda em não discutir o Preâmbulo e “Definições e uso de termos”. Ademais, espera-se comentários sobre os antecedentes, metodologia e abordagem.

O Bureau do INB propôs um cronograma e abordagem para a consideração e operacionalização do caminho adiante que inclui os principais marcos estabelecidos pela Assembleia Mundial da Saúde. A projeção inicial é de o relatório ser apresentado à 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2023, e o resultado final do INB para a 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2024.

Outras pautas incluíram os mecanismos para se alcançar a equidade através da prevenção, preparação, resposta e recuperação pandêmica dos sistemas de saúde; além de como fortalecer e sustentar as capacidades de prevenção, preparação, resposta e recuperação de sistemas de saúde pandêmicos.

Ressalta-se que na semana que antecedeu o INB 3, houve uma reunião dos presidentes do INB com o Grupo de Trabalho do Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR, por suas siglas em inglês) para definições de melhor colaboração do desenvolvimento dos trabalhos concomitantes. O mandato dos dois grupos de trabalho pode ser diferente, mas eles compartilham pontos em comum, então a comunicação regular e clara entre os dois departamentos é essencial e ambos processos continuarão com o apoio total do Secretariado.

O posicionamento do Brasil durante a abertura do INB 3 elencou a melhoria do rascunho apresentado e reforçou que a equidade deve ser uma prioridade clara, sendo tratada de forma transversal. Houve ainda expressão do apoio à inclusão da recuperação dos sistemas de saúde e às menções que envolvam propriedade intelectual.

Já o Paraguai, falou representando Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. O pronunciamento trouxe cinco pontos principais:

- Confiança nos membros do Bureau para a elaboração do projeto zero, porém acreditam que este deve incluir propostas de linguagem legal que deixem claro as obrigações dos estados parte e outras disposições;

- Princípios de inclusão e transparência. Na redação do projeto zero o Bureau deve manter os elementos incluídos no projeto conceitual e os que foram sugeridos nesta sessão e

deem algumas opções no documento. Respeitando sempre o princípio de que *nada está acordado até que tudo esteja acordado*;

- Que se apresente um plano detalhado e cronograma no INB4 que represente as fases de negociação. Destacando-se a equidade como um dos principais assuntos que precisará de uma ampla discussão;

- Importância de que o processo seja inclusivo e transparente em todas as fases de negociação e que promova a participação dos representantes de países em condição de igualdade. Não se deve estabelecer mais de um grupo de redação e sessões paralelas que restrinjam a participação de delegações pequenas, além de garantir serviço de interpretação;

- É crucial garantir espaços de coordenação entre o INB e o WGIHR, entendendo que são processos complementares.

Ademais, diversos estados-membros fizeram objeção à remoção das referências diretas à questão da crise climática do preâmbulo e de alguns capítulos. Foi também notável a preocupação dos países com o tema da equidade, propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Por fim, os países reiteraram o compromisso do processo negociador, que siga a equidade de forma prática e fortaleça os sistemas de saúde.

Finalmente, mpox

Após uma série de consultas com especialistas globais, a OMS começou a usar o novo termo “mpox”, como sinônimo de monkeypox. Ambos nomes serão usados simultaneamente por um ano, enquanto “monkeypox” é eliminado.

Quando o surto de mpox se expandiu no início deste ano, a linguagem racista e estigmatizante, além da concepção errônea sobre modos de transmissão da infecção se espalharam.

Atribuir nomes a doenças novas e, muito excepcionalmente, a doenças existentes é responsabilidade da OMS sob a Classificação Internacional de Doenças (CID) e a Família de Classificações Internacionais de Saúde da OMS por meio de um processo consultivo que inclui os Estados Membros da OMS.

Assim, de acordo com o processo de atualização da CID, a Organização realizou consultas para reunir opiniões de vários especialistas, bem como de países e do público em geral, que foram convidados a apresentar sugestões de novos nomes. Com base nessas consultas e em discussões adicionais com o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, a OMS recomenda o seguinte:

- Adoção do novo sinônimo mpox em inglês para a doença.

- Mpox se tornará um termo preferencial, substituindo monkeypox, após um período de transição de um ano. Isso serve para atenuar as preocupações levantadas por especialistas sobre a confusão causada por uma mudança de nome em meio a um surto global. Também dá tempo para concluir o processo de atualização da CID e para atualizar as publicações da OMS.

- O sinônimo mpox será incluído no CID-10 online nos próximos dias. Ele fará parte do lançamento oficial de 2023 do CID-11, que é o padrão global atual para dados de saúde, documentação clínica e agregação estatística.

- O termo “monkeypox” continuará sendo um termo pesquisável no CID, para corresponder às informações históricas.

As considerações para as recomendações incluíram justificativa, adequação científica, extensão do uso atual, pronúncia, usabilidade em diferentes idiomas, ausência de referências geográficas ou zoológicas e facilidade de recuperação de informações científicas históricas.

Normalmente, o processo de atualização do CID pode levar vários anos. Nesse caso, o processo foi acelerado, mas seguindo as etapas padrão.

A questão do uso do novo nome em diferentes idiomas foi amplamente discutida. O termo preferido mpox pode ser usado em outros idiomas. Se surgirem problemas de nomenclatura adicionais, eles serão resolvidos por meio do mesmo mecanismo. As traduções são geralmente discutidas em colaboração formal com as autoridades governamentais relevantes e as sociedades científicas relacionadas.

A OMS adotará o termo mpox em suas comunicações e incentiva outros a seguirem essas recomendações, para minimizar qualquer impacto negativo contínuo do nome atual e da adoção do novo nome.

Um ano do Conselho de Economia da Saúde para todos

O Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS emitiu um [relatório](#) sobre suas atividades na marca de um ano, na metade de seu mandato.

O Conselho se propôs a repensar os sistemas econômicos de forma a mover o mundo em direção à Saúde para Todos. O Relatório destaca como durante o primeiro ano, a principal atividade foi emitir quatro resumos fundamentais que avaliam a capacidade da atual arquitetura de saúde global e nacional para fornecer saúde para todos em quatro pilares principais - o que valorizamos e medimos, como financiamos (ou não) o que valorizamos, a abordagem para catalisar a inovação e quem colhe (ou não) seus benefícios , e a importância da capacidade interna do Estado na entrega de bens comuns.

A missão do Conselho inclui o desenvolvimento de uma nova abordagem para moldar a economia global, com o objetivo de construir sociedades saudáveis, inclusivas, equitativas e sustentáveis. Em seu primeiro resultado, o Manifesto do Conselho estabelece três proposições fundamentais:

- A saúde e a economia são interdependentes
- A saúde para todos é fundamental para a resiliência e estabilidade geral nas economias em todo o mundo
- Moldar os investimentos públicos e privados em saúde é essencial para alcançar a cooperação multilateral em prol de bens comuns globais

Trouxe-se ainda que dentro dos objetivos financeiros pelo conselho estão aumentar, transformar e redirecionar o foco de projeção – procura afastar-se de velhos paradigmas que consolidam o atual equilíbrio financeiro, como regras estreitamente definidas que não permitem que os países de baixa renda financiem a Saúde para Todos. Aumentar o montante de financiamento é necessário, mas é insuficiente, a menos que seja orientado para a consecução de um objetivo – daí a necessidade de melhores finanças. A reorientação das

economias para a saúde reconhece que a saúde é um investimento, não um custo e, portanto, deve ser protegida de cortes orçamentários.

O Conselho destaca que os governos têm muito espaço para agir: desde a reversão dos efeitos nocivos das abordagens de austeridade até a administração pública e as reformas das finanças públicas alavancar o poder estratégico das compras públicas. Além disso, as instituições financeiras internacionais e regionais devem negociar o alívio da dívida para países de baixa e média renda e mudar o foco das condicionalidades de empréstimos e requisitos de cofinanciamento para investimentos estratégicos transversais do sistema. Além disso, essas instituições devem liderar reformas muito necessárias em relação a taxas mínimas de impostos corporativos e classificações de crédito soberano em nível global, a fim de aumentar os recursos domésticos para a saúde.

O fato de 30% da população mundial (em 30 de outubro de 2022) ainda não ter recebido uma vacina contra a COVID-19 expõe um desafio subjacente em relação à governança da inovação. Desenvolver uma vacina em tempo recorde é uma das conquistas médicas mais marcantes da humanidade. No entanto, o lançamento de vacina mais extenso na história da humanidade também revelou as desigualdades de saúde de longa data da humanidade.

A menos que a inovação seja governada para o bem comum, muitas pessoas continuarão a

ser excluídos dos benefícios, limitando o impacto positivo das intervenções de saúde e reforçando as desigualdades inaceitáveis dentro e entre os países, afetando negativamente todos no mundo.

Em seu resumo, o Conselho descreve uma visão de longo prazo para um novo ecossistema de inovação de ponta a ponta para garantir o acesso equitativo à saúde. Isso deve incluir a introdução de condicionalidades para investimentos públicos, reformando a governança corporativa para melhor refletir o valor das partes interessadas, fortalecendo a capacidade de inovação em saúde pública e reformulando a governança do conhecimento para o bem comum.

Para fazer o que foi dito acima, os governos, em todos os níveis, precisam de forte capacidade do setor público, muito além dos ministérios da saúde, para defender a saúde em todas as políticas. A COVID-19 revelou claramente que os governos em todo o mundo não estão preparados para emergências de saúde.

Assim, o Conselho descreve ações específicas que o governo pode tomar. Fortalecendo a capacidade do setor público, orçamentos e capacidades dinâmicas em direção à Saúde para Todos. Existem variações desde a adoção de métodos de design e implementação de políticas que incentivam os formuladores de políticas a iterar, aprender e adaptar políticas com base em ciclos de feedback. Ainda se faz necessário para projetar roteiros e fortalecer a capacidade interna e não terceirizada, além de capacidades dinâmicas, usando ferramentas apropriadas, como orçamento baseado em resultados, aquisições estratégicas e infraestrutura digital aprimorada.

FIG. 2

Overview of the Council's achieved and planned outputs

FUNDAMENTAL PROPOSITIONS	FIRST-YEAR KEY OUTPUTS	WHAT IS NEXT FOR THE COUNCIL? Final report informed by global research
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Health and the economy are interdependent ➤ Health for all is critical to overall resilience and stability in economies worldwide ➤ Shaping public and private investments in health is essential to achieve multilateral cooperation toward global common goods like Health for All 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manifesto ➤ 4 Briefs <ul style="list-style-type: none"> • Valuing Health for All: Rethinking and building a whole-of-society approach • Financing Health for All: Increase, transform and redirect • Governing health innovation for the common good • Strengthening public sector capacity, budgets, and dynamic capabilities towards Health for All ➤ 8 Statements including <ul style="list-style-type: none"> • Principles for the Financial Intermediary Fund for Pandemic Preparedness and Response • WTO decision on the TRIPS agreement • Barbados pandemic clause • What is at stake at COP27? ➤ Insights (others planned) <ul style="list-style-type: none"> • Time-use data is crucial for Health for All 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Final report: final recommendations of the Council, informed engagements with a wide range of stakeholders and the projects below involving WHO and others: ➤ "Tracking global progress in implementing health as a human right, including legal and financial commitments to secure the realization of the right to health" ➤ "A New Pandemic Preparedness and Response Finance Architecture beyond the Financial Intermediary Fund" ➤ Industrial and development policy: <ul style="list-style-type: none"> • "Mission-driven industrial policy in the health sector: lessons from Brazil's whole-of-government approach" • "Building a sustainable and equitable economic model for the mRNA Vaccine Hub, including governance and financing" ➤ "Fighting the silent pandemic: addressing antimicrobial resistance through finance and economic policies" ➤ Developing an executive education course on "How to build an economy with Health for All at its centre" with the WHO Academy. This will go live after May 2023, targeting mid-level to senior policy-makers in multiple sectors.

Disponível em https://cdn.who.int/media/docs/default-source/council-on-the-economics-of-health-for-all/who-council-eh4a_oneyearoverview_30112022.pdf?sfvrsn=a9f52edf_3&download=true

Financiamento da saúde: velhas cicatrizes, novas feridas

O tema de financiamento da saúde, e principalmente financiamento para prevenção, preparação e resposta à pandemias, vem sendo debatido em diversos âmbitos. No dia 05 de dezembro foi realizado um evento do Banco Mundial em conjunto com o Centro de Saúde Global do Graduate Institute, em Genebra, para refletir sobre a segunda atualização do documento publicado pelo Banco Mundial em Março de 2021, denominado "[Do Duplo Choque à Dupla Recuperação – Implicações e Opções para o Financiamento da Saúde em Tempo de COVID-19](#)". A nova edição do documento foi intitulada "[Velhas cicatrizes, novas feridas](#)" e analisa a evolução da situação macrofiscal em 177 países e seus possíveis impactos em gastos com saúde até 2027.

Em seu discurso de abertura, a Professora Suerie Moon, co-diretora do Centro de Saúde Global do Graduate Institute, destacou três pontos principais que precisam de resposta:

- De onde virá o dinheiro? Países de todos os grupos de renda correm alto risco de contração e estagnação em suas economias, porém o risco de fornecimento insuficiente de serviços é sempre maior em países de baixa e média renda. Cabe destacar que vivemos diversas outras crises além da Pandemia de Covid-19, como a guerra na Ucrânia e a crise climática. Neste sentido, depender de doadores pode não funcionar a médio e longo prazo. Assim é importante discutir quão viáveis são os doadores internacionais como fonte de financiamento.

- O que os países devem fazer nas crises? Quais são as conclusões e lições aprendidas do que os governos fizeram durante a pandemia que podem ser aplicadas em futuras crises?

- Como tornar o investimento em saúde resiliente? É importante destacar a situação de incerteza na qual todos os países vivem. Duas grandes crises que motivaram esta análise são a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia, mas ainda estamos numa zona de incerteza com diversos outros temas, como as mudanças climáticas.

O evento contou também com uma apresentação de Christoph Kurowski, Líder Global de Financiamento da Saúde do Banco Mundial, sobre o novo documento. Kurowski mostrou o impacto da pandemia de Covid-19 nas economias dos países de baixa e média renda e apresentou algumas previsões para o retorno das economias às previsões pré-Covid, destacando três tendências: expansão, estagnação e contração. Além disso, observou-se que essa perspectiva macrofiscal tem grande impacto nos gastos de saúde, e espera-se que estes fiquem muito aquém das tendências pré-Covid.

A discussão teve a participação de representantes do Egito, Tailândia e Japão, além da OMS e Save the Children. Os participantes concordaram com a necessidade de implementar políticas de proteção social abrangentes e bem direcionadas; de aumentar o espaço fiscal para a saúde, aumentar a eficiência e focar nas populações vulneráveis; e de agir antes que os líderes mundiais foquem em outro problema. Ressaltaram também que os cenários apresentados no documento aumentam a urgência de que algo precisa ser feito, e a importância de maximizar a eficiência e eficácia dos recursos que temos em nossas mãos.

Cabe lembrar por fim, que investir em saúde gera retornos econômicos substanciais, o que requer ações dos governos para que "ninguém fique para trás". Mais financiamento é necessário para atender às necessidades de gastos em saúde, para evitar crises futuras e para recuperar perdas na cobertura e acesso universal à saúde

Acordo sobre pandemias: Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências³

*Deisy Ventura, Eduardo Carmo, Francisco Viegas,
Gerson Penna, Henrique Menezes, Luiz Galvão,
Leandro Viegas, Luana Bermudez,
Paula Reges e Paulo Buss*

Introdução

Em dezembro de 2021, a Assembleia Mundial da Saúde (AMS), órgão deliberativo máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), criou um Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI), composto pelos Estados-membros da organização, com a finalidade de negociar um novo instrumento internacional para reforçar a prevenção, a preparação e a resposta às pandemias⁴. A figura n.1 resume as principais características deste órgão.

Figura n. 1 – Principais características do ONI

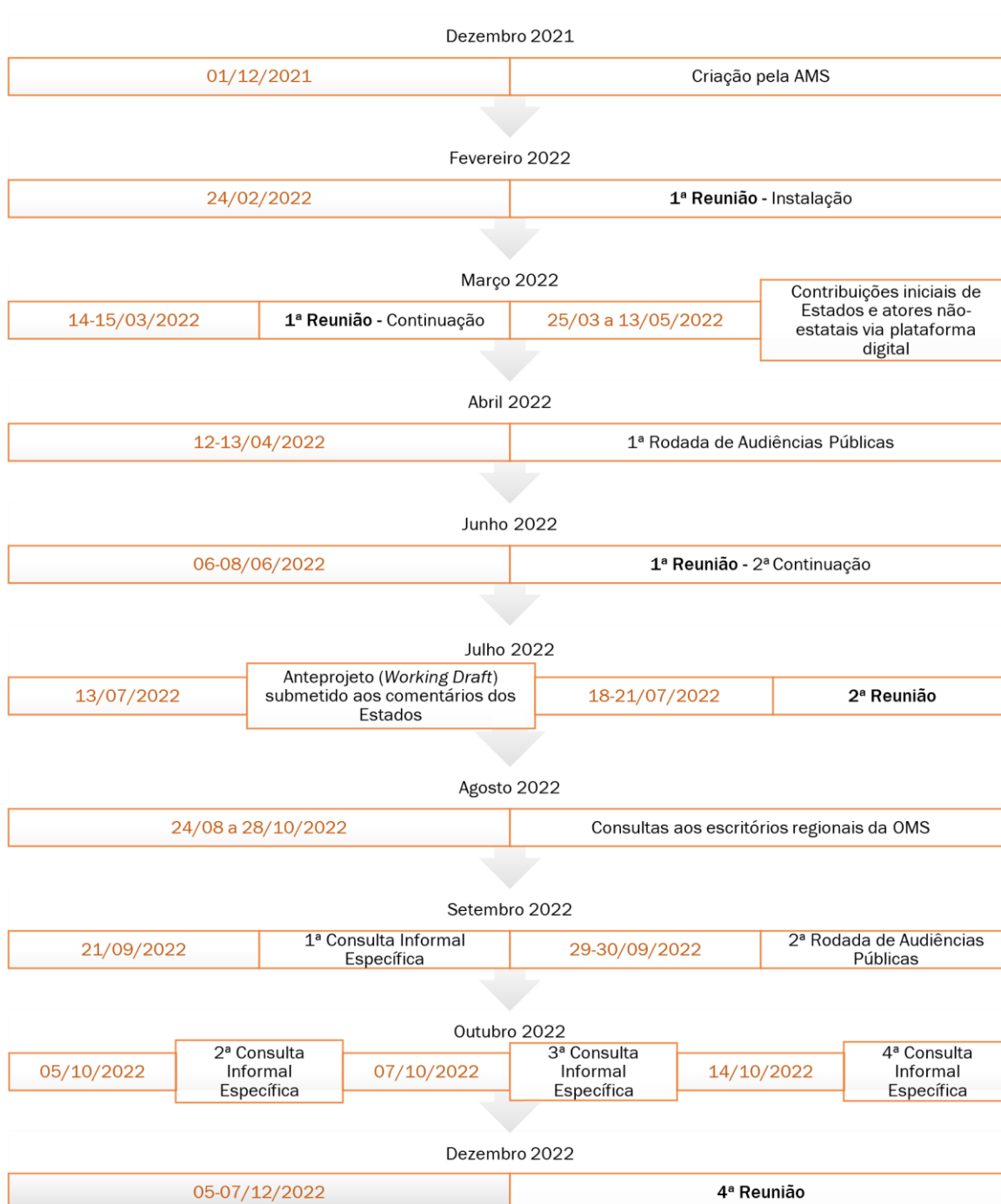
Criação	<ul style="list-style-type: none">• Assembleia Mundial da Saúde extraordinária em dezembro de 2021
Missão	<ul style="list-style-type: none">• Encarregado de negociar instrumento internacional da OMS para reforçar prevenção, preparação e resposta às pandemias
Composição	<ul style="list-style-type: none">• Representantes dos 194 Estados-membros da OMS, com participação de três Estados Associados e uma organização regional (União Europeia)
Presidência (Bureau)	<ul style="list-style-type: none">• Representantes das 6 regiões da OMS, eleitos pelos pares• Precious Matsoso, África do Sul (África). Vice Presidente• Tovar da Silva Nunes, Brasil (Américas). Vice Presidente• Ahmed Soliman, Egito (Mediterrâneo Oriental). Vice Presidente• Roland Driece, Países Baixos (Europa). Vice Presidente• Kazuho Taguchi, Japão (Pacífico Ocidental). Vice Presidente• Viroi Tangcharoensathien, Tailândia (Sudeste Asiático). Vice Presidente
Transparência	<ul style="list-style-type: none">• Transmissão ao vivo de sessões• Divulgação de documentos e vídeos no portal da OMS em página própria
Participação de atores não estatais	<ul style="list-style-type: none">• Consultas públicas orais e escritas (ver Quadro n.1)• Consultas informais específicas (ver Quadro n.2)

Fonte: Elaborada pelos autores

³ Originalmente publicado como nota técnica n. 2 do GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (Centro de Relações Internacionais, CRIS) e da Universidade de São Paulo, USP (Instituto de Relações Internacionais, IRI; e Faculdade de Saúde Pública, com o Programa de Pós-graduação em Saúde Global e Sustentabilidade e o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, CEPEDISA).

⁴ Não se deve confundir as negociações do novo instrumento jurídico sobre pandemias e o processo de reforma do Regulamento Sanitário Internacional, que transcorrem paralelamente; ver Nota Técnica n. 1 <https://saudeglobal.org/wpcontent/uploads/2022/10/gt-NT-001-1.pdf>

Figura n. 2 – Linha do tempo do OIN (não exaustiva)



Fonte: Elaborada pelos autores

Segundo a decisão que criou o OIN⁵, reconhecendo a importância da “ampla participação” para que se alcance um “resultado positivo”, deveria ser estimulada, além da participação ativa dos Estados-membros, a colaboração de representantes de organizações do

⁵ OMS, SSA2(5) The World Together: Establishment of an intergovernmental negotiating body to strengthen pandemic prevention, preparedness and response, Genebra, 01/12/2022. O OIN encaminha-se para sua terceira reunião, como revela a figura n.2, que sintetiza a cronologia de suas principais atividades.

sistema onusiano e de outras organizações intergovernamentais com as quais a OMS mantém relações efetivas, assim como de observadores, representantes de atores não estatais em relações oficiais com a OMS, outras partes interessadas (*relevants stakeholders*) e especialistas, de acordo com decisão a ser tomada pelo referido órgão.

As partes interessadas foram classificadas pelo OIN em cinco categorias, conforme a modalidade de participação que lhes é permitida⁶:

A. Órgãos da ONU e outras organizações intergovernamentais com as quais a OMS mantém relações efetivas, incluindo atualmente 19 entidades, entre elas a Organização Mundial de Saúde Animal e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual;

B. Observadores (Palestina, Santa Sé, GAVI, Ordem de Malta, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Federação Internacional de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, União Interparlamentar e Fundo Mundial de Combate à Aids, Tuberculose e Malária);

C. Atores não-estatais com os quais a OMS mantém relações oficiais, sujeitos a procedimento e regulamentação próprios, atualmente em número de 220, sendo parte expressiva da lista composta por ONGs⁷;

D. Outras partes interessadas que podem ser convidadas pelo OIN a assistir as sessões públicas, fazer uso da palavra a pedido dos co-Presidentes e apresentar contribuições por meio de portal eletrônico, audiência aberta ou participação em trechos de uma sessão (44 entidades, em sua maioria organizações intergovernamentais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional); e

E. Outras partes interessadas que podem ser convidadas pelo OIN a fazer aportes por meio de portal eletrônico, audiência aberta ou participação em trechos de uma sessão (101 entidades públicas ou privadas, incluindo numerosas instituições de ensino e pesquisa – do Brasil, por exemplo, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Butantan e Instituto Evandro Chagas, entre outros).

Entre março e maio de 2022, foram recolhidas contribuições dos Estados-membros e de atores não-estatais por intermédio de uma plataforma digital, a fim de identificar matérias que poderiam constar do novo instrumento internacional. Entre os 197 Estados aptos a participar (194 membros da OMS e 3 associados), 102 enviaram contribuições; e de um total de 285 partes interessadas aptas à participação, 57 participaram deste mecanismo⁸.

Além da já referida plataforma digital, a participação de atores não-estatais nas negociações do novo acordo ocorreu por meio de audiências públicas e de consultas informais específicas. O quadro n. 1 traz as informações básicas sobre as duas rodadas de audiência pública já ocorridas.

⁶ OMS, A/INB/1/7 Rev.1, 22 Mar. 2022, Modalities of engagement for relevant stakeholders, atualizada por OMS, A/INB/2/4, 24 ago. 2022 https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb2/A_INB2_4-en.pdf

⁷ Em 03/02/2022, cf. OMS, English/French list of 220 non-State actors in official relations with WHO reflecting decisions of the 150th session of the Executive Board, Jan. 2022 <https://www.who.int/publications/m/item/non-state-actors-in-official-relationswith-who>

⁸ OMS, A/INB/1/9, 3 Jun. 2022, Summary report on the results of the INB digital platform https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb1/A_INB1_9-en.pdf

Quadro n. 1 – Rodadas de audiências públicas do OIN

I Rodada⁹ II Rodada¹⁰

<i>Data</i>	12-13/04/2022	29-30/09/2022
<i>Questão proposta</i>	Que matérias você acha que devem ser incluídas no novo instrumento internacional sobre preparação e resposta às pandemias? ¹¹	Com base em sua experiência na pandemia de covid-19, que temas deveriam ser tratados no plano internacional para melhorar a proteção contra futuras pandemias? ⁹
<i>Contribuições</i>	- 123 contribuições orais de partes interessadas - 36.294 contribuições escritas em portal aberto ao público	418 vídeos enviados por partes interessadas, de até 90 segundos, com a respectiva transcrição escrita

Fonte: Elaborada pelos autores

As audiências públicas do INB serão comentadas em futuro estudo específico do GT. Esta nota se limita a indicar que, até o momento, as audiências públicas configuram uma ampla sondagem sobre o conteúdo do acordo, com grande fragmentação da participação social no que se refere a atores e agendas, e aparentemente escassa possibilidade de efetiva incidência.

Quanto às consultas informais específicas, foram organizadas sessões de debate com especialistas sobre quatro temas selecionados pela Presidência, consoante o quadro n. 2.

⁹ OMS, A/INS/1/10, 1 Jun. 2022, Outcomes of the first round of public hearings, Report by the Secretariat https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb1/A_INB1_10-en.pdf

¹⁰ No original em inglês, "What substantive elements do you think should be included in a new international instrument on pandemic preparedness and response?".

¹¹ No original em inglês, "Based on your experience with the covid-19 pandemic, what do you believe should be addressed at the international level to better protect against future pandemics?"

Quadro n. 2 – Consultas informais específicas: temas e especialistas escolhidos¹²

Assuntos jurídicos

Especialistas	Pertencimento
Ayelet Berman	National University of Singapore, Singapura
Gian Luca Burci	Graduate Institute of International and Development Studies, Suíça
Claudio Grossman	International Law Commission; American University Washington College of Law, Estados Unidos
Sam Halabi	Georgetown University, Estados Unidos
Nilüfer Oral	International Law Commission; Centre of International Law, National University of Singapore, Singapura
Matiangai Sirleaf	Francis King Carey School of Law, The University of Maryland, Estados Unidos
Nguyen Hong Thao	Diplomatic Academy of Vietnam and National University of Hanoi, Vietnã
Pedro Villarreal	Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, Heidelberg, Alemanha
Steven Solomon	Consultoria Jurídica da OMS

Operacionalizando e conquistando a equidade

Ayoade Olatunbosun-Alakija	African Vaccine Delivery Alliance
Didier Houssin	Hôpitaux de Paris International; (ex) Advisory Group of the Pandemic Influenza Preparedness Network; Comitê de Emergências para covid-19 (RSI)
Rajinder Kumar Suri	CEO, Developing Country Vaccine Manufacturers Network (DCVMN)
Patricia Garcia	School of Public Health, Cayetano Heredia University, Peru
Mohga Kamal-Yanni	People's Vaccine Alliance
Yuanqiong Hu	Médicos Sem Fronteiras

¹² A/INB/3/INF./2, 25 Nov. 2022, Informal, focused consultations, Report by the Bureau of the INB https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb3/A_INB3_INF2-en.pdf

Propriedade intelectual, produção e transferência de tecnologia e knowhow

Ahmed Al-Mandhari	Escritório da OMS no Mediterrâneo Oriental
Richard Hatchett	Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI)
Emma Wheatley	Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI)
Carlos María Correa	South Centre
Padmashree Gehl Sampath	Berkman Klein Center, Harvard University and Chairperson, WHO Technical Advisory Group on the covid-19 Technology Access Pool (CTAP)
Ellen't Hoen	University of Groningen, Países Baixos
Komal Kalha	International Federation of Pharmaceutical Manufacturers and Association
Mojisola Adeyeye	National Agency for Food and Drug Administration and Control (NAFDAC), Nigéria
Martin Harvey Allchurch	European Medicines Agency
Soumya Swaminathan	OMS
Mariângela Simão	Direção-Geral da OMS

Saúde Única (One Health) no contexto do fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, com referência à resistência aos antimicrobianos, mudanças climáticas e zoonoses

Osman Dar	One Health High-Level Expert Panel (OHHLEP)
Monique Eloit	Organização Mundial de Saúde Animal
Jean-Philippe Dop	Organização Mundial de Saúde Animal
Wanda Markotter	University of Pretoria, África do Sul; One Health High-Level Expert Panel (OHHLEP)
David Hayman	Massey University, Nova Zelândia; One Health High-Level Expert Panel (OHHLEP)
Sally Davies	Enviada Especial sobre Resistência aos Antimicrobianos, Reino Unido
Doreen Robinson	Biodiversity and Land, UNEP, Quênia
Chikwe Ihekweazu	Direção-Geral da OMS

Fonte: Elaborada pelos autores

Embora o relatório do OIN¹³ sobre os resultados das consultas informais específica faça referência à promoção da diversidade como critério de seleção dos especialistas convidados pela Presidência (*Bureau*), em particular de pontos de vista e de perspectivas científicas, assim como a extensão do domínio das matérias tratadas, nota-se uma vasta prevalência da perspectiva do Norte Global, como revela o pertencimento dos especialistas segundo o quadro anterior. As sessões das consultas informais específicas foram transmitidas ao vivo pela internet e os respectivos vídeos encontram-se disponíveis na página web do OIN.

Como referido na figura n. 2, na segunda reunião do OIN a sua Presidência (*Bureau*) apresentou um Anteprojeto (*Working Draft*) do instrumento internacional sobre pandemias em julho de 2022¹⁴, a seguir submetido aos comentários dos Estados.

Os escritórios regionais da OMS tiveram igualmente a ocasião de apresentar suas contribuições ao texto, principalmente por meio de consultas ocorridas em 24/08/2022 (África), 13/09/2022 (Europa), 07/09/2022 (Sudeste Asiático), 29/09/22 (Américas), 11/10/22 (Mediterrâneo Oriental), e 27/10/2022 (Pacífico Ocidental)¹⁵.

Considerando, entre outros, os diferentes subsídios referidos nesta introdução, a Presidência do OIN apresentou, em 25/11/2022, um projeto conceitual preliminar (*conceptual zero draft*) do novo instrumento. Este projeto conceitual preliminar será discutido na terceira reunião do OIN, que tem início hoje em Genebra (Suíça).

¹³ A/INB/3/INF./2, 25 Nov. 2022, Informal, focused consultations, Report by the Bureau of the INB https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb3/A_INB3_INF2-en.pdf

¹⁴ OMS, A/INB/2/3, 13 Jul. 2022, Working draft, presented on the basis of progress achieved, for the consideration of the INB at its second meeting https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb2/A_INB2_3-en.pdf

¹⁵ OMS, A/INB/3/INF./1, 25 Nov. 2022, Summaries of regional committee discussions on the working draft, Report by the Secretariat https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb3/A_INB3_INF1-en.pdf

O documento esclarece que o texto em apreço constitui uma “ponte” entre o anteprojeto (*working draft*) apresentado em julho de 2022 e o futuro “projeto preliminar” (*future zero draft*); portanto, ainda não se trata de um projeto de acordo¹⁶.

A presente nota técnica resulta de uma chamada a contribuições dos membros do GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (sobre o GT, ver box na p.1), em reação ao referido projeto conceitual preliminar.

A presente nota se estrutura em sete seções que abordam:

- a natureza jurídica do instrumento, ainda indefinida;
- o alcance do novo acordo, que deveria ir além das doenças infecciosas;
- o necessário aperfeiçoamento do preâmbulo do projeto conceitual preliminar;
- as disposições sobre a participação social na resposta às pandemias;
- o regramento do acesso a tecnologias de saúde;
- os artigos relacionados à propriedade intelectual; e,
- à guisa de conclusão, o possível incremento da liderança brasileira ao longo das negociações em curso.

Natureza jurídica do instrumento: a urgência de uma definição

Em sua segunda reunião, o OIN indicou sua preferência pelo artigo 19 da Constituição da OMS como fundamento do novo instrumento sobre pandemias. Conforme este dispositivo, a AMS terá autoridade para adotar convenções ou acordos respeitantes a qualquer assunto que seja da competência da Organização. Determina, ainda, que será necessária a maioria de dois terços dos votos da AMS para a adoção de tais convenções ou acordos, que entrarão em vigor para cada Estado membro após incorporação em suas ordens jurídicas nacionais, em conformidade com as suas normas constitucionais.

No entanto, o OIN não exclui que se examine a pertinência do artigo 21 da mesma Constituição, que se refere aos regulamentos. Diferentemente das convenções ou acordos previstos pelo artigo 19, em seu artigo 21 a Constituição limita as matérias sobre as quais a OMS pode adotar regulamentos¹⁷. Além disso, neste caso, o consentimento dos Estados é expresso por meio do mecanismo de *opting out*; isto significa que o silêncio equivale ao consentimento, sendo facultada a apresentação de reservas a alguns dispositivos ou a rejeição integral dos regulamentos pelos Estados.

A persistência desta indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento é prejudicial ao avanço das negociações por ao menos três razões.

A primeira delas é a confusão entre os processos paralelos de elaboração do novo acordo sobre pandemias e a reforma do Regulamento Sanitário Internacional, principal norma

¹⁶ No original em inglês, “The conceptual zero draft is presented as a bridge between the working draft and the future zero draft of the WHO CA+. It is not a draft of the WHO CA+”, A/INB/3/3 Provisional agenda item 2 25 November 2022 Conceptual zero draft for the consideration of the Intergovernmental Negotiating Body at its third meeting

¹⁷ São elas: a) Medidas sanitárias e de quarentena e outros procedimentos destinados a evitar a propagação internacional de doenças; b) Nomenclaturas relativas a doenças, causas de morte e medidas de saúde pública; c) Normas respeitantes aos métodos de diagnóstico para uso internacional; d) Normas relativas à inocuidade, pureza e ação dos produtos biológicos, farmacêuticos e similares que se encontram no comércio internacional; e e) Publicidade e rotulagem de produtos biológicos, farmacêuticos e similares que se encontram no comércio internacional.

elaborada com base no artigo 21 da Constituição da OMS. Esta confusão envolve não apenas quem acompanha estas negociações, mas igualmente contamina as matérias que podem ser objeto de cada um dos instrumentos. Espera-se que o acordo sobre pandemias tenha relevância política nitidamente superior a que costuma ser atribuída aos regulamentos sanitários, e que, por conseguinte, disponha sobre temas que vão além das matérias previstas pela Constituição da OMS. Ao optar por um regulamento, o OIN pode dar a entender que se considera a eventual fusão dos processos de negociação em curso.

A segunda razão diz respeito à dificuldade de difundir junto à opinião pública, inclusive a classe política no plano nacional e a comunidade científica internacional, um instrumento cujo nome é vago e incompreensível, e não convida à participação. Neste sentido, a indefinição sobre a natureza do instrumento vem prejudicando a salutar comparação do futuro acordo com a única convenção até hoje adotada no sentido do artigo 19 da Constituição da OMS, relativa ao controle do tabaco, considerada como uma experiência exitosa, com grande transcendência nas políticas nacionais de saúde, que pode servir como valioso exemplo inclusive em relação aos obstáculos que enfrenta em matéria de implementação.

A terceira, por fim, concerne aos processos de incorporação de uma convenção às ordens nacionais, que não existe no caso dos regulamentos. O envolvimento da sociedade civil organizada, dos parlamentos e dos governos locais nos ritos de transposição de normas é decisivo para sua futura efetividade. No caso da covid-19, tal envolvimento será crucial para que as emergências de saúde permaneçam nas agendas políticas nacionais, e que a experiência da pandemia não seja esquecida. Ademais, o processo de incorporação às ordens nacionais desnuda de forma mais clara a necessidade de adaptação da legislação e de políticas públicas nacionais à vigência do novo acordo internacional.

Apesar desta indefinição, o projeto conceitual preliminar da Presidência do OIN faz referência ao novo instrumento como CA+, denominação que será doravante adotada na presente nota.

Alcance do novo acordo: para além das doenças infecciosas

Ao tratar exclusivamente de pandemias, o projeto conceitual preliminar, por definição (embora os conceitos ainda não estejam presentes no documento), define seu foco nas emergências epidemiológicas de natureza infecciosa. Apesar do impacto das doenças infecciosas, caberia, porém, considerar a inclusão no CA+ de outras emergências como os desastres, eventos associados ao consumo de água abaixo dos padrões de potabilidade, as doenças respiratórias relacionadas à qualidade do ar, dentre outros riscos que também produzem cada vez mais impacto sobre a saúde das populações.

A discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental sobre a saúde, como evidenciam nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹⁸, inclui riscos que vão além das doenças infecciosas. Tais relatórios apresentam evidências dessa associação, com elevado grau de confiança (conforme extensa revisão da literatura realizada pelo grupo de pesquisadores que constituem o painel). Embora o projeto conceitual preliminar traga inúmeras referências sobre esta agenda, ao limitar seu escopo às pandemias já nasceria distante da discussão sobre as mudanças climáticas e os seus impactos sobre a saúde da população.

¹⁸ Disponíveis em <https://www.ipcc.ch/>

O mesmo distanciamento pode ser apontado com relação aos documentos, diretrizes e acordos sobre redução de risco de desastres, inscritos nos Princípios de Bangkok, adotados em 2016¹⁹, que operacionalizam o Marco de Sendai²⁰. Neste caso, o distanciamento segue na contramão do que tem sido proposto pela própria OMS, quando produziu e disseminou diretrizes que atualmente servem como subsídio para a formulação de planos de preparação e resposta às ESPiIs. Conforme essas diretrizes, o esforço para melhorar a prevenção, preparação, resposta e recuperação dos países frente a esses eventos deve integrar as ações sobre os distintos riscos, de forma multissetorial e multidisciplinar. Assim, não parece razoável, hoje, propor o desenvolvimento de mecanismos, estruturas e estratégias para pandemias (neste caso, restrita às doenças infecciosas), de forma dissociada da preparação para desastres e outras emergências.

Preâmbulo

Embora desprovido de executoriedade, o preâmbulo constitui uma importante referência para a interpretação das normas internacionais.

Entre os aspectos do preâmbulo contidos no projeto preliminar que podem ser aperfeiçoados, encontra-se o item 10, que poderia fazer referência expressa às ESPiIs, antes de citar algumas delas.

Já o item 25 poderia incluir *in fine* o reconhecimento de que o ambiente constitui parte inseparável da resposta às ESPiIs, principalmente no que se refere aos desastres (naturais ou não) e mudanças climáticas.

No que atine ao item 36, seria importante mencionar que acordos preferenciais de comércio e acordos bilaterais de investimento também não podem ser obstáculo à realização do direito à saúde. No momento, o Brasil está negociando acordos preferenciais de comércio com potencial de criar maiores dificuldades no acesso a medicamentos.

O item 38, por sua vez, nas quatro versões propostas, mantém como tese a ideia de que a propriedade intelectual é essencial para a inovação farmacêutica, causando apenas efeitos colaterais menores no acesso a tecnologias e produtos farmacêuticos. Uma adaptação da quarta versão poderia ser adotada, com o seguinte texto: “Recognizing the concerns that intellectual property on life-saving medical technologies continue to pose threat to the full realization of the right to health for all, particularly the effect on prices, which limits access options; as well as barriers to access of scientific and technological assets what prevents the improvement of new independent local manufacturer and suppliers”.

Participação social na resposta às pandemias

A participação social na formulação e na implementação da resposta às pandemias é pouco explorada no projeto conceitual preliminar. Ela é regrada especialmente pelo artigo 15 (*Community engagement and whole-of-society actions*), baseado na linguagem “sociedade em seu conjunto” (*whole of Society*), que considera as organizações da sociedade civil e o setor

¹⁹ United Nations Office for Disaster Risk Reduction, Bangkok Principles on health risk agreed, 11 Mar. 2016 <https://www.undrr.org/news/bangkok-principles-health-risk-agreed>

²⁰ Adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada de 14-18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf

privado como parte do mesmo campo de atuação²¹. Contudo, tais atores desempenham papéis diferentes frente às emergências, com interesses claramente distintos.

Neste sentido, as organizações da sociedade civil, assim como dos povos que elas representam, desempenharam papel central no enfrentamento das emergências em países periféricos. Por exemplo, no Brasil, durante a pandemia de covid-19, organizações como a Central Única de Favelas (CUFA), G10 Favelas, Gerando Facões, Redes da Marés, entre outras, constituíram valiosas redes de proteção social, o que minimizou o impacto da emergência entre as populações mais vulneráveis. Um outro exemplo é a luta dos povos amazônicos, especialmente os povos indígenas, pela proteção e recuperação da biodiversidade da região, o que constitui um processo fundamental para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, cujos impactos adversos sobre a saúde já foram evidenciados.

Assim, a inserção de atores sociais desvinculados dos interesses do setor privado deve ter maior relevância no CA+, destacando-se a necessidade de promover sua participação desde a elaboração dos planos de prevenção, preparação, resposta e recuperação, como também no fortalecimento de suas capacidades para atuação frente às emergências.

Acesso a tecnologias de saúde

No que se refere ao acesso e repartição de benefícios (*Access and Benefit Sharing*, ABS), o projeto conceitual preliminar faz referência a um procedimento célere de intercâmbio de informações, termo mais amplo que material biológico, referentes a patógenos com potencial pandêmico. O compartilhamento destas informações visa permitir o pronto desenvolvimento de vacinas, diagnósticos e tratamentos para enfrentar uma potencial pandemia.

Destaca-se a relevante inclusão no texto de disposição que condiciona o compartilhamento da informação sobre patógenos ao funcionamento um sistema abrangente de acesso e repartição de benefícios. Como se sabe, o acesso e repartição de benefícios refere-se à forma como o patrimônio genético pode ser acessado, e como os benefícios que resultam de seu uso comercial são compartilhados entre as pessoas ou países que utilizam esse recurso (usuários) e as pessoas ou países que o fornecem (provedores).

Durante as recentes rodadas de consulta pública do OIN e em notas públicas, a IFPMA (Federação Internacional das Indústrias de Medicamentos) tem apresentado posição firme de que é necessário o rápido compartilhamento de patógenos, sem, no entanto, nenhuma garantia de contrapartida ou repartição de benefícios com os países ou populações que compartilharam a relevante informação genética para o desenvolvimento de seus produtos.

Importante frisar que tal compartilhamento de material genético e com subsequente compartilhamento de benefícios não é novidade: ele está previsto no *Pandemic Influenza Preparedness Framework* (PIP) da OMS, referente ao vírus da influenza pandêmico. O Anexo II deste instrumento traz disposições que se qualificam como medidas concretas de ABS, como o compartilhamento da tecnologia, preços acessíveis, desenvolvimento de capacidades laboratoriais ou de vigilância, doações de tratamentos etc. Embora o Anexo II do PIP jamais tenha sido implementado – pois desde a sua criação, em 2011, não houve uma pandemia de vírus influenza – o ponto de partida do marco jurídico para futuras pandemias deve levá-lo em

²¹ “A whole-of-society approach to public integrity requires companies, civil society organisations and individuals to ensure that their engagement with the public sector respects the shared ethical norms, principles and values of society”, 5. Whole-of-society,

In: OCDE, OECD Public Integrity Handbook, 2020 <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b3090ab7en/index.html?itemId=/content/component/b3090ab7-en>

conta. O CA+ não pode incluir linguagem meramente de princípios e menos cogente do que o marco normativo atualmente em vigor para o enfrentamento de uma pandemia de influenza. Compromissos voluntários já existem no marco do Protocolo de Nagoya da Convenção de Diversidade Biológica, com limitada adoção e sem a devida natureza vinculante.

Não obstante, o artigo 9 do projeto conceitual preliminar inclui questões significativamente diferentes, o que pode gerar confusão na compreensão do seu escopo e objetivos. Seu inciso 1 trata de *ABS* em razão do compartilhamento de material genético relevante para detecção e contenção de patógenos com potencial pandêmico, como já foi dito. O inciso 2, por sua vez, ao apontar as formas de alcançar esse objetivo, lança mão de questões distintas e relacionadas especificamente à disponibilização de produtos acabados para controle e tratamento. As formas de disponibilização e acesso a testes diagnóstico, vacinas, medicamentos e outros equipamentos merecem maior destaque e não devem ser inseridas em meio à discussão sobre sistema de compartilhamento de material genético e construção de sistema de compartilhamento de benefícios particular.

Não é demais recordar que a experiência da covid-19 mostrou que o compartilhamento voluntário de tecnologias, por meio do *Technology Access Pool* (C-TAP) por exemplo, não funciona a contento ou no tempo adequado. Mecanismos coercitivos não parecem adequados, entretanto, é possível pensar em instrumentos multilaterais de financiamento à pesquisa e desenvolvimento, construção de infraestrutura, treinamento e capacitação de recursos humanos dedicados a países em desenvolvimento e arranjos regionais no Sul Global.

Outro ponto relevante em matéria de acesso a tecnologias de saúde são os princípios e condicionalidades de acesso vinculados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). É sabido que uma parcela esmagadora dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de saúde tem sua origem em recursos públicos, particularmente para pesquisa básicas, com menor potencial de êxito e que em grande parte servem de base para o desenvolvimento de ferramentas para enfrentar doenças com potencial pandêmico. O Instituto Nacional de Saúde (NIH) dos Estados Unidos, por exemplo, anualmente dispõe de um orçamento de 30 bilhões de dólares de financiamento público para pesquisa de medicamentos. Segundo levantamento realizado pela organização Médicos Sem Fronteiras, estima-se que 75% das novas entidades químicas (medicamentos inovadores) que foram aprovadas pela agência regulatória dos Estados Unidos, entre 1993 e 2004, tiveram significativos investimentos públicos em ensaios clínicos para a segurança, qualidade e eficácia de tratamentos aprovados.

No desenvolvimento de vacinas para o enfrentamento da covid-19 não foi diferente, pois a maior parte dos recursos derivou de financiamento público da pesquisa, ou de compra a risco de candidatos vacinais que poderiam não resultar em benefícios terapêuticos.

Ocorre que, apesar dos vultosos recursos públicos, geralmente a tecnologia desenvolvida é posteriormente licenciada para uma indústria farmacêutica que, de regra, reivindica direitos de propriedade intelectual. Desta forma, fica a cargo do setor privado a definição de preços e alocação, distribuição, manufatura e controle das tecnologias de saúde desenvolvidas. É amplamente documentado o abuso de preços e as inequidades de distribuição de tratamentos que daí decorrem. Por este motivo, atores da sociedade civil e países em desenvolvimento vem requisitando que os governos que financiaram a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de saúde exerçam sua prerrogativa de financiadores por meio de regulações, princípios e práticas vinculantes que visem garantir um acesso, produção e distribuição mais equitativos das tecnologias que financiaram.

O projeto conceitual preliminar traz uma importante contribuição no sentido de exigir que sejam desenvolvidas normas e práticas para melhor governança da P&D realizada com recursos públicos de produtos para enfrentamento de pandemias. Tal disposição objetiva garantir maior acesso equitativo, acessibilidade (*affordability*), incluindo condições sobre distribuição, manufatura, licenciamento, transferência de tecnologia e políticas de preços para referidas tecnologias.

Trata-se de um importante avanço, pois, até o momento, não há resolução da OMS ou documento que verse sobre esse tema, apesar de não ser uma prática nova. Organizações de P&D que recebem financiamento público, particularmente *Product Development Partnerships*, como a Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas, já possuem políticas e práticas nesse sentido. Atores que realizam P&D de vacinas para enfermidades com potencial pandêmico como o CEPI possuem políticas de acesso equitativo que são importantes, mas ainda excessivamente baseadas em princípios, e que dependem da boa-fé dos financiados/setor produtivo, desprovidas de suficiente efetividade até o momento.

Propriedade intelectual

A propriedade intelectual é um dos mais importantes temas envolvidos nesta negociação²², considerando o “apartheid de vacinas” hoje existente, expressão tornada célebre pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, que se refere diretamente à exclusão resultante da existência de um muro entre os países com acesso a vacinas e aqueles que não o possuem²³.

No entanto, não se trata de uma questão nova. Os primeiros tratamentos para HIV/aids já contam mais de 24 anos. Porém, aproximadamente 30% da população que deles necessita até hoje não conquistou o devido acesso. Os tratamentos de custo exorbitante para Hepatite C representaram uma revolução terapêutica há 8 anos, mas ainda estão fora do alcance de aproximadamente 80% das pessoas que os necessitem. Por outro lado, se hoje a poliomielite parece controlada (apesar do seu recente ressurgimento devido ao movimento antivacina/ciência) é porque a sua vacina não foi patenteada, e foi livremente replicada e distribuída de forma acessível.

Por tudo isto, o futuro CA+ deve ir além das normas programáticas, e enfrentar as raízes das inequidades em saúde. É necessário reorientar o sistema de inovação para que o acesso esteja no seu centro e deixe de constituir um monopólio. A pesquisa deve ser orientada para gerar evidências para saúde pública, e não somente a obtenção do registro e a comercialização de um produto.

A propósito, cabe felicitar a Presidência do OIN pela inclusão no projeto conceitual preliminar da referência à Declaração de Doha relativa ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (em inglês, TRIPS) e a Saúde Pública²⁴, concluído graças a um importante protagonismo brasileiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Enquanto o anteprojeto não fazia nenhuma referência a esta importante

²² A terceira nota técnica do GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI terá como tema a propriedade intelectual, baseada na segunda reunião do grupo que ocorreu em novembro. Será publicada em breve no site www.saudeglobal.org

²³ OXFAM Brasil. Desigualdades no acesso a vacinas contra a covid-19 no Brasil. Nov. 2022. <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-desigualdade-no-acesso-a-vacinas-contra-covid-19-no-brasil>

²⁴ Declaração Sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, Catar, de 09 a 14/11/2001.

norma²⁵, a nova minuta o refere em três momentos: nos itens 35 e 37 do Preâmbulo, e no inciso v do artigo 7.2.

Com efeito, é imprescindível que o futuro CA+ consolide a implementação de todas as flexibilidades do TRIPS (que não se limitam ao licenciamento compulsório, incluindo também várias limitações e exceções) como obrigações essenciais para a cooperação internacional em caso de pandemia. Igualmente importante sinalizar que os países devem incluir essas flexibilidades, específicas para pandemias e gerais para o acesso a medicamentos, assim como não devem adotar ações unilaterais, bilaterais, regionais e multilaterais em qualquer contexto que possa suprimir o exercício dessas flexibilidades

A falha em aprovar no âmbito da OMC uma suspensão efetiva dos direitos de PI de forma significativa para a pandemia de covid-19 e a dificuldade contínua de estender a atual decisão para medicamentos e diagnósticos, sinaliza os limites atuais da cooperação internacional. Espera-se que o futuro CA+ avance rumo a uma linguagem mais robusta, no sentido de indicar a suspensão dos direitos de propriedade intelectual e o mandatário compartilhamento de *know how* no caso de uma nova pandemia e/ou recrudescimento da pandemia da covid-19 em face de uma eventual nova variante.

Para este fim, o futuro CA+ deve definir a vinculação direta entre a declaração de uma ESPII e a suspensão de direitos de propriedade intelectual, restando ao Conselho do TRIPS a delimitação do alcance da suspensão em um prazo razoável. Tratar-se-ia de decisão formalmente circunscrita ao acordo em negociação na OMS, mas que criaria uma importante pressão sobre o Conselho do TRIPS e sobre a Assembleia Geral da OMC.

A imediata suspensão de direitos de propriedade intelectual quando da declaração de uma emergência seria importante justamente pela insuficiência das flexibilidades existentes no TRIPS para lidar com uma emergência como a covid-19, e pelo fato da decisão sobre a proposta de *waiver* alcançada no âmbito da OMC ser, na realidade, a mera reafirmação do uso da licença compulsória.

Por fim, cabe comentar a importância de disposições sobre a transparência. Os altos preços de medicamentos, vacinas e diagnósticos são frequentemente justificados pela indústria farmacêutica pelo alegado custo de bilhões em P&D para trazê-los ao mercado. No entanto, as empresas não divulgam rotineiramente quanto realmente gastam em P&D em detalhes.

Os ensaios clínicos são amplamente considerados como a parte mais cara desse processo, mas seus custos raramente são divulgados, mesmo quando são financiados pelo setor público. Torná-los públicos informaria a tomada de decisões com base em evidências e o desenvolvimento de políticas, além de permitir que governos e provedores de tratamentos regulassem e negociassem preços com mais eficácia.

Neste diapasão, há uma série de iniciativas multilaterais que visam melhorar a colaboração e a coordenação global relacionadas ao desenvolvimento e acesso a produtos médicos.

Uma delas é a resolução sobre ensaios clínicos que foi apresentada e adotada na AMS de 2022²⁶. Embora esta iniciativa vise fortalecer a coordenação de ensaios clínicos, evitar a

²⁵ OMS, A/INB/2/3, 13 Jul. 2022, Working draft, presented on the basis of progress achieved, for the consideration of the INB at its second meeting https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb2/A_INB2_3-en.pdf

²⁶ OMS, WHA75.8, 27 Maio 2022, Strengthening clinical trials to provide high-quality evidence on health interventions and to improve research quality and coordination https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_R8-en.pdf

duplicação de esforços e incentivar a publicação oportuna de dados, a resolução perdeu a oportunidade de exigir relatórios de custos de ensaios clínicos, incluindo aqueles financiados pelo setor público. A resolução sobre transparência adotada pela OMS em 2019²⁷ dispõe que para “melhorar a transparência dos mercados de medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde” insta os Estados Membros a tomarem medidas para aumentar a divulgação e o acesso aos custos dos ensaios clínicos. Projetos de lei também estão começando a surgir em vários países com foco na divulgação dos custos de P&D, inclusive nos EUA e no Brasil.

O projeto conceitual preliminar apresenta melhora significativa em relação ao disposto na citada resolução da OMS de 2019, particularmente ao dispor sobre a transparência sobre o financiamento da pesquisa, custos e preços dos produtos para enfrentamento da pandemia, incluindo os valores referentes ao seu desenvolvimento, produção e distribuição. Apesar deste avanço, seria importante incluir no projeto o imperativo de transparência de contratos públicos e de licenças voluntárias de transferência de tecnologias.

Considerações finais: o incremento da liderança brasileira nos próximos passos das negociações

Segundo a proposta de calendário apresentada pela Presidência (Bureau) ao OIN²⁸, a quarta reunião do órgão ocorreria entre 27 de fevereiro e 3 de março de 2023, resultando na apresentação projeto preliminar de CA+ e na criação de um grupo de redação do novo acordo. Caso este calendário seja aprovado, as negociações devem prosseguir até a nona reunião do

OIN, prevista para 18 a 29 de março de 2024. O CA+ será submetido à aprovação da 77^a AMS.

O Brasil, que foi líder do campo da saúde global por mais de duas décadas, deve sua atuação à fertilização recíproca entre os princípios do SUS e as diretrizes da política externa brasileira, com destaque para a cooperação internacional com os países do Sul Global, principalmente os de língua portuguesa e os países sul-americanos²⁹.

A interface entre ambiente e saúde pode ser um ponto forte da atuação brasileira, historicamente ligado ao desenvolvimento sustentável (realizou, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro, que gerou as três Convenções sobre ambiente mais importantes da história: Clima, Biodiversidade e Desertificação; sediou, em 2012, também no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que foi o berço da Resolução das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 e seus ODS, em 2015) e aos determinantes sociais da saúde (em 2011, junto com a OMS, organizou a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, no Rio de Janeiro, que gerou a Declaração do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde)³⁰.

²⁷ OMS, WHA72.8, 28 Maio 2019, Improving the transparency of markets for medicines, vaccines, and other health products https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA72-REC1/A72_2019_REC1-en.pdf#page=25

²⁸ OMS, A/INB/3/4, 25 Nov. 2022, Proposal by the Bureau on an updated timeline and deliverables, development of the zero draft of the WHO CA+, and establishment of drafting group modalities https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb3/A_INB3_4en.pdf

²⁹ BUSS, Paulo. Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva* 2018, v. 23, n. 6, pp.1881-1890 <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05172018>

³⁰ BUSS, Paulo; GALVÃO, Luiz Augusto. 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, a agenda de saúde das Américas e a eleição da nova direção da Opas, Portal CEE/Fiocruz, 03 Out. 2022 <https://cee.fiocruz.br/?q=30-conferencia-sanitariapan-americanaagenda-de-saude-das-americas-direcao-da-opas>

No mesmo sentido, por sua atuação histórica, o Brasil tem vocação para liderar a defesa de um enfoque de direitos humanos das ESPIIs, com especial ênfase na afirmação paulatina de duas vinculações fundamentais: entre declaração de emergências e flexibilização de regras de propriedade intelectual, já explorada nesta nota; e entre medidas restritivas de direitos e a devida proteção social³¹, proposta que será detalhada em futuros documentos do GT.

A alternância de poder no plano federal permitirá que o Brasil abandone sua recente aproximação com alianças conservadoras internacionais que representam uma grave ameaça aos direitos humanos, e causou ruptura, perda ou inversão do protagonismo brasileiro em saúde, a depender do tema em apreço³².

Abre espaço, ainda, para que o Brasil recupere o “papel tradicional construtivo, embora crítico, nas agendas da saúde global”³³, explorando a variedade de atores envolvidos na movida internacional do campo, muito além do Ministério das Relações Exteriores; a retomada ou o fortalecimento de suas políticas públicas de saúde que são referência internacional; o relançamento de sua estratégia de cooperação internacional em saúde, agora com especial ênfase na diplomacia das vacinas³⁴; e o protagonismo em foros regionais multilaterais, que inclui a organização e/ou presidência de conferências internacionais, e a coordenação de posições para construção de propostas que contemplem os interesses do Sul Global.

No que se refere ao CA+, o Brasil desfruta de posição privilegiada para construção de consensos e formulação das propostas, na medida em que representa a região das Américas na presidência das negociações. A esta posição deve corresponder uma posição igualmente na agenda política nacional sobre o assunto, que inclui mecanismos de coordenação interministerial e de diálogo com a sociedade civil, o Congresso Nacional e os governos estaduais e municipais.

O eixo comum entre os comentários e propostas apresentados nesta nota é a preocupação com a redução das iniquidades em saúde que se verificam antes, durante e depois das pandemias. Juntamente com outros aportes e propostas que formularemos ao longo do processo de negociações, esta nota pretende contribuir com a discussão do novo posicionamento brasileiro sobre o futuro CA+, entre outras normas de saúde imprescindíveis para que a catástrofe brasileira da resposta à covid-19 jamais se repita, no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

Lista de abreviações

ABS – Access and Benefit Sharing

AMS – Assembleia Mundial da Saúde

CA+ – Future Zero Draft (futuro projeto preliminar de acordo sobre pandemias)

³¹ VIEGAS, Leandro; VENTURA, Deisy; VENTURA, Miriam. A proposta de convenção internacional sobre a resposta às pandemias: em defesa de um tratado de direitos humanos para o campo da saúde global. *Cadernos de Saúde Pública* 2022, v. 38, n. 1, e00168121 <https://doi.org/10.1590/0102-331X00168121>

³² TRIVELLATO, Paulo; VENTURA, Deisy. The decline of Brazil in the global health field: Rupture, loss, and reversal of leadership in the international health agenda

³³ VENTURA, Deisy; BUENO, Flávia. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. *Foro Internacional*, 30 Mar. 2021 <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2835/>

³⁴ BUSS, Paulo; TOBAR, Sebastián. COVID-19 e as oportunidades de cooperação internacional em saúde. *Cadernos de Saúde Pública* 2020, v. 36, n. 4, e00066920 <https://doi.org/10.1590/0102-311X00066920>

C-TAP – Technology Access Pool
ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
GAVI – Aliança Global de Vacinas
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
RSI – Regulamento Sanitário Internacional
SUS – Sistema Único de Saúde
TAG/UHPR – Technical Advisory Group for UHPR
TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
UHPR – Universal Health and Preparedness Review

Retrospectiva de 2022 e perspectivas para 2023 em Ambiente e Saúde

Danielly Magalhaes e Guto Galvão

Quase três anos após o surto de Covid-19, o mundo ainda luta para deixá-la para trás. Embora seja cedo para os balanços finais, algumas das consequências são claras. A pandemia exacerbou desigualdades pré-existentes, ao mesmo tempo em que foi alimentada por elas. As conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) retrocederam em anos, e o cenário continua caótico. Não há um caminho claro sobre como recuperar o status anterior. Outras zoonoses, como Marburg e Monkeypox, continuam a surgir em todo o mundo. Prioridades erradas foram tomadas; ondas de desinformação perturbam a confiança na ciência; investimentos em guerras e combustíveis fósseis estão impulsionando o mundo em crise climática e insegurança energética e alimentar.

O ano de 2022 era para ter sido um ano para arrumar a casa e investir numa reconstrução centrada em equidade e crescimento econômico sustentável, que considerasse a tripla crise planetária das mudanças climáticas, perda da Biodiversidade e poluição. A pandemia trouxe uma necessidade de solidariedade e maior aproximação entre os líderes mundiais, mas aí veio a Guerra entre Ucrânia e Rússia que parecia durar alguns dias e se estendeu por todo o ano. Como qualquer outra guerra, além das perdas humanas, a degradação ambiental, a destruição de estruturas que já demandaram recursos da natureza, a perda da biodiversidade e a poluição do ar, solo e água são danos que irão perdurar por décadas. Observamos bilhões de dólares investidos na guerra, enquanto o investimento de US\$ 100 bilhões por ano para mitigação climática nunca foi alcançado. Junto da guerra, a crise energética, devido às sanções aplicadas ao gás da Rússia, demandou o aumento do uso de energia a base de carvão na Europa, atingindo picos de emissão em 2022, enquanto o investimento em energia renováveis, apesar de terem aumentado, continuam insuficientes.

Na América Latina e Caribe (ALAC), as crises globais que se sucedem, agravaram ainda mais intensamente a saúde, além da austeridade implantada pelos governos de extrema direita, que aprofundaram as desigualdades, ferindo os direitos humanos em prol da economia e de um desenvolvimento desenfreado. É de extrema necessidade que os governos busquem uma agenda de convergência de saúde de políticas públicas sociais, econômicas, ambientais e em saúde conjunta da região da ALAC, focados nos grupos mais vulneráveis, mulheres e crianças. A pobreza estrutural multidimensional, juntamente com a inflação e alta de alimentos deixaram milhões de pessoas na região sob insegurança alimentar, enquanto poucos se tornaram milionárias. Segundo a CEPAL, a região retrocedeu 27 anos em pobreza e o emprego informal, sem garantias sociais, vem aumentando.

A Europa retrocedeu com seu plano de diminuir o uso de agrotóxico na produção de alimentos, a estratégia *Farm to Fork*, devido à crise alimentar também ocasionada pela guerra por conta do bloqueio dos fertilizantes russos e em consequência das mudanças climáticas.

No Brasil, o desmatamento alcançou recordes, 2000 campos de futebol por dia, a Amazônia atingiu pontos de inflexão (incapacidade de se recuperar) em vários locais e perdeu o status de pulmão do mundo – o carbono que a floresta absorve da atmosfera é compensado pela quantidade de carbono liberada. A comissão para a convenção de Minamata foi paralisada e o garimpo ilegal se apropriou de terras indígenas, poluiu os rios com mercúrio e afetou de todas as formas os povos originários, somados modificações na legislação para favorecer o agronegócio, grileiros e atividades ilegais.

O continente Africano não só sofreu com a demora pela vacina da COVID-19, como também vem sucumbindo desproporcionalmente aos impactos das mudanças climáticas. A região já sofre com secas severas, inundações violentas e condições meteorológicas extremas. A região da Etiópia, Somália e partes do Quênia já sofrem consequências mortais das secas, o número de pessoas sem acesso confiável à água potável nessas regiões aumentou de 9,5 milhões em fevereiro para 16,2 milhões em julho. A Somália corre o risco de outra fome após uma década atrás que matou centenas de milhares de pessoas. Cerca de 250 mil pessoas morreram de fome no país, metade delas crianças, entre 2010 e 2012. Estima-se que mais de 80 milhões de pessoas em Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda estejam atualmente em situação de insegurança alimentar. Em toda a região do Sahel, a disponibilidade de água caiu mais de 40% nos últimos 20 anos devido às mudanças climáticas e outros fatores. As mudanças climáticas intensificam os processos de migração interna. Estima-se que cerca de 86 milhões de pessoas na África subsaariana e 19 milhões no norte da África podem se tornar migrantes internos até 2050.

As inequidades, o aumento da pobreza e da fome aumentam ainda mais a pressão sobre a Biodiversidade. Ainda “não caiu a ficha” que toda as funções vitais humanas dependem da biodiversidade - o ar que respiramos, a água que bebemos, a comida que comemos e o carbono e os nutrientes que alimentam nossos corpos. Mais da metade do PIB mundial é moderada ou altamente dependente da natureza e de seus serviços ecossistêmicos. Estima-se que 1 em cada 5 pessoas dependa de espécies silvestres para obter renda e alimentação, 70% dos pobres do mundo dependem diretamente de espécies silvestre, cerca de mais de 10.000 espécies silvestre são colhidas para alimentação humana, além de 2,4 bilhões (1 em 3 pessoas) dependem de lenha para cozinhar, cerca de 90% das 120 milhões de pessoas que trabalham na pesca de captura são sustentadas pela pesca de pequena escala. Essas são nossas estreitas relações com a biodiversidade.

A superexploração dos recursos naturais, a degradação dos ecossistemas, as mudanças climáticas e a poluição levarão a biodiversidade à sexta extinção em massa global. Nos últimos cinquenta anos, houve um declínio médio de 68% nas populações de mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios. E mais de 12,5% das espécies do mundo já estão em risco de extinção. A perda de biodiversidade é irreversível e não apenas criou uma crise ecológica, mas também exacerbou as mudanças climáticas, a pobreza, a insegurança alimentar, a escassez de água e o declínio dos resultados de saúde para as comunidades mais pobres. Cerca de 75% das doenças emergentes são zoonoses e geralmente ocorrem após o desmatamento de ambientes naturais. Não é possível atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sem interromper a perda de biodiversidade.

O novo Global Biodiversity Framework visa deter a perda de biodiversidade até 2030 e alcançar metas ambiciosas de recuperação e restauração até 2050. Esperamos que esse pacto obtenha maior engajamento porque Aichi não obteve sucesso. Entretanto, a biodiversidade ainda é pouco compreendida e protegida, foi o que vemos em todos os discursos de líderes durante a AGNU - a atenção maior é o clima. Além de todos os benefícios já descritos, a biodiversidade fornece uma fonte infinita de diversidade molecular e inspiração para inovação tecnológica.

O novo Acordo legalmente vinculante para eliminação de plásticos de uso único foi um dos maiores sucessos e destaque do ano, com vigência para 2024. Em 2022, estudos encontraram microplásticos no sangue humano e no leite materno, ainda não se sabe o efeito dos microplásticos no organismo. A poluição é um impacto ainda silencioso que a saúde e os

governos ainda não sabem como monitorar, mensurar seus efeitos, estabelecer as relações causais e políticas públicas de proteção e controle. Antes, banir uma substância em um país poderia trazer segurança, mas hoje parece que a Terra está mais redonda do que nunca e tudo afeta a todos – talvez porque já atingimos alguns limites planetários - sendo que alguns povos e pessoas são afetados de formas desproporcionais.

Dentro da crise da Poluição, vimos a inclusão de lixo elétrico e eletrônico nas Convenções de Roterdã e Basiléia, mas também vimos o fracasso dos registros de saúde dos países apresentados na Convenção de Minamata, mostrando falta de engajamento do setor saúde com o ambiental. Nesta, conseguiu-se avançar na restrição do uso de amalgama dentário em grávidas e crianças e banir alguns equipamentos. Na convenção de Estocolmo, o uso do DDT está sob aviso prévio, com intenção de ser banido no próximo ano – mas o aumento dos casos de malária por conta das mudanças climáticas dificilmente vai permitir que seja banido. Não só o DDT, mas as mudanças climáticas vão exigir maior uso de inseticidas em quantidade e periodicidade, altas temperaturas e radiação solar aumentam a evaporação e degradação desses compostos; ao mesmo tempo que encurta o ciclo de vida dos insetos, favorecendo a proliferação. Esse envenenamento silencioso passa despercebido pelo olhar dos gestores, mas a ciência tem mostrado associações entre a exposição a pesticidas e doenças metabólicas, infertilidade, cânceres e doenças neurológicas.

Outra conquista do ano de 2022, a entrada do Fundo De Perdas e Danos no novo Plano de Implementação Climática de Sharm-El Sheik, que promete doações dos países ricos para países vulneráveis ao clima. Mas que pode também ser interpretado como uma derrota declarada de que os países ricos não conseguirão reduzir suas emissões no tempo. A COP 27 se limita exclusivamente às emissões, mas deveria considerar também os impactos, como os na saúde que muitas vezes não aparecem nos Planos Nacionais de Adaptação.

Os ganhos em saúde estão entre os benefícios social e economicamente mais valiosos da proteção ambiental e, portanto, a força motivadora mais forte para apoio público e ação política. Notavelmente, as mesmas medidas que são necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, de baixo carbono e resiliente ao clima, por exemplo, por meio de sistemas de transporte mais sustentáveis, cidades mais saudáveis, fontes de energia mais limpas e melhor gerenciamento dos riscos ambientais - beneficiariam muito a saúde pública, reduzindo pelo menos 7 milhões de mortes por poluição do ar em todo o mundo a cada ano.

A saúde tem um desafio enorme de se descentralizar e compor com outros setores, principalmente com o Ambiental, juntos, são os mais afetados pelo crescimento econômico baseado no lucro e que fere os direitos humanos. Outro destaque desse ano - um ambiente saudável também virou direito humano.

Os impactos da pandemia e das mudanças climáticas trouxeram excelentes oportunidades para mobilizar esforços combinados para fortalecer as comunidades de saúde e meio ambiente e promover benefícios mútuos.

Em suma, o ano de 2022 foi um ano para fechar os acordos que foram adiados durante a pandemia e esperamos que 2023 seja o ano das ações efetivas e que em pouco tempo elas fiquem mais ambiciosas porque as promessas que temos hoje não são suficientes para conter o aumento da temperatura em 1.5°C, mas sim a 2.4 °C (vide relatório da lacuna das emissões abaixo), e o prognóstico é de insegurança alimentar e crise energética com alta exploração de combustíveis fósseis.

Destaques da Quinzena

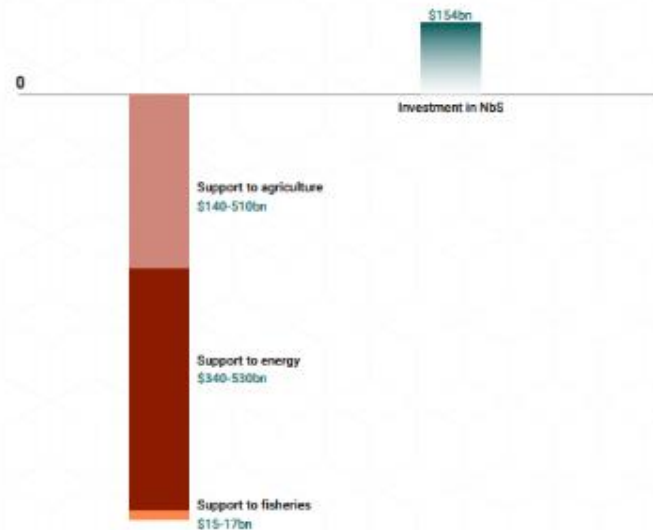
Relatório PNUMA sobre o Estado das Finanças para a Natureza 2022

A [segunda edição do relatório State of Finance for Nature](#), publicado em 1º de Dezembro revela que as soluções baseadas na natureza ainda são significativamente subfinanciadas. Se o mundo quiser deter a perda de biodiversidade, limitar a mudança climática abaixo de 1,5°C e alcançar a neutralidade da degradação da terra até 2030, os atuais fluxos financeiros para NbS devem dobrar urgentemente até 2025, triplicar até 2030 e quadruplicar até 2050 em relação aos investimentos atuais em soluções baseadas na natureza de US\$ 133 bilhões (usando 2020 como ano base).

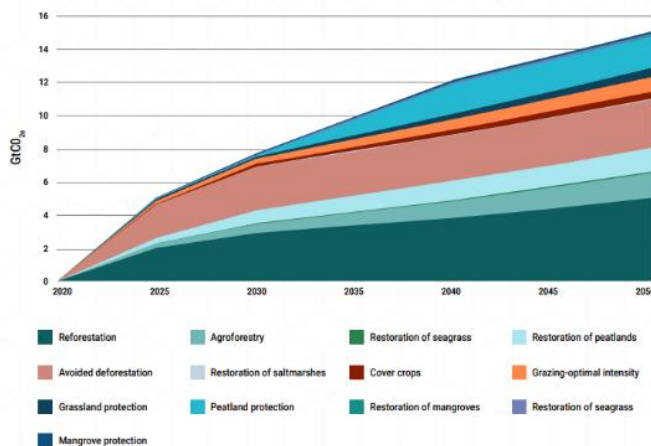
O investimento do setor privado em NbS deve aumentar em várias ordens de magnitude nos próximos anos, dos atuais US\$ 26 bilhões por ano, o que representa apenas 17% do investimento total em NbS. O investimento em NbS marinho constitui apenas 9 por cento do investimento total em NbS.

Despesas negativas com a natureza superam em muito os investimentos em soluções baseadas na natureza – Os gastos do governo com subsídios prejudiciais ao meio ambiente para pesca, agricultura e combustíveis fósseis são estimados em US\$ 500 bilhões a 1 trilhão por ano, o que é três a sete vezes maior do que os investimentos públicos e privados em NbS. Esses fluxos prejudicam severamente os esforços para alcançar metas ambientais críticas. Embora faltem evidências robustas, é amplamente reconhecido que os fluxos financeiros privados são predominantemente negativos para a natureza e quase certamente exacerbam a situação.

Potentially nature-negative public financial flows, \$ billion per year (2022 US\$)



Greenhouse gas (GHG) removals by activity under the 1.5°C scenario, 2022 to 2050, GtCO₂e/year



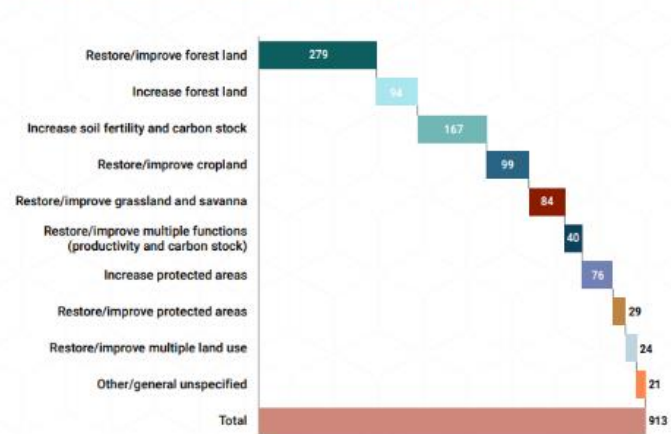
A biodiversidade é extremamente necessária para reduzir os efeitos negativos das mudanças climáticas. Habitats conservados ou restaurados podem remover o dióxido de carbono da atmosfera, ajudando assim a lidar com a mudança climática armazenando carbono (por exemplo, reduzindo as emissões de desmatamento e degradação florestal).

Os quatro principais gases do efeito estufa são o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e os halocarbonetos ou CFCs (gases que contêm flúor, cloro e bromo). Esses gases podem permanecer na atmosfera por diferentes períodos, de meses a milênios, e afetar o clima em escalas de tempo muito diferentes. Por isso é tão importante que, além de reduzir as emissões, a biodiversidade seja conservada e restaurada porque mesmo após reduzir as emissões, os gases de efeito estufa vão continuar presentes aquecendo a atmosfera.

Com financiamento suficiente, NbS fornece o meios para mitigar de forma econômica o clima, a biodiversidade e impedir a degradação da terra, especialmente se os investimentos tiverem como alvos simultâneos contribuir para a biodiversidade (Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação [NBSAPs]), clima (Contribuições Nacionalmente determinadas [NDC]) e restauração (Neutralidade da Degradação do Solo [LDN]). Esta vitória “dupla” ou “tripla” potencial é particularmente atraente dada a situação econômica e geopolítica atual.

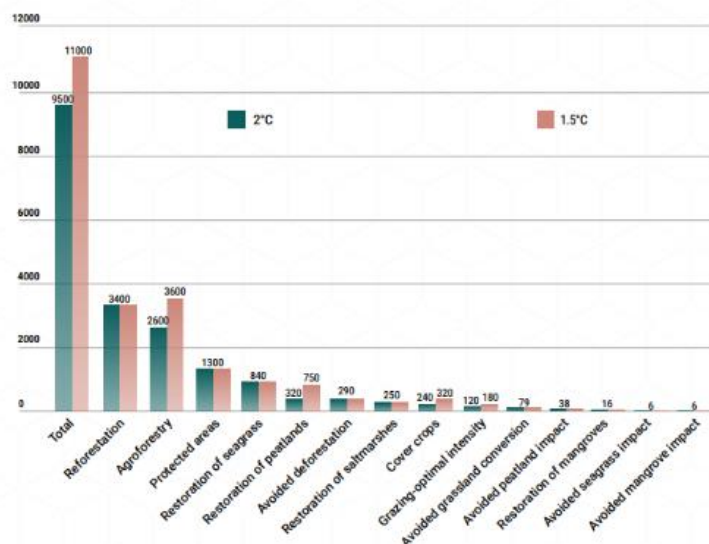
Entretanto, o relatório aponta que a janela de tempo para as ações está fechando e é preciso ações concretas para se ter resposta suficiente. Políticos, empresários e líderes financeiros e cidadãos em todo o mundo devem transformar sua relação com a natureza para trabalhar com ela e não contra ela. Este relatório dá esperança - se dobrarmos rapidamente as finanças para NbS, podemos interromper a perda de biodiversidade, que contribuem significativamente para redução de emissões (5 GtCO₂/ano até 2025 aumentando ainda mais para 15 GtCO₂/ano até 2050 no cenário de 1,5°C) e restaurar perto de 1 bilhão ha de terra degradada. A lado mostra a área necessária para restauração.

Global land restoration commitments by 2030, million hectares



Os investimentos em NbS para atingir 1.5°C não diferem muito em 2°C, porém os impactos esperados são significativos, o que mostra que os esforços devem se focar para 1.5°C. Segundo o relatório, para complementar a mitigação não baseada na natureza, o investimento

Cumulative investment needs from 2022 to 2050 in 1.5°C and 2°C scenarios, \$ billion (2022 US\$)



cumulativo (2022-50) em NbS necessário para atingir a meta de 1,5°C em linha com o Acordo de Paris é de pelo menos US\$ 11 trilhões (em comparação com uma estimativa acumulada necessidade de investimento de US\$ 9,5 trilhões no aquecimento de 2°C cenário).

É fundamental alinhar rapidamente políticas, regulamentação, atividade econômica e fluxos financeiros com os valores da biodiversidade e com o Acordo de Paris. Os governos precisam estabelecer metas críticas para a perda de biodiversidade, tomar medidas urgentes para aumentar a ambição e implementar metas de redução de emissões de acordo com o Acordo de Paris e os compromissos de ação de restauração da terra. Essas metas devem ser apoiadas por ampla mobilização de recursos de todas as fontes. Os atores públicos e privados precisam mobilizar o financiamento necessário e fechar a lacuna financeira, enquanto os governos ancoram as metas na regulamentação/legislação nacional.

Relatório PNUMA sobre a Lacuna de Emissões 2022

À medida que os crescentes impactos das mudanças climáticas são experimentados em todo o mundo, a mensagem de que as emissões de gases de efeito estufa devem cair é inequívoca. No entanto, [o Emissions Gap Report 2022: The Closing Window – A crise climática exige uma rápida transformação das sociedades](#) constata que a comunidade internacional está muito aquém das metas de Paris, sem nenhum caminho confiável para 1,5°C. Somente uma transformação urgente em todo o sistema pode evitar o desastre climático.

O relatório é a 13ª edição de uma série anual que fornece uma visão geral da diferença entre onde as emissões de gases do efeito estufa estão previstas para 2030 e onde deveriam estar para evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

O relatório mostra que as promessas nacionais atualizadas desde a COP26 – realizada em 2021 em Glasgow, Reino Unido – fazem uma diferença insignificante nas emissões previstas para 2030 e que estamos longe da meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global bem abaixo de 2°C, de preferência 1,5°C. As políticas atualmente em vigor apontam para um aumento de temperatura de 2,8°C até o final do século. A implementação das promessas atuais

apenas reduzirá isso para um aumento de temperatura de 2,4-2,6°C até o final do século, para promessas condicionais e incondicionais, respectivamente.

O relatório conclui que apenas uma transformação urgente em todo o sistema pode gerar os enormes cortes necessários para limitar as emissões de gases de efeito estufa até 2030: 45% em comparação com projeções baseadas em políticas atualmente em vigor para atingir 1,5°C e 30% para 2°C. Este relatório fornece uma exploração aprofundada de como realizar essa transformação, observando as ações necessárias nos setores de fornecimento de eletricidade, indústria, transporte e edifícios e nos sistemas financeiro e alimentar.

O Relatório do PNUMA de Lacunas de Adaptação Climática 2022

A mudança climática está desferindo golpe após golpe sobre a humanidade e o planeta, um ataque que só se intensificará nos próximos anos, mesmo que o mundo comece a reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O Relatório de [“Lacunas de Adaptação do PNUMA 2022: muito pouco, muito lento - falha na adaptação climática coloca o mundo em risco”](#) constata que o mundo deve aumentar urgentemente os esforços para se adaptar a esses impactos das mudanças climáticas.

O relatório analisa o progresso no planejamento, financiamento e implementação de ações de adaptação. Pelo menos 84% das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) estabeleceram planos, estratégias, leis e políticas de adaptação – 5% a mais do que no ano anterior. Os instrumentos estão melhorando na priorização de grupos desfavorecidos, como os povos indígenas.

No entanto, o financiamento para transformar esses planos e estratégias em ação não está acontecendo. Os fluxos financeiros de adaptação internacional para os países em desenvolvimento estão 5 a 10 vezes abaixo das necessidades estimadas e a diferença está aumentando. As necessidades anuais estimadas de adaptação são de US\$ 160-340 bilhões até 2030 e US\$ 315-565 bilhões até 2050.

A implementação de ações de adaptação – concentradas na agricultura, água, ecossistemas e setores transversais – está aumentando. No entanto, sem uma mudança radical no apoio, as ações de adaptação poderiam ser superadas pela aceleração dos riscos climáticos, o que aumentaria ainda mais a lacuna de implementação da adaptação.

O relatório analisa os benefícios de priorizar ações que reduzem as emissões de gases de efeito estufa e ajudam as comunidades a se adaptarem, como soluções baseadas na natureza, e pede aos países que intensifiquem o financiamento e a implementação de ações de adaptação. Além disso, o relatório discute a eficácia da adaptação e analisa os vínculos e co-benefícios entre adaptação e mitigação.

Terceira Conferência Ministerial Global de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana

A [Terceira Conferência Ministerial Global de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana](#), foi realizada em Muscat, Omã, de 24 a 25 de Novembro de 2022, onde as metas para enfrentar o desafio da resistência antimicrobiana global (AMR) foram discutidas pela primeira vez. A conferência e suas metas numéricas para o uso de antimicrobianos nos setores humano e animal abrirão caminho para compromissos políticos ousados na próxima Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre RAM em 2024.

A conferência acordou o Manifesto Ministerial de Mascate, que estabelece as três metas globais:

- Reduzir a quantidade total de antimicrobianos usados em sistemas agroalimentares em pelo menos 30-50% até 2030, galvanizando esforços nacionais e globais;
- Preservar antimicrobianos de importância crítica para a medicina humana, acabando com o uso de antimicrobianos de importância médica para promoção do crescimento em animais;
- Garantir que os antibióticos do grupo 'Acesso' (uma categoria de antibióticos acessíveis, seguros e com baixo risco de RAM) representem pelo menos 60% do consumo total de antibióticos em humanos até 2030.

As metas acordadas globalmente serão essenciais para proteger a eficácia dos antimicrobianos e conter o desenvolvimento da RAM em todo o mundo, bem como reduzir a poluição ambiental, diminuindo, por sua vez, a propagação da RAM.

Os países também se comprometeram a implementar Planos de Ação Nacionais para RAM e fortalecer a vigilância por meio de relatórios e gerenciamento de dados aprimorados, envolvimento do setor privado e implementação de práticas baseadas em evidências.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, fundada como OIE), conhecida como Quadripartite, dão as boas-vindas aos resultados da Conferência para acelerar a ação sobre RAM.

A pandemia de COVID-19 pode ter restringido os esforços globais para lidar com a RAM, mas também demonstrou os vínculos críticos entre humanos, animais e o ecossistema ambiental. Uma série de partes interessadas – incluindo os setores de saúde, farmacêutico, veterinário, segurança alimentar, agrícola e ambiental – têm uma responsabilidade compartilhada de continuar a responder coletivamente à RAM.

“A FAO reconhece a importância de reduzir a necessidade de antimicrobianos nas fazendas e em breve lançará uma iniciativa global de 10 anos para fornecer apoio abrangente aos membros com foco na transformação dos sistemas agroalimentares para contribuir com essa redução”, disse o diretor-geral da FAO, QU Dongyu.

“O autorrelato dos países indica que um terço dos Planos de Ação Nacionais sobre RAM não inclui o meio ambiente. Isso sinaliza a importância crítica de apoiar os países a impulsionar ações para prevenir e reduzir a poluição ambiental. O fardo da RAM pode ser reduzido se nos concentrarmos em todas as suas dimensões e trabalharmos juntos. O PNUMA está empenhado em trabalhar com os Estados Membros e parceiros-chave, incluindo as organizações quadripartidas, para abordar a RAM”, disse o Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do PNUMA, Inger Andersen.

“A resistência antimicrobiana é um dos desafios mais urgentes e complexos do nosso tempo e, talvez por não ser tão dramática quanto uma pandemia, uma guerra ou uma emergência humanitária, não atrai a mesma atenção”, disse o diretor da OMS. General, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus. “É minha firme esperança que esta reunião abra caminho para

compromissos políticos ousados – e concretos – na Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU de 2024 sobre AMR”.

A conferência marca a conclusão da Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana, uma campanha global anual de uma semana que reúne líderes de todos os setores para destacar as ações necessárias para preservar e proteger antimicrobianos.

Dica para panorama mundial sobre impactos ambientais.

O PNUMA lançou uma plataforma chamada [World Environment Situation Room](#) que monitora com sensoriamento remoto a medição de diversos impactos ambientais, como clima, biodiversidade, resíduos e vários outros no mundo inteiro. Onde é possível visualizar mapas e personalizá-los adicionando camadas de dados.

Com um mundo do trabalho cada vez mais contraditório e injusto, a centenária OIT busca ocupar novos espaços e renova o seu discurso

René Mendes

Semelhanças e diferenças, 100 anos depois

Criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) nasceu para pôr em prática a crença de que a paz universal e duradoura somente poderia ser alcançada se fosse baseada na **justiça social**.

A Constituição da OIT foi elaborada no início de 1919 pela Comissão do Trabalho, presidida por Samuel Gompers, chefe da Federação Americana do Trabalho (AFL) nos Estados Unidos. Foi composta por representantes de nove países: Bélgica, Cuba, Tchecoslováquia, França, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido e Estados Unidos.

O processo resultou em uma **organização tripartite**, única no gênero, reunindo em seus órgãos executivos representantes de **governos, empregadores e trabalhadores**.

As forças motrizes para a criação da OIT surgiram de considerações de segurança, humanitárias, políticas e econômicas. Os fundadores da OIT reconheceram a importância da **justiça social** para assegurar a paz, num contexto de exploração dos trabalhadores nas nações industrializadas da época. Houve também uma crescente compreensão da interdependência econômica mundial e da necessidade de cooperação para obter similaridade de condições de trabalho em países que competem por mercados.

Refletindo essas ideias, o Preâmbulo da Constituição da OIT enunciava três “considerandos”³⁵:

- A paz universal e duradoura só pode ser estabelecida se for baseada na justiça social;
- Existem condições de trabalho que envolvem tanta injustiça, sofrimento e privação para um grande número de pessoas, que produzem uma inquietação tão grande que a paz e a harmonia do mundo estão em perigo; e uma melhoria dessas condições é urgentemente necessária;
- O fracasso de qualquer nação em adotar condições humanas de trabalho é um obstáculo no caminho de outras nações que desejam melhorar as condições em seus próprios países.

Por certo, o temor do comunismo e do anarquismo foi, também, um movente relevante, ainda que não tenha sido explicitado nos documentos históricos.

Para a OIT “as áreas de melhoria listadas no Preâmbulo permanecem relevantes hoje, incluindo a regulamentação do tempo de trabalho e da oferta de mão-de-obra, a prevenção do desemprego e o fornecimento de um salário digno adequado, a proteção social dos trabalhadores, crianças, jovens e mulheres. O Preâmbulo também reconhece uma série de princípios fundamentais, por exemplo, remuneração igual para trabalho de igual valor e

³⁵ <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>

liberdade de associação, e destaca, entre outros, a importância da educação vocacional e técnica.”³⁶

Por certo, muitas foram e têm sido as turbulências regionais e mundiais – inclusive a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) – que abalaram o ideário desta organização mais que centenária, que atualmente se apresenta como uma “agência especializada da Nações Unidas” que tem a missão de “**fazer avançar a justiça social e promover o trabalho decente**”.

A continuidade desta missão, porém em bases renovadas e ampliadas e contextualizada com as complexidades da contemporaneidade foi (re)afirmada na recente “**Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho**”³⁷, em 2019.

Os signatários do referido documento de 2019 consideraram que “a experiência do século passado confirmou que a ação contínua e concertada dos governos e representantes de empregadores e trabalhadores é essencial para a conquista da justiça social, da democracia e da promoção da paz universal e duradoura”. Entenderam, também que “tal ação trouxe avanços históricos no progresso econômico e social que resultaram em condições de trabalho mais humanas” e que “a persistência da pobreza, desigualdades e injustiças, conflitos, desastres e outras emergências humanitárias em muitas partes do mundo constituem uma ameaça a esses avanços e à garantia de prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos.”

A “**Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho**”, aprovada na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, em 21 de junho de 2019, reconhece que “o diálogo social contribui para a coesão geral das sociedades e é crucial para o bom funcionamento e produtividade da economia”. Reconhece, também, “a importância do papel das empresas sustentáveis como geradoras de empregos e promotoras de inovação e trabalho decente”. Reafirmando “que o trabalho não é uma mercadoria”, compromete-se “com um mundo de trabalho livre de violência e assédio”, ressaltando, também, “a importância de promover o multilateralismo, em particular para moldar o futuro do trabalho que queremos e para enfrentar os desafios do mundo do trabalho”, com um chamamento a todos os constituintes da OIT para “reafirmar seu compromisso inabalável e revigorar seus esforços para alcançar a justiça social e a paz universal e duradoura com a qual concordaram em 1919 e 1944”³⁸.

O referido documento de junho de 2019, afirma que a OIT celebra seu centenário em um momento de mudanças transformadoras no mundo do trabalho, impulsionadas por **inovações tecnológicas, mudanças demográficas, mudanças ambientais e climáticas e globalização**, bem como em um momento de **desigualdades persistentes**, que têm impactos profundos na **natureza e futuro do trabalho**, e sobre **o lugar e a dignidade das pessoas nele**. Assim, “é imperativo agir com urgência para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios para moldar um futuro de trabalho justo, inclusivo e seguro com emprego pleno, produtivo e livremente escolhido e trabalho decente para todos. Esse futuro do trabalho é fundamental para um desenvolvimento sustentável que acabe com a pobreza e não deixe ninguém para trás.”

A **Declaração do Centenário** prossegue, afirmando que “a OIT deve levar adiante em seu segundo século com vigor implacável o seu mandato constitucional para a **justiça social**,

³⁶ <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>

³⁷ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_711674.pdf

³⁸ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_711674.pdf

desenvolvendo ainda mais sua abordagem centrada no ser humano para o futuro do trabalho, que coloca os direitos dos trabalhadores e as necessidades, aspirações e direitos de todas as pessoas no centro das políticas económicas, sociais e ambientais. O crescimento da Organização nos últimos 100 anos em direção ao engajamento de todos significa que **a justiça social pode ser alcançada em todas as regiões do mundo** e que a plena contribuição dos constituintes da OIT para esse esforço pode ser assegurada somente por meio de sua plena, igual e participação democrática na sua governança tripartida.” (negritos introduzidos)

O presente artigo busca fazer, criticamente, uma breve síntese das diretrizes, programas, atividades e discursos da OIT no ano de 2022, identificando os principais destaques, a caminho de projeções sobre o ano de 2023, com base no que tem sido anunciado e publicado nos “planos e programas estratégicos” mais recentes; nas resoluções aprovadas pelas Conferências Internacionais do Trabalho (habitualmente realizadas na primeira quinzena de junho de cada ano, em Genebra) e dos discursos e declarações de seu Diretor Geral e por meio de outros documentos oficiais. Saliente-se que as Conferências Internacionais do Trabalho são eventos tripartites – representantes de governos, de trabalhadores e de empregadores - dos 187 estados-membros da OIT, que reúnem de 4 a 5 mil participantes, ao longo de aproximadamente dez dias. As Conferências de 2020 e de 2021 foram realizadas virtualmente, em função da pandemia da Covid-19, e a de 2022 foi presencial (mas também híbrida), com cerca de 4 mil participantes.

Principais compromissos políticos da OIT, segundo o “Plano Estratégico 2022-2025”

A governança da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de ser em bases tripartites, tem uma estrutura complexa, com grande poder para o Conselho de Administração e a Conferência Internacional do Trabalho, e a execução por meio do Secretariado (“Bureau”, “Office” ou “Oficina”), este sediado em Genebra e com escritórios regionais e representações nacionais na maioria dos países-membros. A OIT valoriza a diferença entre a “Organização” e o “Secretariado”. Neste contexto de governança, está em vigência o **“Plano estratégico para 2022-2025”**³⁹, aprovado pelo Conselho de Administração, em novembro de 2020, do qual extrairemos o mais importante, em termos de visão institucional e áreas e temas prioritários de ação, os quais, pela conjuntura de então, foram fortemente influenciados pela pandemia da Covid-19. Buscou-se, também, dar consequência aos compromissos enunciados na **“Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho”**, de 2019.

Assim, o **“Plano estratégico para 2022-2025”** enunciou os grandes compromissos políticos da OIT para este triênio, dos quais destacamos e transcrevemos os seguintes:

. Alavancando vantagens comparativas permanentes: normas e ‘tripartismo’

Este Plano Estratégico foi concebido para garantir as condições em que a OIT possa aproveitar plenamente as suas duas vantagens comparativas distintivas e decisivas: as **normas internacionais do trabalho** e o **‘tripartismo’**. Por meio de sua “Iniciativa de Normas”, a OIT tem investido fortemente, em termos políticos e de recursos, para garantir que tenha um corpo claro, robusto e atualizado de normas internacionais do trabalho sujeitas a supervisão idônea e eficaz. Apesar dos progressos alcançados, esse objetivo ainda não foi totalmente alcançado. É importante que a OIT persista nesses esforços, reconhecendo que as questões a serem

³⁹https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_757564.pdf

abordadas são tecnicamente complexas, politicamente sensíveis e intimamente relacionadas e, portanto, precisam ser abordadas de forma integrada como um esforço único. Por mais exigente que seja, a conclusão deste exercício é uma pré-condição para a credibilidade e eficácia da espinha dorsal normativa que deve informar a **abordagem centrada no ser humano para a recuperação e o futuro do trabalho**. Em termos semelhantes, a OIT deve apoiar e promover o **tripartismo** nos seus próprios métodos de trabalho e tomada de decisão, bem como no aconselhamento e interação com os seus Estados-Membros, promovendo a prática e as instituições do **diálogo social** a todos os níveis e integrando a capacitação de organizações de trabalhadores e empregadores e ministérios do trabalho em todas as áreas de suas atividades técnicas.

. **Abordando a mudança no mundo do trabalho**

A “Declaração do Centenário” enfatiza a necessidade de moldar grandes transições no mundo do trabalho – **digital, ambiental e demográfica** em primeiro lugar. Essas transições são anteriores à pandemia da COVID-19 e permanecerão durante e depois dela. Mas a pandemia desencadeou uma reconsideração de questões fundamentais na forma como o trabalho é organizado, o que provavelmente redirecionará o ritmo e a direção da mudança à medida que novas opções políticas forem consideradas. Essas questões são frequentemente consideradas através da ideia de se tornar “um novo normal” no trabalho e na sociedade. Argumenta-se, também, que a COVID-19 atuou simplesmente como um acelerador do que já estava mudando, mas para muitos países a pandemia apenas reverteu as mudanças positivas dos últimos anos e os colocou de volta em seus caminhos de desenvolvimento e saída da pobreza. Também há debate sobre a necessidade de repensar os sistemas globais de produção com o objetivo de tornar as cadeias de suprimentos mais seguras, resilientes e socialmente justas. Será importante para a OIT entender as novas dinâmicas geradas pela COVID-19 e assumir um papel de liderança nos debates políticos que evoluirão com eles, enquanto o próprio mundo passa das limitações impostas pela coexistência com o vírus para um ambiente político menos restrito.

. **Abordando a necessidade de não deixar ninguém para trás**

A responsabilidade permanente da OIT e de seus Estados membros, decorrente do mandato da Organização para a **justiça social**, de estar atenta e ativa para **melhorar a situação daqueles que são mais vulneráveis e desfavorecidos no mundo do trabalho** foi destacada em os termos mais rígidos e cruéis pela experiência da pandemia. Aqueles que já estavam relativamente bem colocados no mercado de trabalho conseguiram, na maioria das vezes, resistir melhor à tempestade da COVID-19 do que os que estão na parte inferior da pirâmide. Assim, a intenção da **Agenda 2030** de ‘não deixar ninguém para trás’ aplica-se com particular força na atual conjuntura, quando as desigualdades e a marginalização são crescentes. Este imperativo aplica-se a todas as áreas de atividade da OIT, mas as lições da pandemia são particularmente convincentes nas seguintes áreas:

-- **Formalização do trabalho informal**. A pandemia alertou o mundo para a realidade de que dois em cada três trabalhadores ganham a vida em condições de informalidade e para as consequências, por vezes fatais, dessa situação. Existe a oportunidade de intensificar as intervenções políticas internacionais nos moldes já definidos pela OIT, a fim de acelerar significativamente o processo de formalização.

-- **Avançando uma agenda transformadora para alcançar a igualdade de gênero no trabalho**. Uma recuperação equitativa deve ser sensível ao gênero. Isso exigirá investimentos

em empregos, infraestrutura e serviços relacionados à assistência e abordagem do risco de violência e assédio no trabalho, principalmente em diversas formas de acordos de trabalho.

-- **Proteger e capacitar grupos desfavorecidos.** A recuperação da crise e o caminho para o trabalho decente serão mais difíceis para pessoas em grupos já desfavorecidos ou em situações vulneráveis, principalmente as mais atingidas pela pandemia. A formulação de políticas inovadoras será necessária para garantir sua inclusão em programas de recuperação pós-COVID-19 e setores emergentes nas economias digital e verde, com soluções que facilitem o desenvolvimento de habilidades, transições no mercado de trabalho e acesso à proteção social.

-- **Fortalecimento da proteção em diversas formas de trabalho.** Como os governos têm procurado fornecer apoio urgente a empresas e trabalhadores afetados pelas consequências da COVID-19, eles frequentemente se deparam com obstáculos relacionados ao status diferente e às vezes ambíguo das pessoas envolvidas em diferentes regimes de trabalho e direitos e benefícios associados a eles. A necessidade de garantir que todos os trabalhadores desfrutem de proteção adequada de acordo com a **Agenda do Trabalho Decente** foi acordada na OIT, mas ainda não foi alcançada. Se a pandemia resultar na introdução mais rápida de arranjos de trabalho inovadores, por exemplo, na forma de trabalho remoto e trabalho mediado por tecnologias digitais, essa necessidade se tornará ainda mais premente.

- Enfrentar o déficit global de proteção social

Enquanto a “**Declaração do Centenário**” já havia chamado à ação para promover a proteção social universal, a pandemia – da mesma forma que no caso da informalidade – destacou as consequências humanas de uma situação em que **apenas uma em cada três pessoas tem proteção integral, e mais da metade não tem proteção alguma**. Aqui, também, há potencial para aproveitar essa maior conscientização para acelerar o progresso da proteção social, não como uma resposta ‘ad hoc’ à interrupção episódica da vida profissional, mas **por meio de arranjos permanentes baseados em direitos**. A OIT tem responsabilidades constitucionais de longa data e um forte quadro normativo que a justifica e permite assumir a liderança nesta área. Alcançar resultados na escala necessária exigirá, no entanto, que o faça em estreita parceria com outras organizações internacionais com competências na área e que partilhem responsabilidades para ajudar a cumprir os objetivos relevantes da **Agenda 2030**. Esta área de trabalho poderá beneficiar de uma revisão da arquitetura existente para a cooperação internacional, com vista a melhorar a mobilização e utilização de recursos internacionais e a sua aplicação em combinação com recursos domésticos a nível nacional

- Abordando a segurança e a saúde no trabalho

A OIT estima que 2,3 milhões de pessoas perdem a vida a cada ano devido a lesões, acidentes ou doenças decorrentes do trabalho. Por sua própria natureza como uma emergência de saúde global, a COVID-19 tornou as pessoas mais conscientes da relação entre saúde e trabalho e dos riscos resultantes de medidas inadequadas de prevenção e remediação. Esses desenvolvimentos ocorrem em um momento em que a OIT tem decisões pendentes sobre a possível designação da segurança e saúde no trabalho como princípio fundamental e direito do trabalho, além daquelas que foram originalmente incluídas na Declaração de 1998⁴⁰. O trabalho da OIT nesta área dependerá necessariamente do resultado deste debate, seja antes ou durante o período do Plano Estratégico. Seja qual for o caminho seguido, deve permitir que a OIT atualize

⁴⁰ Ver adiante, decisão da 110ª Conferência Internacional do Trabalho, junho de 2022.

suas próprias atividades e as de seus Estados Membros, para tornar o trabalho em todos os ambientes seguro e propício ao bem-estar geral de todos os atores do mundo do trabalho.

- Abordando a recuperação global da crise do COVID-19

A extensão total e a natureza da crise econômica e social resultante da pandemia contínua da COVID-19 permanecem incertas. Existe uma grande incerteza sobre a trajetória futura da própria pandemia, a velocidade da recuperação econômica, o grau de destruição permanente de empregos e empresas e as mudanças estruturais decorrentes. Isso torna as projeções sobre o futuro imediato do trabalho mais perigosas do que o normal. No entanto, o que se sabe é que o mundo vive um choque dramático e sem precedentes, cujas repercussões se farão sentir ao longo da vigência do Plano Estratégico. Três áreas exigem ênfase e esforço específicos:

-- **Facilitar percursos de aprendizagem ao longo da vida e transições no mercado de trabalho.** Os trabalhadores precisarão de mais apoio para fazer transições suaves entre empregos, incluindo a oportunidade de adquirir e renovar habilidades. Isto será particularmente importante para a integração efetiva dos jovens no mercado de trabalho e para apoiar o envelhecimento ativo dos trabalhadores mais velhos. A tecnologia digital apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento de habilidades e aprendizagem ao longo da vida; no entanto, também são necessários esforços para reduzir a divisão digital e criar condições equitativas para todos.

-- **Assegurar um crescimento inclusivo e sustentável que crie emprego produtivo e trabalho decente.** Políticas macroeconômicas, comerciais, setoriais e industriais pró emprego serão essenciais para a agenda de recuperação e uma recuperação geradora de empregos. Esforços particulares terão de ser feitos para apoiar empresas, trabalhadores e setores mais necessitados, ao mesmo tempo em que facilitam a transformação estrutural para economias mais produtivas, sustentáveis e resilientes.

-- **Promover um ambiente propício para empreendimentos sustentáveis e empreendedorismo.** O apoio direcionado às empresas precisará se concentrar em produtividade, continuidade de negócios, formalização, micro, pequenas e médias empresas e cadeias de suprimentos domésticas e globais. A integração da proteção do meio ambiente em planos de recuperação e estratégias de desenvolvimento de longo prazo que aproveitam a capacidade de empresas sustentáveis apresenta uma oportunidade para acelerar a **transição justa para uma economia verde.**

Segundo o **Plano estratégico para 2022-2025**, este é o amplo contexto no qual a OIT é chamada a promover sua **Declaração do Centenário** e a **visão centrada no ser humano para o futuro do trabalho**. A escala de ambição da **Declaração** e a escala do desafio gerado pela COVID-19 exigem que a OIT atue com visão e ambição correspondentes. Embora as propostas apresentadas sejam os alicerces necessários, algo mais é necessário para que a OIT e os parceiros tenham perspectivas realistas de moldar o processo de recuperação na medida e em da forma que a **Declaração** exige.

Conseqüentemente, e como em outros momentos-chave de sua história, “há razões convincentes pelas quais a OIT deve assumir a liderança em uma iniciativa global da ONU para uma recuperação centrada no ser humano”⁴¹.

Alguns destaques políticos e programáticos na Agenda da 109ª Conferência Internacional do Trabalho (virtual, de junho a dezembro de 2021)

Ainda que realizada a distância, a 109ª Conferência Internacional do Trabalho já tinha temas importantes pautados, uns por seqüência nos procedimentos constitucionais e regimentais da OIT; outros por haverem sido introduzidos, por força das delegações que integram a Conferência, sempre em bases tripartites, isto é, governos, trabalhadores e empregadores. Destacaremos alguns destes temas, como também o faremos adiante, sobre a 110ª Conferência, realizada em junho de 2022, esta sim, presencial e com cerca de 4.000 participantes. Voltamos a destacar a importância política destes eventos anuais, **ponto máximo da legitimação de governança da OIT, ao mesmo tempo, sinalizador político de tendências e perspectivas globais no mundo do trabalho**, e na perseguição de objetivos transversais, como a **justiça social** – valor histórico central na Organização e no sistema Nações Unidas, como um todo.

Destacamos, assim a aprovação de algumas “**resoluções**” emblemáticas, ocorridas na Conferência em junho de 2021, mas estendidas até dezembro daquele ano, por meio do processo de eventos virtuais (a distância), com todos os procedimentos de legitimidade.

- **Resolução I – “Resolução relativa ao chamamento mundial para uma recuperação da crise causada pela Covid-19, centrada nas pessoas, e que seja inclusiva, sustentável e resiliente”** (tradução livre). Leia o texto na íntegra, na versão em inglês⁴² ou na versão em espanhol⁴³.

- **Resolução III – “Resolução relativa à segunda discussão recorrente sobre a proteção social (seguridade social)”** (tradução livre). Leia o texto na íntegra, na versão em inglês⁴⁴ ou na versão em espanhol⁴⁵.

- **Resolução XVI – “Resolução sobre as desigualdades e o mundo do trabalho”** (tradução livre). Leia o texto na íntegra, na versão em inglês⁴⁶ ou na versão em espanhol⁴⁷.

⁴¹ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_757564.pdf

⁴² https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_806092/lang--en/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_806092.pdf

⁴³ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_806097/lang--es/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_806097.pdf

⁴⁴ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_806099/lang--en/index.htm

⁴⁵ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_806098/lang--es/index.htm

⁴⁶ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_832096/lang--en/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_832096.pdf

⁴⁷ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/109/reports/texts-adopted/WCMS_832108/lang--es/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_832108.pdf

Alguns destaques políticos e programáticos na Agenda da 110ª Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 27 de maio a 11 de junho de 2022)

Da 110ª Conferência Internacional do Trabalho, considerada como muito bem sucedida, com a presença de cerca de 4.000 participantes, selecionamos para este breve artigo algumas “resoluções” (dentre as oito aprovadas) de cunho político e programático, que tiveram mais elevado alcance e visibilidade.

Em 10 de junho, os delegados adotaram uma **resolução para acrescentar “um ambiente de trabalho seguro e saudável” aos quatro Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho existentes**. Os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998 da OIT, e todos os Estados Membros da OIT se comprometeram a respeitar e promover esses princípios e direitos, tenham ou não ratificado as convenções relevantes.

Na nossa avaliação, a Resolução I, aprovada pela 110ª Conferência Internacional do Trabalho (com seu título em inglês “[Resolution on the inclusion of a safe and healthy working environment in the ILO’s framework of fundamental principles and rights at work](https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848632/lang--en/index.htm)”⁴⁸ e seu título em espanhol “[Resolución sobre la inclusión de un entorno de trabajo seguro y saludable en el marco de la OIT relativo a los principios y derechos fundamentales en el trabajo](https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848653/lang--es/index.htm)”⁴⁹) **é uma das mais importantes conquistas para os que trabalham em promover a saúde e segurança de trabalhadores e trabalhadoras, e para a classe trabalhadora – obviamente – e deve ser amplamente celebrada!**

Por sua enorme relevância, transcreveremos, a seguir, o corpo principal da Resolução, traduzido das versões oficiais acima mencionadas.

Resolução sobre a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável no quadro de princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT (10 de junho de 2022)

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, reunida em sua 110ª Sessão, 2022,

Recordando a adoção em sua 86ª Sessão (1998) da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, que marcou um momento decisivo para a realização dos objetivos da Organização;

Recordando a Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho, adotada em 2019 com o objetivo de promover uma abordagem centrada no ser humano para o futuro do trabalho e moldar um futuro do trabalho que realize a visão fundadora da Organização, na qual a Conferência declarou que condições de trabalho seguras e saudáveis são fundamentais para o trabalho decente;

⁴⁸ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848632/lang--en/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848632.pdf

⁴⁹ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848653/lang--es/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848653.pdf

Ciente da importância vital da segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, como demonstrado de forma convincente pela pandemia da COVID-19 e seu impacto profundo e transformador no mundo do trabalho;

Observando que um ambiente de trabalho seguro e saudável requer a participação ativa de governos, empregadores e trabalhadores por meio de um sistema de direitos, responsabilidades e deveres definidos, bem como por meio do diálogo social e da cooperação;

Desejando incluir um ambiente de trabalho seguro e saudável no quadro de princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT, como forma de aumentar a visibilidade e o impacto dos valores fundamentais da OIT e da Agenda do Trabalho Decente;

Considerando que isso deve assumir a forma de uma emenda à Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho,

1. Decide alterar o parágrafo 2 da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho para incluir, após as palavras “a eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação”, as palavras “e (e) um ambiente de trabalho seguro e saudável”, e fazer as consequentes alterações ao Anexo à Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, bem como à Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa e ao Pacto Mundial para o Emprego, conforme especificado no Anexo à presente resolução;

2. Decide que os instrumentos acima mencionados devem doravante ser referidos como a “Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998), conforme emendada em 2022”, a “Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008), conforme alterado em 2022” e o “Pacto Mundial para o Emprego (2009), conforme alterado em 2022”;

3. Declara que a Convenção sobre Saúde e Segurança no Trabalho, 1981 (nº 155) e a Convenção do Quadro Promocional para Segurança e Saúde no Trabalho, 2006 (nº 187) devem ser consideradas convenções fundamentais na acepção da Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (1998), conforme alterado em 2022;

4. Convida o Conselho de Administração a tomar todas as medidas apropriadas com vista a introduzir certas emendas resultantes da adoção da presente resolução a todas as normas internacionais do trabalho pertinentes, à Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social e à Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008), conforme alterado em 2022, conforme apropriado; e

5. Declara que nada nesta resolução deve ser interpretado como afetando de forma não intencional os direitos e obrigações de um Membro decorrentes de acordos comerciais e de investimento existentes entre os Estados.

Damos destaque, também, à aprovação da importante **Resolução II, “sobre o trabalho decente (digno) e a economia solidária e social”**. (tradução livre). Conheça o teor completo do

documento conceitual e da resolução, na versão original em inglês⁵⁰ ou na versão de tradução oficial ao espanhol⁵¹.

Entre as “resoluções” da 110ª Conferência Internacional do Trabalho (junho 2022) destacamos, por último, a importante **Resolução IV “relativa à terceira discussão recorrente sobre emprego”** (tradução livre”). Conheça o teor completo do documento conceitual e da resolução, na versão original em inglês⁵² ou na versão em espanhol⁵³.

Indicativos de política e rumos a partir de “discursos oficiais”, em especial do Diretor Geral da Organização

Finalizando nosso artigo, chamamos a atenção para a importância dos “discursos oficiais” explícitos, no caso, do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho. Em 2022 terminou o 2º mandato de 5 anos do Diretor Geral Guy Ryder (Reino Unido), e foi eleito e empossado o novo Diretor Geral da OIT, Gilbert F. Houngbo (Togo), para um mandato inicial de 5 anos. A campanha do candidato e todo o processo de debates, eleição, transição e posse ensejaram o enunciado de temas prioritários e rumos, dentro dos limites relativamente enegados dessa Organização centenária.

Os principais discursos do novo Diretor Geral podem ser lidos e analisados no site da OIT, no seguinte endereço: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/ilo-director-general/statements-and-speeches/WCMS_859803/lang--en/index.htm

Deles, destacamos, para encerrar, termos, ênfases e propostas como “**Justiça Social**” e “**Coalisão Global para a Justiça Social**”, que têm sido apresentados e discutidos em várias ocasiões⁵⁴, que corroboram com enfoques mais ampliados e transversais da OIT, incluindo a valorização e parcerias com o Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional e com iniciativas de multilateralismo de países economicamente mais robustos. Seria este o futuro da vocação da OIT? Ou uma necessária ampliação estratégica para vencer a impotência do tema “trabalho”?

⁵⁰ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848633/lang--en/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848633.pdf

⁵¹ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848664/lang--es/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848664.pdf

⁵² https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848637/lang--en/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848637.pdf

⁵³ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848673/lang--es/index.htm
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848673.pdf

⁵⁴ https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/ilo-director-general/statements-and-speeches/WCMS_861767/lang--en/index.htm

Oferta de proteção social 2.0 do PNUD: Governança, resiliência e sustentabilidade ambiental

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O recente relatório “*UNDP’S SOCIAL PROTECTION OFFER 2.0*”⁵⁵ do PNUD apresenta uma nova proposta conceitual de proteção social do PNUD, denominada “oferta de proteção social 2.0”. Esta oferta é uma proposta desenvolvida para atender a oferta integrada do PNUD na Solução de Assinatura 1 (Pobreza e inequidade) derivada do Plano Estratégico 2022-2025⁵⁶. Esta solução visa criar sinergias com as outras Soluções de Assinatura do Plano Estratégico⁵⁷. Esta oferta também se baseia no componente de proteção social da Oferta COVID-19 2.0 do PNUD⁵⁸, que visa não apenas proporcionar alívio imediato, mas também olhar para além da recuperação pós-pandemia rumo a 2030.

A ambição desta oferta é, até 2025, empoderar 100 milhões de pessoas pobres, marginalizadas e excluídas para escapar da pobreza e das vulnerabilidades multidimensionais persistentes. Ela é definida como uma parte da resposta do PNUD ao novo paradigma econômico exigido pelas crises atuais. Para isso, o relatório defende que **a proteção social deve ser centrada em um novo contrato social que crie igualdade de oportunidades e respeite os direitos humanos.**

A atuação histórica do PNUD com a proteção social advém do seu objetivo original de enfrentamento à pobreza mundial e suas consequências. O seu engajamento é fundamentado na abordagem do desenvolvimento humano que procura reduzir as lacunas nas capacidades básicas, como por exemplo educação e saúde, mais especificamente expectativa de vida. Além disso, ele também busca aumentar gradualmente as capacidades avançadas, como a qualidade da educação e da saúde, que proporcionam oportunidade e qualidade de vida para as populações.

O período da pandemia do COVID-19 apresentou uma série de retrocessos no enfrentamento à pobreza e à desigualdade no mundo. Atualmente, cerca de 1,6 bilhões de mulheres e homens recebem, globalmente, pouca ou nenhuma proteção social. Dados recentes mostram que até dois terços dos pobres extremos do mundo vivem e viverão em países caracterizados pelas fragilidades, conflito, violência e altos níveis de risco de desastres até 2030. O PNUD defende que a proteção social possui um papel de colaboração na mitigação destas questões, desempenhando um papel fundamental na sustentação da renda básica e aumentando o acesso a oportunidades e recursos, incluindo bens e serviços básicos, como saúde de qualidade. No entanto, é estimado que a lacuna de financiamento no mundo para a proteção social é de US\$ 27 bilhões por ano.

Para o PNUD, proteção social é compreendida como um “conjunto de políticas e instrumentos próprios dos países, sob forma de sistemas que provêm renda ou apoio em

⁵⁵ [UNDP's Social Protection Offer 2.0 | United Nations Development Programme](#)

⁵⁶ [UNDP Strategic Plan 2022-2025 | United Nations Development Programme](#)

⁵⁷ As outras Soluções de Assinatura são: 2) Governança; 3) Resiliência; 4) Meio ambiente; 5) Energia; 6) Igualdade de gênero.

⁵⁸ [UNDP's COVID-19 Offer 2.0](#)

espécie, facilitando acesso a bens e serviços a todos os domicílios e indivíduos, pelo menos em níveis minimamente aceitáveis”⁵⁹. A proteção social possui duas funções principais:

(i) Proteger a população de privações múltiplas e da exclusão social e econômica como um direito humano, e particularmente durante choques ou períodos de renda insuficiente ou impossibilidade de trabalhar;

(ii) Empoderar a população através do aumento de sua qualificação para o trabalho e do aumento de suas capacidades (*capabilities*).

A proteção social é defendida enquanto uma ferramenta poderosa para reduzir as vulnerabilidades multidimensionais e construir resiliência. A proteção social pode se apresentar também como um meio de alcançar os que ficam mais para trás, quando ela é capaz de enfrentar as desigualdades, privações e exclusões, e promover os direitos humanos, cumprindo o princípio *Leaving no one behind*.

A proteção social também possui potência para apoiar a implementação dos ODS. O relatório elencou como especialmente importantes para a proteção social os Objetivos: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13 e 16. No nível operacional, os sistemas de proteção social são articulados em torno de programas, plataformas e instituições que proporcionam coerência e consistência e são organizados em torno de formas contributivas ou não contributivas de apoio à renda e em torno de intervenções de assistência social, seguro social e mercado de trabalho.

Nova abordagem da oferta 2.0

A nova oferta apresentada adota uma visão integrada de proteção social para:

1. Proteger/prevenir: diminuir as vulnerabilidades a riscos e choques, garantindo consumo e renda adequados e segurança alimentar, e preservando o acesso aos serviços básicos. Sua relevância está demonstrada pelos impactos positivos das intervenções de assistência social e do seguro social, tais como transferências em dinheiro e em espécie, e serviços de assistência social em muitos países ao redor do mundo.

2. Capacitar/promover: aumentar a capacidade produtiva e novas capacidades das famílias vulneráveis, inclusive através do acesso a cuidados de saúde e educação de qualidade, bem como intervenções no mercado de trabalho.

3. Transformar: construir uma sociedade mais justa baseada na justiça, abordando os vetores estruturais da pobreza, desigualdade e vulnerabilidade, inclusive abordando normas sociais e promovendo uma transformação em direção a um modo de vida equalizador, mais verde e mais sustentável.

De acordo com o relatório, as principais lições da pandemia são a identificação de: **lacunas significativas na cobertura da proteção social, governança fraca dos sistemas de proteção social e desatenção dos mecanismos de proteção social existentes.**

Estas lições foram consideradas questões-chave para esta nova oferta. Para abordar estes três conjuntos de questões conectadas, o PNUD apoiará de forma colaborativa os países com uma abordagem sistêmica que visa os seguintes objetivos da proteção social:

⁵⁹ “a set of nationally owned policies and instruments, organized around systems that provide income or in-kind support and facilitate access to goods and services to all households and individuals at least at minimally accepted levels”. p4.

(i) Melhorar a resiliência familiar e comunitária através do apoio à concepção de sistemas de proteção social inclusivos, promocionais, eficazes e informados sobre os riscos;

(ii) Fortalecer os sistemas de proteção social através de arquitetura e programas institucionais, legais e administrativos adequados.

O PNUD aborda estes dois objetivos da proteção social através de três áreas temáticas nas quais tem experiência. É importante notar ainda que estas três áreas temáticas são de apoio mútuo e funcionarão como pontos de entrada para o trabalho do PNUD sobre proteção social. A figura abaixo apresenta as principais estratégias temáticas destas três áreas:



FIGURA 1. Oferta integrada. (p 13.)

1. Governança responsiva e responsável:

Visão: Até 2030, a visão do PNUD é que os países tenham sistemas de proteção social funcionais e ampliem a cobertura da proteção social, incluindo o acesso à assistência médica, de forma inclusiva e que responda às questões de gênero, alcançando todos os necessitados e, em particular, aqueles que estão mais atrasados. Esta visão se baseia nas prioridades de desenvolvimento nacional e se baseia na premissa de que é um bom investimento para a coesão social e para o desenvolvimento humano.

O trabalho de governança se centrará em:

(a) aumentar a capacidade de gestão dos governos e tornar os sistemas e programas mais transparentes e responsáveis pelos resultados;

(b) apoiar os governos a serem mais coesos e coerentes em sua abordagem da proteção social, promovendo estratégias nacionais de proteção social, políticas, abordagens governamentais inteiras (pelo menos nos ministérios-chave) e sistemas conjuntos para melhor coordenação;

(c) apoiar os registros sociais inclusivos, melhores mecanismos de direcionamento e entrega que podem ser alcançados através da digitalização que permite uma boa coleta e análise de dados, bem como um pagamento/entrega rápidos.

Além disso, o componente de governança apoiará os processos governamentais para identificar eficiências administrativas e a entrega coordenada para utilizar efetivamente os

recursos e defender o financiamento de programas de proteção social. Este trabalho também se concentrará na promoção de fluxos de informação tanto do governo para a população e vice-versa, como também na coordenação entre e dentro dos departamentos e níveis governamentais. Para ser responsivo, os mecanismos de gestão de reclamações serão fortalecidos para tratar da forma como os programas de proteção social são entregues. Da mesma forma, a participação da sociedade civil deve ser incentivada para uma maior apropriação, bem como responsabilidade e transparência.

2. Fortalecimento da resiliência:

Visão: Até 2030, a visão do PNUD é de ajudar os países a terem sistemas de proteção social que respondam aos choques e aos riscos, inclusivos e que respondam aos gêneros, para permitir que indivíduos, famílias e comunidades reduzam suas vulnerabilidades aos riscos, protejam os ativos de desenvolvimento socioeconômico e se recuperem mais rápido e melhor após uma crise, desastre ou choque. Para este efeito, o PNUD fornecerá aos países capacidade técnica e consultoria política, inclusive sobre pobreza e vulnerabilidade multidimensional e como estas podem se relacionar com a proteção social.

O trabalho de resiliência visará reduzir a vulnerabilidade a nível individual, familiar e comunitário, permitindo-lhes gerenciar riscos e enfrentar choques com melhores capacidades de recuperação e de enfrentar choques futuros. Para isso, a proteção social deve ser mais bem informada sobre os riscos e responder aos choques.

O PNUD afirma que apoiará os países na concepção e implementação de programas e reformas de sistemas que levem em consideração os diferentes riscos enfrentados pelas comunidades, bem como a forma como as famílias administram os riscos. O foco estará na identificação de opções que vão desde programas mais universais baseados em direitos até características de projeto que facilitarão a flexibilidade em todo o sistema para expandir verticalmente (aumentando os benefícios) ou horizontalmente (incluindo mais beneficiários) em caso de choques.

3. Sustentabilidade ambiental:

Visão: Até 2030, a visão do PNUD é melhorar as ligações entre proteção social e sustentabilidade ambiental e avançar nas metas de desenvolvimento sustentável.

O PNUD defende que este é o momento de restaurar o equilíbrio entre as pessoas e o planeta, projetando e desenhar soluções como parte de uma nova rede de segurança social para o mundo. A proteção social ajudaria a mitigar os impactos negativos da dupla crise natureza-clima e pode facilitar as transições para um consumo e produção mais sustentáveis modos. Isto pode ser feito conectando programas de proteção social inclusivos e sensíveis às questões de gênero ao emprego e apoiando as pequenas e médias empresas a fazer a transição para práticas mais ecológicas.

A oferta se concentrará nas interseções entre proteção social e clima, meio ambiente e energia com o objetivo de reforçar mutuamente a resiliência nestas áreas. O relatório afirma que esta é uma abordagem inovadora com foco na adaptação, inclusive a nível comunitário, e apoio a mecanismos como a proteção social adaptativa, entre outros.

Esta área de trabalho ajudará os países a enfrentar vulnerabilidades a riscos e choques quando estes emanam da exposição aos riscos da mudança climática ou outros riscos naturais. Pode até mesmo abordar a proteção de pessoas afetadas por conflitos baseados em recursos.

Da mesma forma, para o componente ambiental, pode haver ações que apoiem as pessoas cuja geração de renda é afetada pela transição para a energia verde, a "transição verde".

Por fim, a oferta 2.0 é articulada em torno de 12 soluções de proteção social que atravessam estes três principais componentes temáticos com o objetivo de apoiar 120 países até 2025. Os três pontos de entrada apresentados são áreas onde o PNUD tem um histórico de trabalho e já possui práticas estabelecidas dentro da organização.

A oferta é integrada no sentido de que a proteção social está interagindo com outras áreas políticas, tais como meio ambiente, governança e trabalho humanitário. Além disso, há dois princípios transversais que regem a oferta, sendo eles a igualdade de gênero e direitos humanos. O PNUD também considera três elementos transversais necessários para viabilizar a oferta, sendo eles: **o espaço financeiro/fiscal, a inovação e digitalização, e dados e evidências.**

Em busca de implementar esta nova abordagem, o PNUD trabalha em parcerias nos níveis global, regional e nacional com atores-chave da proteção social. Os principais parceiros sinalizados no relatório foram a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Programa Mundial de Alimentação (WFP), ONU Mulheres, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, organizações da sociedade civil em nível global e nacional.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
Deisy de Freitas Lima Ventura.*

ACNUR, OIM e parceiros lançam apelo por US\$ 1,72 bilhão para pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela

No dia 1 de dezembro de 2022 em Genebra, a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V) lançou um plano regional de US\$ 1,72 bilhão para apoiar as necessidades ininterruptas de refugiados e migrantes venezuelanos na América Latina e Caribe. Essa iniciativa foi coordenada pelo ACNUR e pela OIM.⁶⁰ É importante salientar que mais de 7 milhões de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela deixaram seu país em busca de mais segurança e estabilidade. A maioria, aproximadamente seis milhões, vivem em 17 países da América Latina e do Caribe.⁶¹

Mesmo depois de anos do início desta emergência, milhões de refugiados e migrantes venezuelanos não obtêm moradia e alimentação adequadas, enfrentam iniquidades constantes com relação ao acesso a serviços de saúde e ao mercado de trabalho.⁶² Os fundos têm como objetivo responder a essas necessidades humanitárias, servindo como um auxílio complementar aos já reconhecidos esforços dos governos de países anfitriões.⁶³

O Representante Especial Conjunto do ACNUR e da OIM para Refugiados e Migrantes Venezuelanos, Eduardo Stein, afirmou que os migrantes e refugiados não podem ser deixados de lado. Segundo Stein, eles querem poder contribuir com as comunidades de acolhida por meio de seus conhecimentos, habilidades e processos criativos, e têm feito isso, porém necessitam de todo o nosso apoio para superar seus desafios mais urgentes.⁶⁴

De acordo com Stein, os esforços para a regularização de diversos países da América Latina e do Caribe, têm se mostrado um gesto relevante de empatia para as pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela. Porém, o custo para ter um padrão de vida de qualidade está se tornando cada vez maior, uma consequência dos graves impactos de efeitos prolongados da COVID-19, assim como o aumento do número de desempregados e dos baixos salários.⁶⁵

A piora do cenário econômico global, acompanhado da natureza prolongada desta emergência, acabou voltando a atenção do mundo a outras esferas. Até agora, em 2022, somente um quarto dos fundos necessários foi recebido, forçando a diminuição dos programas emergenciais. Pela primeira vez, o plano possui dois anos de duração, em uma tentativa de fortalecer a relação entre a atenção urgente às necessidades humanitárias e de proteção e as

⁶⁰<https://www.acnur.org/portugues/2022/12/01/acnur-oim-e-parceiros-lancam-apelo-por-us-1-72-bilhao-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>

⁶¹<https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806177>

⁶²<https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806177>

⁶³<https://www.acnur.org/portugues/2022/12/01/acnur-oim-e-parceiros-lancam-apelo-por-us-1-72-bilhao-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>

⁶⁴<https://www.acnur.org/portugues/2022/12/01/acnur-oim-e-parceiros-lancam-apelo-por-us-1-72-bilhao-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>

⁶⁵<https://www.acnur.org/portugues/2022/12/01/acnur-oim-e-parceiros-lancam-apelo-por-us-1-72-bilhao-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>

atividades de integração e desenvolvimento de médio e longo prazos, na mesma linha do Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz.⁶⁶

ACNUR discute sobre a relação entre o aumento da fome, insegurança, subfinanciamento e a violência de gênero⁶⁷

O ACNUR alerta que uma mistura de crises - agravamento das condições socioeconômicas, conflitos, mudanças climáticas, aumento de preços, déficits de financiamento - está afetando drasticamente a população deslocada à força. E isso gera consequências, principalmente, para mulheres e meninas, aumentando o risco de violência de gênero.

Muitos refugiados e deslocados internos não têm suas necessidades básicas completas devido à inflação e à assistência humanitária limitada. Sendo assim, as mulheres e meninas deslocadas muitas vezes se tornam as mais vulneráveis, devido à perda de bens e meios de subsistência, ruptura das redes de segurança comunitárias e sua frequente exclusão da educação e de outras formas de proteção social nacionais.

As populações de Argélia, Bangladesh, Camarões, Chade, Etiópia, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Níger, Tanzânia, Uganda, República do Congo e Zâmbia foram destacados pelo ACNUR por graves problemas nutricionais, incluindo desnutrição aguda, retardo de crescimento e anemia. No leste e no sul da África, mais de três quartos dos refugiados viram suas rações de alimentos cortadas e não têm as suas necessidades básicas atendidas. Na Síria, 1,8 milhão de pessoas em campos para deslocados sofrem de grave insegurança alimentar, enquanto nove em cada dez refugiados sírios no Líbano não conseguem pagar por alimentos e serviços essenciais.

Nas Américas, metade dos deslocados à força faz apenas duas refeições por dia, com três quartos reduzindo a quantidade ou a qualidade de seus alimentos, segundo o ACNUR. Grandes deteriorações na segurança alimentar são projetadas no Iêmen e no Sahel. E, em países como Somália e Afeganistão, 90% da população não consome alimentos suficientes, somando milhões de deslocados internos em risco.

Com tudo isso, no leste e no chifre da África, os casamentos infantis estão aumentando, como forma de aliviar a pressão sobre a renda familiar. Os riscos de violência sexual também são agravados pela seca, com mulheres e meninas sendo forçadas a percorrer distâncias maiores para coletar água e lenha.

Logo, o ACNUR está preocupado com o fato do financiamento não ter acompanhado o ritmo. As necessidades globais identificadas pelo ACNUR para programas de prevenção e resposta à violência de gênero em 2023 atingirão cerca de US\$ 340 milhões, o maior valor já registrado.

Em paralelo com o tema da ONU para os 16 Dias de Ativismo deste ano, o ACNUR está pedindo aos doadores o apoio aos serviços essenciais de prevenção e resposta à violência baseada em gênero e financiamento de programas humanitários para garantir aos refugiados e deslocados à força suas necessidades básicas.

⁶⁶<https://www.acnur.org/portugues/2022/12/01/acnur-oim-e-parceiros-lancam-apelo-por-us-1-72-bilhao-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>

⁶⁷<https://www.unhcr.org/news/press/2022/11/638066eb4/unhcr-warns-rising-tide-hunger-insecurity-underfunding-worsening-gender.html>

OMS - Dia da cobertura universal de saúde: Todos devem ter igual acesso à saúde sem dificuldades financeiras

Anualmente, no dia 12 de dezembro, é celebrado o dia da cobertura universal de saúde⁶⁸, para conscientizar a população e lideranças globais sobre a importância da garantia do acesso a serviços de saúde de qualidade a todos quando necessário, um cenário ainda longe de ser realizado. Este tema é especialmente relevante para populações migrantes e refugiadas, que enfrentam no deslocamento inúmeros obstáculos para uma vida digna e saudável. A campanha de 2022 se localiza em um contexto crítico, com países se recuperando da crise de COVID-19 e enfrentando novos desafios causados por guerras, aumento do fluxo de refugiados, do custo de energia e da crise do custo de vida. Nesses momentos, a discussão sobre saúde para todos se torna ainda mais central.

A OMS destaca sua visão de que, em sociedades e economias desenhadas para priorizar a saúde de todos, a população poderia se dedicar ao trabalho produtivo e satisfatório e acessar serviços de saúde quando necessário, tendo direito a um ambiente saudável e seguro sem limitações financeiras. Para a Europa, a organização ainda ressalta os novos obstáculos impostos pela guerra na Ucrânia, que gerou um enorme fluxo de refugiados, destruiu parcela do sistema de saúde do país ao mesmo tempo em que sobrecarregou o de países vizinhos, somados à crise energética e financeira. Assim, é imperativo que os países colaborem tomando ações, para além de remediar a situação de crise atual e contribuam para um futuro diferente.

MSF/OMS: Combate ao surto de Cólera na Síria

A organização Médicos Sem Fronteiras⁶⁹ (MSF) chama a atenção da comunidade internacional para a situação da Síria, que já devastada pela guerra e por uma grave crise humanitária, vem enfrentando um grande surto de cólera, que afeta especialmente aqueles em deslocamento e/ou vítimas de conflitos armados.

A doença ressurgiu a partir da água contaminada do rio Eufrates, começando a se espalhar pelo Nordeste, com a falta de água na região, e adentrando o resto do país. Ainda que os casos pareçam diminuir na região nordeste, há um grande risco de uma seca prolongada que poderia levar à continuidade da transmissão da doença. A dificuldade e demora do acesso aos serviços e tratamentos de saúde são outros agravantes da crise.

Segundo um relatório publicado pela OMS no final de novembro⁷⁰, já são mais de 1.500 casos positivos de cólera. Para apoiar o país no combate à doença, a organização tem atuado na coordenação e liderança da resposta internacional, apoiado o monitoramento da progressão da doença, a gestão dos casos e o diagnóstico em laboratório, e, principalmente, a aplicação de vacinas em populações vulneráveis como deslocados internamente e refugiados.

⁶⁸ <https://www.who.int/europe/news-room/events/item/2022/12/12/default-calendar/universal-health-coverage-day-2022--everyone-should-have-quality-health-care-without-financial-hardship>

⁶⁹ <https://www.msf.org/combating-cholera-amidst-displacement-and-remnants-war-syria>

⁷⁰ <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/syrian-arab-republic-who-syria-situation-report-15-cholera-outbreak-29-november-2022>

Violências, racismo e acesso à cuidados de saúde: desafios recorrentes para mulheres e crianças

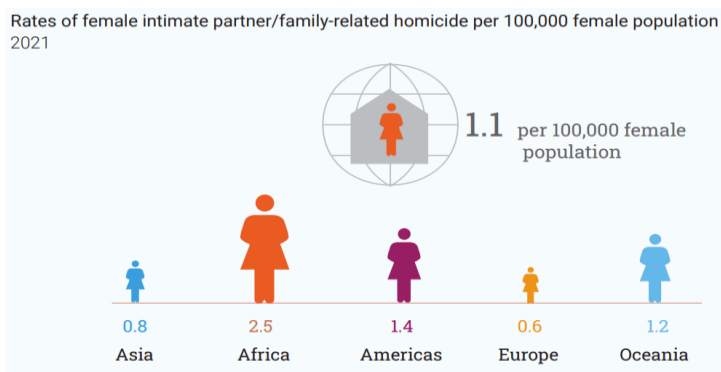
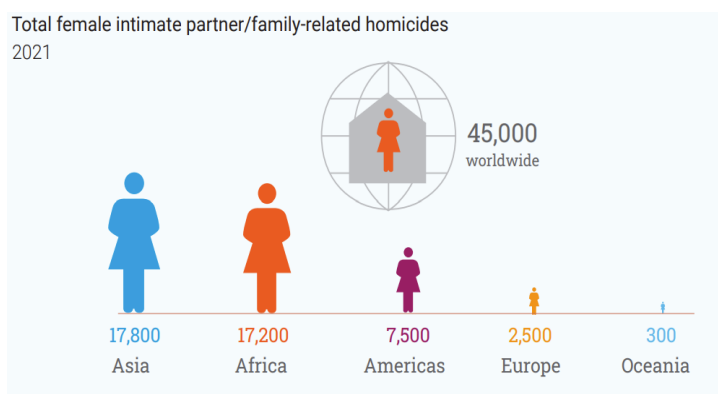
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho

ONU Mulheres - Assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero: melhorando os dados para melhorar as respostas ao feminicídio

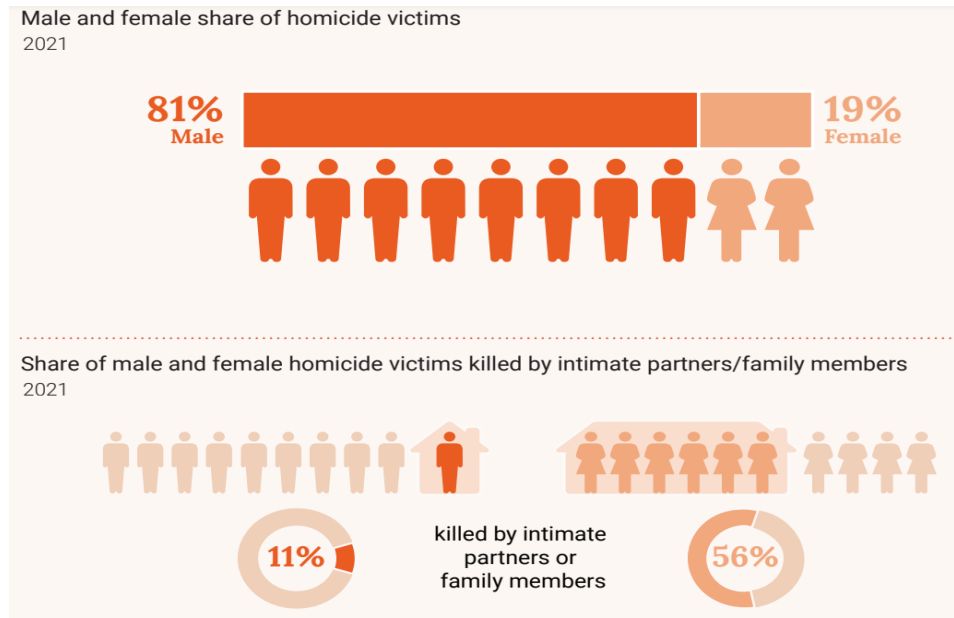
A violência contra mulheres e meninas é a violação de direitos humanos mais difundida, enraizada na desigualdade e discriminação de gênero, relações desiguais de poder e normas sociais nocivas. O assassinato de mulheres e meninas relacionado ao gênero é a manifestação mais brutal e extrema desse tipo de violência.

Com o objetivo de estimular a ação global contra esse crime tão difundido, a OMS e a ONU Mulheres uniram forças para produzir uma pesquisa com as estimativas globais de assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero na esfera privada em 2021. Alguns dados apresentados na pesquisa:

- Globalmente, estima-se que 81.100 mulheres e meninas foram mortas intencionalmente em 2021. O número total de homicídios femininos permaneceu praticamente inalterado na última década.
- A maioria dos assassinatos de mulheres e meninas é motivada pelo gênero. Em 2021, cerca de 45.000 mulheres e meninas em todo o mundo foram mortas por seus parceiros íntimos ou outros membros da família. Isso significa que, em média, mais de cinco mulheres ou meninas são mortas a cada hora por alguém de sua própria família.



- Enquanto a esmagadora maioria dos homicídios em todo o mundo são cometidos contra homens e meninos (81%), mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pela violência homicida na esfera privada. Aproximadamente 56% de todos os homicídios femininos são cometidos por parceiros íntimos ou outros membros da família, enquanto apenas 11% de todos os homicídios masculinos são perpetrados na esfera privada.



- Estimar o número global de assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero é um desafio e os dados lacunas persistem: dos 81.100 homicídios femininos estimados em 2021, cerca de 4 em cada 10 não têm informações para permitir que sejam identificados e contabilizados como assassinatos relacionados ao gênero (feminicídio).
- Dados sobre assassinatos relacionados a gênero cometidos na esfera pública são particularmente escassos, dificultando a formulação de políticas de prevenção para esses tipos de assassinatos.
- Entre 2010 e 2021, a Europa assistiu a uma redução média do número feminicídios relacionados ao parceiro/família em 19%, embora com diferenças entre as sub-regiões e com sinais de inversões de tendência desde 2020 em algumas sub-regiões, como a Europa Ocidental e Meridional. Por contraste, as Américas registraram um aumento médio no mesmo período de 6%, com a América do Sul movendo-se notavelmente na direção oposta. A disponibilidade limitada de dados significa que a estimativa de tendências ao longo do tempo não é possível na África, Ásia e Oceania.
- Na América do Norte e, em menor grau, na Europa Ocidental e Meridional, o ano de 2020 foi particularmente mortal em termos de assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero na esfera privada. Isso pode apontar para um impacto pernicioso das medidas de confinamento da Covid-19, embora outros fatores contribuintes não possam ser descartados. Outras sub-regiões na Europa e nas Américas registrou mudanças insignificantes ou reduções no número de assassinatos entre 2019 e o final de 2020, o que sugere que o início da pandemia de Covid-19 teve impactos heterogêneos, podendo inclusive significar atrasos no registro devido à Covid-19, em vez de reduções no número de assassinatos.
- Dados desagregados de tendências de 25 países da Europa e das Américas indicam que os aumentos nos homicídios femininos na esfera privada no início da pandemia de Covid-19

foram impulsionados principalmente pelo aumento de assassinatos perpetrados por membros da família que não eram parceiros íntimos. Esses aumentos foram maiores do que qualquer variação observada desde 2015.

As evidências disponíveis mostram que houve muito pouco progresso na prevenção de assassinatos de mulheres e meninas relacionados ao gênero. É necessária uma ação concertada e urgente para melhorar a base de conhecimento e fortalecer as respostas a estes assassinatos e outras formas de violência de gênero contra mulheres e meninas.

O documento também apresenta recomendações de políticas para apoiar abordagens abrangentes e multissetoriais para prevenir e abordar assassinatos relacionados a gênero e outras formas de violência de gênero contra mulheres e meninas. Assassinatos relacionados a gênero e outras formas de violência contra mulheres e meninas são evitáveis por meio de intervenção precoce e parcerias multissetoriais.

Para ler a notícia completa, [clique aqui](#). E para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

OMS - O que funciona para prevenir a violência online contra crianças?

A Organização Mundial da Saúde publicou um relatório intitulado: O que funciona para prevenir a violência online contra crianças, apresentando maneiras de abordar a crescente preocupação mundial de manter as crianças online seguras, com foco específico em duas formas de violência online: abuso sexual infantil, incluindo aliciamento e abuso de imagens sexuais; e agressão cibernética e assédio na forma de cyberbullying, cyberstalking, hacking e roubo de identidade. O relatório recomenda a implementação de programas educacionais escolares que tenham várias sessões, promovam a interação entre os jovens e o envolvimento dos pais. Ele destaca a necessidade de melhorias em várias áreas, incluindo:

- necessidade de mais programas de prevenção da violência que integrem conteúdo sobre os perigos online com a prevenção da violência offline, dada a sobreposição desses problemas e suas abordagens comuns de prevenção;
- menos ênfase no perigo de estranhos, pois os estranhos não são os únicos ou mesmo os predominantes infratores na violência online contra crianças;
- mais ênfase em conhecidos e colegas perpetradores, que são responsáveis pela maioria dos delitos; e
- mais atenção às habilidades de relacionamento saudável, uma vez que o romance e a busca de intimidade são as principais fontes de vulnerabilidade à violência online.

Para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#). E para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

UNICEF - O Impacto do Racismo e Discriminação Contra Crianças

O racismo e a discriminação contra crianças com base em sua etnia, idioma e religião são comuns em países de todo o mundo. Um novo relatório da UNICEF (Direitos Negados: o impacto da discriminação nas crianças) mostra até que ponto o racismo e a discriminação afetam a educação, a saúde, o acesso das crianças a um registro de nascimento e a um sistema de justiça justo e igualitário, e destaca disparidades generalizadas entre minorias e grupos étnicos.

A exclusão e a discriminação durante a infância causam danos que podem durar toda a vida. Proteger os direitos de todas as crianças – sejam elas quais forem e venham de onde vierem – é o caminho mais seguro para construir um mundo mais pacífico, próspero e justo para todos.

Entre as novas descobertas, o relatório mostra que crianças de 22 países de baixa e média renda e grupos étnicos, linguísticos e religiosos marginalizados ficam muito atrás de seus pares em habilidades de leitura. Em média, os alunos de 7 a 14 anos do grupo mais favorecido têm duas vezes mais chances de ter habilidades básicas de leitura do que os do grupo menos favorecido.

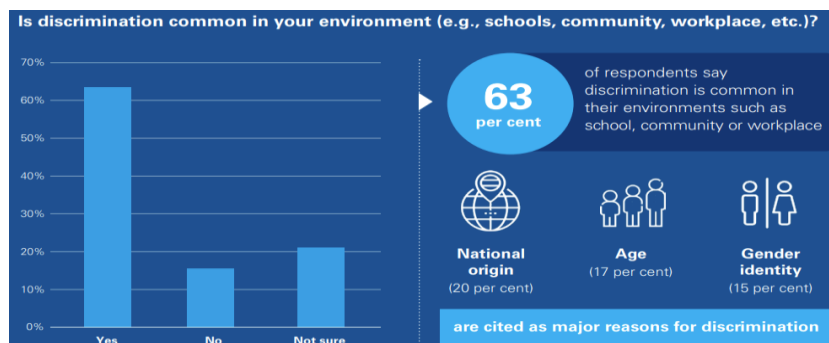


Uma análise dos dados sobre o nível de crianças registradas ao nascimento – um pré-requisito para o acesso aos direitos básicos – encontrou disparidades significativas entre crianças de diferentes grupos religiosos e étnicos. A discriminação e a exclusão aprofundam a privação e a pobreza intergeracional e resultam em péssimos resultados de saúde, nutrição e aprendizado para as crianças, aumentando ainda a probabilidade de encarceramento, taxas mais altas de gravidez entre meninas adolescentes e taxas de emprego e rendimentos mais baixos na idade adulta.

Embora a COVID-19 exponha profundas injustiças e discriminações em todo o mundo e os impactos das mudanças climáticas e dos conflitos continuem a revelar desigualdades em muitos países, o relatório destaca como a discriminação e a exclusão persistem há muito tempo para milhões de crianças de grupos étnicos e minoritários, incluindo acesso a imunização, serviços de água e saneamento.

Nas políticas disciplinares dos Estados Unidos, crianças negras têm quase 4 vezes mais chances de receber suspensões na escola do que crianças brancas, e mais de 2 vezes mais chances de enfrentar prisões relacionadas à escola, observa o relatório.

O relatório também destaca como crianças e jovens estão sentindo o fardo da discriminação em suas vidas cotidianas. Uma nova pesquisa do U-Report, que gerou mais de 407.000 respostas, descobriu que quase dois terços sentem que a discriminação é comum em seus ambientes, enquanto quase metade sente que a discriminação afetou suas vidas ou a de alguém que conhecem de maneira significativa.



Toda criança tem o direito de ser incluída, protegida e ter a mesma chance de atingir todo o seu potencial. Todos têm o poder de lutar contra a discriminação contra as crianças – nos países, nas comunidades, nas escolas e nos lares. Todas as crianças em todos os lugares têm direito a uma infância plena com dignidade, respeito e valor. O direito a uma infância livre de discriminação e exclusão é crucial para o bem-estar da criança e para o acesso aos serviços necessários para sobreviver e prosperar.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

UNICEF - Prevenção e tratamento do HIV para crianças, mulheres grávidas e adolescentes - Poucos avanços nos últimos anos

Uma estagnação sem precedentes se soma a uma lacuna existente e crescente no tratamento entre crianças e adultos. Cerca de 110.000 crianças e adolescentes (0-19 anos) morreram de causas relacionadas à AIDS em 2021, de acordo com o mais recente relatório global da UNICEF sobre crianças e HIV/AIDS. Enquanto isso, outras 310.000 foram infectadas recentemente, elevando o número total de jovens vivendo com HIV para 2,7 milhões.

Antes do Dia Mundial da AIDS, a UNICEF alerta que o progresso na prevenção e tratamento do HIV para crianças, adolescentes e mulheres grávidas quase estagnou nos últimos três anos, com muitas regiões ainda sem cobertura de serviço pré-COVID-19. Isso se soma a uma lacuna existente e crescente no tratamento entre crianças e adultos. Embora as crianças tenham ficado muito atrás dos adultos na resposta à AIDS, a estagnação observada nos últimos três anos é sem precedentes, colocando muitas vidas jovens em risco de doença e morte. A cada dia que passa sem progresso, mais de 300 crianças e adolescentes perdem a luta contra a AIDS.

Apesar de representarem apenas 7% do total de pessoas vivendo com HIV, crianças e adolescentes representaram 17% de todas as mortes relacionadas à AIDS e 21% de novas infecções por HIV em 2021. A menos que as causas das desigualdades sejam abordadas, a eliminação da AIDS em crianças e adolescentes continuará sendo um sonho distante.

Enquanto o número total de crianças vivendo com HIV está diminuindo, a lacuna de tratamento entre crianças e adultos continua a crescer. Nos países prioritários para HIV da UNICEF, a cobertura de TARV para crianças ficou em 56% em 2020, mas caiu para 54% em 2021. Esse declínio se deve a vários fatores, incluindo a pandemia de COVID-19 e outras crises globais, que aumentaram a marginalização e pobreza, mas também é um reflexo da diminuição da vontade política e de uma resposta debilitada à AIDS em crianças. Globalmente, uma porcentagem ainda menor de crianças vivendo com HIV teve acesso ao tratamento (52%), que aumentou apenas marginalmente nos últimos anos.

Enquanto isso, a cobertura entre todos os adultos vivendo com HIV (76%) foi mais de 20 pontos percentuais maior do que entre as crianças. A diferença era ainda maior entre crianças e gestantes vivendo com HIV (81%). De forma alarmante, a porcentagem de crianças entre 0 e 4 anos vivendo com HIV e não recebendo TARV aumentou nos últimos 7 anos, subindo para 72% em 2021, tão alto quanto em 2012.

Muitas regiões – Ásia e Pacífico, Caribe, África Oriental e Austral, América Latina, Oriente Médio e Norte da África e África Ocidental e Central – também experimentaram quedas na cobertura de tratamento para mulheres grávidas e lactantes durante 2020, com a Ásia e o Pacífico, Oriente Médio e Norte da África registrando novos declínios em 2021. Exceto pela África Ocidental e Central, que continua registrando a maior carga de transmissão de mãe para

filho, nenhuma das regiões mencionadas recuperou os níveis de cobertura alcançados em 2019. Essas interrupções colocam a vida dos recém-nascidos em maior risco. Em 2021, mais de 75.000 novas infecções infantis ocorreram porque as mulheres grávidas não foram diagnosticadas e iniciaram o tratamento.

A renovação do compromisso político para atingir os mais vulneráveis, construção de parcerias estratégicas e disponibilização de recursos para ampliar os programas são pontos fundamentais para acabar com a AIDS em crianças, adolescentes e mulheres grávidas.

Para acessar o conteúdo completo [clique aqui](#).

UNICEF - Alerta para a Cólera: propagação preocupante da doença mortal

Casos de cólera, também conhecidos como diarreia aquosa aguda (AWD), estão aumentando em todo o mundo. Desde 2021, muitos países que não relatavam surtos há anos, o detectaram em suas comunidades.

A cólera é uma doença transmitida pela água, pela ingestão de alimentos ou água potável contaminada com a bactéria. As crianças desnutridas correm maior risco, pois podem causar desidratação grave e, se não forem tratadas, podem levar a maiores complicações de saúde, incluindo a morte.

A rápida disseminação da cólera observada hoje é agravada pelos fracos sistemas de água e saneamento, mudanças climáticas, conflitos e pobreza, que tornam o acesso à água potável mais desafiador. Em regiões como a África Oriental, Oriente Médio e Sul da Ásia, isso é particularmente preocupante, pois alguns países não sofrem surtos em grande escala há mais de uma década, destacando a deterioração da situação para crianças e famílias.

A detecção precoce e uma resposta rápida para conter os surtos são vitais. Isso deve ser feito envolvendo as comunidades em práticas de água potável e saneamento, fortalecendo os sistemas de saúde e implementando a vacina oral contra a cólera (OCV), que é um elemento crucial para prevenir a recorrência nos 'pontos críticos' onde a doença é observada.

Embora a vacinação contra a cólera seja uma das principais ferramentas disponíveis para responder aos surtos, os desafios atuais na disponibilização de vacinas e o efeito de desastres naturais, conflitos e sistemas de saneamento inadequados significam que o impacto nos países está crescendo. Em meio a esse cenário em rápida evolução, é importante intensificar esforços para alcançar as crianças e suas famílias com os suprimentos que salvam vidas e o apoio comunitário de que precisam com urgência.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

The Lancet - Importância da Atividade Física em Crianças e Adolescentes

A atividade física é parte integrante de uma infância e adolescência saudáveis. Para crianças de 5 a 17 anos, a OMS recomenda 60 minutos por dia de atividade física de intensidade moderada a vigorosa, que pode envolver caminhada, ciclismo, esportes recreativos e brincadeiras ativas. O [Relatório sobre o Status Global de Atividade Física da OMS](#), publicado em 18 de outubro de 2022, constatou que 81% dos adolescentes de 11 a 17 anos não atingem os níveis recomendados de atividade física necessários para manter uma boa saúde e bem-estar.

Este relatório é a primeira avaliação global da implementação das recomendações do Plano de Ação Global sobre Atividade Física (GAPPA) de 2018. O progresso em direção a uma

redução relativa de 15% na inatividade física até 2030 tem sido lento e desigual: menos de um terço dos países têm diretrizes nacionais de atividade física para todas as faixas etárias e pouco mais de 40% têm padrões de projeto de estradas para caminhadas e ciclismo mais seguros. O escasso progresso foi prejudicado ainda mais pela pandemia da COVID-19, com o fechamento de escolas e espaços comunitários reduzindo as oportunidades para a atividade de jovens, principalmente aqueles de bairros desfavorecidos e de origens socioeconômicas pobres.

Muitos países estão perdendo oportunidades de engajar certos grupos de crianças e adolescentes em atividades físicas. De acordo com o relatório, em 2021, as políticas nacionais para promover a atividade física em creches foram implementadas em apenas 59 países (30%). Mais meninas eram inativas do que meninos (85% contra 78% no geral) em todos os grupos de renda em quase todos os países e regiões, e a ligeira melhora em 2010–16 nos níveis de atividade física foi observada apenas nos meninos. Jovens com deficiências e condições crônicas provavelmente enfrentarão barreiras adicionais, mas não há dados disponíveis para avaliar a promoção da atividade física nessa subpopulação.

A escassez de dados está dificultando seriamente o progresso. O relatório constatou que, em 2021, apenas 57 países (29%), principalmente da Europa, relataram vigilância da atividade física em crianças menores de 5 anos. Embora 146 países (75%) o tenham feito para a faixa etária de 5 a 19 anos, a maioria coletou dados apenas de adolescentes de 11 a 17 anos que frequentam a escola, limitando severamente a representação de crianças mais novas e aquelas que não frequentam a educação formal. Portanto, um passo importante para alcançar os objetivos do GAPP é fortalecer os sistemas de dados globais e nacionais, garantindo que os níveis de atividade física sejam medidos ao longo da vida e em subpopulações-chave, como crianças menores de 5 anos e de 6 a 9 anos, jovens fora das escolas e pessoas com deficiência. Indicadores adicionais também são necessários, especialmente para alcance e aplicação de políticas.

O custo da inação é enorme: estima-se que a inatividade física resulte em quase 500 milhões de novos casos de doenças não transmissíveis evitáveis entre 2020 e 2030 em todo o mundo, custando aos sistemas de saúde US\$27 bilhões por ano. Portanto, vários departamentos governamentais – incluindo saúde, educação, esporte, transporte e planejamento urbano – devem priorizar a promoção da atividade física ao longo da vida, de acordo com as [Orientações da OMS](#) para atividade física para diferentes faixas etárias e subpopulações.

Os serviços para a primeira infância e as creches são ambientes fundamentais para promover hábitos saudáveis desde a mais tenra idade. Os ambientes educacionais devem ser um ambiente de apoio, oferecendo esportes de qualidade e programas de educação física para ajudar os jovens a desenvolver autoconfiança e alfabetização física, enquanto se divertem com seus colegas. O investimento em programas comunitários, espaços públicos abertos, estradas e ambientes urbanos mais seguros e eventos de participação em massa também ajudaram a incentivar a participação. É importante ressaltar que esses esforços devem ser inclusivos e equitativos para aumentar o envolvimento dos grupos menos ativos e mais marginalizados. As barreiras decorrentes do estigma, fatores socioeconômicos e culturais devem ser desmantelados para criar um ambiente propício para todas as crianças e jovens.

Em ambientes clínicos, pediatras, prestadores de cuidados primários e outros profissionais de saúde têm papéis importantes na capacitação de jovens e suas famílias para a prática de atividade física, especialmente para aqueles com [deficiências](#) e condições crônicas. A [Academia Americana de Pediatria](#) recomenda avaliação regular da atividade física e

alfabetização, incorporação da atividade física aos planos de tratamento e fornecimento de orientação específica.

À medida que os países se recuperam da pandemia de COVID-19, com sistemas de saúde sobrecarregados e um orçamento fiscal apertado, a promoção da atividade física é uma maneira prática e econômica de melhorar a saúde da população a longo prazo e deve ser priorizada.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

Desafios e esperanças dos sistemas alimentares no mundo e no Brasil para a vida humana e planetária

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell

As crises relacionadas aos sistemas alimentares hegemônicos têm sido tratadas reiteradamente em nossos informes no decorrer do ano de 2022, sendo oportuno retomar esse tema neste último informe deste ano. Em que esses sistemas hegemônicos têm sido identificados como promotores de múltiplas crises climáticas, sindemias planetárias, responsáveis pelo aumento da pobreza e da fome, das desigualdades, das doenças associadas ao consumo de uma alimentação inadequada e não saudável.

A urgente necessidade de transformação é premissa de vários fóruns internacionais e no Brasil pela busca de medidas mitigatórias que atuem de forma corajosa sobre a alimentação humana como instrumento de uso e abuso financeiro e mercantilista. Neste sentido, o caminho de compreensão da comida como expressão de direitos com base a evidências livres de conflitos de interesses e com o controle e participação social ativa nos parece o desafio colocado neste momento de forma global.

A literatura científica tem apontado a problemática promovida pelos sistemas alimentares hegemônicos no mundo. A Profa. Corinna Hawkes, Diretora do Centro para Políticas de Alimentação da City University of London, em seu texto sobre a crise dos sistemas alimentares a partir de uma metáfora muito didática aponta: “O dia em que o sistema alimentar foi ao médico” (*“The Day the Food System Went to the Doctor”*)⁷¹.

Neste artigo, nos permitimos fazer ajuste na denominação do sujeito textual como tratado pela autora, como “o sistema alimentar”, para “os sistemas alimentares”, visto que são múltiplos os sistemas que coexistem e competem entre si por recursos de maneira desigual, de modo que os atuais sistemas hegemônicos enfraquecem os sistemas locais, que são verdadeiramente saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos.

A autora analisa as diversas mudanças propostas para os sistemas alimentares de forma metafórica como um paciente que vai a sucessivas consultas médicas. Onde o diagnóstico aponta os fatores complexos que determinaram sua doença pelas relações complexas entre e a política, a saúde, o ambiente, a sociedade e a economia e o médico recomenda tratamento baseado na busca de equilíbrio entre estes fatores, mas o paciente não consegue atender estas recomendações.

É interessante destacar como efeito de reflexão do artigo de Hawkes, que o paciente que vai ao médico é um sistema alimentar hegemônico em busca de paliativos para se tratar. Há dúvidas se os CEOs destes sistemas alimentares se consideram verdadeiramente.

Na metáfora da consulta médica podemos considerar se o paciente (sistema alimentar hegemônico) sabe que está doente e tem diagnóstico confirmado pelo médico. Em que o médico, então, receita primeiramente um descanso, um período de regeneração. Mas o paciente argumenta que tem que alimentar o mundo.

O médico insiste que algo deve estar errado, porque a produção de alimentos tem produzido desigualdades e exclusão no acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para determinar à fome, à desnutrição e a carências nutricionais. Como consequência da má

⁷¹<https://www.thebetterfoodjourney.com/>

qualidade da alimentação, o aumento das doenças crônicas não-transmissíveis (obesidade, hipertensão, diabetes e outras).

Mas o paciente escuta e insiste em manter a trajetória de produção de maior disponibilidade de calorias alimentares como moeda financeira oriunda do fortalecimento do cultivo e comércio global de um pequeno número de commodities agrícolas e na crescente produção e consumo de alimentos ultra processados em substituição aos alimentos tradicionais.

A opção é o adoecimento como caminho escolhido e neste caso parece que existem paliativos para minimizar os sintomas de espera do desfecho final: a perpetuação dos problemas climáticos e a desigualdade social global.

A ganância financeira seja a doença dos sistemas alimentares hegemônicos que afeta a humanidade atualmente, sendo apontada em inúmeras pesquisas e os discursos de fóruns internacionais, que temos apresentado nos informes produzidos até aqui. Não tem sido suficiente para evitar o adoecimento social, político e de saúde.

No Painel de Alto Nível de Especialistas (HPLE) do Comitê de Segurança Alimentar (CFS/FAO) esta semana foi divulgada a versão zero (V0) de um novo relatório sobre “A redução das desigualdades para a segurança alimentar e nutricional” (“*Reducing inequalities for food security and nutrition HLPE report V0*”) ⁷². Nele estão descritos aspectos que referem como grande problema do sistema alimentar hegemônico que seus detentores se declaram realizados com seu propósito, de produzir muitos alimentos da forma mais barata e competitiva possível e gerando riqueza para os que controlam esse sistema.

Esta declaração pode nos questionar se de fato os sistemas alimentares se consideram doentes? Ou talvez se consideram como promotores de doenças? Esta questão esteve presente na maioria dos informes que produzimos este ano.

Embora tenhamos apontado as debilidades globais dos sistemas alimentares hegemônicos em seus “músculos”, fundamentalmente de esgotamento dos recursos para a produção. As mudanças climáticas têm atuado para afetar cada vez mais a produção de alimentos. O diagnóstico, é muito claro: ser resiliente, sustentável ou saudável com meio ambiente e o planeta não está no escopo e consideração de fatores de morbimortalidade do Planeta e da Humanidade para o CEOs dos sistemas alimentares hegemônicos globais. A convivência paliativa da desarticulação entre a economia, o ambiente e a saúde é desastre esperado para a vida no planeta.

A mudança de princípios de desenvolvimento dos sistemas alimentares é parte da solução que deve assumir o nivelamento do financiamento, da governança, das métricas de investimento e da regulação do meio ambiente. Como a inclusão, pela agregação de diferentes perspectivas dos diversos atores com diferentes interesses, incentivos e soluções em níveis de poder. Para gerenciar bem conflitos de interesses e relações de poder e evitar conflitos e desequilíbrios de participação.

Contudo, a importância de mudar o coração do sistema alimentar hegemônico, a partir da produção e consumo de alimentos, para promover a inclusão, e a agregação de soluções de resiliência, sustentabilidade e saúde. Ainda é importante superar desafios de reconhecimento

⁷²<https://assets.fsnforum.fao.org/public/resources/2022-11/V0%20HLPE%20for%20econsultation.pdf>

dos papéis essenciais de grupos como as mulheres, os jovens, povos tradicionais, populações marginalizadas e outros grupos.

Se é possível pensar em tratamento e cura, a ação individual e coletiva são elementos que de forma articulada e com ampla escuta, são sem dúvida muito importantes para a transformação dos sistemas alimentares.

As mudanças promovidas devem ser capazes de mudar questões que lhes são inerentes, como a lógica financeira, a concentração de recursos e renda, a diminuição da diversidade das culturas agrícolas e a alimentação ultra processada.

A transformação dos sistemas alimentares hegemônicos deve considerar a exclusão e o enfraquecimento dos sistemas alimentares tradicionais. Que precisam ser constituídos por meio do direito humano à alimentação adequada e saudável, da justiça social, da inclusão, e da soberania alimentar e da valorização da cultura e patrimônio alimentar dos povos e populações tradicionais.

Retornemos a metáfora do adoecimento, para compreender os desafios de mudança do sistema alimentar hegemônico. Eles atuam como um agente infeccioso porque para se desenvolver precisam consumir até o esgotamento os recursos planetários com o grande objetivo de se reproduzirem. Ao mesmo tempo, que produzem commodities promovem a deterioração da insegurança alimentar global, que já vinha desde 2017 e que teve na pandemia de covid-19 e nos recentes conflitos bélicos entre a Ucrânia e a Rússia como paralelos as possíveis doenças oportunistas.

Neste sentido, a concepção de saúde-doença dos sistemas alimentares hegemônicos, reflete a atual busca de novos territórios para a agricultura de commodities e da pecuária de interesse ao comércio internacional, como agentes infecciosos da savana africana, do desmatamento de florestas tropicais no Brasil e em outros países, e, ainda, para a expansão dos produtos das corporações de alimentos ultra processados.

Seria possível esperar pela cura dos sistemas alimentares hegemônicos? Parece uma pergunta sem resposta se nos basearmos no que escrevemos nestes últimos informes. Em parte, pela complexidade da resposta que não é rápida e imediata. Mas que se revela como urgente para não matar os pacientes, nesse caso, o nosso próprio planeta, em que somos cidadãos e precisamos preservar.

A relação dos sistemas alimentares e a saúde humana depende da saúde planetária. É provável que sejam precisos mais remédios e tratamentos que causem choques nos sistemas hegemônicos, incluindo políticas sociais, regulatórias, fiscais e comerciais que busquem o bem-estar coletivo, com responsabilidade dos governos nacionais, coordenação e apoio das agências internacionais e proteção contra interesses que fomentam as iniquidades e ameaçam os direitos humanos.

Estes desafios globais também estão no Brasil. As mudanças se colocam como prioridades de grandes compromissos da agenda global de alimentação e nutrição, estabelecidos, desde a II Conferência Internacional de Nutrição (ICN2) ⁷³ e os Objetivos de

⁷³<https://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

Desenvolvimento Sustentável e reforçados pela Década de Ação sobre a Nutrição⁷⁴ e a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares⁷⁵.

Vale destacar, apesar dessas críticas (talvez mais complementações), que a narrativa é rica em recomendações e reflexões. Por exemplo, a proposta de inclusão, em um contexto geral de limitados espaços de participação dos atores sociais no cenário internacional (e que se reflete nos níveis regionais, nacionais e locais), talvez seja o verdadeiro coração da mudança necessária. Em que deve promover ligações diretamente à liderança global necessária de segurança alimentar e nutricional.

Reconhecemos que para isto, são necessários mais espaços de diálogos, como o Comitê de Segurança Alimentar (CFS/FAO) em que as recomendações fomentem decisões. Tanto para além de participação ativa no monitoramento e avaliação dos sistemas alimentares considerando seus elementos centrais, a produção e suprimento de alimentos, os ambientes alimentares e o comportamento dos consumidores.

Dando continuidade à discussão dessas prioridades na transformação dos sistemas alimentares, vale destacar um dos novos relatórios em produção do Painel de Alto Nível de Especialistas (HLPE/CFS), que trata de uma das consequências mais perversas dos atuais sistemas alimentares hegemônicos, as desigualdades e iniquidades na segurança alimentar e nutricional.

Esse reconhecimento é fundamental, na medida em que a insegurança alimentar e nutricional tem origem geográfica, cor da pele, idade, etnia e gênero bem definidos, seja globalmente, seja dentro dos países, perpetuados pela exclusão, marginalização e discriminação de grupos populacionais vulneráveis e agravados pelo patriarcado, o racismo e o colonialismo.

Dessa forma, o enfrentamento das desigualdades naturalmente depende de políticas universais, mas deve também contemplar a equidade nas estratégias para contemplar os mais vulneráveis e suas especificidades.

Para tanto, no relatório HLPE/CFS é proposto em seu primeiro capítulo um esquema conceitual que contempla os determinantes sistêmicos que geram desigualdades de reconhecimento, de distribuição e de representação que se manifestam nos sistemas alimentares e em outros sistemas afetando a sustentabilidade, a estabilidade, a disponibilidade, a acessibilidade e a utilização de alimentos e geram a experiências desiguais de segurança alimentar e nutricional.

Esse esquema reforça questões fundamentais como a necessidade de transformações radicais nos sistemas alimentares em que se coloque o enfrentamento da fome e de todas as formas de má nutrição e a abordagem de direitos humanos como prioridades e reconhece que as soluções necessárias são de múltiplos componentes (intersectoriais) e específicas para cada contexto e que dependem diretamente de mudanças na governança dos sistemas e da base em evidências.

O relatório HLPE/CFS é preliminar, completo e extenso em todas as suas partes. Aborda desde a questões conceituais refletidas no parágrafo anterior, até o detalhamento das consequências das desigualdades na segurança alimentar e nutricional sobre as populações, tais como a dupla e tripla carga da má nutrição, a qualidade da dieta, o aleitamento materno, a dieta

⁷⁴<https://www.un.org/nutrition/>

⁷⁵<https://www.un.org/en/food-systems-summit>

infantil e as consequências de longo prazo, inclusive intergeracionais, das desigualdades, destacando que desigualdades globais que também se refletem em nível nacional. As desigualdades na segurança alimentar e nutricional afetam o presente e o futuro das populações, em termos de saúde, educação, bem-estar e inclusive de produtividade das economias.

No capítulo seguinte, reflete sobre as desigualdades em termos do acesso e uso de recursos relacionados aos sistemas alimentares e outros sistemas, como terras, animais, bem como no acesso a financiamento, informação e na participação nos mercados. Ainda, reforça os efeitos dos desequilíbrios no comércio internacional, inclusive em relação aos impactos perversos sobre os pequenos produtores locais, na competição por esses recursos e mercados, inclusive com a captura da cultura e patrimônios alimentares locais, regionais e nacionais de variedades de interesse comercial e redução da diversidade da produção de alimentos locais.

Em seguida, detalha os ambientes alimentares, descrevendo a centralidade da disponibilidade física e financeira de alimentos, a publicidade de alimentos, os determinantes comerciais da saúde e a segurança sanitária dos alimentos.

As escolhas alimentares saudáveis e seguras dependem menos dos comportamentos individuais e muito mais dos preços dos alimentos, da disponibilidade de alimentos saudáveis nos territórios, de estratégias para desincentivar o consumo de alimentos ultra processados e da responsabilidade das autoridades públicas locais, apoiados pelos organismos internacionais.

O HLPE/CFS, destaca, ainda, entre as causas das desigualdades, que os sistemas alimentares não são isolados dos demais sistemas e outras políticas, tendo em vista que a segurança alimentar e nutricional depende de políticas sociais, econômicas, de renda, de trabalho, de educação, de habitação, de água e saneamento básico e de infraestrutura. São múltiplos problemas interligados, cujas soluções passam por caminhos comuns, destacando a intersectorialidade.

Finalmente a partir dessa contextualização, o relatório preliminar busca, detalhar recomendações de ação para o enfrentamento das desigualdades, desde as políticas e ações no diretamente no campo da segurança alimentar e nutricional até políticas de outros sistemas. São apontadas como prioridades enfrentar as assimetrias de poder, adaptar ações aos contextos e públicos a que se destinam considerando abordagens de universalidade e equidade, equalizar acesso a recursos, fortalecer organizações de produtores, investir na infraestrutura das cadeias de produção, distribuição e consumo, fortalecer sistemas de informação e tecnologias digitais abertas, fortalecer a governança dos ambientes alimentares, promover a atenção universal à saúde e fomentar a agricultura sensível à nutrição.

Essas ações devem ser a base das transformações nos sistemas alimentares, sempre fundamentadas na abordagem de direitos humanos e na equidade, desde o direito humano à alimentação até o acesso universal a políticas de proteção social, numa governança inclusiva e em uma abordagem holística para as mudanças climáticas e sustentabilidade.

Todo esse processo global se reflete no Brasil, com crise econômica, consequências da pandemia e impactos ambientais do modelo produtivo predatório, mas com um maior agravamento em função do desmonte de políticas e da governança da segurança alimentar e nutricional e das políticas de proteção ambiental nos últimos quatro anos.

Some-se a isso, um negacionismo antes ancorado pelo governo em relação à própria fome no país. Como ataques ao guia alimentar nacional e a predominância da agenda do agronegócio, em serviço dos sistemas alimentares hegemônicos, na política nacional e na atuação internacional do Brasil.

Essa tempestade de ações do antigo governo no Brasil agravou ainda mais o aumento da insegurança alimentar e levou o Brasil de volta ao Mapa da Fome da FAO. Isolou o país no cenário internacional da segurança alimentar e nutricional e deixou o legado perverso para o novo governo que se aproxima.

Numa perspectiva de esperança e reconstrução, vale destacar o trabalho do grupo de transição governamental de mapeamento da situação nacional, das políticas necessárias e, sobretudo, da discussão de propostas com ampla escuta da sociedade, que não contava com canais de participação desde a extinção do Consea.

Neste último mês de dezembro de 2022 é importante ser otimista. Afirmar esperança tem sido a tônica de vários fóruns internacionais e no Brasil se acreditarmos que é possível mudar o processo evolutivo dos sistemas alimentares hegemônicos. Afirmar que discutimos no primeiro informe de janeiro sob o título *“Começar 2022 com esperança de restaurar a conexão entre solo-terra-água no desenvolvimento global de sistemas alimentares”*. O que reforça a necessidade de criação de oportunidades de conciliação e convivência entre os sistemas em algumas frentes, desde que regidos por uma lógica mais equilibrada, como uma simbiose, desde que abandonadas as formas predatórias de produção e consumo.

No Brasil, o momento de esperança para que os efeitos deletérios dos sistemas alimentares hegemônicos globais sejam menores no país, tem sido discutido de forma ampla pelo Governo de Transição do Recém, Eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após os duros e trevosos momentos de orfandade do governo que deixa o poder. Que promoveu o desmonte da governança governamental e da sociedade civil em relação a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional(SSAN).

Podemos observar que as políticas públicas até o início dos anos 2000 tinham em seu escopo de atuação programas e ações compensatórios do qual o Estado e os governos naturalizavam a desigualdade social. Em 2003 com a eleição do mesmo Presidente da República vitorioso neste momento, foi possível formular e implementar políticas públicas de Estado de SSAN por meio de leis e criação de governança participativa.

Embora a SSAN seja uma lei no Brasil o último governo dissolveu a governança em SSAN que já vinha demonstrando aumento e que será potencializada desafortunadamente com a pandemia COVID-19.

A reinvenção tomou lugar ancorado em nosso passado de referência como Estado Nacional com leis e processos de governanças que foram dissolvidos pelo último governo com apoio da esfera legislativa e de meios empresariais ligados ao agronegócio.

Várias estratégias de resistência foram criadas como ações populares como a realização de Tribunais da Fome⁷⁶ e a realização de dois inquéritos populacionais pela REDE PENSSAN que

⁷⁶ <https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2021/10/SentencaVF.pdf>

trará em 2021 cerca e 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar moderada e grave e sem esses dados não saberiam sobre a magnitude da insegurança alimentar e nutricional no país⁷⁷.

Remetendo novamente ao lema dos ODS, que é não deixar ninguém para trás, desigualdades e iniquidades são inaceitáveis e devem ser eliminadas. O planeta está doente em consequência de um sistema alimentar hegemônico, predatório, gerador de desigualdades e de violações de direitos.

A busca por sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos representam grande parte da cura. Para isto, compromissos globais precisam ser cobrados e ampliados, responsabilidades de governos nacionais devem ser fortalecidos, transformações efetivas devem ser estimuladas e apoiadas pelas agências das Nações Unidas. Os representantes da sociedade civil devem ter participação ativa na governança da segurança alimentar. E os interesses coletivos e planetários nunca podem se subjugar a interesses comerciais.

Temos um mapa, ou se preferirem, a receita médica para o tratamento e cura das atuais crises, mas o tempo é curto para agir, tanto global quanto nacionalmente.

No Brasil algumas lições e aprendizados devem ser lembrados e ressignificados para não cairmos em armadilhas que navegam entre a ânsia de atuar de maneira urgente para debelar o comprovado aumento da Fome e a mitigação com ações e políticas estruturantes no país.

A cerca de trinta anos atrás as ações de Betinho tinham como lema: “*A fome tem pressa*”. Esta afirmação neste momento, precisa se compreendida e ressignificada com as evidências científicas da relação de morbimortalidade com consumo de alimentos ultra processados. Em seu estudo publicado no American Journal of Preventive Medicine, Nilson estima que em 2019, no Brasil, cerca de mais de 10% das mortes entre pessoas de 30 a 69 anos de idade foram causados pelo consumo de alimentos ultra processados⁷⁸.

Esses dados apontam a necessidade de políticas com múltiplos componentes que promovam escolhas alimentares saudáveis, reduzindo o consumo de alimentos ultra processados e aumentando o consumo de alimentos frescos e minimamente processados. Com políticas regulatórias e fiscais, mudanças nos sistemas e entornos alimentares, fortalecimento da implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira e investimentos em ações educativas para a população.

Neste sentido, dentre os inúmeros desafios colocados para a equipe de transição do Governo Lula no Brasil neste momento para o combate a Fome, estão todos os cuidados para driblar as armadilhas das ações emergenciais para os pobres por meio de priorizar somente o volume quantitativo de alimentos pela distribuição de cestas somente com alimentos ultra processados sem a oferta de alimentos frescos e naturais. É direito que a alimentação humana gere saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão para promover a vida para o Planeta e seus habitantes!

⁷⁷ <https://pesquisassan.net.br/>

⁷⁸ <https://www.ajpmonline.org/pb-assets/Health%20Advance/journals/amepre/Nilson-et-al-1667841500.pdf>

Patrimônio, Educação e Saúde: as discussões da UNESCO em 2022

Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues

O ano de 2022 marcou o ingresso da Casa de Oswaldo Cruz no Observatório do CRIS, se propondo a trazer informações que conectassem Saúde com Cultura e Educação, procurando discutir temas que tivessem relação com as atividades da unidade e que contribuíssem para refletir sobre saúde.

A contribuição da Casa de Oswaldo Cruz também se vincula com as atividades da Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura que a Unidade mantém, desde 2022, com chancela da UNESCO.

O início de nossa participação foi marcado pela preocupação do organismo internacional com o patrimônio artístico e cultural da Ucrânia em face da ofensiva armada levada a cabo pela Rússia. O prolongamento da guerra na região e a crise humanitária em meio à pandemia de COVID-19, marcou os primeiros relatórios que apresentamos.

A partir desta entrada inicial, outros temas foram surgindo nas discussões: Cultura & Saúde; Cultura; e Educação, sem dúvida o grande tema que dominou os relatórios apresentados e onde o impacto da pandemia da COVID-19 deixou importantes marcas.

Este último informe pretende chamar atenção para os desafios vindouros, onde o tema das tragédias humanitárias – pandemia e guerra – impacta na educação de jovens ao redor do mundo e, na perspectiva de recuperação dos setores educacionais e culturais vem a partir de um alto comprometimento de recursos públicos governamentais.

• Educação

No campo da educação, a UNESCO publicou diversos relatórios propondo mudanças profundas no método tradicional de ensino. Destaca-se o relatório [Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação](#) com objetivo de reformular completamente a forma como a educação é realizada nas escolas, mudando o modelo de aprendizado presente a dois séculos.

Acredita-se que o formato atual limita o desenvolvimento dos alunos, pois eles ficam em sala de aula obrigados a prestar atenção no conteúdo que o professor passa durante horas por dia. É necessário que as escolas sejam mais convidativas, mais envolvidas e relevantes. Com a mudança na educação a tendência é que alguns índices negativos podem começar a cair como por exemplo o índice global de “Learning poverty” que consiste em avaliar quantas crianças conseguem compreender um texto até 10 anos de idade; após pandemia de Covid-19 o índice global chegou a 70% de crianças nesta situação. Outra questão a ser evoluída é na luta pela igualdade de gênero, um dos projetos lançados pela UNESCO para contribuir com igualdade de gênero trata-se do “#Educastem2030: iniciativa UNESCO de mobilização e advocacy pela educação para meninas e mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no Brasil” alertando sobre as dificuldades das mulheres de seguirem carreira nas áreas STEM no Brasil e promovendo iniciativas para a mitigação deste problema com foco na Agenda 2030.

Mudanças nos currículos escolares foi assunto neste ano com a divulgação do relatório: [UNESCO: Inteligência Artificial na Educação](#) com objetivo de implementar disciplinas de Inteligência Artificial na educação primária e secundária, embora não tenha um grande clamor global pela implementação uma vez que dos 193 Estados-membros da UNESCO consultados

para discutir a aplicação da IA na educação, apenas 51 responderam expressando interesse no tema, este assunto pode ter relevância num futuro próximo.

A complexidade de garantir a educação para todos, de forma contínua e de qualidade gera diversos desafios que precisam ser encarados pelos países da forma mais correta possível, dois desses desafios são o abandono escolar dos meninos e os cuidados e educação na primeira infância.

O primeiro desafio foi alertado pela UNESCO no relatório [Leave no child behind: global report on boys'](#) que analisou os múltiplos fatores que contribuem para o abandono e a desvantagem dos meninos na educação. A extrema pobreza influencia no sucesso escolar, é o fator mais impactante no baixo desempenho e na desistência de meninos e meninas nas escolas, as famílias pobres carecem de recursos materiais, humanos e culturais para apoiar a vida de seus filhos. Além disso, lutam com a insegurança alimentar, bairros precários, longo deslocamento até as escolas, cuidados de saúde inadequados e em muitos casos não possuem condições para pagar a escola. Por falta de regulamentação de leis trabalhistas e a necessidade de trabalhar para sobreviver, em 2020 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que mais de 160 milhões de crianças estavam envolvidas com trabalho infantil, dentre elas, 97 milhões são homens, proporcionalmente a cada 10 crianças 1 está trabalhando.

O segundo desafio é em relação aos cuidados e educação na primeira infância. Pesquisas realizadas em diversos campos, como economia, neurociência e educação apontam que investimento na educação na primeira infância seja fundamental, pois estabelece os fundamentos para o desenvolvimento de uma pessoa ao longo da vida, como a realização educacional, saúde e produtividade econômica. Apesar das fortes evidências dos benefícios da ECPI, os números mais recentes da UNESCO mostram que, até 2020, 25% das crianças do ensino fundamental que ingressam no ano pré-escolar nunca frequentaram nenhuma forma de aprendizagem organizada. Isso representa 33 milhões das 134 milhões de crianças em todo o mundo. A maioria destes são crianças de países de baixa renda, principalmente da zona rural. Por isso, neste ano de 2022 os países deram um passo importante na solução deste desafio na [Segunda Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação](#) realizada no Uzbequistão em novembro.

• Cultura

No campo da cultura havia uma expectativa desde o início do ano para a Segunda Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, que prometia ser fundamental para o avanço da cultura como cerne das discussões centrais entre os países. A cultura está presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas não como um objetivo específico, ela está inserida no objetivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, diretamente ligada à meta 11.4: “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

Após 40 anos da primeira conferência, foi realizado em setembro deste ano o MONDIALCULT 2022. Contou com 135 Ministros da Cultura, 83 organizações não governamentais e nove agências especializadas da ONU. A declaração final contou com 22 pontos, entre os destaques estão a declaração da cultura como um “bem-público” global, além da solicitação da integração da cultura como 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Outra conquista do MONDIACULT inclui a criação, a partir de 2025, do Fórum Mundial de Políticas Culturais, a ser organizado pela UNESCO a cada quatro anos. Os debates serão norteados a partir do Relatório Mundial de Políticas Culturais, elaborado pela Organização com

o objetivo de abordar áreas prioritárias para a cultura, buscando manter diálogo construtivo e inclusivo de todos os agentes envolvidos, a fim de fortalecer a ação multilateral, a colaboração e a solidariedade entre os países e contribuir com as linhas estratégicas de trabalho da UNESCO no âmbito de seus órgãos de governo.

A relação da cultura com o desenvolvimento sustentável é um ponto importante para a UNESCO para desde que há um esforço para relacioná-la à Agenda 2030, buscando desenvolver [indicadores temáticos de desenvolvimento sustentável para a cultural na Agenda 2030](#) com o propósito de mensurar e monitorar o progresso da cultura na contribuição para implementação local e nacional dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A primeira fase de implementação desenvolvida no ciclo 2021-2022 foi marcada por diversos eventos de oficinas e seminários de capacitação, na tentativa de se buscar fortalecer profissionais e equipes dos Estados envolvidos no monitoramento e implementação da Agenda 2030, em especial, em função da área cultural ter sido uma das mais afetadas pela pandemia pela COVID-19.

• **Cultura e Saúde**

O principal escopo da cultura para a UNESCO está ligado ao conceito de proteção e salvaguarda do patrimônio natural e cultural, tais como sítios arqueológicos, patrimônio imaterial, patrimônio subaquático, acervos museológicos, tradição oral vinculada à identidade cultural de povos, entre outros.

O tema saúde é um tema tangencial à cultura, o que nos traz uma oportunidade única no exercício de relacionar temas bastante relevantes para o desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de se ampliar e naturalizar a relação direta da cultura com saúde como elementos indissociáveis para o desenvolvimento de uma sociedade justa, equânime.

Além disso, deve-se reconhecer a relevância do papel das instituições de ciência e tecnologia da saúde na promoção da relação da cultura com a saúde como elementos primordiais de uma construção e respeito da dignidade humana, seja através da divulgação e comunicação científica para a sociedade, seja por meio das artes e criatividade ao promover ciência, arte e cultura, ou mesmo, quando estamos tratando de cooperação estruturante em saúde, ao respeitar a cultura local, não impondo transferência de tecnologia sem dar autonomia ou instrumentais para a incorporação de tecnologia para o parceiro local.

• **Patrimônio Mundial Cultural**

No campo do patrimônio mundial cultural que se refere à preservação do patrimônio considerado relevante para o mundo, a UNESCO busca encorajar a identificação, proteção e preservação do patrimônio natural e cultural. Segundo a UNESCO, desde o início do ano de 2022, a guerra entre Rússia e Ucrânia gerou danos em 221 locais (98 locais religiosos, 17 museus, 78 edifícios de interesse histórico e/ou artístico, 18 monumentos, 10 bibliotecas.). Conforme pode ser verificado no site da instituição: <https://www.unesco.org/es/node/66512?hub=66116>

A Unesco vem atuando desde o início do conflito⁷⁹ para conter a crise de patrimônio mundial afetado, reforçando que a destruição de patrimônios protegidos e de valor histórico é crime de guerra amparado pela resolução do Conselho de Segurança [S/RES/2347\(2017\)](#). O maior desafio para essa pauta está na forma como a ONU e a UNESCO tratarão os crimes contra o

⁷⁹ <https://www.unesco.org/es/node/66138>

patrimônio mundial tendo em vista que o apoio indiscriminado à Ucrânia poderá trazer parcialidade na investigação, averiguação e julgamento de tais crimes.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Mundial

De acordo com a publicação *Resumo de Migração e Desenvolvimento* do **Banco Mundial (BM)**, as remessas para países de baixa e média renda resistiram aos ventos contrários globais em 2022, crescendo cerca de 5%, para **US\$ 626 bilhões**. Isso é nitidamente menor do que o aumento de 10,2% em 2021.

As remessas são uma fonte vital de renda familiar para os países de baixa e média renda, pois aliviam a pobreza, melhoram os resultados nutricionais e estão associados ao aumento do peso ao nascer e a taxas mais altas de matrícula escolar para crianças em famílias desfavorecidas. Segundo especialistas, as remessas ajudam as famílias beneficiárias a construir resiliência, por exemplo, através do financiamento de melhores habitações e a lidar com as perdas na sequência de catástrofes.

Os fluxos de remessas para regiões em desenvolvimento foram moldados por vários fatores em 2022. A reabertura das economias de acolhimento à medida que a pandemia de COVID-19 recuou apoiou ao emprego dos migrantes e a sua capacidade de continuar a ajudar as suas famílias em casa. O aumento dos preços, por outro lado, afetou negativamente a renda real dos migrantes. Também influenciando o valor das remessas está a valorização do rublo, que se traduziu em maior valor, em termos de dólar americano, das remessas externas da **Rússia** para a **Ásia Central**. No caso da **Europa**, um euro mais fraco teve o efeito oposto de reduzir a valorização do dólar dos **EUA** dos fluxos de remessas para o norte da **África** e outros lugares. Em países que experimentaram escassez de divisas e múltiplas taxas de câmbio, os fluxos de remessas oficialmente registrados diminuiriam à medida que os fluxos mudaram para canais alternativos que oferecem melhores taxas.

Por região, a **África** é a mais severamente exposta às crises simultâneas, incluindo secas severas e picos nos preços globais de energia e commodities alimentares. Estima-se que as remessas para a **África Subsaariana** tenham aumentado 5,2% em comparação com 16,4% no ano passado. Em outras regiões, estima-se que os fluxos de remessas tenham aumentado 10,3% para a **Europa** e a **Ásia Central**, onde o aumento dos preços do petróleo e a demanda por trabalhadores migrantes na **Rússia** apoiaram as remessas, além do efeito de valorização da moeda. Na **Ucrânia**, o crescimento das remessas é estimado em 2%, menor do que as projeções anteriores, já que os fundos para os ucranianos foram enviados para os países que os hospedam e as transferências de dinheiro transportadas à mão provavelmente aumentaram. O crescimento dos fluxos de remessas é estimado em 9,3% para a **América Latina e o Caribe**, 3,5% no sul da **Ásia**, 2,5% no **Oriente Médio e Norte da África** e 0,7% no **Leste Asiático** e no **Pacífico**. Em 2022, pela primeira vez, um único país, a **Índia**, está a caminho de receber mais de US \$ 100 bilhões em remessas anuais.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/30/remittances-grow-5-percent-2022>

Fundo Monetário Internacional

Para apoiar a produção de dados para as necessidades políticas mais urgentes, o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** em estreita cooperação com o Conselho de Estabilidade Financeira (CEF), Secretariado e Grupo Interinstitucional de Estatísticas Econômicas e

Financeiras (IAG) e em consulta com as economias participantes, desenvolveram um plano de trabalho de alto nível para uma nova **Iniciativa de Lacunas de Dados (DGI)**.

O plano de trabalho abrange 14 recomendações que abordam as necessidades políticas prioritárias: i) alterações climáticas; ii) distribuição do rendimento do agregado familiar e riqueza; iii) fintech e inclusão financeira; e (iv) acesso a privados fontes de dados e dados administrativos, e compartilhamento de dados para melhorar a atualidade e granularidade das estatísticas oficiais.

A Iniciativa Data Gaps basear-se-á na estreita colaboração entre as economias participantes e organizações internacionais estabelecidas durante fase dois da DGI-2 e apoio explícito do **Grupo dos Vinte (G20)**. Espera-se que as recomendações sejam implementadas dentro de cinco anos após o lançamento, tal como nas fases anteriores, a implementação será monitorizada e publicado no site da DGI a partir de 2023.

Fontes: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/11/28/pr22410-g20-leaders-welcome-ndgi-to-address-climate-change-inclusion-financial-innovation>

<https://www.imf.org/en/News/Seminars/Conferences/g20-data-gaps-initiative>

Banco Interamericano de Desenvolvimento

O **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** financiou projetos para estimular a descarbonização. A **Argentina** expandirá a sua capacidade de planejar e financiar a ação climática, desenvolver uma estrutura de financiamento sustentável para garantir que o setor privado tenha os investimentos necessários para uma transição duradoura e inclusiva com um empréstimo de **US\$ 500 milhões**. Para o **Uruguai**, o **BID** aprovou uma linha de crédito condicional de **US\$ 150 milhões** para ajudar o país a cumprir as metas de sua contribuição nacionalmente determinada no âmbito do **Acordo de Paris**.

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/argentina-strengthens-climate-action-and-decarbonization-idb-support>

<https://www.iadb.org/en/news/uruguay-accelerate-transition-low-carbon-energy-idb-support>

Propriedade Intelectual e Produtos Seguros: Informe sobre a OMC, OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

Organização Mundial do Comércio: Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

Na 12ª Conferência Ministerial da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) (MC12) ocorrida em junho passado, houve Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)), que diz respeito às limitações do direito de exclusividade das patentes de vacinas contra a COVID-19. A decisão sobre possível extensão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapêuticas no combate à COVID-19 deve ser tomada no prazo máximo de seis meses contando a partir de 17 de junho. Até o momento, não há veredito, que deve ocorrer até 17 de dezembro. Segundo o site Health Policy Watch (2022), “países de baixa e média renda que se qualificam para receber gratuitamente os antivirais Paxlovid (nirmatrelvir) e Molnupiravir demonstraram tão pouco interesse em aceitar doações que alguns questionam se debater a extensão da suspensão é uma perda de tempo”. Não há relatos de consenso nas reuniões do Conselho de TRIPS. Países como Cingapura, Suíça, Japão, Coreia, União Europeia e Reino Unido demandam evidências de que barreiras de propriedade intelectual dificultam o acesso a terapias e diagnósticos antes de apoiar qualquer extensão.

Em 6 de dezembro, o [Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos](#) (em inglês, Office of the United States Trade Representative - USTR) anunciou apoio à prorrogação do prazo para decidir se deve haver extensão da supracitada Decisão Ministerial. O USTR pedirá à [Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos](#) (em inglês, United States International Trade Commission - USITC) que inicie investigação sobre diagnósticos e terapias úteis no combate à COVID-19, fornecendo informações sobre o mercado: oferta e demanda, preços, relação entre testes e tratamento, e produção e acesso (USTR, 2022).

Segundo Katherine Tai, representante de comércio dos EUA: “Nos últimos cinco meses, os funcionários do USTR realizaram consultas robustas e construtivas com o Congresso, os especialistas do governo, um amplo espectro de partes interessadas, as instituições multilaterais e os membros da OMC. Há questões reais sobre uma série de temas, e o tempo adicional, juntamente com as informações do USITC, ajudará o mundo a tomar uma decisão mais informada sobre se a extensão da Decisão Ministerial à terapia e ao diagnóstico do COVID-19 resultaria em acesso mais amplo àqueles produtos. A transparência é crítica e o USTR continuará a consultar o Congresso, as partes interessadas e outros enquanto trabalhamos para acabar com a pandemia e apoiar a recuperação econômica global”. (USTR, 2022)

Segundo a nota, as informações e os argumentos coletados dizem respeito “tanto ao sistema – se as proteções existentes à propriedade intelectual da OMC constituem impedimento ao acesso a medicamentos ou elemento crítico de inovação – quanto às características específicas dos mercados de diagnósticos e tratamentos para COVID-19.” (USTR, 2022)

O texto afirma que os Estados Unidos respeitam o direito de seus parceiros comerciais de usar as flexibilidades existentes no Acordo TRIPS, citando os [Artigos 30, 31 e 31bis](#), a [Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública](#), e as flexibilidades presentes na Decisão Ministerial. E complementa: “as flexibilidades existentes estão disponíveis como parte do esforço para aumentar a produção e a distribuição necessárias para superar os desafios da atual pandemia de COVID-19.” (USTR, 2022)

O estudo do USITC abordará os seguintes aspectos: (i) Visão geral dos produtos, com foco em diagnósticos e terapias COVID-19 aprovados pela OMS, incluindo componentes-chave, processo de produção, proteções de propriedade intelectual e descrição da cadeia de suprimentos (incluindo o nível de diversificação na cadeia de suprimentos); (ii) Informações sobre a indústria de fabricação global desses produtos, incluindo principais países produtores e empresas e dados de produção, caso disponíveis; (iii) Informações sobre o mercado global de diagnóstico e medicamentos para COVID-19, incluindo informações sobre a demanda e, na medida do possível, avaliação sobre demanda não atendida para produtos-chave e fatores determinantes; segmentação de mercado; e acumulação e distribuição de suprimentos; (iv) Dados e informações sobre o comércio global de diagnósticos e terapias para COVID-19, se disponíveis, ou caso contrário, dados e informações sobre o comércio global de diagnósticos e terapêuticas em geral; e (v) Breve visão geral/histórico dos aspectos relevantes do Acordo TRIPS e do Pool de Patentes de Medicamentos (MPP) das Nações Unidas, bem como uma lista de países que buscam usar a Decisão Ministerial e aqueles que utilizam o acesso a medicamentos para COVID-19 por meio do MPP (USTR, 2022).

OMPI: relatório World Intellectual Property Indicators

A [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) lançou o [relatório](#) World Intellectual Property Indicators (Figura 1), que traz evidências sobre os depósitos de propriedade intelectual. Os registros permaneceram elevados durante o auge da pandemia da COVID-19 em 2020 e dispararam em 2021, contrariando a tendência de recessões econômicas anteriores (OMPI, 2022).

Em 2021, 3,4 milhões de pedidos de patentes foram depositados em todo o mundo, representando um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior e um pouco acima dos valores pré-Covid de 3,3 milhões registrados em 2018 (Figura 2). Os escritórios na Ásia recebem 67,6% de todos os pedidos em todo o mundo. Identificou-se forte crescimento nos depósitos de patentes locais na China (+5,5%), na República da Coreia (+2,5%) e na Índia (+5,5%) (Figura 3). A atividade de patenteamento nos EUA (-1,2%), Japão (-1,7%) e Alemanha (-3,9%) diminuiu em 2021. A China recebeu 1,59 milhão de pedidos de patente em 2021, mais que o dobro do número recebido pelos EUA (OMPI, 2022).

Depositantes não residentes representaram apenas um em cada 10 pedidos recebidos pelo escritório de PI da China. Junto com o escritório de PI da Austrália (90,8%), do Canadá (87,3%), o Escritório Europeu (55,6%), da Índia (57,3%) e dos Estados Unidos da América (EUA) (55,7%) receberam a maioria dos seus pedidos de depositantes não residentes. Além dos 10 maiores escritórios, a participação de não residentes é alta nos escritórios do Brasil (80,7%), Indonésia (84,1%), México (93,1%) e Cingapura (86,1%). A Figura 4 revela a distribuição de residentes e não-residentes para patentes concedidas nos 20 maiores escritórios de patentes para o período 2020-2021. Dados do Brasil confirmam a forte dependência de tecnologias estrangeiras (OMPI, 2022).

Em 2020 – o último ano para o qual os dados completos estão disponíveis devido ao atraso entre o pedido de patente e a publicação do pedido – a tecnologia de computadores foi a tecnologia mais frequentemente presente em pedidos publicados em todo o mundo, representando um décimo de todos os pedidos publicados (10,2% do total mundial). Seguiram-se máquinas elétricas (6,5%), medição (5,7%), comunicação digital (5,1%) e tecnologia médica (5%). Esses cinco campos ocupam os cinco primeiros lugares do ranking desde 2012 – embora em ordem variável (OMPI, 2022).

Sobre a importância dos dados em propriedade intelectual, Daren Tang, Diretor-Geral da OMPI, se manifesta: “Ao iluminar os principais setores de crescimento e principais indicadores, além de fornecer toda uma gama de análises relacionadas às atividades de PI, esperamos que o rico conjunto de dados do relatório funcione como uma ferramenta prática para formuladores de políticas, profissionais de PI, indústria, academia e outras partes interessadas em torno o mundo. Dados robustos e confiáveis sempre foram a base da formulação de políticas eficazes e têm influência direta na capacidade dos governos e autoridades de projetar e implementar medidas que ajudam a tornar a PI um poderoso catalisador para o crescimento. Esses dados assumem importância adicional durante períodos de turbulência econômica global, servindo como uma ferramenta inestimável para traçar um curso através de fortes ventos contrários. Portanto, somos gratos aos nossos parceiros em 150 escritórios nacionais e regionais de PI por apoiar este relatório e nosso trabalho na WIPO. Esperamos que o WIPI deste ano ajude os Estados Membros a navegar em um ambiente global incerto, continuando a gerar impacto econômico e social por meio de inovação, criatividade e propriedade intelectual.” (OMPI, 2022)

Figura 1



Figura 2

Patents	2020	2021	Growth rate (%)	Share of world total (%)
Applications worldwide	3,281,900	3,401,100	3.6	100.0
China	1,497,159	1,585,663	5.9	46.6
US	597,172	591,473	-1.0	17.4
Japan	288,472	289,200	0.3	8.5
Utility models				
Applications worldwide	3,000,100	2,924,490	-2.5	100.0
China	2,926,633	2,852,219	-2.5	97.5
Germany	12,318	10,576	-14.1	0.4
Russian Federation	9,195	9,079	-1.3	0.3
Trademarks				
Application class counts worldwide	17,193,800	18,145,100	5.5	100.0
China	9,345,710	9,454,794	1.2	52.1
US	870,276	899,678	3.4	5.0
EUIPO (EU office)	438,469	497,542	13.5	2.7
Industrial designs				
Application design counts worldwide	1,387,800	1,515,200	9.2	100.0
China	770,362	805,710	4.6	53.2
EUIPO (EU office)	113,195	117,049	3.4	7.7
UK	32,733	74,781	128.5	4.9
Plant varieties				
Applications worldwide	22,620	25,340	12.0	100.0
China	8,960	11,195	24.9	44.2
Community Plant Variety Office (EU)	3,427	3,480	1.5	13.7
US	1,432	1,902	32.8	7.5

Source: WIPO Statistics Database, September 2022.

Figura 3

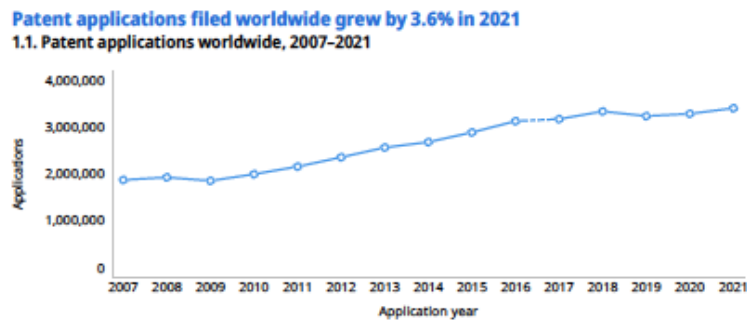
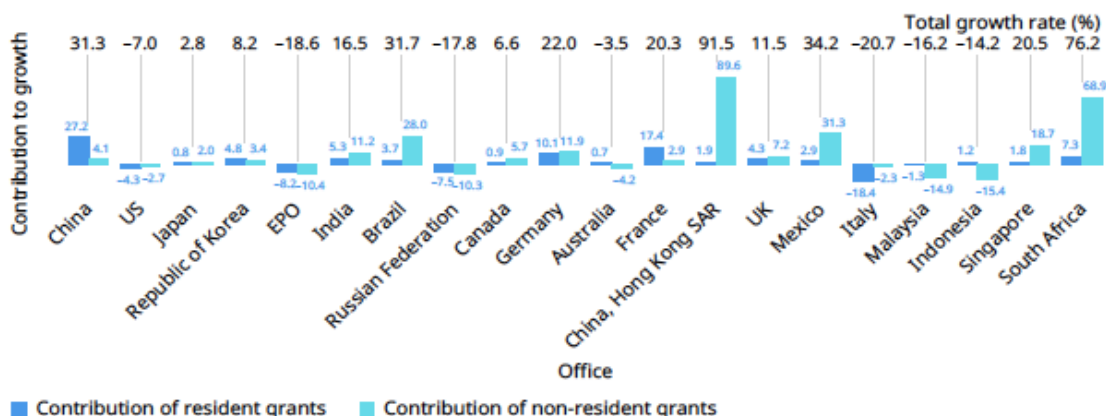


Figura 4

A14. Contribution of resident and non-resident grants to total growth for the top 20 offices, 2020–2021



Note: EPO is the European Patent Office. This figure shows the total growth or decrease in grants at each office, broken down by the respective contributions of resident and non-resident grants. For example, the total number of patents granted by the IP office of China grew by 31.3%. Growth in resident grants accounted for 27.2 percentage points of this increase, while the remaining 4.1 percentage points came from growth in non-resident grants.

Source: WIPO Statistics Database, September 2022.

UNCTAD: produtos seguros

Nota da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) destaca que “consumidores têm direito a produtos seguros, mas esse direito está constantemente ameaçado”. Na Europa, produtos sem segurança adequada causam perdas estimadas em US\$ 34,4 bilhões por ano. Acidentes e perdas pelas mesmas razões ocorrem no mundo em desenvolvimento. Tal cenário exige das autoridades nacionais de fiscalização do mercado ação para proteger os consumidores dos perigos para a saúde e segurança. Nesse contexto, a sociedade civil desempenha importante papel por meio da educação, da conscientização e do aconselhamento quanto aos direitos dos consumidores. Esses temas foram debatidos por ocasião do workshop conjunto Comissão Europeia – UNCTAD sobre segurança de produtos (Figura 5) em 17 de novembro, como esclarece Teresa Moreira, chefe de concorrência e políticas do consumidor da UNCTAD (UNCTAD, 2022).

A UNCTAD recomenda que os grupos de consumidores participem de consultas para subsidiar processos de formulação de políticas, além de representar os interesses dos consumidores em juízo, especialmente em casos coletivos, e fiscalizar o mercado sobre problemas emergentes de segurança de produtos e ampliar o impacto das campanhas de conscientização. Esses grupos são “atores essenciais em estruturas institucionais para proteção efetiva do consumidor, pois representam a voz dos consumidores”. O [Mapa Mundial de Proteção ao Consumidor](#) da UNCTAD mostra que 81% dos países têm grupos ativos de proteção ao consumidor (Figura 6). Um dos grandes desafios é alcançar novos públicos, especialmente jovens, em redes sociais como o Snapchat e o TikTok. Como esclareceu Elizabeth Iberico Robles, chefe de departamento da maior associação de consumidores do Peru, a ASPEC, “As mensagens para os consumidores jovens devem ser simples e divertidas. Os usuários de mídia social esperam ser entretidos”. Especialistas identificaram uso indevido e perigoso de produtos promovidos nas mídias sociais, anunciados por influenciadores (UNCTAD, 2022).

Figura 5



Figura 6



Source: UNCTAD World Consumer Protection Map, 2022.

Referências

Cullinan, K. As WTO Considers Patent Waiver on COVID Treatments, Some Say it is Too Late. Health Policy Watch, 2022. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/as-wto-considers-patent-waiver-on-covid-treatments-some-say-it-is-too-late/> Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

OMPI. Worldwide IP Filings Reached New All-Time Highs in 2021, Asia Drives Growth. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0013.html?utm_source=WIPO+New+sletters&utm_campaign=deec41a41a-PR_897_EN_211122&utm_medium=email&utm_term=0_deec41a41a-%5BLIST_EMAIL_ID%5D Acesso em: 5 de dezembro de 2022..

UNCTAD. UNCTAD urges civil society to help ensure consumer goods are safe. Disponível em: <https://unctad.org/news/unctad-urges-civil-society-help-ensure-consumer-goods-are-safe> Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

USTR. U.S. to Support Extension of Deadline on WTO TRIPS Ministerial Decision; Requests USITC Investigation to Provide More Data on COVID-19 Diagnostics and Therapeutics. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2022/december/us-support-extension-deadline-wto-trips-ministerial-decision-requests-usitc-investigation-provide-0> Acesso em: 6 de dezembro de 2022

Organizações da Sociedade Civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

***Ana Carol Aldapi Vaquera, Danielle Keylla Alencar Cruz,
Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina,
Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Maria Christina Silva Carneiro Nobre,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira,
Rosa Castália F. Ribeiro Soares e Luis Eugênio de Souza***

Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 30 organizações da sociedade civil (OSC), das quais 24 de interesse público e seis de interesse privado.

De forma significativa, a crise climática e seus efeitos na saúde foram os temas mais comentados pelas OSC, valendo destacar as três declarações divulgadas por importantes encontros e congressos realizados no período. Com efeito, a Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI), a Aliança Latino-Americana de Saúde Global e o Movimento pela Saúde dos Povos realizaram encontros e lançaram declarações em que enfatizam, entre outras coisas, a gravidade da crise climática e a urgência de ações de enfrentamento.

Geralmente associada à crise climática, a questão da fome e da insegurança alimentar foi também bastante mencionada nas manifestações das OSC. De modo semelhante, as doenças infecciosas, em geral, e a Covid-19, em particular, foram objetos de várias manifestações publicadas nos websites e nos tweets das organizações. Como temas próximos, a resistência microbiana e as vacinas foram discutidas muitas vezes, ao contrário do chamado tratado pandêmico que recebeu uma única menção. Os temas das doenças crônicas e da violência, inclusive na dimensão de gênero, também foram bastante discutidos. O acesso a tecnologia e medicamentos, incluindo a questão das patentes, também mereceu várias menções.

Com menor número de menções, questões relativas às guerras e aos conflitos, às pessoas com deficiência, aos agrotóxicos no Brasil, ao saneamento ambiental para o controle de helmintíases, à força de trabalho em saúde (destacando-se a violência contra trabalhadores) e à ética em pesquisa foram citadas nas publicações das OSC nesta quinzena.

Por se tratar de uma autorreflexão sobre sua atuação na arena global da saúde, vale destacar as publicações da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública que abordam os novos desafios da saúde pública e o processo de elaboração de seu novo plano estratégico (2023-2027).

No caso das organizações da sociedade civil de interesse privado, além dos temas comuns a todas as OSC, dois temas tiveram relevo: a saúde mental, objeto de múltiplas publicações da Mental Health Foundation, entidade filantrópica britânica, e as oportunidades de financiamento de pesquisas e projetos de inovação, anunciadas por diferentes fundações.

Ao final, o presente informe relaciona os eventos realizados ou anunciados nesta quinzena, ressaltando-se o anúncio pela InterAcademy Partnership⁸⁰ do [World Science Fórum](https://www.worldscienceforum.org/), que tem como tema central “Ciência para a Justiça Social”.

⁸⁰ <https://www.interacademies.org/>

Organizações de interesse público

Encontros de saúde global e latino-americana

Entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 2022, os Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHIs) de todo o mundo se reuniram em Estocolmo, Suécia, na Reunião Anual da IANPHI⁸¹ para encontrar soluções para os [desafios para a segurança da saúde pública da população mundial](#). A reunião concluiu que há uma necessidade urgente de aplicar as lições aprendidas com a COVID-19 para enfrentar outras ameaças à saúde, como o impacto das mudanças climáticas. A declaração final do encontro conclama os Institutos a: (a) Apoiar os países em seu compromisso com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, (b) Priorizar a equidade na saúde e comprometer-se, através de um investimento adequado na prevenção e promoção da saúde, com populações mais saudáveis, (c) Apoiar os países a fortalecer a preparação e resposta às emergências sanitárias, usando a abordagem One Health, (d) Apoiar os países no estabelecimento de sistemas de saúde resilientes que possam mitigar e os impactos da mudança climática na saúde, (e) Fortalecer o papel, mandato, governança, recursos humanos, entrega e infraestrutura dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, (f) Reforçar a defesa da saúde e bem-estar da população, que deve estar no centro da adaptação às mudanças climáticas, (g) Adotar o uso de sistemas digitais, padrões abertos, compartilhamento de dados e métodos da ciência de dados para fortalecer a preparação para emergências de saúde, promover a saúde e prevenir doença.

O Movimento pela Saúde dos Povos⁸² realizou o [encontro pela transformação e decolonização dos sistemas de saúde na América Latina](#), no marco do 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Salvador - Bahia, nos dias 19-24 de novembro de 2022. Foi analisada a realidade global caracterizada pela crise por consequência do capitalismo. Na [declaração lançada ao final do encontro](#), o Movimento reafirma a importância da busca pela paz, da democracia e da humanização da política. Enfatiza que a transformação dos sistemas de saúde que propõe não é apenas mais uma reforma das muitas que os sistemas de saúde passaram desde sua criação, mas sim a desconstrução e a fundação de um caráter emancipatório e descolonial que coloca a vida no centro, promovendo a participação das comunidades que devem ser os atores fundamentais da mudança.

A [Aliança Latino-Americana de Saúde Global](#) (ALASAG) realizou o seu VII Congreso Latinoamericano y del Caribe de Salud Global: Perspectivas y desafíos en un escenario post-pandemia – Fortaleciendo Alianzas de Salud Global en América Latina y el Caribe, realizado nos dias 16 e 17 de novembro, em Santiago do Chile. Ao final, aprovou uma declaração em que insta Governos, iniciativas de integração regional em saúde e instituições acadêmicas a trabalhar em conjunto, através da cooperação e solidariedade, na sinergia de esforços a favor dos desafios sanitários dos povos da região.

Crise climática e saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a adesão à [declaração](#) proposta para International Hospital Federation em prol da sustentabilidade ambiental, destacando a importância de abordar as alterações climáticas como parte integrante da prestação de cuidados de saúde.

⁸¹ <https://www.ianphi.org/>

⁸² <https://phmovement.org/>

Os Médicos Sem Fronteira⁸³ alertaram para a [dramática situação em Kiribati](#), um arquipélago no centro-oeste do Pacífico, um dos lugares mais vulneráveis às mudanças climáticas e ao aquecimento global, com forte impacto na saúde das pessoas. A organização lançou uma intervenção médica para responder às necessidades de saúde da população, cujo foco principal é a saúde materno-infantil. Segundo a coordenadora médica, Kiribati tem uma das maiores cargas de doenças do mundo, incluindo a maior incidência de hanseníase, uma das maiores taxas de tuberculose e diabetes; e uma das mais baixas taxas de acesso à atenção primária.

A CARE *international*⁸⁴ divulgou ações desenvolvidas no [vilarejo de East Belessa](#), na Etiópia, com o enfoque na resiliência climática. A escassez de água potável é o maior problema nos períodos de seca, e exige que as mulheres caminhem cerca de duas horas para encontrar uma fonte de água. Nestes contextos, a CARE realiza a construção de poços e bombas de água perto das aldeias e trabalha com a comunidade para proteger a área ao redor da bomba de contaminações. Também constrói sistemas de filtração que possam fornecer outra camada de proteção à saúde e auxilia os agricultores a construir sistemas de irrigação movidos a energia solar e substitui as fogueiras, utilizadas pelas mulheres para preparo das refeições, por novos fogões a lenha, construídos com materiais locais. Segundo a CARE, as técnicas inseridas na comunidade ajudam a criar a resiliência climática.

A [CARE Uganda](#) iniciou uma iniciativa solar para ajudar a enfrentar os desafios globais e locais da crise climática. Para isso, estabeleceu cozinhas movidas a energia solar em centros comunitários na região sudoeste do país, bem como na escola primária Kinakyeitaka, onde alunos estudam novas maneiras de enfrentar os desafios da crise climática. Jovens de quatro escolas diferentes no distrito de Kikuube recentemente formaram “Ecoclubes” para treinar seus colegas em habilidades práticas de gestão ambiental, bem como para aumentar a conscientização sobre o clima.

Oxfam⁸⁵ revela que inundações sistemáticas no [Sudão do Sul](#) desde 2018 têm conduzido mais da metade da população do país a fome extrema. É apontada uma correlação a crise climática global, que nesse território já resultou na perda de grande parte da infraestrutura de saúde, educação, como de estradas e pontes.

O *Conselho Internacional de Enfermeiros*⁸⁶ (ICN) destacou a [falta de mulheres nas negociações da COP27](#) e a questão da igualdade de gênero. Segundo o ICN, apesar das evidências de que as mulheres carregam um fardo desproporcional dos efeitos das mudanças climáticas, elas representam menos de 34% das equipes de negociação dos países na COP27. Dos 110 líderes presentes, apenas sete foram mulheres. A ICN se junta a outras ONGs e ativistas que defendem que sem uma maior representação feminina as mudanças climáticas não podem ser enfrentadas e, como resultado, a vida das mulheres e das comunidades ficará pior.

O ICN destacou a decisão dos líderes na COP27 de criar um fundo para aliviar os danos causados pelas mudanças climáticas nos países mais afetados. No entanto, diz que a COP27 perdeu a oportunidade de tomar as medidas urgentes necessárias para reduzir as emissões dos poluentes. O ICN é membro da Global Climate and Health Alliance e assinou recentemente a

⁸³ <https://www.msf.org.br/>

⁸⁴ <https://www.care.org/>

⁸⁵ <https://www.oxfam.org/en>

⁸⁶ <https://www.icn.ch/>

petição pedindo um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, que exige o fim da expansão do uso de combustíveis fósseis e a gestão da transição global longe do uso de carvão, petróleo e gás.

O Greenpeace Brasil⁸⁷ revelou dados alarmantes sobre o desmatamento da [floresta Amazônica](#). Segundo levantamentos, o mês de outubro já foi o mais prejudicial em área devastada na série histórica do mês em 10 anos.

O [Consortium of Universities for Global Health](#)⁸⁸ publicou estudos sobre a interação entre a poluição do ar e a saúde, afirmando que as ações contra a mudança climática beneficiarão a saúde e promoverão a equidade da saúde nas Américas. Divulgou também editorial publicado em mais de 250 periódicos de saúde destinado a convencer os líderes mundiais a fazer [justiça climática para a África](#).

A Public Citizen⁸⁹ informou que na visita do presidente da França, Emmanuel Macron, ao Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ativistas climáticos em uniformes de árbitros projetaram mensagens em uma tela de cinema gigante em frente à Casa Branca denunciando Macron, instando-o a parar de dar o [“cartão vermelho”](#) às políticas dos Estados Unidos para apoiar uma transição de energia limpa por conta da disputa comercial envolvendo veículos elétricos e outros créditos fiscais de energia renovável na Lei de Redução da Inflação.

Fome e insegurança alimentar

A mudança climática está afetando as taxas de desnutrição em todo o mundo. Em regiões que experimentam níveis históricos de seca, como o Chifre da África, milhões estão passando fome. Como a comunidade global de governos, filantropias e ONGs estão respondendo a esses desafios? De que forma a COP27 reconheceu esses relacionamentos e que trabalho há pela frente para 2023? Estas e outras perguntas serão debatidas no [Programa de Segurança Alimentar Global](#), em 7 de dezembro às 12:00, com a participação de Rania Dagash-Kamara do UNICEF, Gillian Caldwell da USAID, Jessica Colston do GAIN e CEO da Eleanor Crook Foundation William Moore.

O CSIS⁹⁰ realizará uma conversa sobre como melhorar o acesso ao financiamento para a [agricultura de pequena escala](#). A base da discussão será a situação da agricultura em todo o mundo, que foi atingida por interrupções financeiras, ambientais, geopolíticas e na cadeia de suprimentos. A capacidade dos pequenos produtores agrícolas de financiar seus empreendimentos em andamento foi colocada em risco.

Guerras, conflitos e migrações

A Oxfam assina uma declaração em conjunto a outras organizações humanitárias condenando a Rússia pelos ataques à [infraestrutura civil ucraniana](#). As ações do estado russo estão colocando em xeque a própria manutenção da vida dos civis da Ucrânia.

O Consortium of Universities for Global Health realizou webnário em 16 de novembro de 2022 sobre os impactos da guerra na saúde e nos direitos humanos e o que as universidades podem fazer para enfrentá-los. Divulgou também um novo episódio da série: [“Ucrânia: O Preço Humano da Guerra”](#), produzido pelo CSIS. Disponibilizou também artigo sobre [estudantes de](#)

⁸⁷ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

⁸⁸ <https://www.cugh.org/>

⁸⁹ <https://www.citizen.org/>

⁹⁰ <https://www.csis.org/>

[medicina na Ucrânia](#), oriundos de outros países, que tiveram a sua educação interrompida por causa da Guerra.

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais realizará uma [Agenda Humanitária](#) na quarta-feira, 7 de dezembro, às 9h para avaliar a evolução da situação humanitária no Iêmen. 23,4 milhões de pessoas no Iêmen necessitam de assistência humanitária, quase 400.000 civis foram mortos e 16 milhões de pessoas estão à beira da fome. A crise, em grande parte alimentada pelo conflito entre os rebeldes Houthi apoiados pelo Irã e uma coalizão liderada pela Arábia Saudita, é exacerbada pelo declínio econômico e desastres naturais.

Doenças infecciosas

A *Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas*⁹¹ (DNDi) anunciou o progresso na investigação de um novo tratamento oral (acoziborol), de dose única, que aumenta a esperança de eliminação da [doença do sono na África](#). Trata-se de uma infecção parasitária, transmitida pela picada de uma mosca tsé-tsé infectada. Na fase inicial da doença, as pessoas sofrem de dores de cabeça ou febre. Na fase tardia, o parasita atravessa a barreira hematoencefálica e invade o sistema nervoso central, causando sintomas neuropsiquiátricos como distúrbios do sono, confusão, letargia e convulsões – e, por fim, a morte. A doença do sono afeta alguns dos locais mais remotos da África Ocidental e Central, onde a distância do hospital pode levar dias, o que dificulta a assistência oportuna.

A DNDi destacou a parceria com um novo Grupo de Pesquisa em Saúde Global financiado pelo National Institute for Health and Care Research (NIHR) sobre [Infecções Fúngicas Associadas ao HIV](#). Quatro infecções fúngicas associadas ao HIV (meningite criptocócica, histoplasmoze, Pneumocystis Pneumonia (PCP) e talaromicose) são responsáveis por mais de 20% de todas as mortes relacionadas à AIDS em todo o mundo. O grupo visa melhorar o diagnóstico e tratamento das quatro infecções associadas ao HIV e garantir que essas melhorias sejam amplamente disponibilizadas às populações mais comumente afetadas na África (República Democrática do Congo, Moçambique, Guiné, Malawi, Botsuana, África do Sul) e Sudeste Asiático (Vietnã).

Médicos Sem Fronteiras (MSF) iniciou um [projeto de emergência para combater o ebola](#) em Uganda, depois que a epidemia foi declarada em 20 de setembro. As equipes participam ao apoio ao Ministério da Saúde na gestão de casos e realizam ações de promoção da saúde, pilar importante no combate à doença. A organização tem construído Centros de Tratamento de Ebola (ETCs) e Unidades de Tratamento de Ebola (ETUs) menores; também realizam atividades de divulgação em áreas onde o vírus aparece.

MSF considera o [surto de cólera no norte da Síria](#) um grande desafio em meio a uma situação humanitária já precária. Desde que o surto foi declarado pela primeira vez em setembro, a organização já tratou mais de 3.000 casos suspeitos no nordeste do país. Além disso, devido à seca prolongada, muitas comunidades procuram água no rio ou nos canais, o que agrava um perigo já latente, somado a um sistema de saúde dizimado por 11 anos de conflito.

A *CARE international* abordou o [surto de cólera](#) e o aumento da fome no Malawi. O país tem lutado contra um surto de cólera que afetou comunidades inteiras enquanto o país enfrenta uma crise de fome cada vez maior. Relatórios do governo divulgados em novembro indicam que houve um aumento de 33,5% nos casos de cólera relatados em outubro, em comparação com

⁹¹ <https://dndi.org/>

setembro. Com a estação chuvosa prestes a começar, há temores de que possa haver um aumento nos casos. Apesar de uma combinação de intervenções, incluindo uma campanha de vacinação iniciada em maio de 2022, o surto continuou a se espalhar e já afetou todos os 28 distritos do país.

O [Consortium of Universities for Global Health](#) informou que laboratórios em Uganda, juntamente com o National Institute of Health (NIH) dos EUA terão como foco a realização de pesquisas em vírus de origem animal que infectam humanos. Os laboratórios em parceria com o NIH terão a colaboração de cientistas internacionais.

A [World Federation of Occupational Therapist](#)⁹² ressaltou a importância do Dia Mundial de Combate à AIDS, 1º de dezembro de cada ano. É uma oportunidade para as pessoas em todo o mundo se unirem na luta contra o HIV, para mostrar apoio às pessoas que vivem com HIV e homenagear aqueles que morreram de uma doença relacionada à AIDS. Fundado em 1988, o Dia Mundial da AIDS foi o primeiro dia a ser instituído como de saúde global.

No caso da [Ucrânia](#), destacou a importância do apoio juntamente com a *Alliance Global*, para combate ao HIV onde foi interrompido o acesso a serviços essenciais de saúde. Caso semelhante ao ocorrido em diversas partes do mundo por causa da COVID-19, que evidenciou diminuição de acesso ao [tratamento](#) contra o HIV especialmente em populações vulneráveis.

Covid-19

O [Consortium of Universities for Global Health](#) disponibilizou artigo sobre o Impacto da Pandemia do Covid – 19 , nos programas acadêmicos de saúde global, tendo em vista que a pandemia ocasionou um considerável impacto na educação, pesquisa e componentes administrativos desses programas.

A [International Hospital Federation](#)⁹³ apresentou um artigo que analisa as estratégias que vários países adotaram durante a pandemia de COVID-19, para apoiar o financiamento dos sistemas de saúde e fornece recomendações sobre quais processos permitem a construção de sistemas de saúde resilientes.

A Oxfam Brasil revela em relatório a [desigualdade regional brasileira](#) no acesso e incentivo à vacinação de COVID-19 no Brasil. Na região Sul, 30% dos municípios apresentam mais de 80% da população com esquema de vacinação completo, na região Sudeste 27,2%, no Centro-Oeste 11,8%, no Nordeste 2,7% dos municípios e na região Norte apenas 1,1%. O relatório revela como as desigualdades impactaram de maneira decisiva o direito à saúde das brasileiras e brasileiros, especialmente das pessoas que vivem em cidades e estados mais pobres, nos quais as fragilidades no sistema de saúde são maiores.

A Oxfam critica a atuação do G20 em diversas frentes, sendo uma delas a não concordância em estender a [isenção do TRIPS para incluir a terapêutica e o tratamento da COVID-19](#). Criticou também a temática da cúpula de países em 2022 que foi “Recuperem-se Juntos, Recuperem-se mais Fortes”, uma vez que esse encontro nada propôs para reforçar bens públicos como sistemas de saúde pública.

⁹² <https://www.wfot.org/>

⁹³ <https://www.ihf-fih.org/>

O People's Vaccine Alliance⁹⁴ (PVA) [reagiu à declaração](#) de James Hunt, chanceler do Reino Unido, anunciando aumentos de impostos e cortes de gastos. Mohga Kammal-Yanni, colíder da PVA, lamentou os cortes de ajuda. Ao mesmo tempo, destacou as negociações do Reino Unido com a Organização Mundial do Comércio para incluir testes e tratamentos na regulação de propriedade intelectual que facilita a produção de vacinas genéricas de COVID-19.

Tratado da pandemia

Mohga Kammal-Yanni, colíder da People's Vaccine Alliance se manifestou sobre o rascunho do [tratado de pandemias](#) como uma oportunidade para quebrar a busca do lucro e a desigualdade que atingiram a resposta global ao COVID-19, HIV/AIDS e outras pandemias, assim como para regular as regras de propriedade intelectual de tecnologias para futuras pandemias. Acrescentou que as negociações estão numa encruzilhada que poderia amarrar as gerações futuras aos mesmos resultados desastrosos das últimas pandemias.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Agravos

A NCD Alliance⁹⁵ divulgou a parceria entre OMS, UNICEF, PNUD e o Secretariado da Força Tarefa Interagencial das Nações Unidas sobre DCNT que lideram o [Fundo Health4Life](#). O fundo visa estimular o investimento em DCNT, incluindo a saúde mental, colocando os países mais atingidos pela inação e falta de investimento nas doenças no centro da tomada de decisão. A previsão é que o fundo gere U\$ 250 milhões em cinco anos.

O [Consortium of Universities for Global Health](#) informou que a Organização Mundial da Saúde oferece um recurso para ver a situação dos acidentes de trânsito na maioria dos países, incluindo as taxas de mortalidade e o nível de conformidade com as leis preventivas básicas. Além disso, você pode ver a lista de ONGs de segurança no trânsito em todo o mundo.

A [World Federation of Occupational Therapist](#) anunciou um grande evento pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência da ONU em 3 de dezembro, que visa aumentar a conscientização sobre as deficiências em todo o mundo. O evento visa catalisar o diálogo amplamente relacionado às barreiras vivenciadas pelos cadeirantes, bem como a representação dos cadeirantes nas categorias de profissões da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento⁹⁶ marcou a passagem do 3 de dezembro, [Dia Internacional das Pessoas com Deficiência](#), destacando o tema deste dia no ano de 2022: “soluções transformadoras para o desenvolvimento inclusivo: o papel da inovação no fomento de um mundo acessível e igualitário”. Acrescentou que o rápido envelhecimento da população global está associado a uma maior taxa de incapacidade, pois os riscos de saúde se acumulam ao longo da vida. Assim, as taxas de deficiência são mais altas entre os adultos com 75 anos ou mais, o que significa que aqueles que criam políticas que afetam as pessoas com deficiência também devem considerar as necessidades próprias dos adultos mais velhos.

A [World Federation of Occupational Therapist](#) divulgou pesquisa realizada pela Global Alliance for Musculoskeletal Health que identificou a falta de priorização dos serviços de saúde musculoesquelética, apesar de ser a principal causa global de dor, incapacidade e gastos com

⁹⁴ <https://peoplesvaccine.org/>

⁹⁵ <https://ncdalliance.org/>

⁹⁶ <https://ifa.ngo/>

saúde. A nova publicação propõe uma estratégia global para melhorar a saúde musculoesquelética.

Gênero, raça, desigualdades e violência



Em comemoração do dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, o capítulo América Latina e Caribe da International Federation of Social Workers⁹⁷ fez um [chamado para que todas as organizações sociais e profissionais](#) realizem campanhas e ações permanentes para contribuir para a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, assim como convocou Estados a investirem no desenvolvimento de políticas públicas para este grupo social.

A Women in Global Health⁹⁸ fez a campanha [16 days of activism against gender-based violence](#), focando o fim da violência e do assédio às mulheres trabalhadoras da saúde.

A Oxfam divulga relatório chamado “A agressão da austeridade: como as escolhas da política econômica predominante são uma forma de violência de gênero”. Neste, ela revela como as [mulheres são mais afetadas por políticas neoliberais de austeridade](#), pois necessitam mais do aparato do Estado e dos serviços públicos. Isso vem tanto por iniquidades de gênero em saúde e educação quanto na perspectiva individual de progresso dessas mulheres, que sem a ausência do Estado, carregam um peso social desigual para persistir por e com suas famílias.

A Associação Internacional de Médicos de Família⁹⁹ (WONCA) registrou o início, em 25 de novembro de 2022, da campanha da ONU contra a [violência baseada em gênero](#). A campanha deste ano incentiva todos a se envolverem, ao menos pelos próximos 16 dias, promovendo dez maneiras de acabar com a violência contra mulheres e meninas: (a) Fale alto e sem medo, (b) Entenda o problema e os sinais, (c) Denuncie o assédio sexual, (d) Desafie as crenças sobre a masculinidade, (e) Financie organizações de mulheres, (f) Exige melhores serviços, (g) Cobre mais dados e informações, (h) Pressione por leis mais fortes, (i) Apoie a liderança das mulheres, (j) Construa solidariedade com outros movimentos.

A Oxfam Brasil compartilhou notícias sobre a Jornada das Pretas, evento que discutiu o relatório “Desigualdade de Gênero e Raça na Política Brasileira” (Oxfam Brasil & Instituto Alziras). Esse documento mostra que, apesar da ampliação recorde da presença de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e indígenas nas Câmaras Municipais nas últimas eleições de 2020, o país está longe de uma [representação real de gênero e raça na política brasileira](#).

A Associação Internacional de Médicos de Família (WONCA) registrou o início, em 25 de novembro de 2022, da campanha da ONU contra a [violência baseada em gênero](#). A campanha

⁹⁷ <https://www.ifsw.org/>

⁹⁸ <https://womeningh.org/>

⁹⁹ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

deste ano incentiva todos a se envolverem, ao menos pelos próximos 16 dias, promovendo dez maneiras de acabar com a violência contra mulheres e meninas: (a) Fale alto e sem medo, (b) Entenda o problema e os sinais, (c) Denuncie o assédio sexual, (d) Desafie as crenças sobre a masculinidade, (e) Financie organizações de mulheres, (f) Exige melhores serviços, (g) Cobre mais dados e informações, (h) Pressione por leis mais fortes, (i) Apoie a liderança das mulheres, (j) Construa solidariedade com outros movimentos.

Pessoas com deficiência

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento marcou a passagem do 3 de dezembro, [Dia Internacional das Pessoas com Deficiência](#), destacando o tema deste dia no ano de 2022: “soluções transformadoras para o desenvolvimento inclusivo: o papel da inovação no fomento de um mundo acessível e igualitário”. Acrescentou que o rápido envelhecimento da população global está associado a uma maior taxa de incapacidade, pois os riscos de saúde se acumulam ao longo da vida. Assim, as taxas de deficiência são mais altas entre os adultos com 75 anos ou mais, o que significa que aqueles que criam políticas que afetam as pessoas com deficiência também devem considerar as necessidades próprias dos adultos mais velhos.

Agrotóxicos

O Greenpeace Brasil relata preocupação com a tramitação do [“Pacote de Veneno”](#) no Senado Federal, uma vez que está em processo de aprovação adiantado e não está sendo devidamente tratado por comitativas de meio ambiente e interesse público. Essa Proposta de Lei retira a Anvisa e o Ibama de várias etapas dos processos regulatórios e dá mais chances para que produtos cancerígenos que causam problemas hormonais e reprodutivos sejam registrados no país.

Água, saneamento e higiene (WASH)

Em 29 de novembro de 2022, a International Society of Neglected Tropical Diseases¹⁰⁰ - ISNTD - apresentou em Webinar o projeto Geshiyaro, desenvolvido na Etiópia, cujo foco são as intervenções variadas e inovadoras de [Água, Saneamento e Higiene \(WASH\)](#) e a administração de medicamentos em massa (MDA) em toda a comunidade. Estas atividades estão sendo realizadas de forma integrada para combater helmintos transmitidos pelo solo e infecções por esquistossomose. O projeto foi implementado em Wolaita zona no sudeste da Etiópia e está em consonância com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde para o controle e eliminação deste grupo de doenças.

Tecnologias, medicamentos e patentes

A [International Hospital Federation](#) divulgou artigo sobre as possibilidades de utilização do *Big Data* em uma ampla variedade de contextos de gestão hospitalar, bem como os desafios e riscos dessas transformações digitais.

A Oxfam criticou a Estratégia Global de Saúde da União Europeia apresentada pela Comissão Europeia. Segundo a ONG, a estratégia ainda não confronta os interesses da [indústria farmacêutica e das leis de patentes](#), que são o principal entrave para o acesso a tratamento de saúde no mundo todo.

Uma análise da People’s Vaccine Alliance e da OXFAM informou que os países ricos estão segurando a maior parte da produção de [Paxlovid](#), medicamento para COVID-19 da Pfizer, sendo

¹⁰⁰ <https://www.isntd.org/>

que apenas um terço da produção será destinada a países de baixa e média renda que segura 84% da população mundial e cujas taxas de vacinação para COVID-19 são menores em comparação com países ricos cuja está amplamente protegida. Os ativistas estão alertando que padrões de iniquidade que aconteceram com a vacina estão se repetindo para medicamentos e testagem, impondo os [interesses comerciais acima dos de saúde pública](#).

A International Alliance of Patient's Organizations¹⁰¹ divulgou o evento da Agência Africana de Medicamentos (AMA). O evento [The African Medicines Agency: a key prerequisite for effective pandemic preparedness](#) acontecerá no dia 14 de dezembro, e tem por objetivo discutir papéis, responsabilidades e compromissos coletivos para o desenvolvimento e visão da Agência. A regulação da agência farmacêutica, reforçada e coordenada pela AMA, tem sido frequentemente descrita como um pré-requisito fundamental para uma melhor preparação para uma pandemia. Os setores público e privado e a sociedade civil são esperados no evento que integra as atividades oficiais da Conferência sobre Saúde Pública na África. [Inscrições no site](#).

Comunicação e jornalismo científico

A *Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciada* (DNDi) divulgou a realização da [Conferência Mundial de Jornalistas Científicos Francófonos](#). No início de outubro, em Dakar, Senegal, 55 repórteres científicos de 21 países francófonos se reuniram por uma semana para discutir como o jornalismo científico pode lidar com a desinformação quando o mundo está enfrentando uma catástrofe climática. O tema foi 'Jornalismo científico diante da emergência climática' e um dos muitos tópicos discutidos foram as doenças negligenciadas sensíveis ao clima.

A DNDi criou um programa de [oficinas de mídia para repórteres](#) da saúde e ciência da África, Ásia e América Latina. O objetivo é ajudar os repórteres a entender melhor as doenças negligenciadas e a complexidade do trabalho científico para descobrir, desenvolver e fornecer tratamentos. Segundo a DNDi, a pandemia global do COVID-19 evidenciou como os jornalistas desempenham um papel crucial ao fornecer informações precisas e claras sobre a saúde pública e o quanto podem constituir uma barreira contra notícias falsas e desinformações que circulam *on-line* e *off-line* sobre saúde e ciência.

Força de trabalho em saúde

A [International Hospital Federation](#) anunciou o intercâmbio a ser realizado em 1º de dezembro de 2022 em todo o mundo (online), sobre a força de trabalho internacional de assistência médica, com informações sobre a tendência global de incidentes violentos contra profissionais e ambientes de saúde e os fatores determinantes desses incidentes.

Após o anúncio de Jeff Bezos, ex-presidente da Amazon, sobre investir na luta contra o câmbio climático, o New York Times relatou que 10.000 trabalhadores da Amazon seriam demitidos. A Progressive International¹⁰² denunciou que os [trabalhadores](#) da Amazon estão em risco constantemente, sofrendo com a falta de máscaras e outros equipamentos de proteção durante a pandemia, com taxas de lesões duas vezes maiores que o padrão e até com armazéns pegando fogo. Além disso, a pegada de carbono da Amazon é maior que a de três quartos dos

¹⁰¹ <https://www.iapo.org.uk/>

¹⁰² <https://progressive.international/>

países do mundo e, embora tenha prometido descarbonizar suas operações até 2040, as emissões de CO2 da Amazon aumentaram 18% em 2021.

Ética da pesquisa em saúde

A Declaração de Helsinque dos princípios éticos para a pesquisa médica envolvendo humanos foi adotada pela primeira vez na 18ª Assembléia Geral da World Medical Association¹⁰³ (WMA) em 1964, e desde então passou por várias revisões. Em abril de 2022, um grupo de trabalho liderado pela Associação Médica Americana (AMA) foi estabelecido para iniciar outra revisão da [Declaração](#), em reunião que acontecerá de 9 a 11 de dezembro de 2022, em Tel Aviv, Israel. Este evento será realizado em inglês e está aberto a todos os membros da WMA e convidados, o cadastro pode ser feito [aqui](#).

Novos desafios para a saúde pública

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública¹⁰⁴ (WFPHA) divulgou dois artigos, tratando dos novos desafios para a saúde pública. O primeiro, assinado Georges Benjamin, membro de seu conselho diretivo, sobre o [novo ambiente operacional em que atua a saúde pública](#). O artigo destaca que esse novo ambiente requer o fortalecimento de diversas habilidades, incluindo o uso de mídia social, a comunicação científica, a atuação no meio político e junto as comunidades, desenvolvendo relações baseadas na confiança. Também destaca as habilidades de liderança que ajudem o campo da saúde pública a se tornar mais eficaz no gerenciamento de tecnologias disruptivas.

O segundo artigo, assinado por outro membro do conselho diretivo, Tarun [Weeramanthri](#), afirma que há uma grande tentação em pensar na saúde pública simplesmente como um conjunto de escolhas racionais, mas que, de fato, a saúde pública é mais do que isso – é uma feroz [disputa de valores, opções e prioridades](#) e uma luta por atenção, influência e recursos.

Ainda na linha dos novos desafios, a WFPHA está preparando seu novo plano estratégico quinquenal (2023-2027), que parte da constatação das fragilidades da governança global em saúde, frente a um contexto de crise multidimensional (sindemia) e agravamento das iniquidades, e propõe o fortalecimento da participação da sociedade civil como estratégia principal para a superação das dificuldades e alcance de melhores condições de saúde para todos.

Organizações da sociedade civil de interesse privado

Fome e insegurança alimentar

A Fundação Rockefeller¹⁰⁵ destacou o [financiamento](#) de iniciativas que ajudam a ter acesso a boa comida e melhor saúde, visto que os sistemas alimentares e de saúde de hoje não priorizam a nutrição, em um contexto em que as doenças relacionadas à dieta são as principais causas de morte nos EUA. Destacou a importância de implementar práticas agrícolas [regenerativas](#) a partir de experiências no cuidado da saúde do solo, e de contabilizar os verdadeiros [custos](#) dos sistemas alimentares, incluindo impactos na saúde, meio ambiente, biodiversidade e meios de subsistência.

¹⁰³ <https://www.wma.net/>

¹⁰⁴ <https://www.wfpha.org/>

¹⁰⁵ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

A Rockefeller destacou a convocatória para financiar empresas de pequeno ou médio porte em Ruanda ou Burundi que trabalham para mudar o sistema alimentar por meio do [Good Food Innovation Fund](#). Destacou a importância de mudar para [grãos integrais](#) para lidar com a fome e a desnutrição aumentando o acesso a boa comida pois tem mais proteínas, fibras e cálcio. Destacou também o trabalho da tribo [Sicangu Lakota](#) na revitalização de sua terra por meio de práticas sustentáveis, como criação de sementes, agricultura regenerativa e colheita sustentável de búfalos. Ressaltou ainda o programa de prescrição de produtos saudáveis [Eat Well](#), que beneficia principalmente veteranos, pois essa população tem taxas mais altas de insegurança alimentar do que outros nos EUA. Foram destacadas também declarações de 10 [visionários](#) de um futuro alimentar nutritivo, regenerativo e equitativo para as suas comunidades, enfatizando a importância das mulheres fazerem parte do avanço da [adaptação climática](#), pois são as primeiras afetadas.

A Fundação Rockefeller destacou a parceria com a [Food is Medicine](#), visando trabalhar para liberar o potencial de novos beneficiários e parceiros.

Saúde mental

A Wellcome Trust¹⁰⁶ divulgou um [relatório](#) do NHS Digital, segundo o qual um em cada quatro jovens na Inglaterra teve um provável transtorno mental em 2022.

A Fundação Wellcome Trust destacou que a insegurança da [água](#) tem sido associada à depressão, ansiedade e aumento das taxas de violência e uma ameaça para os seres humanos, e que quase a metade de crianças e jovens participantes de uma pesquisa identificaram impacto negativo da “[ansiedade climática](#)” no seu funcionamento diário. Pelo que a fundação Wellcome Trust destacou o uso de novos termos sobre o vivido diante da crise climática, ansiedade climática (um sentimento de ansiedade diante das mudanças climáticas), luto ecológico e solastalgia.

A Mental Health Foundation¹⁰⁷ mostrou o impacto significativo que a [discriminação e o racismo](#) tem na saúde mental de uma pessoa, salientando que o racismo precisa ser combatido, inclusive nos locais de trabalho. Anunciou também parceria com a Maternal Mental Health Alliance para a realização de um congresso sobre [saúde mental na maternidade perinatal](#), relatando que na Grã-Bretanha 1 em cada 4 mulheres apresenta problemas de saúde mental durante a gravidez e os 24 meses após o parto e, ainda, que 55% das mulheres que relatam experiência com problemas de saúde mental não são encaminhadas a serviços nem recebem orientações sobre onde obter ajuda.

A [automutilação em jovens](#) tem sido um problema preocupante para a Mental Health Foundation que estima que 10% dos jovens britânicos se automutilam, podendo esse número ser ainda maior.

A [Mental Health Foundation debateu a proposta](#) apresentada pelo governo britânico ao parlamento para o orçamento de 2023, pontuando que que: não houve fundos específicos destinados a programas de Saúde Mental, apesar da promessa intergovernamental de um [Plano de Saúde Mental e Bem-Estar de 10 anos](#). Alertou que a população britânica está experimentando níveis generalizados de [estresse, ansiedade e desesperança em resposta a preocupações financeiras](#). Pesquisa realizada na Irlanda do Norte relata que cinquenta e seis

¹⁰⁶ <https://wellcome.org/>

¹⁰⁷ <https://www.mentalhealth.org.uk/>

por cento (56%) dos moradores estão preocupados em utilizar o [aquecimento no inverno](#) devido às suas condições financeiras. Pesquisa na Escócia envolvendo [estudantes universitários](#) revela generalização de sintomas significativos de depressão e um em cada seis alunos relataram que ficaram sem sustento em um ou mais momentos nos últimos 12 meses. Em carta aberta para o primeiro-ministro britânico, a Mental Health Foundation discorre como a [pobreza é o fator de maior prevalência](#) para o surgimento de adoecimento mental. Pessoas que vivem nos 10% das áreas mais desprivilegiadas do Reino Unido têm duas vezes mais chances de morrer por suicídio do que aquelas que vivem nos 10% das áreas mais ricas.

No [dia internacional do homem](#), comemorado em 19 de novembro, a Mental Health Foundation fez postagens sobre como abordar a saúde mental dessa população. Os pontos levantados são basicamente sobre a heteronormatividade estrutural que levanta [impedimentos culturais](#) para que homens encontrem homens dispostos a falar de sentimentos, ou [que se sintam confortáveis ouvindo e sendo ouvidos](#), assim como dificulta que [consigam elaborar maneiras de expressar suas emoções, mesmo que artisticamente](#).

Gênero e saúde

A Fundação Bill and Melinda Gates¹⁰⁸ divulgou dados que revelam que uma em cada quatro mulheres em países de baixa ou média renda está insatisfeita com os [métodos contraceptivos](#) oferecidos a elas. Em um comparativo simples, enquanto 64 milhões de dólares foram investidos em pesquisas e desenvolvimento de contraceptivos nesses mesmos países, 1,4 bilhão de dólares foi gasto em P&D com relação a HIV/AIDS.

Doenças infecciosas

A Fundação Bill and Melinda Gates contou a história da criação da Dandelion Africa, organização popular na zona rural do Kenya que tem como foco a realização da [testagem e distribuição de tratamento para HIV/AIDS](#), mas também levanta a pauta de gênero contra a mutilação genital e violência a mulheres. Contou também a história de Dr. Nonhlanhla Yende-Zuma, cientista reconhecida pela OMS pelos estudos que provavam que pacientes diagnosticados com Tuberculose e HIV/AIDS poderiam receber [tratamento integrado](#) sem prejuízos à saúde. Seu trabalho mais recente foi na pandemia SARS/COV2 em que provou que a vacina da Johnson & Johnson era altamente eficaz na África do Sul, mesmo com a alta prevalência de HIV no país.

A [GAVI – the Vaccine Alliance](#) fez um alerta sobre os surtos de doenças sazonais como gripe e RSV, juntamente com uma nova onda de COVID-19, podem levar a outro desastre de saúde pública. Divulgou também artigo relativo ao combate a [HIV/AIDS](#), intitulado “Cinco coisas que você precisa saber sobre a batalha para acabar com o HIV/AIDS”. Este artigo enfatiza que o progresso contra o HIV/AIDS está começando a retroceder, com aumentos acentuados de novas infecções, especialmente em mulheres e crianças. Divulgou ainda a orientação de um especialista para impedir que o [Ebola](#) se espalhe na África Oriental.

Uma pesquisa original divulgada pela [GAVI – the Vaccine Alliance](#) discute o papel de do vírus Epstein-Barr na esclerose múltipla.

¹⁰⁸ <https://www.gatesfoundation.org/>

A Fundação Wellcome Trust destacou que o Sudão está enfrentando o pior [surto de dengue](#) em mais de uma década por causa de inundações que estão ligadas à propagação da doença.

A Wellcome Trust destacou que a varíola dos macacos será renomeada como "[mpox](#)", de acordo com anúncio recente da OMS, visando abordar as preocupações com a linguagem racista e estigmatizante.

Pela passagem do Dia Mundial da Aids, o Global Fund¹⁰⁹, por sua vez, destacou a importância do [financiamento](#) de estratégias de luta contra o HIV, destacando o [encontro](#) entre a UNAIDS, a OMS, parceiros, ativistas e líderes globais de saúde para celebrar o progresso na luta para terminar com a AIDS e reafirmar o seu compromisso. O Global Fund também destacou as ações de apoio à testagem do [HIV](#) em comunidades, assim como ferramentas e recursos ao combate contra o HIV e a Violência sexual e de gênero (GBV) com foco nas mulheres na [Quênia](#), estratégias de prevenção, testagem e tratamento do HIV nas [Filipinas](#) com foco em população LGBTQI+. De igual forma, destacou a importância de dar maior suporte ao tratamento de [HIV](#) em crianças, aprimorar o apoio para combater as desigualdades associadas à [AIDS](#) o que coloca às comunidades inteiras em [risco](#).

O Global Fund entregou mais de 1 milhão de mosquiteiros para proteger as famílias da malária em 2021 e apoio ao trabalho com agentes comunitários de saúde que lideraram a luta contra a [Malaria](#).

Resistência microbiana

A [GAVI – the Vaccine Alliance](#) advertiu em artigo um grande risco de uma pandemia silenciosa: como superbactérias resistentes a medicamentos correm o risco de se tornar o assassino número um do mundo. Salienta que a resistência antimicrobiana vem aumentando há anos e que o aumento do uso de antibióticos durante a pandemia de COVID-19 acelerou o processo.

Com motivo da Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana, a fundação Wellcome Trust destacou uma publicação *The Lancet* sobre o impacto da [resistência microbiana](#), que afeta milhões de pessoas no mundo, especialmente as mais pobres, colocando pressão nos sistemas de saúde. Salienta a necessidade de maior compromisso global, aumentando o financiamento para desenvolver tratamentos, monitorando e controlando infecções em todo o mundo, tornando vacinas, água potável e saneamento acessíveis a todos.

A Wellcome Trust destacou o aumento do uso de antibióticos para tratar Covid terminou aumentando as [infecções resistentes](#) a medicamentos em instalações de saúde na Europa. Nesse sentido, elaborou um [roteiro](#) de pesquisa global sobre como preservar a eficácia dos antibióticos existentes e novos, incluindo um conjunto de [recomendações](#) para evitar infecções resistentes a medicamentos. Estas informações foram consolidadas em um [relatório](#) sobre infecções resistentes a medicamentos, tendo sido identificados efeitos nas taxas de câncer, casos de HIV e até cirurgias. Nesse sentido, é importante realizar mais pesquisas e implementar [políticas](#) de resistência antimicrobiana.

¹⁰⁹ <https://www.theglobalfund.org/en/>

A Wellcome Trust destacou também que o aumento da temperatura é fator importantes no aumento nas taxas de infecção bacteriana, na [resistência antimicrobiana](#), e propagação de doenças para locais onde não era encontrado anteriormente.

Covid-19

A [GAVI – the Vaccine Alliance](#) publicou artigo no qual alerta que a infecção anterior por COVID não protege as pessoas de novas infecções por sub-variantes e informa que a nova onda de Covid é uma realidade e orienta as pessoas a tomarem a dose de reforço. Publicou também alerta sobre o risco do [estigma e do preconceito](#) contra pessoas infectadas pelo COVID levarem as pessoas a esconder a condição. Uma pesquisa no Reino Unido descobriu que a maioria dos pacientes com COVID há muito tempo experimentou discriminação, preconceito ou vergonha relacionada à condição. Em outra publicação, ofereceu uma reflexão sobre os [testes rápidos](#) de antígeno ou fluxo lateral, que podem ajudar a identificar quando alguém com COVID-19 é mais infeccioso, concluindo que mesmo uma linha tênue deve ser tratada como um resultado positivo.

Vacinas

A Fundação Rockefeller também destacou que se espera um grande impacto da vacina RTS,S contra a [Malária](#), que está sendo testada em Gana, Quênia e Malawi evidenciando redução da malária grave, assim como a vacina R21, já em fase 3.

Sobre a [produção de vacinas](#), a Fundação Rockefeller destacou a participação na discussão sobre o plano de ação nacional do setor de saúde do Camboja e o progresso em direção à equidade de vacinas contra Covid-19 com membros da *Global Vaccination Initiative* (GVI).

A GAVI demonstrou que a vacinação contra COVID gerou retorno dez vezes maior do investimento, em Nova York. Portanto, vacinar contra a COVID-19 salva vidas, ao tempo em que pode [economizar consideráveis quantias de dinheiro para os sistemas de saúde](#). Ainda sobre vacinas, a GAVI divulgou a notícia de que as [vacinas inaláveis e nasais](#) podem oferecer proteção mais durável do que injeções regulares contra a COVID, embora ainda sejam necessários mais dados para comprovação da sua eficácia.

A Wellcome Trust destacou a parceria com a Gates Foundation e o financiamento para Biovac eIVI Headquarters fabricar uma vacina oral contra a [cólera](#), atual ameaça para os sistemas de saúde em todo o mundo, especialmente na África, no Oriente Médio e na África do Sul em um momento de aumento da demanda global agravada por surtos devido a mudanças climáticas, conflitos e deslocamento.

A Wellcome Trust destacou que países africanos pretendem produzir 60% de seu suprimento de vacinas até 2040, sendo que atualmente apenas 1% é feito em África. Principais barreiras que afetam o fornecimento de vacinas são questões regulatórias e falta de capacidade de fabricação. Nesse sentido, destacou-se o [relatório](#) sobre desafios e potenciais investimentos urgentes para fortalecer os sistemas regulatórios em todo o continente.

Preparação e resposta a emergências de saúde

A GAVI – the Vaccine Alliance avaliou que o mundo ainda está falhando na [preparação e resposta a pandemias](#). O G20 e as instituições financeiras internacionais ainda não criaram uma estrutura de preparação e resposta à pandemia capaz de gerenciar a próxima crise global

de saúde. Felizmente, alguns países de baixa e média renda são pioneiros em novos modelos para preencher as lacunas. Alertou que os governos devem urgentemente [investir em sistemas de saúde](#), apesar da incerteza econômica global, para criar resiliência contra futuras crises e o crescente fardo de doenças que surgirão.

Força de trabalho em saúde

O Global Fund destacou o apoio ao trabalho de agentes comunitárias de saúde com meninas adolescentes e mulheres jovens na [Tanzânia](#).

Oportunidades de financiamento de pesquisas e inovações

A Fundação Gates anunciou que investirá mais de US \$7 bilhões nos próximos quatro anos em apoio a países e instituições africanas que trabalham para desenvolver e implementar [abordagens inovadoras](#) para enfrentar a fome, doenças, desigualdade de gênero e pobreza. Anunciou também uma doação de US \$20 milhões para o Co-Develop, um novo fundo internacional de vários doadores que apoiará esforços para a construção de uma [infraestrutura pública digital](#) (DPI) em países de baixa e média renda. A justificativa é que com o acesso a internet os sistemas financeiros, de saúde e educação conseguem funcionar de forma muito mais eficiente, diminuindo, inclusive, as iniquidades de gênero.

A Fundação Rockefeller anunciou um edital de \$5 milhões em [financiamento](#) para soluções inovadoras de Fundos de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Também anunciou [financiamento](#) para pesquisas sobre as mudanças climáticas, destacando a falta de métodos padronizados de medição. Destacou ainda a importância de [investimento](#) em pequenas e médias empresas africanas que estão liderando a mudança no Sistema alimentar a partir da produção de alimentos mais nutritivos no Quênia e Ruanda.

Anunciou ainda sua participação na [Growing Justice](#), um novo fundo para organizações comunitárias na aquisição de melhores alimentos, e um novo modelo para maior equidade na filantropia. Destacou os esforços para tornar o mercado de [Catalytic Capital](#) mais eficiente e eficaz, através da primeira coorte de *Fostering Solutions and Infrastructure grants* do C3, que visa financiar projetos que fortalecerão a infraestrutura para o mercado de capitais catalítico e ajudarão a acelerar o fluxo dessa forma vital de investimento com impacto em todo o mundo.

A Fundação Rockefeller lançou o [MDB Challenge Fund](#), que está procurando inovações e parceiros que possam liberar mais financiamento para economias emergentes.

A Wellcome Trust anunciou o [financiamento](#) de pesquisa para identificar marcadores em saúde mental como neuroimagem, distúrbios do sono ou até mesmo respostas inflamatórias que permita mudar a maneira como diagnosticamos e tratamos as condições de saúde mental. Também anunciou o lançamento de [financiamento](#) de pesquisas por até £ 5 milhões sobre marcadores de ansiedade e depressão visando tratamento certo no momento certo.

O Global Fund destacou a aprovação de [financiamento](#) de emergência para Paquistão e Somália e outros países e comunidades afetadas por eventos climáticos extremos e conflitos.

Eventos

O [Consortium of Universities for Global Health](#) (CUGH) divulgou a sua conferência anual “Equidade, Mudança Climática e Ameaças Microbianas”. Será um evento obrigatório no calendário global de saúde, com uma ampla variedade de disciplinas médicas e não médicas representadas, a ser realizada de 14 a 16 de abril de 2023 em Washington, nos Estados Unidos.

O Consortium of Universities for Global Health divulgou o [11º Simpósio Anual de Pesquisa Global sobre Câncer](#) do National Cancer Institute (NIH), que será realizado virtualmente de 4 a 6 de abril de 2023.

A [9ª Reunião Anual de Pesquisa em Saúde Global de Stanford](#) será realizada presencialmente em 25 de janeiro de 2023, no campus da Universidade de Stanford. O tema deste ano se concentra na pesquisa de prevenção e preparação para pandemias.

O encontro [Partners for Advancing Health Equity](#) de 2022 será realizado em Nova Orleans, Louisiana de 4 a 6 de dezembro de 2022, para apresentações e discussões de pesquisas, práticas e políticas de equidade em saúde.

A International Hospital Federation divulgou curso a ser realizado de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2022, online, pela SDA BOCCONI School of Management especialmente para [líderes hospitalares](#).

A International Hospital Federation anunciou a realização de workshops de de 3 a 7 de dezembro de 2022, on line, sobre a implementação de programas sustentáveis de [Telemedicina](#) em cuidados agudos realizado pelo IHF Telehealth SIG.

A InterAcademy Partnership compôs o comitê organizador do [World Science Fórum](#) (WSF) a ser realizado na Cidade do Cabo entre os dias 6 e 9 de dezembro. O tema da conferência é “Ciência para a Justiça Social”.

Considerações finais

As organizações da sociedade civil continuaram bastante ativas na quinzena encerrada no dia 02 de dezembro de 2022. A questão da crise climática voltou a se destacar como tema das manifestações, certamente impulsionada pela recente realização da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), ocorrida no Egito.

A questão da fome e da insegurança alimentar, fortemente relacionada às mudanças climáticas, foi também bastante citada, assim como as doenças infecciosas, em geral, e a Covid-19, em particular. Nesse campo temático, a resistência microbiana e as vacinas foram outras questões frequentemente pontuadas.

Ao contrário, as discussões sobre preparação e resposta a novas emergências de saúde não foram profusas, havendo apenas uma menção ao eventual tratado pandêmico. É curiosa essa escassez de presença do tema nas manifestações das OSC, considerando-se que o Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, na sigla em inglês) tem reunião prevista para a primeira semana de dezembro. As limitações que o funcionamento do INB têm imposto à participação da sociedade civil talvez expliquem a escassez de manifestações. Outra explicação pode ser a percepção das entidades da sociedade civil de que uma participação, nos termos em que estão postos, significaria apenas a legitimação de um eventual produto (um tratado) muito aquém das necessidades identificadas pelas entidades.

Também chama a atenção a escassez de publicações sobre guerras, conflitos e migrações, que se limitaram a pedidos de ajuda humanitária, realizado por um conjunto de organizações, dentre as quais a Oxfam. Vale lembrar que essas questões foram frequentes em muitas quinzenas ao longo de 2022.

No caso das OSC de interesse público, o tom das publicações é, usualmente, de denúncias e de apelos às autoridades globais e nacionais para que ações efetivas de enfrentamento dos problemas e das iniquidades em saúde sejam desenvolvidas.

As OSC de interesse privado, por sua vez, enfatizam a divulgação de oportunidades de financiamento de pesquisas e projetos de inovação e de suas iniciativas de apoio a populações de países de baixa renda. Outras manifestações frequentes abordam a ocorrência de surtos de doenças, muitas vezes, associados a eventos climáticos. O tom das manifestações, de modo geral, é de confiança em medidas prometidas e iniciativas em curso, ainda que localizadas. Há, todavia, várias expressões de preocupação com as dificuldades encontradas no enfrentamento de doenças e de efeitos da crise climática.

Enfim, a sociedade civil pública segue viva e atuante, apesar de sua limitada capacidade de se fazer ouvir e de ver atendidos os seus anseios por melhores condições de vida e saúde para todos. Em contraponto, as OSC de interesse privado que, frequentemente, encontram eco em suas manifestações priorizam ações pontuais, em regra, incapazes de provocar mudanças substantivas nas condições de vida das populações a que se destinam.

Nosso futuro é público! Com liderança estatal, fundamentado em direitos humanos, justiça social, tributária, fiscal e ambiental

**Armando De Negri Filho
Rafaela Venturella De Negri**

Ao longo deste ano de 2022, os informes sobre a Sociedade Civil defensora dos interesses públicos em saúde trataram de construir um painel relacional entre ideias força – conceitos e abordagens metodológicas, capazes de orientar as transformações necessárias e, suas expressões na forma de ações políticas, identificáveis na forma de conflitos. Como consequência certos objetos ou temas em disputa aparecem e ganham maior relevância. Em 2022, ganhou ainda maior relevância a disputa sempre presente entre a sustentação do conceito e do espaço do público e o processo de privatização das decisões e do rumo das reconstruções inadiáveis em um ambiente de múltiplas crises, sendo a crise sanitária – pandemia a que tornou muito mais evidente os efeitos de desigualdades crescentes como causas e consequências no marco da hegemonia neoliberal. Nesta perspectiva há um objeto de disputa permanente e que tece as relações entre democracia política e justiça social, onde as ações políticas estruturadas pela sociedade civil defensora dos interesses públicos busca uma condição de maior incidência nas decisões que afetam o rumo das sociedades, dos governos e dos estados no âmbito nacional e mundial. A busca, nem sempre clara, de um projeto de poder que sustente uma hegemonia alternativa. Nesta perspectiva, o esforço de explicitar onde e como se configuram os interesses públicos – os bens comuns, a capacidade de distribuir e redistribuir constantemente as riquezas produzidas, ganha especial materialidade e relevância nos debates sobre a saúde nas e entre as nações e os povos que as constituem. Daí deriva, no caso da saúde, a relevância da incidência nas políticas públicas e seus sistemas de aplicação como a materialidade de uma democracia capaz de produzir justiça social e ambiental, mediante transformações das matrizes tributárias e fiscais para a sustentabilidade produtiva e (re)distributiva dos sistemas e serviços públicos e o efetivo contraponto à financeirização e mercantilização das políticas sociais e seus sistemas e serviços. Para tanto é essencial tornar viável as alternativas públicas, especialmente as de caráter estatal de orientação redistributiva mediante uma universalização sem condicionantes, que se materialize como contraponto à privatização por sua própria efetividade.

Com esta perspectiva os convidamos novamente a analisar o alcance das formulações e as ações dos movimentos e organizações da sociedade civil com expressão global em duas áreas de relevância estratégica:

1. Em torno às negociações do novo tratado pandêmico, com um olhar crítico pautado pela necessidade de justiça fiscal e as ações institucionais para alcançá-la. Ação esta consubstanciada na pesquisa realizada pelo G2H2,

2. A realização do congresso “Nosso futuro é Público!” que aconteceu de 29.11.22 a 02.12.22 em Santiago do Chile, cujas formulações desde o Manifesto Político “Nosso futuro é Público” merecem ser conhecidas, difundidas e transformar-se em ações coordenadas mundialmente.

1.1 Foi lançado pelo G2H2, em 15 de Novembro de 2022, o documento “Financial Justice for Pandemic Prevention, Preparedness and Response” ou “Justiça Financeira para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias” <https://g2h2.org/posts/financialjustice/>

em conexão com a intenção estabelecida em primeiro de Dezembro de 2021, quando a Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde (WHASS) se reuniu e decidiu pelo começo de

negociações e rascunhos de políticas internacionais que teriam como objetivo “prevenir, preparar e responder” - PPR - a futuras pandemias. O estabelecimento de um Grupo Intergovernamental de Negociação (INB) na OMS abriu o terreno para uma negociação adequada, que começou a se desenrolar. O INB divulgou o "rascunho conceitual zero" do texto do tratado no início de dezembro de 2022.

O relatório do Geneva Global Health Hub G2H2 analisa as mudanças necessárias nas políticas de recuperação econômica do cenário econômico mundial, apontando os erros repetitivos cometidos no passado, o perigo da recorrência de políticas sócio-econômicas de austeridade propostas como únicas alternativas para recuperação econômica e sobre a necessidade de uma reforma estrutural capaz de reimaginar e reinventar nosso modelo de recuperação e manutenção de justiça social; como assinalou a atual diretora executiva da UNAIDS, Byanyima: “A coisa mais irreal que poderíamos fazer agora é imaginar que podemos superar nossas crises através de pequenos ajustes”.

O relatório é dividido em seis capítulos principais:

- Anatomia dos modelos de financiamento colonial para a saúde pública global
- Os ajustes dos doadores em abordagens ultrapassadas para o financiamento da saúde: o caso do Fundo Pandêmico do Banco Mundial
- Falsos deuses com pés de barro: desconstruindo soluções de financiamento mitificadas
- Anulação da dívida: o repensar copernicano necessário para mais e melhor financiamento
- Uma riqueza de evidências que nunca chegam à OMS
- A negociação do Tratado Pandêmico da OMS: hora de rasgar o véu?

Seguido por compilados de observações, entrevistas e detalhes técnicos. O conteúdo em si é uma pesada crítica ao que foi feito até agora. O G2H2 assinala a necessidade do tratado proposto pela WHA e seu programa de PPR trazerem com intensidade modelos alternativos de financiamento possível e suficiente para planejar tais ações, trazendo especial atenção aos perigos e armadilhas que a relação - neoliberal e capitalista, monetizada - entre a arquitetura financeira internacional e nossos atuais modelos de financiamento da saúde e como superá-los.

A primeira parte do documento se dedica a criticar a proposta construída pelo IMF em 2021, o chamado “Pandemic Fund”, destacando seu intenso paradigma neocolonial. A segunda parte se dedica a explorar porque as alternativas usadas até agora são disfuncionais - funcionais dentro do pensamento neoliberal, mas inúteis uma vez que pretendemos chegar a outro nível de responsabilidade social - sendo as principais análises centradas em: consolidações fiscais e comercialização dos serviços de saúde, a monetização de direitos humanos e civis como uma saída para uma crise criada – majoritariamente - pela falta da garantia desses mesmos direitos.

“A austeridade anda de mãos dadas com a comercialização e a privatização dos serviços públicos. A promoção da privatização pelos atores do desenvolvimento em países de baixa renda tornou-se mais forte com o Consenso de Washington nos anos 1990 e início dos anos 2000. No entanto, um sólido corpo de evidências mostra que os sistemas públicos de prestação de cuidados de saúde têm sido, em geral, mais eficientes e eficazes, produzem melhores resultados de saúde e têm melhor desempenho em termos de prevenção e preparação para crises. Surpreendentemente, desde 2018, o Grupo Banco Mundial está operacionalizando sua abordagem “primeiro o privado” por meio da chamada estratégia de Maximizar o Financiamento para o Desenvolvimento. Os investimentos em saúde da Corporação Financeira

Internacional (IFC, braço do setor privado do Banco Mundial) ignoram até mesmo o acesso equitativo aos serviços como meta.”

A terceira parte, fala sobre o sistema de dívidas e de financiamentos ilegais. O primeiro ponto nos interessa mais, uma vez que o perdão das dívidas internacionais foi brevemente discutido durante o início da pandemia, mas foi rapidamente descartado uma vez que o perdão dessas dívidas vai diretamente contra as ferramentas financeiras de controle do norte global.

“Se o G20 e as instituições financeiras tivessem cancelado todas as dívidas externas vencidas apenas em 2020 pelos 76 países de renda mais baixa, isso teria liberado US \$40 bilhões; US \$300 bilhões se o cancelamento incluísse também 2021. Os argumentos para um perdão generalizado da dívida estão claramente aumentando, diante da crise da dívida global. Na verdade, a pesquisa mostra como não apenas os países industrializados ricos deveriam pagar mais para enfrentar a mudança climática, mas também deveriam pagar aos países em desenvolvimento reparações colossais pelas devastações provocadas como emissores históricos de gases de efeito estufa, causando US\$ 6 trilhões em perdas econômicas globais devido ao aquecimento. de 1990 a 2014. De quem é a dívida então?”

O documento termina com um aviso sobre a necessidade da vigilância e resistência da sociedade civil e seu papel de não apenas participar de novas possibilidades, mas de se manterem vigilantes para não caírem elas mesmas nas armadilhas do pensamento econômico hegemônico.”

2.1 Num mesmo exercício imaginativo para um futuro que supere o controle do capital e permita o fim da monetização de direitos humanos, **a conferência [Our Future is Public \(#OFiP22\)](#) que aconteceu durante os dias 29, 30, 1 e 2 de Dezembro em Santiago do Chile**, tratou temas semelhantes as mudanças propostas pelo relatório da G2H2, relacionando saúde, educação, agricultura, transporte, emprego, alimentação, justiça e proteção social e suas conexões com temas interseccionais como equidade de gênero, justiça ambiental, democracia e justiça tributária. Com mais de 400 participantes presenciais e mais de 600 virtuais, o Congresso teve a força da sinergia entre tantos setores e os desafios que decorrem desses diálogos e ações conjuntas que merecem reinventar-se. Parafraseando as palavras da porta-voz da Intendente de Santiago de Chile, as trabalhadoras e os trabalhadores públicos (estatais e não-estatais) são os agentes dos direitos humanos que os constroem materialmente a cada dia em nossas cidades e países.

A iniciativa é também marcada pelo Manifesto “[O futuro é público: Manifesto global em favor dos serviços públicos](#)”, construído ao longo de 3 anos de encontros regionais preparatórios para este Congresso e recolhendo as experiências e propostas de uma ampla gama de movimentos e organizações sindicais, sociais e lutas pelos direitos humanos.

O documento dividido em quatro seções que tem como ápice a construção de alternativas à hegemonia global do neoliberalismo, austeridade, capital financeiro e comercialização da vida.

Seção I. O quê: os serviços públicos que desejamos

Sub-seções:

- Os serviços públicos que queremos
- Serviços públicos universais de qualidade são os alicerces de uma sociedade justa e equitativa.

- Os serviços públicos garantem os direitos humanos, atendem a necessidades compartilhadas e, sendo socialmente definidos, seu alcance pode aumentar com o tempo
- Os serviços públicos são do povo, para o povo
- Os serviços públicos universais de qualidade são estruturados e financiados para atender às necessidades individuais e coletivas, reduzir as desigualdades e proteger a dignidade de todas as pessoas.

“Nossos princípios para serviços públicos universais de qualidade no século XXI

Os serviços públicos de qualidade devem respeitar os seguintes princípios:

1. Universalidade e acessibilidade para todos. Este princípio inclui a acessibilidade tanto econômica quanto física. Todos devem ter acesso a serviços que lhes permitam viver com dignidade e fazer valer seus direitos, independentemente de status social ou econômico ou localização geográfica. Os serviços devem estar acessíveis a todos, independentemente de renda, e devem estar localizados o mais próximo possível dos usuários. Alguns deles, como a educação e serviços de saúde essenciais, deveriam ser gratuitos para todos os usuários no local onde são usados.

2. Participativos, transparentes, confiáveis e sujeitos à prestação de contas democrática. Todos os membros da comunidade ou sociedade devem poder participar do desenho, organização, governança, financiamento, prestação e monitoramento dos serviços públicos. São transparentes e há informações abrangentes a seu respeito disponíveis publicamente. Devem responder ao público e, desta forma, são fundados e incentivam a confiança e o respeito na sociedade.

3. Passíveis de melhoria e adaptáveis, adequados e transformadores para quem os utiliza. Evoluem, são ajustados às mudanças técnicas e às novas necessidades das pessoas, podendo ser expandidos para novas áreas. Adaptam-se a diferentes necessidades e não fazem discriminação. Respeitando o princípio de não regressão, melhoram qualitativamente com o tempo e não baixam o padrão, o que significa que não deve haver diminuição no alcance ou na qualidade dos serviços públicos.

4. Estabelecidos sobre uma fundação sólida de financiamento público de longo prazo. Este princípio reflete sua natureza como a concretização da função redistributiva do Estado e garante a continuidade da prestação dos serviços no longo prazo, com base principalmente na tributação progressiva.

5. Baseados na solidariedade. Devem apresentar ou conter mecanismos redistributivos baseados no princípio da solidariedade entre aqueles que possam contribuir para o sistema de maneira proporcional a suas posses e aqueles que não tenham como contribuir.

6. Comprometidos com a igualdade, incluindo a de gênero, e com a justiça social. Este princípio se aplica a todos os níveis de organização, gerenciamento e operações. Os serviços públicos universais de qualidade devem reconhecer e desafiar ativamente os desequilíbrios de poder, a discriminação estrutural e sistêmica e os sistemas de opressão, o que inclui um compromisso com a promoção da igualdade, incluindo a de gênero, em sua organização, liderança, gerenciamento e prestação.

7. Consciência ambiental e ecológica. Trabalham para cuidar das pessoas e do planeta e contribuem para a construção de um futuro mais sustentável. Todos os aspectos de seu gerenciamento, incluindo os mecanismos de governança, a estrutura de custos e a organização

de suas operações, contribuem de forma decisiva para a solução da crise ecológica. Têm uma perspectiva de longo prazo, colocando o interesse das gerações presente e futuras no centro do processo decisório e incorporando preocupações sociais, culturais e ecológicas mais amplas.

8. Proximidade. Serviços públicos universais de qualidade são acessíveis localmente e são gerenciados, prestados e monitorados no ponto de uso mais próximo do usuário, financiados com recursos de todos os níveis governamentais relevantes, nos níveis local, regional, nacional e internacional conforme apropriado, e baseados em uma distribuição de recursos justa e eficaz. Estão disponíveis quando e onde forem necessários para realmente efetivar na prática o acesso universal.

9. Justos, garantidos e seguros para quem os usa e para aqueles que os prestam. Os trabalhadores se sentem física e mentalmente seguros no trabalho ou no trajeto entre a casa e o trabalho. Os serviços públicos universais de qualidade devem valorizar as pessoas que trabalham para eles, assim como aquelas que os utilizam, inclusive ao oferecer empregos, salários e condições de trabalho dignas. Devem ser dotados de pessoal e financiados em quantidade apropriada para assegurar a prestação de um serviço de qualidade a todos.

10. Protegidos da economia de mercado, comercialização e financeirização. Os serviços públicos universais e de qualidade são acessíveis como um direito de todos para que possam atender às necessidades da vida, não como produtos e serviços comerciais transformados em commodities para serem consumidos. As decisões sobre os serviços públicos não são tomadas com base na realização de lucros, mas são integralmente guiadas pela efetivação da dignidade humana e satisfação de necessidades coletivas.”

Seção II. Por quê: serviços públicos são importantes

Sub-seções:

- Construir a sociedade justa que queremos
- Respondendo a crises globais: desigualdade e colapso ecológico

“Os serviços públicos são essenciais para responder às múltiplas desigualdades e outras crises que Somos afetados pelo fato de que, frequentemente, eles se sobrepõem. Usando o financiamento progressivo para fornecer igualmente toda renda que só estaria disponível para quem pode pagar, podemos corrigir uma distribuição distorcida de renda e riqueza e lançar as bases de uma sociedade mais justa, na qual riqueza e poder são distribuídos de forma integral.

13. Serviços públicos universais de qualidade são essenciais para alcançar a igualdade inclusiva entre grupos, ajudando a reequilibrar relações de poder assimétricas, injustas e muitas vezes exageradas, incluindo com base em raça, gênero, etnia, casta, deficiência, idade, orientação sexual, classe e qualquer outra forma de discriminação. Por exemplo, quando transformamos a prestação de cuidados numa

Responsabilidade social coletiva, ajudamos na promoção da igualdade de gênero.

14. Os serviços públicos têm a capacidade de gerir e proteger os recursos naturais para as gerações futuras e, portanto, são decisivos para qualquer resposta às crises climáticas e ecológicas atuais, sempre respeitando a dignidade das pessoas. Ainda que os Estados tenham que implementar políticas públicas e regulamentações rigorosas para responder à crise ecológica, é preciso cuidar para que o acesso aos serviços públicos não sejam prejudicados. Os serviços públicos devem estar no centro de transição para construir comunidades resistentes

aos impactos climáticos e à degradação ambiental. Para garantir proteção ambiental coletiva e governança sustentável, são componentes essenciais para alcançar a paz e a justiça intergeracional. Serviços públicos universais de qualidade fundamental para incentivar resiliência e inclusão em nossas sociedades e garantir que elas tenham a capacidade de responder com mais dignidade das tensões que surgirão devido às mudanças sociais e físicas devido à crise ecológica.”

Seção III. Como: é possível financiar serviços públicos universais de qualidade

Sub-seções:

- Espaço fiscal e regulatório para financiar serviços públicos de qualidade
- O financiamento público é uma obrigação do Estado para garantir o acesso universal a serviços públicos de qualidade
- Financiamento público com controle público democrático
- Cooperação internacional para permitir a mobilização de recursos nacionais
- As parcerias público-privadas estão prejudicando os serviços públicos
- Valorizar e remunerar os trabalhadores nos serviços públicos

“28. O valor dos servidores públicos precisa ser reconhecido e remunerado da maneira adequada. Os Estados devem garantir condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo condições de trabalho seguras e saudáveis, horário de trabalho razoável e férias remuneradas anuais. Os funcionários do setor público devem ter acesso a seguridade social e sua remuneração deve ser justa, permitindo que vivam decentemente com suas famílias. Deve-se garantir que trabalhos de igual valor recebam a mesma remuneração e que não haja qualquer tipo de discriminação, sendo que o conceito de valor deve ser redefinido para reconhecer contribuições sociais e não a remuneração de mercado. As autoridades públicas não deveriam economizar nos custos dos serviços públicos usando mão de obra sem capacitação, barata ou não remunerada, como funcionários mal pagos.”

Como visto no último informe, a luta pela garantia dos direitos e das condições necessárias para manter saudáveis aos trabalhadores da saúde é uma pauta internacional que vem ganhando força no pós-COVID, muitos sindicatos estão denunciando a falta de condições mínimas de trabalho e sua relação com um desfalque crônica na manutenção das instituições de saúde pública.

Seção IV. Quem: assegurando o controle público e democrático

Sub-seções:

- Os Estados têm a obrigação de garantir a prestação de serviços públicos universais de qualidade
- Rumo a uma abordagem verdadeiramente pública e não comercial dos serviços públicos

“30. Os serviços públicos são desenvolvidos, organizados, gerenciados e prestados publicamente, e não por atores de mercado. Os órgãos públicos têm capacidade para considerar perspectivas de longo prazo, além de estar sujeitos ao controle público e democrático, à prestação de contas e à participação do público.

31. Serviços públicos universais de qualidade podem ser organizados de várias maneiras, mas são sempre controlados, governados, custeados e prestados com vistas ao interesse público

e de maneira transparente, participativa e democrática. Devem prestar contas ao público e se sujeitar ao controle público democrático e à avaliação contínua.

32. Atores de mercado, como empresas privadas com fins lucrativos e firmas privadas de investimento, encaram os serviços públicos como commodities a serem produzidas e vendidas, resultando na motivação para competir com outras instituições públicas e maximizar os lucros. Eles seguem a lógica de mercado, que é incompatível com a natureza fundamental dos serviços públicos e a sua prestação como bens públicos, e um de seus objetivos ou incentivos principais é a proteção do interesse próprio. Em contraste, os serviços públicos de qualidade não geram lucro e qualquer superávit, conforme o caso, é reinvestido segundo o interesse público no próprio serviço ou em outro serviço público relacionado, de modo a melhorar sua qualidade e acesso, remunerar os trabalhadores com salários decentes, promover a capacitação e proteger o meio ambiente”

- Facilitar os esforços da comunidade
- Manter o controle público democrático sobre digitalização, contratação e gerenciamento de dados”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Em 1974, a AGNU aprovou a criação de uma Unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

Em 1978, foi realizada em Buenos Aires a Conferência de Alto Nível para promover e implementar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento que adotou um plano de ação que ficou conhecido como BAPA.

O BAPA ressaltava a cooperação técnica como um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes, ressaltou os princípios das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu recomendações para o financiamento nacional, regional, inter-regional e global. Neste cenário, a cooperação Sul-Sul começou a tomar forma no cenário mundial.

Como desdobramento do BAPA, foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul e em 2012, essa unidade se transformou-se no Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) definindo a Cooperação Sul-Sul como o processo de troca de conhecimentos e recursos políticos, econômicos, sociais, ambientais ou técnicos entre os países do Sul Global

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC no ano de 2022

Há dois anos, o UNOSSC vem avaliando as necessidades do Sul Global, assim como os desafios e oportunidades para responder e ajudar na recuperação da pandemia do Covid-19. O UNOSSC tem facilitado conexões, compartilhado conhecimentos e melhores práticas, colaborado com redes de parceiros, e tem exercido sua influência e solidariedade internacional apoiando governos e incentivando a todos a responderem conjuntamente à pandemia.

Depois da 20ª sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul realizada em 2021, era mais importante do que nunca repensar modelos de Cooperação Sul-Sul e triangular considerando a pandemia como uma ameaça à saúde, segurança e bem estar das pessoas, assim como os países em desenvolvimento requerem ajuda direta, refinanciamento de suas dívidas, facilidades comerciais e distribuição equitativa de vacinas contra o Covid-19.

O UNOSSC intensificou o fórum de discussão e reflexão para governos nacionais do Sul e do Norte e se tornou um facilitador para a troca de experiências na resposta aos desafios políticos, estratégias e financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular, através da plataforma *South-South Galaxy* que é alimentada por inteligência artificial e que oferece oportunidades de cooperação por meio de compartilhamento de conhecimento.



Em 2022, o evento mais importante do UNOSSC foi a 11ª *Global South-South Development Expo (GSSD Expo 2022)*, cujo tema foi: “Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente” além da publicação “Boas Práticas em Cooperação Sul-Sul e Triangular: Cumprindo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de Boa Saúde e Bem-estar” produzida em parceria com a OPAS/OMS, o UNICEF e o UNFPA.

Participou também em todas as reuniões de alto-nível da ONU, sempre apoiando a cooperação Sul-Sul e triangular para renovar o compromisso de apoiar os países a alcançar a Agenda 2030 e acelerar os resultados de todos os ODS, considerando que faltam somente oito anos para 2030. Ao mesmo tempo, esteve presente nas discussões estratégicas de alocação de recursos voltados para as prioridades e soluções para enfrentar as mudanças climáticas.

Destaques do UNOSSC – novembro e dezembro de 2022

1) O parceiro do mês de novembro do *South-South Galaxy* foi a Agência Tunisiana de Cooperação Técnica. Esta agência foi estabelecida em 1972, é o ponto focal para a cooperação Sul-Sul na Tunísia e realiza o acompanhamento dos programas de cooperação triangular com vários parceiros e também coordena, com as autoridades nacionais, a transferência de experiências bem sucedidas na Tunísia, bem como o papel que a Tunísia pode desempenhar na transferência de experiências e conhecimentos nos países do Sul e na região.

2) Em apoio ao ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), este projeto da UNCTAD apoiado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a África (ECA), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), promove a troca de

conhecimento Sul-Sul sobre política industrial para trazer transformação econômica para as Ilhas Maurício, Moçambique, África do Sul e Tanzânia.

3) No início de dezembro, o Governo da Índia doou mais de US\$ 520.000, através do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento ONU - Índia, gerenciado pelo UNOSSC, para equipamentos médicos e fortalecimento da capacidade dos serviços de saúde de Belize.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Desde os preparativos para a UNCTAD I, que os países em desenvolvimento, que eram membros das Nações Unidas à época, já formavam um grupo coeso e sua união foi uma característica marcante na Conferência. Estes países em desenvolvimento compartilhavam o mesmo interesse, acreditavam na união e na solidariedade entre si e emergiram no final como uma força ainda maior. Ao ser publicada, a “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete” teve um significado histórico com repercussão em primeira página de vários jornais como “o fenômeno mais importante do pós-guerra”.

O impacto desta declaração e a união destes 77 países foi tão grande que a UNCTAD que era para ser uma única conferência marcou o início de uma nova era na evolução da cooperação internacional no campo do comércio e desenvolvimento, com importância fundamental para apoiar os países em desenvolvimento a terem acesso aos benefícios de uma economia globalizada de forma mais justa e eficaz.

Mas esta conferência foi também uma oportunidade para que os países em desenvolvimento estabelecessem o Grupo dos 77 dentro das Nações Unidas para expressar sua preocupação com as questões relacionadas com o comércio e desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹¹⁰, Nairóbi (UNEP)¹¹¹, Paris (UNESCO)¹¹², Roma (FAO/IFAD)¹¹³, Viena (UNIDO)¹¹⁴ e Washington ((G-24)¹¹⁵.

¹¹⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹¹¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹¹² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹¹³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹¹⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹¹⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Em 2022, a presidência do G-77 está a cargo da República Islâmica do Paquistão e em 2023, a presidência do G-77 passará para a República de Cuba.

Destaques do G-77 e da China no ano de 2022

Deve-se destacar que a presidência do Paquistão no G-77 foi marcada por declarações fortes e contundentes e, desde o início da pandemia, o G-77 e a China não perdem a oportunidade de ressaltar a crise tripla que o mundo enfrenta: a pandemia do Covid-19, a desaceleração econômica e as mudanças climáticas.

O Grupo também denunciou em seus pronunciamentos, a disponibilidade reduzida de vacinas contra a Covid-19 para países em desenvolvimento e a necessidade de garantir acesso equitativo às vacinas e insumos médicos a preços acessíveis. O Grupo tem lutado incansavelmente para que as vacinas se tornem bens públicos globais e desta forma, possam ajudar os países a superar a pandemia e recuperar o desenvolvimento sustentável.

O G-77 e a China juntaram sua voz para promover estruturas e políticas globais que pudessem diminuir as desigualdades e permitir que todos os países em desenvolvimento alcancem os ODS e as metas do Acordo de Paris.

Deve-se ressaltar que há mais de quatro décadas que o G-77 e a China têm contribuído para o avanço dos objetivos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento e o Grupo tem liderado novas ideias e abordagens inovadoras para a cooperação e recuperação econômica internacional.

Durante todo o ano de 2022, o G-77 e a China destacaram as oportunidades de aprendizagem, incluindo plataformas e tecnologias digitais, muito necessárias em tempos da Pandemia do Covid-19, para auxiliar os países em desenvolvimento a voltarem a crescer.

Também esmiuçaram o documento do Secretário Geral “Nossa Agenda Comum” e aclamaram o Programa de Ação de Doha (DPoA) para os Países Menos Desenvolvidos para a Década 2022-2031, destacando a necessidade de fortalecimento de parcerias globais principalmente para abordar a desigualdade no acesso a bens de serviço.

No que concerne o meio ambiente e as mudanças climáticas, foram muitas as intervenções nas conferências internacionais e CoPs sobre o tema, tentando sempre alinhar as resoluções e relatórios com a realidade dos países, chamando sempre atenção para o fato de que os países que mais sofrem com as mudanças climáticas são os menos responsáveis por elas.

Neste tema, a grande vitória do G-77 e da China ocorreu durante a CoP27, em que lideraram o acordo sobre o estabelecimento de um mecanismo de financiamento independente, dedicado para apoiar os países em desenvolvimento a enfrentarem as perdas e danos causados pelos impactos da mudança climática. Tema que vinham negociando há bastante tempo.

A adoção deste item pela CoP27 foi o reconhecimento de que países que enfrentam desastres induzidos pelo clima, não devem ser deixados à própria sorte. Os países atingidos por impactos climáticos devem ter a oportunidade de acessar recursos para se recuperar e mitigar os impactos dos desastres induzidos pelo clima por meio deste mecanismo de financiamento de “perdas e danos”.

Destaques do G-77 e a China entre os dias 15 de novembro de 2022 e 5 de dezembro de 2022

Neste período, o G-77 e a China participaram de 6 reuniões da AGNU.

New York, 15 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa para 2023: (1) Projeto de mitigação sísmica e substituição do ciclo de vida na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) nas instalações em Bangkok; (2) Progresso na substituição dos blocos de escritórios na ONU em Nairobi; (3) 9º relatório anual de progresso sobre o plano estratégico do patrimônio da ONU em Genebra no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

ESCAP

Nos últimos 75 anos, a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) serviu como plataforma intergovernamental mais inclusiva na região. A ESCAP continua a apoiar os países em prol de uma recuperação inclusiva, resiliente e sustentável e tem contribuído para trazer os ODS de volta aos trilhos. Assim, o grupo destaca a importância de uma conclusão bem-sucedida e oportuna do Projeto de Retrofit de mitigação sísmica e substituição do ciclo de vida, ou Retrofit de Mitigação Sísmica. Neste sentido, é com satisfação que tomamos conhecimento de que o projeto está avançando com previsão de conclusão em 2023. No entanto, o Grupo gostaria de destacar os seguintes pontos sobre ESCAP:

A relação contínua entre a ESCAP e o país anfitrião permitiu que a obra se beneficiasse da experiência e do conhecimento técnico local. Parabenzamos o uso de materiais e técnicas de construção locais que são vantajosos não apenas em termos de eficiência de custo, mas também permitem que a ESCAP gerencie melhor o risco de interrupções na cadeia de suprimentos globais resultantes da pandemia. Neste sentido, é sempre útil as consultas regulares entre a ESCAP e as partes interessadas para coletar feedback sobre as atividades operacionais.

O Grupo ressalta a importância de uma governança eficaz do projeto, supervisão, custo-efetividade, transparência e responsabilidade para garantir que o Retrofit de mitigação sísmica seja implementado dentro do orçamento e cronograma aprovados.

UNON

O Grupo atribui grande importância ao progresso na substituição dos blocos de escritórios no Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON). O papel especial desempenhado pela UNON no sistema global das Nações Unidas não pode ser subestimado. Fundada em 1996, a UNON é a única sede da ONU no Sul global. É o lar de milhares de funcionários nacionais e internacionais da ONU, que trabalham diariamente para promover os objetivos e valores da Organização na região e em todo o mundo, mas às vezes em um ambiente físico difícil e desafiador. O G-77 e a China destacariam ainda mais os seguintes pontos da UNON:

Observamos com satisfação que os três componentes do projeto estão a caminho de serem concluídos até o final de 2024, com atividades de encerramento do projeto programadas para o final de 2025. Também notamos que o relatório do Secretário-Geral identificou riscos que provavelmente terão impacto na implementação do projeto. Nesse sentido, elogiamos os esforços que estão sendo realizados pela equipe de gerenciamento do projeto para monitorar de perto e mitigar os riscos da obra para garantir a entrega dentro do escopo, orçamento e cronograma.

O Grupo reconhece a avaliação quantitativa contínua dos riscos do projeto que está sendo realizada e oferece orientação sobre o gerenciamento dos riscos do projeto. Reconhecemos com apreço o resultado da avaliação de risco realizada em junho de 2022, que mostra um aumento constante nos níveis de confiança na entrega do projeto dentro do custo estimado de \$ 66,26 milhões; de um nível de confiança de 27% em 2019 para o nível atual de 66%.

Plano Estratégico do Patrimônio

Nosso Grupo saúda o 9º relatório anual de progresso do Secretário-Geral sobre o Plano Estratégico do Patrimônio do Escritório das Nações Unidas em Genebra. Saudamos também as contribuições financeiras voluntárias feitas pelo Governo da China, bem como de outros países. Encorajamos o Secretário-Geral a intensificar seus esforços na busca de contribuições de outros Estados membros para outros pacotes de trabalho dentro do escopo do Plano Estratégico do Patrimônio, incluindo aqueles que serão efetivamente aplicados para reduzir as contribuições obrigatórias dos Estados Membros para o projeto do plano estratégico do patrimônio. O G-77 e a China destacariam ainda os seguintes pontos do Plano Estratégico do Patrimônio:

O Grupo observa que houve progresso nas principais atividades do projeto, incluindo a conclusão do novo prédio permanente H; a conclusão do prédio temporário de conferências, a conclusão da fase de pré-construção para a renovação dos principais prédios históricos dos anos 1930 e 1950 e a finalização bem-sucedida e aquisição do prédio E, datado da década de 1970. Também observamos que, devido ao resultado do processo de aquisição do edifício E, a posição financeira geral prevista do projeto melhorou. A previsão atual agora indica que o projeto excederá o orçamento do em menos de 1%. O nível de confiança de concluir o plano de patrimônio estratégico dentro do orçamento aprovado aumentou para 53% em comparação com 16% no ano passado.

O Grupo nota que existem 23 recomendações do Conselho Fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que se encontram em fase de implementação. O Grupo destaca que todas as recomendações pertinentes e aprovadas pelo Conselho Fiscal devem ser implementadas com agilidade para auxiliar na transformação dos trabalhos.

New York, 17 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 135 da agenda: Relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas e relatórios do conselho de auditores no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo manifesta o seu reconhecimento e apreço pelo papel que o Conselho Fiscal desempenha nesta Organização. Seu trabalho como órgão externo de auditoria e supervisão das Nações Unidas é uma ferramenta essencial para o funcionamento do sistema.

O G-77 e a China agradecem a alta qualidade dos relatórios e suas recomendações. Também agradecem a apresentação das demonstrações financeiras auditadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os relatórios são um elemento-chave para ajudar os Estados Membros a acompanhar os gastos da Organização e o cumprimento eficiente de seus mandatos.

O Grupo nota que 15 entidades encerraram o exercício com superavit e 2 com déficit. Apesar de alguns déficits, o Conselho havia avaliado que, em geral, a situação financeira de todas as entidades permanecia suficiente e os índices de solvência e liquidez eram confortavelmente elevados.

O Grupo tomou nota com grande preocupação que o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) destacou novamente sua [iniciativa de Investimentos de Impacto em Infraestrutura Sustentável \(S3i\)](#). Esperamos receber mais informações sobre os controles internos, gerenciamento de riscos e estruturas de governança do UNOPS.

O Grupo está preocupado com uma série de questões relacionadas a questões financeiras e orçamentárias, incluindo recuperação de custos, transferência de recursos do fundo do orçamento regular para o fundo de recuperação de custos, deficiências na criação de compromissos de fundos, etc. O G-77 e a China enfatizam que a gestão orçamentária é uma questão fundamental para o funcionamento da ONU e solicitam ao secretariado que se esforce para melhorá-la.

O Grupo observa com preocupação que, em 31 de dezembro de 2021, 21 dos 130 (16%) cargos de coordenador residente estavam vagos. Desses cargos vagos, 20 (95%) foram ocupados por coordenadores residentes interinos. Neste sentido, o Grupo reitera que é de extrema importância a melhoria da representação geográfica.

O Grupo toma nota com grande preocupação das questões de conformidade divulgadas no relatório, que não estavam em total conformidade com a estrutura legal das Nações Unidas, incluindo a Carta das Nações Unidas e os Regulamentos e Regras Financeiras da Organização. O Grupo reitera que qualquer atividade das administrações deve estar sujeita ao enquadramento legal da Organização.

O Grupo examinou minuciosamente o relatório deste ano e observou que a taxa geral de implementação das recomendações do ano anterior aumentou de 41% em 2019, 48% em 2020, para 53% em 2021. Mas ainda há espaço para melhorias em comparação com a taxa de 65% realizada no biênio 2008-2009, especialmente para as entidades cuja taxa de implementação foi inferior a 50%.

O Grupo ressalta a necessidade de todas as entidades tomarem as medidas adequadas para garantir que as recomendações do Conselho Fiscal sejam implementadas, de forma prioritária e o mais rápido possível, e que existem mecanismos adequados de responsabilização por atrasos na implementação. Além disso, reitera o seu pedido ao secretariado para intensificar os seus esforços para implementar de forma eficaz e integral as recomendações endossadas pelo Conselho de Administração em tempo hábil e para explicar os atrasos na implementação de todas as recomendações pendentes.

New York, 21 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2023: Construção e gestão de propriedades: (1) progresso na renovação do “África Hall” na Comissão econômica para a África em Adis Abeba; (2) Instalações de serviços de conferências no escritório da ONU em Nairobi no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China expressaram sua gratidão ao Governo da Etiópia e do Quênia como países anfitriões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA) e do Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON), respectivamente, por seu apoio contínuo ao trabalho para facilitar a implementação desses projetos.

ECA

O Grupo pede contribuições voluntárias para apoiar este projeto de renovação do “África Hall” na Comissão econômica para a África em Adis Abeba e agradece à Etiópia e Mali por suas contribuições e à Suíça e Itália por suas promessas de contribuições. Esperamos as promessas de contribuições financeiras e as contribuições voluntárias adicionais para tornar este projeto um sucesso.

O G-77 e a China destacariam os seguintes pontos adicionais no ECA

O Grupo parabeniza a cerimônia de inauguração realizada na presença de representantes dos Estados membros da ONU em Adis Abeba. Reitera a necessidade de conservação do patrimônio local tombado e respeito a aparência original da edificação. Também reconhece o compromisso de garantir a conformidade com as melhores práticas nos padrões de construção atuais, incluindo acesso equitativo.

O Grupo reitera seu compromisso em garantir o acesso à estudantes, acadêmicos, residentes e turistas independentemente da sua capacidade de pagamento. O Grupo solicita ao Secretário-Geral que revise o esquema de isenção de taxa de ingresso para incorporar grupos adicionais, incluindo crianças, estudantes e pessoas com deficiência.

O Grupo enfatiza a importância de governança, supervisão, controle interno e responsabilidade eficazes para garantir que o projeto seja implementado dentro do orçamento aprovado e dentro do cronograma revisado. O Grupo agradece e cumprimenta o ECA por suas relações amistosas com o país anfitrião, o comitê de partes interessadas e o Comitê consultivo. Também observa com apreço a implementação das recomendações do relatório de 2021 do escritório de supervisão interna.

UNON

Sobre a renovação das instalações de conferências na UNON, o grupo observou que os objetivos do projeto são atender às normas do setor da saúde, segurança e preparação para desastres, restaurar e manter o valor de propriedade das instalações da ONU, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiências; garantindo a remoção de materiais perigosos; melhorando a eficiência do uso do espaço e modernizando os edifícios.

O grupo gostaria de destacar pontos adicionais sobre as instalações da UNON

Referindo-se à decisão da AGNU para a aprovação de uma equipe de gerenciamento do projeto, lembramos que o comitê decidiu sobre todas as recomendações do relatório do Secretário-Geral durante a parte principal da 76ª Sessão da AGNU. Isso resultou em atrasos no cronograma e causou aumentos nos custos para a equipe de gerenciamento de projetos, que poderiam ter sido evitados. O Grupo está apreensivo de que mais atrasos resultem em custos adicionais. Portanto, é imperativo que esta comissão aprove as recomendações do Secretário-Geral contidas no presente relatório.

O G-77 e a China enfatizam a importância de uma estreita coordenação entre o Escritório das Nações Unidas em Nairóbi e o Secretariado em Nova York, em particular o Serviço

de política de gerenciamento de ativos globais (GAMPS), para garantir supervisão e governança adequadas em todos os aspectos do projeto e da incorporação de lições aprendidas com outros grandes projetos de construção, especialmente o Plano Diretor da Capital e o Plano Estratégico do Patrimônio.

Nesse sentido, o Grupo reconhece os esforços do GAMPS realizada no escritório das Nações Unidas em Genebra e espera que algumas das melhores práticas em conferência, possam ser aproveitadas na UNON.

O Grupo lembra que em resoluções anteriores relacionadas a projetos de construção, a AGNU ressaltou a necessidade de usar a capacidade local, incluindo material local. Portanto, espera-se que durante as etapas de implementação do projeto todos os esforços sejam feitos para integrar materiais de origem e manufatura locais, bem como o uso de mão de obra e expertise locais.

New York, 21 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2023: pedido de subvenção às câmaras extraordinárias nos tribunais do Camboja no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China agradecem ao Governo do Camboja por seu apoio ao trabalho do tribunal e ressalta o progresso substancial realizado pelo Tribunal Extraordinário, no cumprimento de seu mandato. Com a conclusão do processo de apelação, o Tribunal Extraordinário pode agora iniciar a fase residual, em 2023. O Grupo também agradece os funcionários judiciais e funcionários do Tribunal por seu compromisso com seu mandato, apesar das circunstâncias desafiadoras.

O Grupo continua empenhado no funcionamento eficiente e eficaz do Tribunal. É preciso recordar que por meio de sua [resolução 76/246](#), a AGNU reafirmou a alta prioridade conferida aos trabalhos do Tribunal. Como tal, continuamos a frisar que assegurar o financiamento adequado e sustentável do Tribunal continua a ser uma prioridade para o Grupo.

O Grupo elogia o Camboja por seu compromisso de fornecer contribuições em espécie e a maior parte do financiamento do componente nacional nos últimos cinco anos. Além disso, elogia os Estados Membros que ofereceram recursos extraorçamentários para o importante trabalho do Tribunal. No entanto, o Grupo segue preocupado com os persistentes desafios financeiros enfrentados pelo Tribunal, apesar dos vários esforços de arrecadação de fundos. Em particular, as contribuições voluntárias diminuíram ao longo dos anos, de US\$ 17,7 milhões em 2015 para US\$ 3,6 milhões em 2021.

O Grupo encoraja fortemente o Secretário-Geral a continuar com seus esforços na mobilização dos fundos necessários, por meio de contribuições voluntárias dos Estados Membros, para preencher as persistentes lacunas de financiamento para o Tribunal.

Continua sendo crítico para a comunidade internacional garantir que o Tribunal tenha os meios financeiros necessários para garantir a plena responsabilização pelos crimes perpetrados durante o antigo regime do Khmer Vermelho e a gestão de seu arquivo judicial de

acordo com os padrões internacionais. Um fracasso financeiro do Tribunal constituiria uma nova tragédia na busca por justiça para o povo do Camboja, que esperou por décadas por resultados e constituiria um sério revés para a luta da comunidade internacional contra a impunidade.

Nesse sentido, o Grupo apoia a proposta do Secretário-Geral de complementar os recursos extraorçamentários para o ano de 2023, que o Grupo considerará positivamente durante as deliberações.

O Grupo também estudou as recomendações contidas no relatório da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) e irá comentar sobre o caminho proposto durante as consultas informais.

New York, 28 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Relatório de desempenho financeiro do orçamento programa de 2021 no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo observa um valor significativo de fundos não utilizados, ou seja, US\$ 206,8 milhões no orçamento regular de 2021, que é 6,4% menor que a dotação aprovada. A maior sub despesa foi observada em Missões Políticas Especiais na Seção II- Assuntos Políticos no valor de US\$ 63,8 milhões ou 8,7%; Direitos Humanos (Seção 24) no valor de US\$ 22,4 milhões ou 17,2% e Desenvolvimento Econômico e Social na Ásia Ocidental no valor de US\$ 12,8 milhões ou 22,7% da dotação aprovada.

O relatório atribui esse sub despesa ao Covid-19, afirmando que várias atividades do plano foram adiadas, modificadas ou até canceladas. Os recursos planejados, principalmente para viagens e hospedagem e suprimentos e materiais, foram os mais afetados. Da mesma forma, do lado da receita, observamos uma queda de 5,2%, representando uma redução de US\$ 15,6 milhões.

Também se observa que devido a contribuições não pagas, o Secretário-Geral teve que impor um teto de 90% sobre as despesas para evitar a interrupção das operações. Após a injeção do fundo de capital de giro de US\$ 100 milhões de acordo com a resolução do ano passado, o grupo também gostaria de ver seu impacto sobre a gestão de liquidez no próximo orçamento-programa.

Enquanto isso, o Grupo observa uma trajetória ascendente de gastos excessivos na seção "consultores" por três anos consecutivos. A mesma tendência é observada atualmente, com 99% dos fundos já consumidos em 30 de setembro de 2022. O G-77 e a China incentivam o Secretário-Geral a fornecer mais informações sobre a tendência crescente desse gasto excessivo na contratação de consultores nos próximos relatórios de desempenho. Espera-se também que as lições aprendidas durante os períodos orçamentários anteriores continuem a ser aplicadas na preparação de futuros orçamentos-programa propostos.

O Grupo observou o retorno líquido do superávit de US\$ 178,8 milhões em 2021 e que seria refletido como crédito contra os Estados Membros para o ano de 2023, de acordo com as regras financeiras das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, o Grupo observa o acúmulo de US\$ 448,5 milhões de superávit no fundo de recuperação de custos e seu aumento gradual para

129% em 2021 em relação a 2016. O G-77 e a China gostariam de mais detalhes sobre este item e a necessidade de identificação de créditos de volta aos estados membros.

Tendo considerado o impacto da compra futura de moeda estrangeira para o ano de 2021, o Grupo observa que resultou em perda cambial de US\$ 9,4 milhões.

New York, 28 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Muhammad Aamir Khan, representante permanente adjunto da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da agenda: Revisão das mudanças no ciclo orçamentário no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo toma nota do relatório do Secretário-Geral A/77/485 "Mudança do paradigma de gestão nas Nações Unidas: revisão das mudanças no ciclo orçamentário".

O Grupo celebra os esforços liderados pelo Secretário-Geral para colocar as Nações Unidas em uma posição melhor para contribuir com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Como parte de suas iniciativas para aumentar a capacidade da ONU de trabalhar de forma mais eficiente, nota-se que a reforma da gestão representou uma grande transformação na Organização.

Uma das principais características dessa reforma, o ciclo orçamentário anual, introduzido em caráter experimental pela [resolução 72/266](#), foi apresentado como uma tentativa de obter um ajuste mais rápido do secretariado para implementar novos mandatos e responder melhor para atender rapidamente contextos em evolução no mundo.

Conscientes da vontade do Secretário-Geral de potenciar o funcionamento da Organização através de uma gestão mais eficiente, o G-77 e a China embarcaram nesta reforma, mostrando confiança e apoio a esta visão, apesar dos grandes desafios da pandemia de Covid-19 e os desafios de liquidez das Nações Unidas.

No entanto, importa recordar que desde as fases iniciais desta reforma, o Grupo tem manifestado, de forma clara e consistente, a sua preocupação com algumas alterações, nomeadamente quanto à quebra dos procedimentos e práticas orçamentais instituídos, por exemplo: a natureza sequencial do orçamento-programa proposto. Também se observam outros desafios, incluindo o aumento da carga de trabalho e o vencimento mais frequente dos fundos, conforme apontado pela Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ).

O G-77 e a China atribuem grande importância à preservação do caráter intergovernamental das Nações Unidas. Para isso, é fundamental que os Estados Membros, por meio do Comitê de Programação e Coordenação (CPC), aprovelem os planos programáticos como base para a elaboração do orçamento-programa. Desde a implementação do ciclo orçamentário anual em caráter experimental, a proposta de orçamento do programa é apresentada à ACABQ antes que os membros do CPC possam propor recomendações sobre os planos do programa.

Para remediar esta situação, o Grupo se engajou de forma construtiva em sessões anteriores. A proposta do Grupo, refletida na [resolução 74/251](#), solicitando ao Secretário-Geral que apresente um relatório com possíveis opções para garantir a preservação dessa sequência, incluindo a possibilidade de o Comitê Consultivo preparar suas conclusões e recomendações

com base em um plano de programa aprovado pela AGNU. Na ocasião, o relatório solicitado foi apresentado sob o código [A/74/852](#); ainda assim, o grupo entendeu que o relatório não atendeu às legítimas expectativas do Grupo, pois claramente desencorajava qualquer ajuste para resolver a questão da sequência.

Mais recentemente, durante a 62ª sessão do CPC, os membros do Grupo levantaram uma nova proposta para garantir a preservação do caráter sequencial do orçamento, respeitando seu ciclo anual. É lamentável que alguns outros membros do CPC não tenham se mostrado dispostos a discutir e encontrar uma solução para o que representa uma preocupação central para a Organização.

Agora, no momento de revisar o orçamento anual após 3 anos, conforme indicado na [resolução 72/266](#), as opiniões de mais de dois terços dos membros da ONU precisam ser consideradas.

Essas discussões oferecem uma oportunidade valiosa para fortalecer o papel do CPC. A interação entre o CPC e o ECOSOC precisa ser fortalecida.

O G-77 e a China destacam que qualquer resultado desta revisão deve encontrar um equilíbrio que satisfaça todas as partes interessadas e garanta responsabilidade, capacidade de resposta e eficácia.

Na ausência de um resultado construtivo e equilibrado, a visão desta reforma e o que ela representa ficará prejudicada, afetando também outras discussões futuras a esse respeito.

O que está em jogo é a forma como as Nações Unidas operarão por décadas; isso é algo importante demais para ser ignorado sem uma ação transparente e construtiva.

O G-77 e a China continuam otimistas de que novas formas serão consideradas para abordar a principal preocupação levantada pelo Grupo, desde a aprovação, em caráter experimental, do ciclo orçamentário anual. Compartilhamos os comentários feitos pelo Secretário-Geral ao 5º Comitê no dia 12 de outubro, sobre a necessidade de conjugar os processos de planejamento e orçamento e preservar o seu caráter intergovernamental.

Movimento dos Não Alinhados

Neste último informe do ano de 2022, fazemos uma pequena revisão histórica do MNA, assim como sua atuação durante este ano, lembrando que o MNA é um fórum político que foi criado em 1961 em Belgrado, na antiga Iugoslávia, hoje Sérvia, como uma coligação de países que buscavam permanecer independentes ou neutros e sem tomar partido na Guerra Fria.



Os membros fundadores (Índia, Gana, Egito, Indonésia e Iugoslávia) propunham uma união de respeito e cooperação entre os países em desenvolvimento e no cenário da Guerra Fria. Os países argumentavam que não queriam ser obrigados a se aliar com uma das duas superpotências antagônicas e que deveriam sim, se unir e apoiar a autodeterminação nacional contra qualquer

forma de colonialismo, neocolonialismo ou imperialismo.

O objetivo do MNA era garantir a independência nacional, a soberania, a integridade territorial e a segurança dos países em sua luta contra todas as formas de agressão estrangeira, ocupação, dominação, interferência ou hegemonia.

Como condição para fazer parte do movimento, o país não poderia ter assinado nenhum acordo militar multilateral com uma das grandes superpotências. No entanto, a ideia de não alinhamento não significa que um país deveria remanescer passivo ou mesmo neutro na esfera da política internacional.

Ao contrário da ONU ou da OEA, o MNA não possui constituição formal ou secretariado permanente. Todos os membros do MNA têm igual peso dentro de sua organização e as posições do movimento são alcançadas por consenso na Conferência de Cúpulas de Chefes de Estado ou de Governo, que geralmente se reúne a cada três anos, quando elege o novo presidente.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada Cúpula de Estado ou de Governo. No entanto, os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da Iugoslávia, o fim da Guerra Fria nos e a dissolução da União Soviética nos anos 1990, tudo levava a crer que seria o fim do MNA, pois o movimento se tornaria praticamente irrelevante. No entanto, essa percepção foi passageira, hoje, o mundo está mais fragmentado do que nunca, e as alianças são bem mais relevantes, reforçando a ideia do não alinhamento.

Atualmente, o MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Com o advento da pandemia do Covid-19, o MNA desempenhou um papel fundamental na mobilização e fortalecimento dos esforços globais para lidar com o impacto da pandemia, entre outras coisas, convocando uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU em resposta à pandemia de Covid-19 e iniciou uma resolução opcional garantindo equidade, acesso acessível, oportuno e universal para todos os países em resposta à pandemia de Covid-19; pelo conselho de direitos humanos e pela Assembleia Geral da ONU, bem como estabeleceu uma Força-Tarefa em resposta ao Covid-19 e proporcionou o lançamento do banco de dados de necessidades médicas e humanitárias dos Estados Membros do MNA em resposta à Covid-19. Este banco de dados foi utilizado pela OMS ao avaliar as necessidades dos países membros do MNA em relação ao Covid.

Desde então, o MNA vem reivindicando o acesso acessível, oportuno, equitativo e universal de todos os países às vacinas e insumos para combater a Covid-19 e vêm reafirmando sua posição em relação ao progresso social e desenvolvimento econômico de seus membros chamando a atenção para os desafios globais que requerem uma resposta global.

Ao mesmo tempo, o MNA tem reiterado seu total compromisso com o multilateralismo solidariedade, transferência de tecnologia, capacitação e financiamento para os países em desenvolvimento, em todos os seus pronunciamentos.

O MNA segue empenhado em defender a paz e a prosperidade, defendendo o fortalecimento dos três pilares das Nações Unidas, que são fundamentais para a Agenda 2030 e para alcançar uma ordem mundial equitativa e inclusiva

Em julho de 2022 promoveram a primeira Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos não alinhados com o objetivo de desenvolver uma dimensão interparlamentar entre os Estados Membros do MNA, cujo tema foi: "Fortalecendo o Papel dos Parlamentos Nacionais na Promoção da Paz e no Desenvolvimento Sustentável no Mundo". O estabelecimento desta rede foi um evento estrategicamente importante e uma manifestação do multiculturalismo e seu impacto na facilitação do diálogo intercultural em um momento em que os desafios globais continuam crescendo

Uma das iniciativas mais importantes do Azerbaijão, como presidente do MNA foi o estabelecimento da Rede Jovem dos não alinhados.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 11 de novembro e 4 de dezembro de 2022

Declaração feita pelo chefe da delegação da República do Azerbaijão, Sr Gaya Mammadov, em nome dos membros do Movimento dos não alinhados e da China que fazem parte da Convenção de armas químicas na 27ª sessão da Conferência dos Estados membros (CSP 27)

Em seu longo pronunciamento, o embaixador enfatizou que em tempos desafiadores como o da pandemia do Covid-19, os Estados Membros que fazem parte da Convenção de armas químicas do MNA juntamente com a China seguem enfatizando a importância da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW) e todos os Estados membros a continuarem a garantir todas as disposições da Convenção e sua implementação, de forma plena, eficaz e não discriminatória incluindo o desenvolvimento econômico e tecnológico dos Estados Membros, especialmente nas áreas de cooperação e assistência Internacional.

Este grupo dá grande importância à universalidade da Convenção de armas químicas e, insistem que os países que não fazem parte da Convenção, devem ratificá-la ou a ela aderir sem mais demora ou pré-condições.

Estes mesmos países reiteram sua posição de longa data em favor do desarmamento geral e completo, sob controle internacional estrito e efetivo, incluindo a proibição e eliminação de todas as armas de destruição em massa. Nesse sentido, o MNA destaca que a existência e a proliferação de armas de destruição em massa continuam a representar uma ameaça significativa à paz e à segurança internacionais. Enfatiza ainda que a implementação plena, eficaz e não discriminatória da Convenção contribui para a paz e segurança regional e internacional.

Salientam ainda que o uso de armas químicas e produtos químicos tóxicos em qualquer lugar por qualquer pessoa e sob quaisquer circunstâncias é repreensível e totalmente contrário às disposições da Convenção e do direito internacional e os responsáveis pelo seu uso devem ser fortemente responsabilizados.

Observam com grande preocupação que o prazo final estendido de 29 de abril de 2012 para a destruição de armas químicas não foi cumprido por certos Estados Membros e enfatizam que a destruição destas armas é a prioridade fundamental e máxima e incitam o único Estado Membro que ainda possui este tipo de arma que agilizem todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento das disposições da Convenção e decisões relevantes dos órgãos de formulação de políticas (PMOs).

Eles complementam dizendo que a destruição de armas químicas antigas e armas químicas abandonadas deve ser concluída no menor tempo possível, de acordo com a Convenção e as decisões relevantes adotadas pelos órgãos competentes.

Ainda sobre o tema, enfatizam devem ser feitos maiores esforços para completar a destruição de armas químicas no território da China, abandonado pelo Japão, o mais rápido possível e para enfrentar os desafios, incluindo garantir a segurança das pessoas e proteger o meio ambiente de acordo com a Convenção e a decisão do Conselho ([EC-67/DEC.6](#)) conforme emenda pelo Conselho em sua 101ª Sessão, de acordo com a decisão “Plano de Destruição além de 2022 para as Armas Químicas Abandonadas pelo Japão na República Popular da China ([EC-101/DEC.2](#)) datado de 4 de outubro de 2022.

O grupo destaca a importância da promoção da cooperação internacional em benefício dos Estados Membros por meio da transferência de tecnologia, material e equipamentos para fins pacíficos no campo da química assim como a remoção de quaisquer restrições discriminatórias, como medidas coercitivas unilaterais contra outros Estados que são contrários ao espírito da Convenção, afetam a viabilidade da Convenção a longo prazo e têm um impacto adverso no nível de confiança existente entre os Estados Membros.

Os Estados Membros que fazem parte da Convenção de armas químicas do MNA juntamente com a China apoiam a atualização do Laboratório da Organização para a Proibição de Armas Químicas para um Centro de Química e Tecnologia para fortalecer as capacidades de ciência e tecnologia do secretariado técnico em resposta aos objetivos e propósitos da Convenção de Armas Químicas, bem como para apoiar a capacitação nos Estados Membros em plena conformidade com o seu mandato.

Estes são somente alguns destaques deste pronunciamento que pode ser lido na íntegra, [aqui](#).

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados



No dia 11 de novembro, a Organização de jovens do MNA participou de uma mesa redonda sobre "Novos desafios e oportunidades no fortalecimento das relações internacionais das ONG e organizações de jovens no âmbito da Erasmus Village.

No dia 26 de novembro, a Organização de jovens do MNA participou da Conferência de Simulação do Modelo do MNA que foi dedicada ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

No dia 28 de novembro, a Organização de jovens do MNA participou do Fórum Internacional de Estudantes sobre Juventude, Paz e Segurança.

No dia 29 de novembro, a Organização de jovens do MNA participou da reunião virtual de Ministros da Educação dos Estados Membros do MNA cujo tema foi a educação não formal em que a Diretora-Geral Adjunta de Educação da UNESCO, Stefania Giannini expressou a importância da educação não formal. Na ocasião, o Movimento Jovem destacou que: "A justiça intergeracional e os princípios democráticos devem obrigar os tomadores de decisão a priorizar os jovens na construção de mudanças positivas".

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaque do Centro Sul



O Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos M. Correa apresentou um documento de pesquisa intitulado "Diretrizes para o Exame de Pedidos de Patentes Relacionados a Produtos Farmacêuticos" que é, na verdade a continuação de um documento anterior chamado "Diretrizes para o Exame de Patentes Farmacêuticas - Uma Perspectiva de Saúde Pública" que foi publicado em 2007 como um documento de trabalho e produzido em conjunto pelo Centro Internacional de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Este documento considera os desdobramentos do documento de trabalho ICTSD-UNCTAD-OMS em 2007 e inclui novos exemplos de pedidos de patentes e/ou concessões, bem como discute e faz referência a iniciativas de vários países que adotaram leis e/ou políticas destinadas a considerar questões de saúde pública no exame de pedidos de patente.

O objetivo deste documento é orientar e revisar diretrizes sobre processos de exame de patentes em países em desenvolvimento em resposta às preocupações sobre o aumento do número de patentes no setor farmacêutico. Para tal, são feitas diversas recomendações quanto ao exame da patenteabilidade de pedidos relativos a produtos e processos farmacêuticos.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

Destaque do Twitter do Centro Sul

1) Muitos países em desenvolvimento têm leis de direitos autorais muito restritivas e precisam expandir as limitações e exceções, inclusive para pesquisa sobre o processo de transformar dados brutos em dados úteis de texto e dados. [Entenda o assunto](#).

2) Lei digital, governança sobre energia, novos modelos de inovação e direito à ciência são questões-chave para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Veja o relato do diálogo do South Centre com acadêmicos de universidades suíças. [Saiba mais.](#)

3) O relatório global da OMS confirma a alta concentração de fornecimento de vacinas, conforme encontrado no estudo anterior do South Centre "[Reestruturando a Indústria Global de Vacinas](#)". [Leia o relatório da OMS de 2022.](#)

4) A Terceira Conferência Ministerial Global sobre Resistência Antimicrobiana foi



concluída em Muscat, Omã no dia 01 de dezembro de 2022 com a edição do Manifesto de Muscat, que visa acelerar as ações da Saúde Única sobre resistência antimicrobiana para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030. O Manifesto estabeleceu metas ambiciosas, incluindo reduzir significativamente o uso de antimicrobianos no sistema agroalimentar até 2030. [Veja as metas.](#)

5) Documento de pesquisa “Redução do Uso Desnecessário de Antimicrobianos em Pecuária” destaca que a resistência antimicrobiana é agravada pelo uso excessivo e inadequado de antimicrobianos na saúde humana, animal e na agricultura vegetal e animal. Enquanto padrões internacionais estão sendo desenvolvidos, os governos estão implementando regulamentos com o objetivo de coibir o uso excessivo e abusivo de antimicrobianos, a fim de preservar sua eficácia pelo maior tempo possível. Este documento analisa dois novos regulamentos introduzidos pela União Europeia (UE) sobre alimentos medicamentosos (Regulamento (UE) 2019/4) e medicamentos veterinários (Regulamento (UE) 2019/6) que entraram em vigor em 28 de janeiro de 2022. Como parte da implementação da regulamentação, a UE deve elaborar um plano abrangente para ajudar a implementação por países e produtores de produtos alimentícios de origem animal do Sul Global, vinculado ao apoio à transição para sistemas agrícolas sustentáveis. [Leia do documento](#)

De Elmau a Bali, terminam as presidências da Alemanha e da Indonésia no G7 e G20 – resultados dentro do contexto, mas muito aquém do necessário

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

A retrospectiva do grupo das 7 maiores economias “ocidentais”, no âmbito da saúde, durante a presidência alemã, nos leva à cúpula do G7, em junho, em Elmau, quando algumas decisões importantes foram tomadas, sendo elas: uma maior cooperação para fortalecer a saúde global, com o alargamento do compromisso de entrega de vacinas de 2021 (de 870 milhões de doses) para mais de 1,175 bilhões de doses em 2022, enquanto a Alemanha havia prometido 1,42 bilhões de dólares para tal. Há a necessidade de verificar se os países que precisavam realmente foram atendidos. Outro destaque foi a formulação do “G7 Pact for Pandemic Readiness” que viria a ser lançado até o fim de 2022 com o Banco Mundial e de fato foi. Houve, também, o restabelecimento do fundo global de combate à Aids, Tuberculose e Malária, em que a Alemanha garantiu destinar 1,2 bilhões de euros. Também foi lançado pelo G7 um grande plano de infraestrutura este ano, denominado "Colaboração pela Infraestrutura Global e o Investimento", que previa para a saúde: o desenvolvimento e atualização dos sistemas de saúde, bem como investimentos na força de trabalho e na fabricação de vacinas e outros produtos médicos essenciais.

As análises sugerem que, em comparação com o ano de 2021, a pandemia obteve um “lugar secundário” nas negociações do G7, vis-à-vis a guerra da Ucrânia e suas consequências econômicas e as discussões de infraestrutura frente à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), conhecida como "Nova Rota da Seda" chinesa, houve pouco espaço para a saúde no grupo das sete economias, o que nos leva a pensar se o tema da saúde vai deixar de ocupar o espaço central que demanda na agenda global. No momento em que surgem novas variantes e há o aumento dos casos de Covid-19 no mundo, vale destacar que o afastamento do tema da saúde e sua despriorização nas mesas de negociação pode ser arriscado ao se pensar futuras pandemias¹¹⁶.

Na última quinzena tem-se como destaque o acordo do G7 e nações europeias para estabelecer um teto de preço para o barril de petróleo russo transportado pelo mar em 60 dólares. O objetivo é limitar o lucro russo vindo do petróleo e, conseqüentemente, a maior fonte de renda para o financiamento da guerra da Ucrânia. O teto de preço funciona da seguinte forma: permite aos países de fora da União Europeia continuar importando o petróleo bruto da Rússia, mas proíbe empresas de transporte marítimo e de seguros e resseguros a manusear cargas russas ao redor do globo, a menos que sejam comercializadas no valor máximo de 60 dólares por barril¹¹⁷. A ideia era entrar em funcionamento já a partir de segunda-feira, dia 5 de dezembro.

¹¹⁶ Health, COVID-19 take a 'back seat' at G-7, experts say. DEVEX. 2022. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/health-covid-19-take-a-back-seat-at-g-7-experts-say-103545>>. Acesso em: 04/12/2022

¹¹⁷ Rússia rejeita teto imposto por G7 ao preço do petróleo. G1 News. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/03/russia-rejeita-teto-imposto-por-g7-ao-preco-do-petroleo.ghtml>>. Acesso em: 04/12/2022.

A resposta da Rússia, por enquanto, veio através do porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, que afirmou: “não aceitaremos esse limite”, mas uma análise e resposta mais firme ao acordo viria em breve. Reafirmado pelo embaixador russo em Viena, Mikhail Ulyanov, a Rússia não fornecerá petróleo a países que implementem o limite de preço. As respostas dos outros países foram muitas: de acordo com algumas análises, como a da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, o teto de preço beneficiará países de média e baixa renda que enfrentam dificuldades com o aumento dos preços de energia e alimentos¹¹⁸. A presidente da União Europeia, Ursula Von der Leyen, afirma que o limite “nos ajudará a estabilizar os preços globais da energia, beneficiando as economias emergentes em todo o mundo”, e acrescenta que o limite seria “ajustável ao longo do tempo” para reagir aos desenvolvimentos do mercado. A Polônia foi resistente em fechar o acordo, precisou haver uma negociação entre os países, pois não estava de acordo com o limite proposto e pressionou por um preço mais baixo, bem como a Lituânia e Estônia. A negociação prevê que o preço máximo será revisto em janeiro e a cada dois meses depois disso¹¹⁹.

Por fim, para Volodymyr Zelensky, a resposta de não foi muito satisfatória. Segundo ele: “Você não chamaria de uma decisão séria estabelecer tal limite para os preços russos, o que é bastante confortável para o orçamento de um Estado terrorista”, disse o presidente ucraniano discursando em vídeo. Como Polônia, Lituânia e Estônia, a Ucrânia defendia que esse limite fosse de pelo menos a metade do que foi proposto, 30 dólares. Assim, destruiria a economia russa mais rapidamente. Para Zelensky, os países estariam evitando tomar decisões realmente efetivas¹²⁰.

Retrospectiva do G20: o legado da Indonésia e as promessas da Índia na nova presidência do bloco

Após a realização da cúpula do G20 em Bali, no mês passado, o bloco que reúne as 20 maiores economias do mundo iniciou uma nova etapa, sob nova direção. Em 1º de dezembro a Índia assumiu formalmente a presidência do G20, substituindo a Indonésia¹²¹. Cabe destacar que depois da Índia, o Brasil assumirá a presidência do G20 em 2024. O país planejou a realização de mais de 200 reuniões em cerca de 50 cidades durante o mandato, e o principal evento do bloco, está previsto para acontecer na capital Nova Délhi, em setembro de 2023.

O tema escolhido pelo país “Vasudhaiva Kutumbakam” ou “Uma Terra, Uma Família, Um Futuro”, traz consigo uma perspectiva planetária que considera, a partir de uma abordagem sistêmica e holística, a importância de cada ser vivo e sua interconexão com o Todo, o planeta Terra. Essa visão é complementada com o conceito de LiFe, que significa fazer escolhas

¹¹⁸ Rússia diz que “não aceitará” teto de preço do petróleo imposto pelo G7. CNN. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/russia-diz-que-nao-aceitara-teto-de-preco-do-petroleo-imposto-pelo-g7/>>. Acesso em: 04/12/2022.

¹¹⁹ G7 coalition agrees \$60 per barrel price cap for Russian oil. REUTERS. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/holdout-poland-approves-eus-60-russian-oil-price-cap-with-adjustment-mechanism-2022-12-02/>>. Acesso em: 04/12/2022.

¹²⁰ Zelenskiy says level of price cap on Russia oil isn't serious. REUTERS. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/zelenskiys-chief-staff-price-cap-russian-oil-should-be-lowered-30-barrel-2022-12-03/>>. Acesso em: 04/12/2022.

¹²¹ India assumes G20 Presidency. G20. 01 dez 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/december-2022/presidency-g20/>> Acesso em: 03 dez 2022.

sustentáveis e responsáveis, tanto a nível individual, quanto para o desenvolvimento nacional dos países, a fim de criar um futuro mais limpo, responsável e inclusivo¹²².

Nesse sentido, o logotipo escolhido para representar visualmente essa nova fase, também contempla esses elementos. O logo é inspirado nas cores da bandeira indiana e ilustra o planeta Terra com a flor de lótus, símbolo nacional do país e que reflete o crescimento em meio a desafios. Desafios, esses, que não faltam em meio ao tumultuoso momento geopolítico e incertezas sobre a recuperação econômica pós-pandemia para o mundo.

Figura 1: Logotipo da Presidência Indiana no G20



Fonte: G20, 2022.

Na ocasião de posse, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, pediu cooperação internacional para lidar com as múltiplas crises globais. Os problemas trazidos pelas mudanças climáticas, o terrorismo e pandemias só podem ser resolvidos agindo conjuntamente, disse em comunicado¹²³. Assim, as prioridades do bloco serão definidas não apenas em consulta com os membros do G20, mas também com países do Sul Global, os quais, muitas vezes, ficam à margem das discussões e decisões políticas das grandes potências.

Em relação ao conflito na Ucrânia, iniciado em fevereiro deste ano, Modi destacou que o mesmo deve ser resolvido por meio do diálogo e da diplomacia. Os canais de comunicação com Moscou, portanto, devem permanecer abertos. No entanto, o primeiro-ministro enfatizou a necessidade de despolitizar o fornecimento global de alimentos, fertilizantes e produtos médicos, para que as tensões geopolíticas não levem a crises humanitárias¹²⁴. Além disso, sinalizou que pretende iniciar discussões sobre a mitigação dos riscos trazidos por armas de destruição em massa.

Um elemento-chave da nova Presidência do G20, já colocado em prática nos primeiros eventos desta gestão, será aproximar o bloco da população. O conceito de *Jan Bhagidari*, participação popular, implica no papel do coletivo na implementação de políticas. Para realizar isso, a participação pública e o engajamento serão fomentados por meio de várias atividades

¹²² Logo & Theme. **G20**. 01 dez 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/g20-india-2023/logo-theme/>> Acesso em: 03 dez 2022.

¹²³ India G20 presidency 2023: what does it mean and what can we expect. **Reuters**. 02 dez 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/india/india-g20-presidency-2023-what-does-it-mean-what-can-we-expect-2022-12-02/>> Acesso em: 03 dez 2022.

¹²⁴ What to expect as India assumes G20 presidency for 2023. **Aljazeera**. 02 dez 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/12/2/what-to-expect-as-india-assumes-g20-presidency-for-2023>> Acesso em: 03 dez 2022.

planejadas ao longo do ano. Nessa primeira semana, por exemplo, foram promovidos eventos com universidades e escolas de todo o país para envolver os jovens nas atividades do G20.

Em relação a outros pontos importantes da nova agenda defendida está a questão climática e a transição energética. Apesar dos tímidos avanços conquistados na cúpula em Bali, os membros do G20 concordaram em reduzir gradualmente o uso de carvão e limitar o aquecimento global a um aumento de 1,5 graus celsius. Dessa forma, a Índia, que é o segundo maior consumidor mundial de carvão, tem como prioridade reduzir o consumo e realizar uma transição energética para combustíveis mais limpos a fim de cumprir com sua promessa de descarbonização até 2070¹²⁵.

Apesar da agenda promissora, a atual situação geopolítica e econômica será um desafio no caminho da Índia em moldar uma resposta conjunta para solucionar as principais questões globais. O conflito na Ucrânia trouxe grandes dificuldades para a presidência indonésia no G20 e prejudicou o avanço em diversas pautas no bloco, sendo a principal a recuperação da economia. Enquanto a guerra não acabar, muito provavelmente a falta de consenso irá prevalecer no fórum econômico.

Em retrospecto, apesar do difícil contexto que impossibilitou maiores ações conjuntas, o legado deixado pela gestão da Indonésia no G20 tem seu ápice principalmente na área da saúde. Foi possível avançar na ideia de uma arquitetura da saúde mais resiliente e inclusiva. O estabelecimento do Fundo para Pandemias, aprovado em setembro, foi um dos principais desdobramentos alcançados.

O Fundo tem como intuito mitigar a lacuna de financiamento na prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias. Além disso, em razão das dificuldades no fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), testes e vacinas durante a pandemia, o G20, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estabeleceu uma plataforma permanente de coordenação para fornecer tratamento médico em situações de emergência. O desenvolvimento de um mecanismo internacional comum para a verificação de certificados digitais de vacinação e resultados de diagnóstico, foi outra conquista do bloco.

À parte das ações acima mencionadas, também foi possível avançar nas discussões sobre a necessidade de aumentar o financiamento no combate à tuberculose; o compromisso para implementar a abordagem de Saúde Única (One Health); o esforço para melhorar a capacidade de prevenção, detecção e resposta da resistência antimicrobiana; a importância de expandir geograficamente os centros de pesquisa e de fabricação de vacinas para países de média e baixa renda; e a ampliação da vigilância genômica, que demanda capacitação, parcerias científicas e compartilhamento de conhecimento entre as nações do bloco.

Na agenda econômica, poucos foram os pontos de convergência alcançados e o grupo falhou em produzir comunicados oficiais em todas as reuniões de finanças que ocorreram durante o período. As iniciativas firmadas foram principalmente em relação aos mecanismos de alívio da dívida externa para apoiar países em maior vulnerabilidade fiscal. Assim, os membros do G20 firmaram um compromisso de financiamento no valor de US\$ 73 bilhões para Direitos Especiais de Saque (DES) para ajudar esses Estados. O progresso na implementação de regulamentos do setor financeiro, em especial aos ativos do mercado de criptomoedas, também

¹²⁵ Modi urges unity on climate change, terrorism, pandemics as India assumes G20 presidency. **CNN**. 01 dez 2022. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/12/01/asia/india-narendra-modi-g20-presidency-intl-hnk/index.html>> Acesso em: 03 dez 2022.

deve ser mencionado. Em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Relatório de Estrutura de Criptoativos (CARFs) foi adotado para garantir maior transparência por meio da coleta e troca automática de informações sobre transações de criptomoedas entre os países do bloco.

Não menos importante, as discussões sobre a implementação do pacote tributário internacional elaborado pela OCDE com o G20 prosseguiram. O acordo estabelece um duplo dispositivo, através da redistribuição de direitos tributários das grandes multinacionais e a introdução de um imposto corporativo global mínimo, para garantir que essas empresas paguem impostos onde operam e geram lucros.

Por fim, em relação às pautas de segurança alimentar e energética, apesar de terem sido recorrentes e consideradas urgentes em todos os âmbitos do G20, como a maior parte das agendas, progressos mais significativos ficaram restritos ao plano do discurso. Sobre o primeiro tópico, em decorrência do aprofundamento da crise de abastecimento de alimentos, como consequência direta da guerra na Ucrânia, e o aumento da inflação, os membros incluíram na declaração final da cúpula um apelo à renovação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro das Nações Unidas para permitir a exportação de cereais ucranianos. O acordo é considerado essencial para controlar os preços dos alimentos e fertilizantes de modo a evitar uma crise alimentar global.

Já na esfera energética e climática, uma evolução foi registrada no apoio unânime do G20 ao chamado Bali COMPACT, uma proposta não vinculativa que contém princípios básicos acordados entre os membros para acelerar a transição energética, sendo esses: garantir a acessibilidade, ampliar as tecnologias e promover o financiamento de uma energia mais limpa. Como mencionado anteriormente, os países do bloco também incluíram no texto da declaração final o compromisso com esforços para limitar o aquecimento global em 1,5°C e cumprir com a implementação plena e efetiva do Acordo de Paris. Válido destacar que apesar do grupo concentrar 80% das emissões de gases que causam o aquecimento global, os países não têm sequer cumprido a promessa de financiamento de US\$ 100 bilhões anuais para financiar a mitigação das mudanças climáticas.

Percebemos que apesar de algumas ações concretas terem sido estabelecidas, a maior evolução do G20 ficou restrita ao desenvolvimento de discussões e promessas. Ainda que avançar nos debates seja essencial, para atingir o principal objetivo do G20 de recuperação econômica é necessário agir coletivamente para enfrentar o atual cenário. Infelizmente, a gestão da Indonésia falhou no seu tema de “recuperar juntos, para recuperar mais fortes”. Agora, resta saber se a nova presidência indiana conseguirá superar as diferenças entre os membros e recuperar a visibilidade do G20 enquanto um importante espaço multilateral para enfrentar problemas comuns.

Fluxos econômicos progressos, inseguranças futuras e breves destaques da OCDE no ano de 2022

Ainda no início desta quinzena, ocorreu em Luxemburgo a Reunião Ministerial de Governança Pública da OCDE, que reuniu ministros e representantes de alto nível dos países-membros do grupo intergovernamental e representantes de alguns países candidatos à adesão¹²⁶. Constatando desafios contemporâneos significativos para a democracia e os abalos

¹²⁶ OECD Ministers commit to action to strengthen trust and democracy. **OCDE**. 18 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-ministers-commit-to-action-to-strengthen-trust-and-democracy.htm>>. Acesso em: 02 dez 2022.

na confiança na mesma como sistema de governo a ser seguido e em suas instituições públicas, o evento se preocupou então em discutir e reiterar o compromisso compartilhado com os valores fundamentais da democracia, bem como traçar medidas a fim de fortalecer sua resiliência, sua governança e sua capacidade de resposta frente às crescentes e versáteis expectativas dos cidadãos.

Dessa forma, o encontro ministerial culminou na produção e adoção do documento oficial chamado “Declaração sobre Construção de Confiança e Reforço da Democracia”¹²⁷. Além de reafirmar o comprometimento de seus signatários com a democracia, o instrumento legal também determina uma série de ações concretas sobre os assuntos discutidos na reunião. Algumas dessas são: a implementação do conjunto de Planos de Ação para o combate a desinformação, para participação e representação (incluindo igualdade de gênero) e para governança verde; o lançamento da plataforma Fórum Global da OCDE sobre Construção de Confiança e Reforço da Democracia, que reunirá membros da OCDE, países parceiros, sociedade civil, empresas e outras partes interessadas para o compartilhamento de conhecimento, avaliação e otimização da governança pública para enfrentar os obstáculos do desenvolvimento da democracia; e a indicação para a realização de uma pesquisa periódica acerca dos motores de confiança em instituições públicas.

Outra pauta de destaque na quinzena foi o indicativo de recuperação das receitas fiscais à medida que as economias se recuperaram da pandemia de Covid-19¹²⁸. A informação é resultado dos dados divulgados pela OCDE em seu informe “Revenue Statistics 2022”¹²⁹, a nova e mais atualizada versão do projeto anual iniciado em 1965 pela organização e que compila um conjunto de dados tributários detalhados e comparáveis internacionalmente referentes ao ano de 2021, destacando também o impacto da Covid-19 nas receitas fiscais da OCDE.

Na esteira de tais eventos, a organização econômica publicou também o documento “Multilateral Development Finance 2022”¹³⁰. O relatório apresenta tendências recentes no financiamento multilateral para o desenvolvimento, que abrange uma lista cada vez maior de prioridades e temáticas privilegiadas (como, por exemplo, a maior atenção para o setor de saúde após o início da pandemia), visando informar as decisões dos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, na sigla em inglês) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre seu engajamento estratégico com organizações multilaterais. Ademais, apresenta um panorama geral dos desafios e esforços de reforma da arquitetura multilateral em andamento, além de examinar a evolução dos fluxos financeiros de e para organizações multilaterais.

O cenário que se forma para o futuro, contudo, não é um dos melhores. De acordo com o recente relatório “OECD Economic Outlook”¹³¹, que apresenta atualizações das análises dos

¹²⁷ OECD. **Declaration on Building Trust and Reinforcing Democracy**. 17 nov 2022. Disponível em: <<https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0484>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹²⁸ Tax revenues rebounded as economies recovered from the COVID-19 pandemic, according to new OECD data. **OCDE**. 30 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/tax-revenues-rebounded-as-economies-recovered-from-the-covid-19-pandemic-according-to-new-oecd-data.htm>> Acesso em: 02 dez 2022.

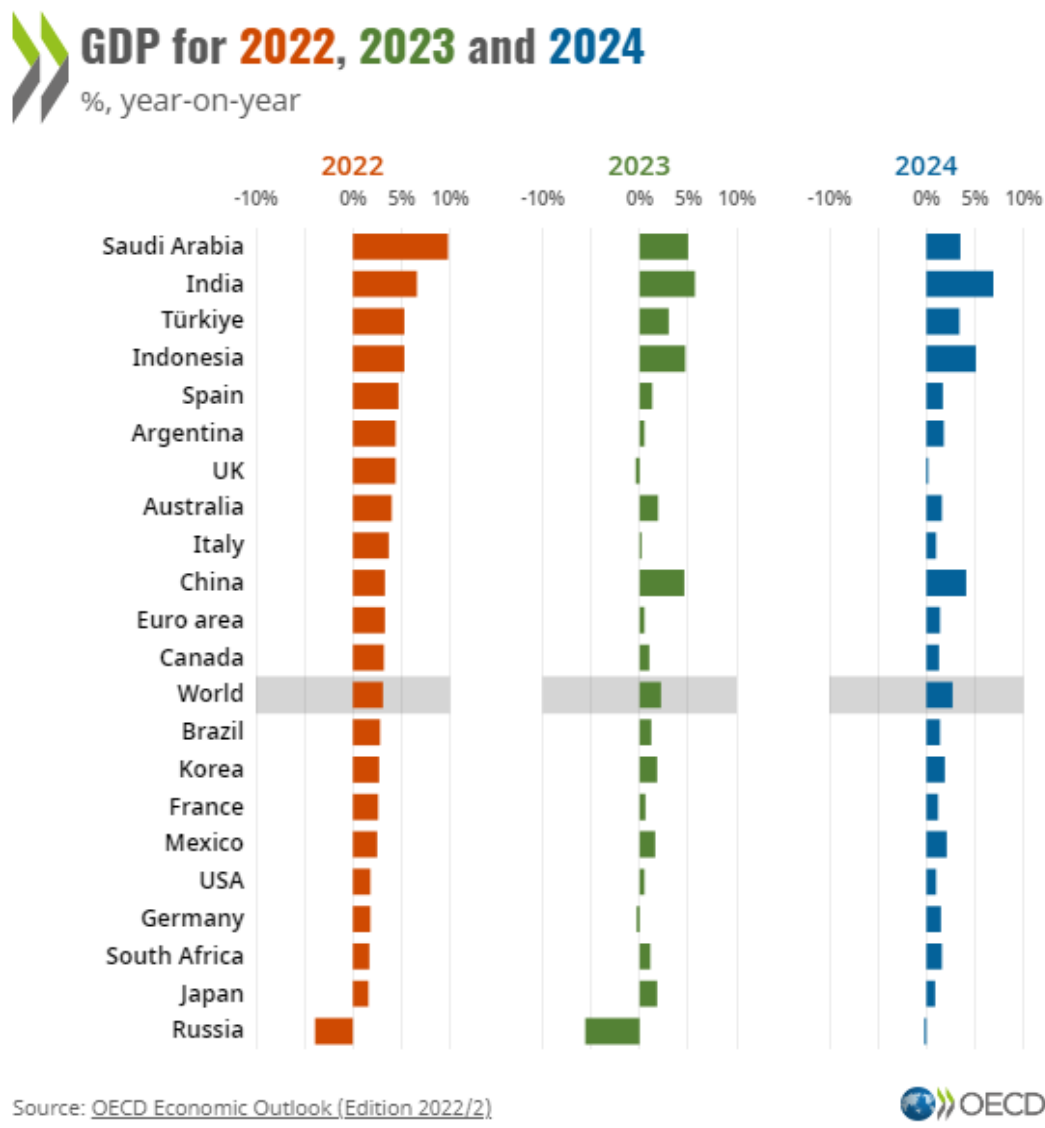
¹²⁹ OCDE. **Revenue Statistics 2022: The Impact of COVID-19 on OECD Tax Revenues**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/8a691b03-en>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹³⁰ OCDE. **Multilateral Development Finance 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9fea4cf2-en>> Acesso em: 02 dez 2022.

¹³¹ OCDE. **OECD Economic Outlook, Volume 2022, Issue 2: Preliminary version**. Paris: OECD Publishing, vol 2022, ed 2, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/f6da2159-en>>. Acesso em: 02 dez 2022

impactos do conflito russo-ucraniano na economia global, espera-se que a economia desacelere ainda mais nos próximos anos devido às negativas reverberações em cadeia da crise energética, com implicações em altas pressões inflacionárias mundiais, no aumento de desconfiança e na perda no poder de compra familiar¹³².

Figura 1: Projeções do PIB nos anos de 2022, 2023 e 2024



Fonte: OCDE, 2022.

Por fim, é interessante perceber que, ao longo deste ano que logo chega ao fim, a OCDE buscou muitas vezes mapear e analisar, através de sua lente analítica e seu potencial de coletar e produzir dados, questões como o impacto da Covid-19 e suas repercussões ainda presentes em inúmeros aspectos e setores da sociedade internacional, além de se dedicar para certos aspectos relacionados ao tema de saúde. Destaca-se, por exemplo, no primeiro semestre de 2022 a publicação de documentos como “First Lessons from Government Evaluations of Covid-

¹³² Russia’s war of aggression against Ukraine continues to create serious headwinds for global economy, OECD says. **OCDE**. 22 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-continues-to-create-serious-headwinds-for-global-economy.htm>>. Acesso em: 02 dez 2022.

19 Responses”¹³³, “Guidebook on Best Practices in Public Health”¹³⁴ e “Starting Unequal: How’s Life for Disadvantaged Children?”¹³⁵ e do artigo “How OECD countries are adjusting health data systems for the new normal”¹³⁶ como suas contribuições para o debate mundial. Outro ponto interessante de ser abordado aqui foi a discussão sobre a contabilização ou não da doação de vacinas como parte das iniciativas de países doadores para a Assistência para o Desenvolvimento, que acabou por inflar os números divulgados¹³⁷.

Todavia, com a escalada do conflito russo-ucraniano e de seus impactos, o foco internacional se voltou bastante para os mesmos, e as discussões, para as dificuldades e problemáticas diretas e indiretas na cena internacional. O que não quer dizer que iniciativas da OCDE relacionadas à saúde deixaram de existir ou de serem questões relevantes. À exemplo disso, o estudo “Health at a Glance”, que avalia e monitora questões relacionadas à saúde a partir de uma série de indicadores e parâmetros, permanece ativo e, até o presente momento, já publicou sua atualização de 2022 da região Ásia e Pacífico e está para lançar a mais recente edição sobre a região europeia.

Finalmente, outro elemento interessante a ser ressaltado neste momento de breve retrospectiva da OCDE foi o início e o desenvolvimento do processo de adesão do Brasil ao grupo e que deve se manter relevante para o ano que vem. Como apresentado em informes anteriores ainda deste ano, o progresso da adesão brasileira não tem sido calmo, com bastante críticas de organizações da sociedade civil e casos de denúncias de irregularidades nas documentações entregues à organização intergovernamental. No entanto, como no próximo ano há a mudança de governo federal, é possível que o desenrolar do processo ganhe uma nova etapa em seu desenvolvimento.

Avanços na Declaração de Bali do G20 sobre o Desafio Global da Governança de Dados da Saúde das Pessoas

Angélica Baptista Silva

Na Cúpula do G20 de Bali, Indonésia, em novembro, os líderes novamente reconheceram a importância da transformação digital para melhorar a saúde pública e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, foram perdidas oportunidades de delinear uma abordagem global coordenada e inclusiva para a governança de dados de saúde

¹³³ OECD. **First lessons from government evaluations of COVID-19 responses**: A synthesis. OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19). Jan/2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/first-lessons-from-government-evaluations-of-covid-19-responses-a-synthesis-483507d6/>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹³⁴ OCDE. **Guidebook on Best Practices in Public Health**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/4f4913dd-en>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹³⁵ OCDE. **Starting unequal: How’s life for disadvantaged children?** 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/wise/Starting-unequal-How-is-life-for-disadvantaged-children-Policy-Insights-July-2022.pdf>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹³⁶ DE BIENASSIS, Katherine et al. Health data and governance developments in relation to COVID-19: How OECD countries are adjusting health data systems for the new normal. **OECD Health Working Papers**. Paris: OECD Publishing, n 138, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/aec7c409-en>>. Acesso em: 02 dez 2022.

¹³⁷ DEGHAN, Saeed Kamali. Global overseas aid climbs to all-time high, rising 4.4% in real terms – OECD. **THE GUARDIAN**. 13 abr 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2022/apr/13/global-overseas-aid-climbs-to-all-time-high-oecd>>. Acesso em: 02 dez 2022.

das pessoas, de modo a fomentar que os benefícios dos dados sobre a saúde das pessoas possam ser estendidos a todos no planeta.

Embora faltassem compromissos mensuráveis e concretos para fortalecer a governança de dados de saúde na [Declaração dos Líderes do G20 em Bali](#)¹³⁸, há avanços nas nos enunciados da Declaração sobre o combater as lacunas na conectividade, fomentar o desenvolvimento de habilidades digitais e a literacia/alfabetização digital, especialmente para mulheres, meninas, comunidades e grupos vulneráveis. No encontro, estabeleceu-se consenso de que as abordagens para a transformação digital devem ser “inclusivas, centradas no ser humano, capacitadoras e sustentáveis”, bem como os compromissos para fortalecer os sistemas nacionais de saúde e a governança global da saúde. Essas medidas são essenciais para reduzir as desigualdades em saúde, à medida que os cuidados e serviços de saúde se tornam cada vez mais baseados em dados e digitais.

O [relatório](#)¹³⁹ da reunião dos Ministros da Saúde do G20 realizada no início de 2022 registrou o reconhecimento da necessidade de maior cooperação e integração global para aumentar a confiança das pessoas nos ecossistemas digitais de saúde e no compartilhamento de dados de saúde. Já em novembro, os líderes do G20 em Bali disseram que continuam comprometidos em “permitir ainda mais o fluxo livre de dados com confiança e promover fluxos de dados transfronteiriços”. Não foi alcançado um acordo sobre como isso será alcançado e, portanto, será uma das muitas questões que a Presidência do G20 precisará levar adiante em 2023.

Para estabelecer confiança e evidenciar os benefícios dos dados de saúde das pessoas, é necessário que os países apoiem o desenvolvimento de uma estrutura global de governança de dados sobre a saúde das pessoas com base em um conjunto de princípios de governança baseados em equidade e direitos humanos. Tal estrutura, endossada pelos governos por meio de uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde, pode estabelecer um caminho comum para as nações a fim de compartilhar e utilizar os dados sobre a saúde das pessoas para o bem público, protegendo os direitos individuais e estabelecendo as bases para melhorar a confiança pública nos sistemas de informação em saúde digitais e nos serviços de tele saúde/telemedicina.

O prazo para concretizar os ODS (2030) se aproxima num momento em que os países enfrentam múltiplas crises e desafios, é necessário aproveitar a transformação digital para que seja possível oferecer saúde para todos. Uma alternativa para aproveitar essa oportunidade é conhecer e disseminar os Princípios de Governança de Dados Sobre A Saúde¹⁴⁰, assim como reivindicar que os governos os incluam em suas normativas. Eles foram conduzidos e desenvolvidos pela sociedade civil por um processo inclusivo e consultivo, administrado pela iniciativa Transform Health entre 2020 e 2022.

A formulação do documento reuniu cerca de 200 colaboradores de mais de 130 organizações, em oito oficinas globais e regionais, seguido de uma consulta pública

¹³⁸ G20 BALI LEADERS’ DECLARATION. Bali, Indonesia, 15-16 November 2022. Disponível em <http://www.g20.utoronto.ca/2022/G20%20Bali%20Leaders-%20Declaration,%2015-16%20November%202022,%20incl%20Annex.pdf>

¹³⁹ Chair’s Summary: Health Ministers’ Meeting of the G20. Disponível em <http://www.g20.utoronto.ca/2022/221028-health.html>

¹⁴⁰ Governança de dados sobre a saúde como direito humano: uma proposta global. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03778575>

mundialmente divulgada sobre o rascunho de um conjunto de Princípios. Este processo foi idealizado para reunir perspectivas e conhecimentos, e garantir o envolvimento de diversas partes interessadas de todas as geografias e setores, inclusive o Brasil e traduzidos para o Português por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca ¹⁴¹ e de Portugal. Mais de 90 instituições assinaram uma [Carta](#)¹⁴², solicitando que OMS e seus Estados Membros coloquem a Governança de Dados de Saúde na agenda da 152ª reunião do Conselho Executivo da OMS em janeiro e da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2023. Elas estão pedindo que a discussão se concentre em uma resolução da WHA para iniciar o desenvolvimento de uma estrutura global de governança de dados de saúde.

O G20, esse importante coletivo de nações, também deve garantir que a sociedade civil tenha a oportunidade de se envolver de forma significativa em seus processos decisórios. Houve falta de visibilidade da sociedade civil durante a Cúpula do G20 deste ano, apesar de um grupo ativo e engajado de atores da sociedade civil no C20 (Civil 20).

Existem pautas prioritárias sobre a transformação digital da saúde que a nova Presidência indiana e a todas as nações do G20 precisam abordar em 2023:

- Priorizar o desenvolvimento de uma estrutura global de governança de dados de saúde, incluindo o apoio a uma resolução sobre isso na 76ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2022;
- Garantir que uma estrutura global seja desenvolvida por meio de um processo multissetorial transparente e inclusivo, com o envolvimento significativo da sociedade civil e das comunidades;
- Aprovar os Princípios de Governança de Dados de Saúde baseados em equidade e direitos e garantir que eles sustentem uma estrutura global;
- Eleger investimentos e ações para apoiar a transformação digital equitativa, inclusiva e sustentável dos sistemas de saúde como uma oportunidade fundamental para acelerar o progresso da cobertura universal de saúde.

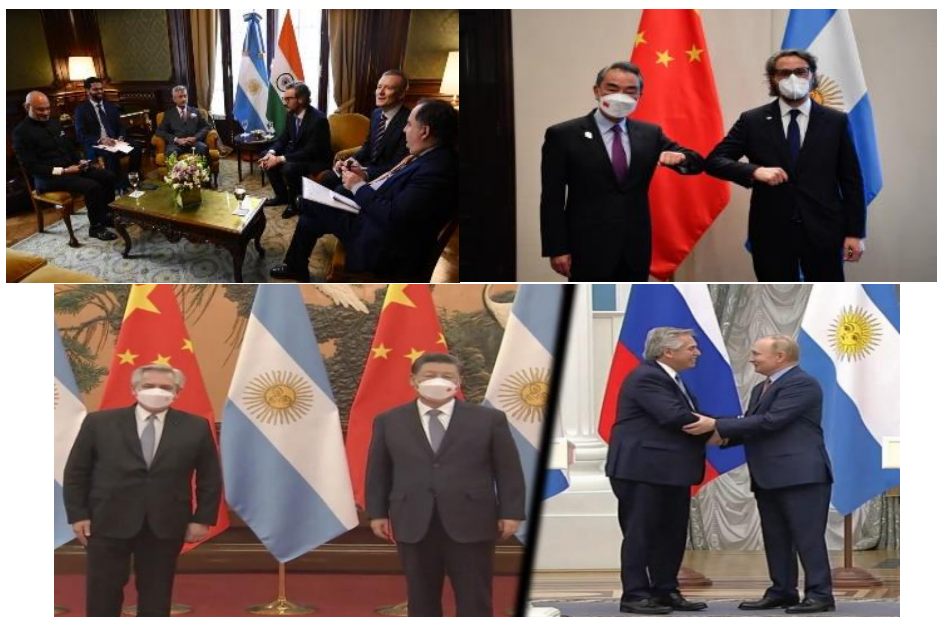
O movimento da sociedade civil organizada necessita estar atenta para os próximos passos dos organismos internacionais, em especial a OMS, ONU e os fóruns econômicos e de comércio globais, no sentido de levar essa discussão para além do lucro financeiro de maneira a garantir os direitos, a segurança alimentar e a sobrevivência das populações excluídas e de grupos vulneráveis, que aumentou significativamente com a pandemia causada pelo SARS-COV-2. São muitos os desafios, como por exemplo, estabelecer sistemas computacionais pervasivos e móveis que façam mais do que a vigilância do Estado, mas sejam projetados para respeitar o ciclo da vida, a confidencialidade e melhorar a saúde e o estado da saúde de seus usuários. Estejamos atentos.

¹⁴¹ Mais informações em <https://telessaude.fiocruz.br/redes-sociais/coalizao-transforme-a-saude/>

¹⁴² Growing demand for action on Health Data Governance: Will the World Health Assembly respond? Disponível em <https://transformhealthcoalition.org/growing-demand-for-action-on-health-data-governance-will-the-world-health-assembly-respond/>

O que há de comum entre os candidatos a novos membros do grupo e parcerias de Argentina com Rússia, Índia e China para acessar medicamentos e vacinas

Claudia Hoirisch



Sentido horário: Direita superior: Wang Yi se reúne com o MRE da Argentina, Santiago Cafiero em 7/7/22, à margem da Reunião dos chanceleres do G20 em Bali, Indonésia. Inferior: Fernández disse à Moscou que a Argentina deveria ser a porta de entrada para a AL; Fernández assinou uma série de acordos estratégicos, incorporando oficialmente a Argentina à Iniciativa Cinturão e Rota enquanto expandia parcerias com países da Eurásia. Esquerda superior: Índia e Argentina reafirmam compromisso de aprofundar a cooperação, a Índia ofereceu parcerias na produção de vacinas e fará da Argentina uma base regional.

Cooperação BRICS em P&D, distribuição de vacinas, implementação dos ODS e saúde global

Na qualidade de presidente pro-tempore desse ano, a China explicitou prioridades em cinco áreas: **combate à pandemia, aceleração da implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável**, a promoção da cooperação pragmática, a recuperação econômica e a prática do multilateralismo.

Em março o grupo inaugurou o Centro BRICS de P&D de Vacinas em formato virtual, para acelerar o **enfrentamento da pandemia de Covid-19**. BioManguinhos/Fiocruz juntamente com centros nacionais da Rússia, Índia, China e África do Sul participam da iniciativa. Nesse mesmo mês, o grupo realizou um Simpósio sobre colaboração em vacinas onde expuseram as competências de cada centro em áreas relacionadas a diferentes rotas tecnológicas de vacinas.

Antes do lançamento do Centro virtual, os países do grupo já colaboravam internamente com PEDs, entidades das Nações Unidas e Mecanismo Covax para diminuir a desigualdade vacinal. Até julho de 2022, a Índia havia entregado 240M de doses para 101 países e entidades das Nações Unidas, incluindo subvenções, vendas e Mecanismo Covax. Até outubro de 2022, a

China forneceu mais de 2,2 bilhões de doses de vacinas Cov-19 para mais de 120 países e organizações internacionais (1,64 B doses entregues e 325M doses doadas)^{143,144}.

Para catalisar a implementação dos ODS, a China promoveu uma reunião ampliada com a participação de diversos representantes de países não-BRICS onde propôs a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI). Como ponto de partida, lançou um Relatório de Desenvolvimento Global em meados desse ano com recomendações de políticas em oito aspectos para a implementação da Agenda 2030: redução da pobreza, seg. alimentar, proteção da saúde humana, financiamento do DS, entre outros. A China atualizará o Fundo de Assistência à CSS para um Fundo de Desenvolvimento Global e CSS e prometeu adicionar USD 1 bi ao fundo, além dos USD 3 bi já comprometidos.

Para atender uma das prioridades do grupo em saúde global, a China inaugurou em setembro o Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS para lidar com uma das doenças que mais matam no mundo. Na cerimônia de inauguração, foi assinada uma carta de intenções com o Apollo Hospitals Group da Índia para cooperação em tecnologia médica, pesquisa clínica, treinamento de RRHH, intercâmbio acadêmico e hospital inteligente (digital).

Países interessados em ingressar no BRICS: o que une os candidatos?

O assunto que chamou mais atenção nessa 14ª Cúpula foi o da ampliação dos BRICS.

Irã, Argentina e Argélia se inscreveram formalmente no BRICS. Turquia, Arábia Saudita, Egito e Afeganistão estão interessados em se tornar membros. A Indonésia que sediou o G20 em meados de novembro na Cúpula de Bali, manifestou interesse. Depois há a próxima onda: Cazaquistão, EAU, Tailândia, Nigéria, Senegal e Nicarágua.

Em um gesto que sinalizou que os países com mercados emergentes não aceitarão uma maior influência da OTAN ou da hegemonia dos americanos e europeus na redefinição do novo mapa mundial, a China propôs oficialmente a expansão dos BRICS. Em maio deste ano, a PPT organizou uma reunião entre os chanceleres BRICS e não-BRICS onde a sugestão de expansão do grupo proposta pela China foi oficialmente apresentada. O objetivo da China é transformar o grupo em uma plataforma mais influente para a cooperação Sul-Sul.

A aliança entre Washington e Bruxelas (sede da UE), a escalada militar, o uso do sistema financeiro internacional como forma de sancionar Moscou e uma tentativa clara de redesenhar as fronteiras da geopolítica mundial recolocaram o papel do BRICS no centro do debate.

Durante o encontro dos chanceleres em maio, Pequim convidou outros governos para uma segunda reunião, numa sinalização que está interessada em considerar o ingresso de novos membros. A expansão do BRICS pode atingir o tamanho do G20.

O que une os candidatos acima de tudo é a posse de enormes recursos naturais: petróleo (Arábia Saudita, Irã, EAU, Argélia, Nigéria, Cazaquistão, Egito, Senegal, Indonésia) e gás natural (Irã, Arábia Saudita, Indonésia, Argélia, EAU, Nigéria, Cazaquistão, Egito, Senegal), minério de ferro (Arábia Saudita, Cazaquistão), metais preciosos e nobres (Arábia Saudita e Senegal, ouro, Nicarágua, maior produtor de ouro da América Central, Arábia Saudita e Cazaquistão, cobre), pedras preciosas (EAU), terras raras (Tailândia), carvão (Cazaquistão),

¹⁴³ Os EUA já doaram e entregaram até o momento 665 mi de doses de vacina Cov-19, 74% para países de renda média-baixa e 14% para países de renda baixa. Dos 665 mi, 33% foi direcionado para a Ásia Central e Sul da Ásia, 29% para a África subsaariana, 20% para o leste asiático e Pacífico.

¹⁴⁴ [U.S. International COVID-19 Vaccine Donations Tracker – Atualizado em 5 de dezembro de | KFF](#)

algodão cru e têxteis, energia solar, madeira, alimentos (Tailândia, arroz), óleo de palma bruto (Indonésia), terras para agricultura (Argentina), café (Nicarágua), carne bovina congelada (Nicarágua), pescados (Senegal), ácido fosfórico (fertilizantes) e água doce.

Se a nova configuração dos BRICS+ se consolidar e entrar em funcionamento em 2025, isso representará cerca de 45% das reservas globais de petróleo e mais de 60% das reservas globais de gás (e isso aumentará se o Turcomenistão se juntar mais tarde ao grupo).

O BRICS conta com 40% da população mundial e 25% do PIB global ou US\$ 24 trilhões, em valores de 2021. O BRICS+ reuniria mais de 50% da população global ou 4,3 bilhões de pessoas. O PIB combinado do BRICS+ nos valores de hoje é de cerca de USD 29 trilhões; maior do que os EUA de USD 23 trilhões e pelo menos o dobro da UE de USD 14,5 trilhões, e que está caindo¹⁴⁵.

Parcerias em transferência de tecnologia em saúde e P&D entre países do BRICS-Argentina, candidata a ingressar no grupo

A Argentina mantém diversas parcerias com a Rússia, Índia e China (RIC) e isso pode ter facilitado o apoio desses países para ingressar no BRICS^{146,147}.

Destacando sua experiência e imensas capacidades de produção, a Índia ofereceu à Argentina em meados desse ano parcerias na produção de vacinas, tornando-a uma base regional. Reconhecendo a proeza dos setores farmacêuticos em ambos os países, os MRE Jaishankar e Cafiero se encontraram e concordaram em promover o comércio e os investimentos em produtos farmacêuticos. A Índia aproveitou para solicitar o reconhecimento de seu sistema de medicina tradicional - a Ayurveda - no sistema de atenção primária da Argentina¹⁴⁸.

O imunizante russo Sputnik V foi o primeiro a chegar na Argentina em dezembro de 2020 e posteriormente o laboratório argentino Richmond (privado) começou a fabricar as próprias doses de vacina com IFA importado da Rússia em 2021 e está encarregado de distribuí-la na Argentina e na América Latina^{149,150}.

Argentina e China continuam realizando um trabalho conjunto no contexto da pandemia de Covid-19¹⁵¹. A cooperação pode ser dividida em três estágios. A primeira etapa ocorreu no início e meados de 2020 com a compra e doação de insumos médicos estratégicos da China com intuito de evitar o colapso do sistema de saúde argentino. Uma segunda etapa de cooperação deu-se em 2021 com o fornecimento de vacinas. Graças à relação de Cooperação Estratégica Integral Argentina-China – estabelecida em 2014 – e ao fato de a indústria farmacêutica argentina ter um desenvolvimento na região, algumas *pharmas* chinesas, como a Sinopharm, já possuíam relacionamento com empresas argentinas. Essas relações estabelecidas serviram de plataforma para realizar testes clínicos de fase 3 em duas vacinas chinesas diferentes:

¹⁴⁵ [Ampliação e institucionalização do BRICS: um caminho desejável : China Hoje](#)

¹⁴⁶ [Rússia diz que apoia entrada da Argentina nos Brics \(poder360.com.br\)](#)

¹⁴⁷ [Argentina consiguió el respaldo de India para entrar a los BRICS - Infobae](#)

¹⁴⁸ [Índia e Argentina reafirmam compromisso de aprofundar a cooperação bilateral \(eastmojo.com\)](#)

¹⁴⁹ [Argentina se volta para a Rússia e se junta ao Cinturão e Rota da China - PopularResistance.Org](#)

¹⁵⁰ <https://global.chinadaily.com.cn/a/202106/25/WS60d54c2ea310efa1bd65dee9.html>

¹⁵¹ [Declaração Conjunta entre a República Argentina e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global Argentina-China | Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto \(cancilleria.gob.ar\)](#)

Sinopharm e CanSino. O governo da Argentina concluiu então um acordo de compra com a Sinopharm. A terceira etapa da cooperação começou em 2021 e é precisamente por causa das relações estabelecidas entre os laboratórios argentinos e a Sinopharm que ambos os países pactuaram que a vacina seja produzida pela argentina Sinergium Biotech. Além disso, tem havido cooperação entre os dois MS e entre outras agências relacionadas à pandemia¹⁵².

Perspectivas políticas e de diplomacia da saúde

O BRICS é um importante mecanismo de parceria entre países em desenvolvimento e CSS. Desde a sua criação, os países membros do BRICS enfrentaram um cenário global em mudança e tornaram-se uma associação influente que não pode ser ignorada no panorama internacional. Mas seria ingênuo afirmar que em um cenário de crise como o atual, com mudanças de governo, maior rivalidade entre a China e Índia, a Rússia em guerra contra o Ocidente, o BRICS não fosse afetado, mas não tira a validade do instrumento, inclusive para uma eventual discussão de uma reforma do sistema monetário mundial.

A proposta de ampliação do grupo conhecida por BRICS+ é compreensível tanto do ponto vista econômico, como político. Portanto, qualquer decisão internacional tomada sem a participação dos BRICS, estaria excluindo quase a metade da população do mundo. A inclusão de novos membros aumentará a relevância econômica do grupo e, sobretudo, a sua legitimidade na defesa da reforma da ordem internacional.

Dos países interessados em integrar o BRICS, os EAU e o Egito já são sócios do Novo Banco de Desenvolvimento¹⁵³ o que facilitaria possíveis filiações no grupo.

O ingresso da Argentina no BRICS fortalecerá a relação com o Brasil com quem tem laços históricos de amizade e cooperação e dará uma nova dinâmica à política externa dos dois países no âmbito da América do Sul. Há também um certo desequilíbrio regional dentro do BRICS. As regiões da Ásia têm um peso enorme no grupo, dada a participação da China, Índia e Rússia que usam o BRICS como um fórum de diálogo e aprofundamento das relações entre eles. É preciso encontrar um melhor equilíbrio e para isso é preciso buscar um outro parceiro sul-americano e a Argentina se apresenta como o candidato ideal, do ponto de vista brasileiro. Da mesma forma, o BRICS deveria ter mais um ou dois países africanos como membros. Cabe lembrar mais uma vez que Argélia se inscreveu formalmente e Egito, Nigéria e Senegal mostraram interesse.

O impasse atual sobre a ampliação do BRICS é a ocasião para se debater a efetiva institucionalização do grupo. Hoje, pela quantidade de iniciativas em andamento e a serem implementadas, seria desejável, no mínimo, uma coordenação administrativa e um *site* oficial permanente. A institucionalização do BRICS é importante para a transparência das inúmeras iniciativas do grupo.

No momento atual, em que a economia mundial foi duramente atingida pela pandemia, o protecionismo ganha força, a globalização econômica sofre um retrocesso e a liberalização do comércio está sendo afetada, alguns países estão promovendo a quebra de cadeias de suprimentos aumentando ainda mais a disparidade de desenvolvimento Norte-Sul, assim como os riscos de crise alimentar, energética e financeira. Tudo isso vem afetando a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. Então a proposta da China de

¹⁵² <https://global.chinadaily.com.cn/a/202106/25/WS60d54c2ea310efa1bd65dee9.html>

¹⁵³ O NBD deverá aprovar US\$ 30 bi em investimentos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os seus membros no período de 2022-2026.

criar a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) para catalisar a implementação dos ODS, abrirá mais espaço para a cooperação dos BRICS para uma governança global mais justa.

No campo monetário, os países do BRICS estão explorando o estabelecimento de uma nova moeda de reserva baseada em uma cesta de moedas dos países BRICS para melhor servir aos seus interesses. Essa nova moeda de reserva do BRICS - R5 ou R5+ cujo nome foi baseado na 1ª letra das moedas dos países BRICS, todas com a letra R, real, rublo, rúpia, renminbi e rand, deve rivalizar com o dólar americano, o euro e a moeda dos Direitos Especiais de Saque (SDRs) do FMI.

A estratégia de Pequim, Delhi e Moscou de comercializar ou doar suas vacinas no exterior está lubrificando as engrenagens de suas relações internacionais e permitindo que eles expandam sua influência em todo o mundo. Os EUA, até recentemente, era o país preferido para se recorrer em qualquer grande desastre de saúde, mas o país e aliados optaram por priorizar suas populações, mantendo a maioria das doses domesticamente e causando ressentimento no exterior¹⁵⁴. Então, para os EUA, sair do campo de jogo é algo desconcertante.

A maioria das cooperações em saúde e C&T dos países do BRICS tem sido bi, tri ou quadrilaterais. Isso pode ser explicado pelo fato de ou faltarem competências (ou competências complementares) a alguns países do grupo em determinadas áreas para o estabelecimento de parcerias ou pelo fato de alguns membros do BRICS estarem se evitando por motivos conflituosos (Índia e China; EUA vs. China (Taiwan) e a guerra em curso entre EUA/OTAN e a Rússia, em solo ucraniano)

Tudo indica que o Brasil com Lula reaquecerá as relações com a China e irá ajudar a negociar o fim da guerra EUA/OTAN vs. Rússia, injetando mais gás no grupo.

¹⁵⁴ [BRICS expressam disposição de cooperar para superar crise econômica global - Infobae](#)

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Introdução

A última Cúpula das Américas significou um gesto político de uma renovada tentativa dos Estados Unidos de fortalecer suas relações com a América Latina (AL). A este impulso do Governo Biden e do seu Departamento de Estado, soma-se o da União Europeia (UE), que no contexto de uma guerra – com prejuízos ao bem-estar dos europeus, tenta aproximar-se da nossa região.

O governo Biden já tentou uma aproximação com o governo Maduro na República Bolivariana da Venezuela; reuniu-se com os líderes internacionais do presidente eleito Lula no Brasil; intensificou o relacionamento com Andrés López Obrador no México, além de outros presidentes da região.

Do outro lado do continente, a América Latina tem um valor estratégico para a União Europeia porque constitui uma grande reserva de biodiversidade, além de ser grande produtora de alimentos e hidrocarbonetos. Igualmente, possui matérias-primas valiosas, como cobre, lítio e outros metais raros, juntamente com grandes reservas de água.

Embora a região apresente muitas oportunidades, observam-se localmente as consequências das mudanças climáticas globais, esgotamento de recursos, catástrofes ambientais e destruição ambiental em geral – produto do atual modelo de desenvolvimento. A América Latina e o Caribe estão sofrendo mudanças aceleradas, desacompanhadas de ações regionais e globais efetivas. Os resultados são dramáticos: cidades alagadas, rios transbordando, rejeitos tóxicos invadindo cidades, contaminado e destruindo as matas, falta de registros pluviométricos que atingem regiões com secas, com consequências na agricultura e na produção de alimentos, entre outros.

Mas, a União Europeia (Malamud;2022) tem importante interesse na América Latina, e há pelo menos três razões:

- I. Os efeitos prolongados da pandemia e suas consequências econômicas naquela que foi uma das regiões mais atingidas no mundo pela Covid-19.
- II. A invasão da Ucrânia pela Federação Russa e suas repercussões geopolíticas, que levaram a uma reformulação das alianças tradicionais.
- III. A presidência rotativa semestral do Conselho da Europa, que no segundo semestre de 2023 corresponde à Espanha.

À luz deste interesse, a UE vem costurando algumas iniciativas diplomáticas como a Conferência de Presidentes Ibero-Americanos e a Conferência da União Europeia e Latino-Americana. E Espanha tem um papel chave como um ator articulador do espaço ibero-americano e europeu.

Sem dúvida, como expressou Josep Borrell (2021), reativar o diálogo político ao mais alto nível é essencial para uma relação frutífera entre a UE e a AL. Mas, aprendendo com a Cúpula das Américas, é necessário que todos os atores estejam presentes e que as diferenças ideológicas na região não sejam superestimadas. Ainda assim, como apontamos ao longo do ano nesses Cadernos, a nova Onda Rosa poderia facilitar a dinâmica da negociação. Lembremos

apenas que a exclusão de Cuba, Nicarágua e Venezuela gerou a autoexclusão de outros países das Américas e, até mesmo, chegou a colocar em risco a última edição da Cúpula das Américas.

Se a UE deseja fortalecer sua relação com a América Latina, essa relação deve ter um profundo sentido pragmático e atrair os atores de ambas as regiões.

Malamud (2022) aponta que "Embora as causas que levaram a UE a reavaliar sua relação com a América Latina sejam mais ou menos claras, é essencial saber se os latino-americanos (caso tenham uma posição única sobre o assunto) acreditam que uma nova aproximação com a Europa faz sentido".

A América Latina continua sendo uma região fragmentada sem uma voz única, embora, como já apontamos, haja oportunidades para uma nova onda rosa latino-americana. Como observamos com a recente eleição do presidente do BID, a região apresenta diferentes vozes e posicionamentos e está longe de haver uma ação coletiva comum. Isso também foi evidenciado nas posições dos países da região no Sistema das Nações Unidas em relação à guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Os recentes fatos no MERCOSUL, com ameaças de Argentina, Brasil e Paraguai ao presidente de Uruguai pelas negociações bilaterais deste país ao Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (CPTPP) parece ser um outro fato que fragmenta e deixa mais vulnerável a integração. O governo de Uruguai parecia preferir uma negociação individual de acordos comerciais com dimensões tarifárias.

Lacalle Pou anunciou a adesão de seu país ao chamado Acordo Transpacífico, que visa reduzir as barreiras comerciais e tarifas e estabelecer um marco comum para a propriedade intelectual.

Apenas para recordar, os aspectos relacionados à propriedade intelectual têm sido um dos pontos que têm dificultado o avanço entre o Acordo MERCOSUL e a União Europeia e trata-se muito mais de um acordo comercial. "É um instrumento profundamente político que, ao promover o diálogo e a cooperação, selaria uma aliança estratégia entre duas regiões que se encontram entre as mais estreitamente alinhadas em termos de interesses e valores do mundo, partilhando uma visão semelhante do tempo de sociedade que desejamos" (Josep Borrel, 2022).

Neste cenário, como temos assinalado nos Cadernos anteriores, também alguns apontam a tentativa de reviver a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Recentemente, um grupo de sete ex-presidentes (Bachelet, Correa, Duhalde, Lagos, Mujica, Rouseff e Samper), acompanhados de ex-ministros, parlamentares e intelectuais, enviou uma carta aos doze presidentes sul-americanos em exercício para exigir "a reconstrução de um concertação sul-americana efetiva espacial". Eles partem do pressuposto de que "a Unasul ainda existe e é a melhor plataforma para reconstituir um espaço de integração na América do Sul".

Como apontado no Caderno 13, o surgimento dessa nova onda rosa na região aumenta as expectativas de superação da letargia em que se encontram os processos de integração, com a retomada de um caminho de unidade que a UNASUL havia aberto e a revitalização da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Será assim? Embora sejam iniciativas alicerçadas em princípios políticos e ideológicos e não econômicos, no cenário atual o comércio intra-regional diminuiu e deverá diminuir ainda mais diante da forte presença da China como destino das exportações da região. Um exemplo claro é o Brasil, que era o parceiro comercial mais importante da Argentina, o que foi

fundamental para a criação do Mercosul e a necessidade da livre circulação de mercadorias, mas, aos poucos, a China despontou como um importante destino das exportações argentinas. No Uruguai, como já temos visto, procura-se uma maior troca comercial com China e outros atores não pertencentes ao bloco. A mudança no cenário geopolítico condiciona, de certa forma, as possibilidades de integração ao interior da região e, sem dúvida, condicionará o relacionamento com a União Europeia.

A questão ambiental também é fonte de visões divergentes na região. Os Presidentes Boric e Petro fizeram importantes manifestações nas Nações Unidas contra um modelo de desenvolvimento pouco sustentável que impacta no desmatamento da Amazônia e no aquecimento global. Lula em seu discurso após a vitória nas urnas, manifestou fortemente em relação a esta problemática o que daria uma janela de oportunidades para uma ação coletiva conjunta na diplomacia ambiental global. Mas, por outra parte, estas visões não são apoiadas pelo Presidente Maduro da República Bolivariana de Venezuela.

Frente a este cenário de diversidade de perspectivas e interesses na América do Sul, Detlef Nolte (2022) aponta se não seria melhor reconstruir de baixo para cima o espaço de integração na América do Sul que a UNASUL representava. Por exemplo, conselhos setoriais bem-sucedidos como o Conselho Sul-Americano de Saúde ou o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento poderiam ser restabelecidos (como instituições independentes). Sem dúvida, é uma interessante contribuição que merece ser refletida.

Além do cenário geopolítico, na diplomacia da saúde a pandemia da Covid-19 – que no momento apresenta uma piora em muitos países da região com a presença de novas variantes – tem provocado algumas importantes reuniões dos foros de saúde dos processos de integração regional, como da CELAC, MERCOSUL, CAN e SICA. Ao longo das edições anteriores, tratamos de contextualizar as reuniões e analisar os possíveis instrumentos que podem surgir desses processos.

CEPAL: Relatório Panorama Social da América Latina e do Caribe 2022¹⁵⁵

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentou seu importante relatório anual Panorama Social da América Latina e do Caribe¹⁵⁶ no dia 24 de novembro de 2022. O documento apresentado por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, inclui novos dados sobre desigualdade e pobreza na região e sobre a crise silenciosa da educação no contexto da pandemia de Covid-19.

Esta edição do Panorama Social analisa a chamada crise silenciosa da educação e a necessidade de avançar na transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável. Inclui um capítulo sobre as desigualdades de gênero nas trajetórias educativas e laborais na região. Examina a estrutura institucional e o gasto social nos países da América Latina e do Caribe, entre outros assuntos.

Segundo o relatório, apesar da ligeira queda registrada em 2021, as projeções indicam que os índices de pobreza e pobreza extrema permanecerão em 2022 acima dos níveis pré-pandêmicos na América Latina e no Caribe.

¹⁵⁵ <https://www.cepal.org/es/comunicados/tasas-pobreza-america-latina-se-mantienen-2022-encima-niveles-prepandemia-alerta-la>

¹⁵⁶ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48518-panorama-social-america-latina-caribe-2022-la-transformacion-la-educacion-como>

Desse modo, em 2021, a taxa de pobreza na América Latina atingiu 32,3% da população total da região (uma redução de 0,5 pontos percentuais em relação a 2020), enquanto a taxa de pobreza extrema foi de 12,9% (0,2 pontos percentuais a menos que em 2020).

A CEPAL estima que até o final de 2022 a pobreza estará em 32,1% da população (percentual equivalente a 201 milhões de pessoas) e a pobreza extrema em 13,1% (82 milhões), ou seja, uma ligeira diminuição do nível de pobreza e uma ligeira aumento da pobreza extrema em relação a 2021, devido aos efeitos combinados do crescimento econômico, da dinâmica do mercado de trabalho e da inflação.

Estes números são avassaladores e evidenciam que mais de 15 milhões de pessoas estarão em situação de pobreza face à situação pré pandemia e que o número de pessoas em situação de pobreza extrema será 12 milhões superior ao registrado em 2019.

A CEPAL ressalta que os níveis de pobreza extrema projetados em 2022 representam um retrocesso de um quarto de século para a região.

Como em edições anteriores, o documento assinala que a incidência da pobreza é maior em alguns grupos populacionais da região: mais de 45% da população infanto-juvenil vive na pobreza e a taxa de pobreza das mulheres de 20 a 59 anos é superior à dos homens em todos os países. Da mesma forma, a pobreza é consideravelmente maior na população indígena ou afrodescendente.

O desemprego projetado para 2022 representa um retrocesso de 22 anos, afetando sobretudo as mulheres, para quem o desemprego passou de 9,5% em 2019 para 11,6% em 2022.

José Manuel Salazar-Xirinachs observou que “a cascata de choques externos, a desaceleração do crescimento econômico, a fraca recuperação do emprego e o aumento da inflação aprofundam e prolongam a crise social na América Latina e no Caribe”. O secretário executivo continuou afirmando que “não tem sido possível reverter os impactos da pandemia em termos de pobreza e pobreza extrema e os países enfrentam uma crise silenciosa na educação que afeta o futuro das novas gerações” e apelou aos países para investir decisivamente na educação e fazer desta crise uma oportunidade para transformar os sistemas educativos.

O relatório observa que a América Latina e o Caribe sofreram o mais longo apagão educacional internacionalmente (em média 70 semanas de fechamento de escolas em comparação com 41 semanas no resto do mundo), exacerbando as desigualdades pré-existentes no acesso, inclusão e qualidade. Nesse período, uma das principais limitações para a continuidade educacional foram as desigualdades no acesso à conectividade, equipamentos e habilidades digitais. Em 2021, em 8 dos 12 países da região, mais de 60% da população pobre com menos de 18 anos não tinha conectividade em casa.

Apesar dos avanços nas últimas décadas no acesso e inclusão educacional em todos os níveis, desde a primeira infância até o ensino superior, os países da região carregavam sérias dívidas em termos de igualdade e qualidade antes da crise causada pela pandemia, que já dificultava para alcançar as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 para o ano de 2030. Em linha com a Cúpula das Nações Unidas sobre Transformação da Educação realizada este ano, o documento fornece várias recomendações de políticas para tornar esta crise uma oportunidade de transformação.

“Estamos enfrentando uma cascata de crises que exacerbou as desigualdades e deficiências na região. Não é hora de mudanças graduais, mas sim de políticas transformadoras e ambiciosas”, reiterou José Manuel Salazar-Xirinachs.

CEPAL: Informe sobre Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2022¹⁵⁷

Em 29 de novembro foi lançado o relatório anual Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2022¹⁵⁸. O documento informa que a América Latina e o Caribe receberam 142,794 milhões de dólares de investimento estrangeiro direto (IED) em 2021, 40,7% a mais que em 2020, mas que esse crescimento não foi suficiente para atingir os níveis anteriores à pandemia.

Globalmente, os valores de IED aumentaram 64% em 2021, atingindo aproximadamente US\$ 1,6 trilhão. No entanto, a América Latina e o Caribe perderam participação como destino dos investimentos globais, representando 9% do total, um dos menores percentuais dos últimos dez anos e distante dos 14% registrados em 2013 e 2014.

Segundo o relatório, a reativação dos investimentos em 2021 ocorreu em todas as sub-regiões. Os países que receberam os maiores volumes de IED foram Brasil (33% do total), México (23%), Chile (11%), Colômbia (7%), Peru (5%) e Argentina (5%).

Na América Central, a Costa Rica posicionou-se como principal receptora da sub-região pelo segundo ano consecutivo.

A União Europeia e os Estados Unidos foram os principais investidores em 2021, representando 36% e 34% do total, respectivamente.

O secretário executivo da CEPAL observa que “para obter um impacto positivo do investimento estrangeiro direto, é necessário articular as políticas de desenvolvimento produtivo com a atração de investimentos de alta produtividade, em atividades que apoiem processos virtuosos de desenvolvimento em termos de inclusão, qualidade do trabalho, sustentabilidade ambiental, inovação e complexidade tecnológica.” Mas alerta para o fato das “crises em cascata que a região vive nos obrigam a definir estratégias para posicionar os países da América Latina e do Caribe no panorama mundial de investimentos”.

O segundo capítulo do relatório, dedicado ao investimento estrangeiro direto na indústria farmacêutica na região, afirma que o IDE constitui uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento de capacidades neste setor na América Latina e no Caribe. As empresas transnacionais são as que fazem maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e patenteamento, por isso a transferência de tecnologia e conhecimento desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades industriais locais.

Segundo o documento, a América Latina e Caribe, com 660 milhões de habitantes, deverá ser o mercado com maior crescimento em vendas de produtos farmacêuticos no mundo entre 2021 e 2026. Na região, a indústria farmacêutica é pequena (0,4% do PIB da região e 0,2% do emprego), mas tem alta produtividade, emprega trabalhadores qualificados e os salários são mais altos do que no restante da indústria de transformação. Por isso, a região precisa

¹⁵⁷<https://www.cepal.org/es/comunicados/la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-aumento-un-407-2021-pero-sin>

¹⁵⁸ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48520-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2022>

estratégias setoriais e mecanismos para identificar investimentos de qualidade, complementados por incentivos ao investimento nacional e à pesquisa e desenvolvimento local.

CEPAL: Acabar com a violência contra mulheres e meninas e feminicídio¹⁵⁹

Segundo os dados oficiais informados pelos países ao Observatório da Igualdade de Gênero para a América Latina e o Caribe da CEPAL¹⁶⁰, em 2021, pelo menos 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio em 29 países e territórios da região, isso representa pelo menos 12 mortes violentas de mulheres por gênero todos os dias na região, alerta a instituição.

Em 2021, dos 18 países ou territórios da América Latina que forneceram informações, 11 tiveram uma taxa igual ou superior a 1 vítima de feminicídio ou feminicídio para cada 100.000 mulheres. As maiores taxas de feminicídio ou feminicídio na América Latina foram registradas em Honduras (4,6 casos por 100.000 mulheres), República Dominicana (2,7 casos por 100.000 mulheres), El Salvador (2,4 casos por 100.000 mulheres), Bolívia (1,8 casos por 100.000 mulheres) e Brasil (1,7 casos por 100.000 mulheres).

No Caribe, um total de 28 mulheres foram vítimas de violência letal baseada em gênero em 11 países e territórios que forneceram informações correspondentes a 2021. Belize e Guiana tiveram as taxas mais altas de feminicídio ou feminicídio no Caribe (3,5 e 2,0 por 100.000 mulheres, respectivamente).

José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, afirmou no dia em que se celebra o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher: “Os números que apresentamos hoje sobre feminicídios na América Latina e no Caribe são inaceitáveis. Nossa obrigação é dobrar nossos esforços para que as mulheres e meninas de nossa região possam realmente exercer seu direito a uma vida livre de violência e discriminação”.

Em 10 países latino-americanos – dos 18 analisados – as taxas de feminicídio permaneceram iguais ou superiores a 1 caso por 100.000 mulheres entre 2019 e 2021: Argentina, Bolívia, Brasil, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

Adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos constituem a faixa etária em que se concentra a maior proporção de casos de feminicídio, segundo dados de 16 países e territórios da região entre 2019 e 2021. Mais de 4% do total desses crimes corresponde a meninas menores de 14 anos.

O relatório observa que “produzir informação estatística de qualidade sobre feminicídios ou feminicídios requer ir além da contagem do número de vítimas”, e segue afirmando que “para que a informação sirva ao desenho de políticas públicas integrais sobre violência contra mulheres e meninas, é necessário é importante conhecer uma série de dados fundamentais, como as características das vítimas e dos agressores, a relação entre eles, os contextos em que ocorreram esses crimes, os meios utilizados para provocar a morte e se a vítima já tinha apresentado antecedentes denúncia contra o agressor, entre outros”.

O feminicídio é apenas a expressão extrema da desigualdade, discriminação e múltiplas formas de violência contra mulheres e meninas. Por exemplo, de acordo com pesquisas

¹⁵⁹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-al-menos-4473-mujeres-fueron-victimas-femicidio-america-latina-caribe-2021>

¹⁶⁰ https://oig.cepal.org/sites/default/files/22-01013_fin_violencia_esp_web.pdf

nacionais especializadas na região, entre 60% e 76% das mulheres (cerca de 2 em cada 3) foram vítimas de violência de gênero em diferentes áreas de suas vidas

José Manuel Salazar-Xirinachs finaliza afirmando que “conquistar a autonomia das mulheres e meninas em toda a sua diversidade e igualdade de gênero é um dos compromissos assumidos pelos países da região no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda Regional de Gênero. A construção de uma sociedade de cuidado e de um novo modelo de desenvolvimento que coloque a sustentabilidade da vida no centro só será possível se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável forem cumpridos e o direito de todas as mulheres e meninas viverem uma vida livre de todas as formas de violência”.

SEGIB: Os 22 países ibero-americanos concordam em promover um quadro de colaboração com as Nações Unidas na área da Transformação da Educação¹⁶¹

A XXVIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação, que ocorreu no dia 28 de novembro em Santo Domingo, culminou na assinatura pelos 22 países ibero-americanos de uma Declaração para avançar em uma transformação da educação que permita cumprir o compromisso assumido internacionalmente pelos países e garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (baseada no cumprimento dos ODS 4).

Busca-se o compromisso de não deixar ninguém para trás e empreender as reformas necessárias para uma transformação profunda que aborde os fatores estruturais dos sistemas educativos. Sobretudo, a garantia da educação na primeira infância, eliminando qualquer tipo de exclusão ou discriminação, especialmente no que diz respeito às mulheres e crianças, para promover a sua emancipação econômica, melhorar a qualidade da aprendizagem e fomentar as competências digitais e novos modelos de aprendizagem.

O documento aprovado reitera a importância da promoção do bilinguismo nas línguas portuguesa e espanhola e da promoção das línguas nativas. O objetivo é reconhecer o valor de nossa herança linguística no desenvolvimento sustentável e no ensino de idiomas.

A atuação dos ministros nesta XXVIII Conferência evidencia a contribuição que a Ibero-América pode e deve dar à agenda global de Transformação da Educação proposta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Para tal, acordou-se promover um quadro de colaboração com as Nações Unidas que contribua para o aprofundamento e enriquecimento da agenda global em matéria de educação transformadora, e contou com a intervenção do Assessor Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Leonardo Garnier.

Para o secretário-geral ibero-americano, Andrés Allamand, “o compromisso permanente dos países ibero-americanos com a educação constitui uma área prioritária na construção e consolidação atual da comunidade ibero-americana, região que nas últimas três décadas acumulou um património importante em termos de educação que tem de ser uma resposta aos desafios pós-pandemia”.

Já o Ministro da Educação da República Dominicana, Ángel Hernández, afirmou que a cooperação internacional é fundamental para garantir soluções efetivas aos desafios do sistema educacional da região e oferecer aos alunos as oportunidades de aprendizagem necessárias para promover o desenvolvimento integral.

¹⁶¹ <https://www.segib.org/xxviii-conferencia-iberoamericana-de-ministras-y-ministros-de-educacion/>

A reunião foi organizada pela República Dominicana, como Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana, e pela Secretaria Geral Ibero-Americana, com o apoio do Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A XXVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação faz parte das reuniões preparatórias da XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que acontecerá na República Dominicana nos dias 24 e 25 de março de 2023, sob o lema “Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável”.

ORAS-CONHU: Reunião do Comitê Andino de Saúde para Gestão de Riscos e Emergências Climáticas¹⁶²

A Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) realizou nos dias 29 e 30 de novembro, em Bogotá (Colômbia), a Reunião do Comitê Andino de Saúde para Gestão de Riscos de Emergências e Desastres e Mudanças Climáticas, como parte do processo de avaliação dos resultados da execução de planos e projetos de ambas as questões relevantes na área andina.

Participaram da reunião as chefes e diretores de Gestão de Riscos de Desastres, Saúde Ambiental e Mudanças Climáticas dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela, e técnicos da ORAS-CONHU e da OPAS/OMS; assim como especialistas da Global Alliance for Climate and Health.

A Secretária Executiva reeleita do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, destacou que o encontro busca compartilhar conhecimentos e experiências, bem como analisar as principais conquistas e desafios do Plano Andino de Gestão de Riscos de Desastres no Setor de Saúde 2018-2022 e do Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2020-2025.

A Secretária Executiva afirmou que “A pandemia do Covid-19 nos mostrou a relevância da visão deste Comitê Andino para melhorar conhecimentos e capacidades para prevenir, antecipar, responder e recuperar, de forma eficaz, diante de desastres e emergências” e destacou que ambos os temas são considerados na nova versão do Plano Estratégico ORAS-CONHU 2023-2030, que está em processo de elaboração.

Segundo María del Carmen, “a região andina transcende para a integração social, em prol de uma saúde ambiental mais completa, porque já sabemos que a água depende das geleiras andinas e o ecossistema da selva amazônica depende do ar vital do continente e com ele a esperança verde de vida para a espécie humana”.

Durante o encontro foi revisado e aprovado o relatório final da sistematização “Experiências significativas de estabelecimentos de saúde sustentáveis” e definidas as atividades centrais do Plano Operativo Anual 2023 do Comitê Andino.

Cabe destacar que o Comitê Andino de Saúde para Gestão de Riscos de Emergências, Desastres e Mudanças Climáticas, estabelecido em 2005 por delegados dos seis países, realiza um intenso trabalho para contribuir com a redução do impacto negativo da mudança climática na saúde da população, por meio de estratégias para sua adequada gestão integral, o aumento

¹⁶² <https://www.orasconhu.org/index.php/es/oras-conhu-analiza-los-logros-y-desafios-de-los-planes-andinos-de-gestion-del-riesgo-de-desastre-en>

da resiliência, a intensificação das redes de cooperação e uma progressiva integração entre os países andinos.

ORAS-CONHU: XL REMSAA reelegeu María del Carmen Calle como Secretária Executiva de para o período 2023-2025¹⁶³

No marco da XL Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA) realizada na cidade de Lima, Peru, a Dra. María del Carmen Calle Dávila foi reeleita por unanimidade para continuar no cargo de Secretária Executiva da Organização de Saúde. Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) para o período 2023-2025.

Os Ministros da Saúde da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela decretaram a reeleição da pediatra e ex-vice-ministra de Saúde Pública do Peru por demonstrar notável liderança em ações de integração e por sua visão de promover ORAS-CONHU com projetos e ações que marcam um novo caminho em saúde na região andina e nas Américas. Sob sua gestão, durante a pandemia de COVID-19, o trabalho não parou, enfatizando informações sobre a pandemia, prevenção, tratamento, acesso a vacinas Covid-19, vacinação regular, saúde mental e muito mais. questões prioritárias.

Os Ministros da Saúde também aprovaram o Relatório de Gestão 2020-2022, cujas ações permitiram enfrentar a pandemia de Covid-19 e executar projetos.

ORAS-CONHU: XL Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA)¹⁶⁴

A ORAS-CONHU organizou a XL Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA), cuja Presidência Pro Tempore foi recebida por Ministério da Saúde do Peru, com o desafio de manter a saúde no centro de todas as políticas.

Durante a cerimônia principal, a Secretária Executiva de ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, agradeceu ao Ministério da Saúde da República do Peru, representado pelo Vice-Ministro de Saúde Pública, Luis Fuentes Tafur, por sediar a XL REMSAA.

Maria del Carmen Calle Dávila defendeu que a saúde já não está no centro de todas as políticas, e que é tempo de “trabalhar arduamente para que a saúde volte a ocupar o lugar de destaque onde deveria estar”.

Da mesma forma, reconheceu o Ministério da Saúde Pública do Equador e seu Ministro da Saúde, José Ruales Estupiñán, que ocupou a presidência da XXXIX REMSAA, desde junho de 2021, sob a liderança do cumprimento dos mandatos da REMSAA. Agradeceu também à Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) pela mais importante aliança estratégica que ORAS-CONHU possui nos níveis sub-regional, regional e global.

Por sua vez, o Secretário-Geral da Comunidade Andina (CAN), Jorge Hernando Pedraza, destacou que a REMSAA é um cenário chave para projetar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos andinos. E pediu aos países andinos que criem um sistema único de cobertura de saúde para os cidadãos andinos. “É hora de criar um sistema único de cobertura permanente que

¹⁶³<https://www.orasconhu.org/index.php/es/xl-remsaa-reelige-la-dra-maria-del-carmen-calle-como-secretaria-ejecutiva-del-oras-conhu-para-el>

¹⁶⁴<https://www.orasconhu.org/es/ministros-de-salud-aprueban-resoluciones-con-el-desafio-de-mantener-la-salud-al-centro-de-las>

proteja o cidadão andino de forma integral e que atravesse fronteiras. Acho que isso vai contribuir muito para a integralidade”, afirmou.

Os ministros da saúde aprovaram sete importantes resoluções técnicas e quatro administrativas, cujos temas fortalecerão ações coordenadas para enfrentar problemas e desafios comuns e, assim, contribuir para a garantia do direito à saúde na região andina.

As resoluções técnicas aprovadas são a Política Andina de Prevenção e Controle do Câncer, a Política Andina de Redução das Desigualdades Sociais em Saúde e a Atualização da Política Andina de Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes, com ênfase na prevenção da gravidez.

Também a Atualização da Política Andina de Recursos Humanos em Saúde, a adoção das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Tuberculose no âmbito da “Estratégia pelo Fim da Tuberculose”, a Prevenção e Controle da Doença Renal Crônica e Fortalecimento do Sistema de Gestão da Qualidade dos Laboratórios Nacionais de Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica.

Durante a cúpula, o Ministro da Saúde Pública do Equador, José Ruales Estupiñán, entregou a Presidência Pro Tempore da XL REMSAA ao Ministério da Saúde do Peru para que, no prazo de um ano, lidere a agenda de trabalho da saúde políticas de saúde a favor dos países andinos.

Depois de assumir a liderança da REMSAA, o vice-ministro Luis Fuentes, representando o ministro da Saúde, Kelly Portalatino Ávalos, destacou que o principal desafio da saúde pública continua sendo a promoção de políticas públicas para superar as desigualdades em saúde.

Por sua vez, o ministro da Saúde do Equador, José Ruales, destacou que os países andinos têm vários desafios a enfrentar para tornar mais eficiente a prestação de serviços de saúde: “vemos avanços no controle de várias doenças e na assistência médica à população migrante. Mas ainda temos desafios a enfrentar, como a preparação para eventos futuros”.

Reunion de Ministros de Salud de Mercosul y Estados Asociados

*Juan Carlos Coronel*¹⁶⁵

La concepción de una instancia de salud en el MERCOSUR tiene su génesis a cuatro meses de la firma del Tratado de Asunción y ha sido durante la III Reunión de Ministros de Salud del Cono Sur, realizada en la ciudad de Brasilia el 29 y 30 de julio de 1991, donde Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Uruguay y Chile y el Acuerdo que refiere a la creación de un mercado común marcaban un paso importante hacia la consolidación de estrategias subregionales que redundaría en un mejor nivel de salud global para los habitantes de todas las edades y de toda condición social en los países de la subregión.

Posteriormente, por medio de la Decisión 3/95, se crea formalmente con la función de *“proponer al CMC medidas referentes a la coordinación de políticas del área de la salud para el Mercosur”*.

La primera reunión de Ministros de Salud de MERCOSUR, posterior a la conformación tuvo lugar el día 7 de noviembre de 1995, en la ciudad de Asunción y la segunda en la ciudad de Buenos Aires, los días 18 y 19 de abril de 1996, donde mediante el Acuerdo MERCOSUR/RMS/ACUERDO N° 1/96 se establece el Reglamento Interno.

El Acuerdo 1/1996 de la RMS del Mercosur lo estableció como *“foro de nivel político dedicado a la discusión y el encaminamiento de soluciones negociadas referentes a temas de interés para la salud pública”* (art. 5°), en el cual se deben *“definir los principios y la política de protección de la salud pública como marco normativo básico para la armonización de legislaciones en el campo de la salud en el ámbito del Mercosur”* (art. 6°) y *“promover, acompañar y evaluar el resultado de las negociaciones referentes a temas sanitarios en el Mercosur”* (art.7°), así como *“formular y apoyar la implementación de programas y acciones conjuntas de protección y atención a la salud y de prevención de los riesgos generados por la utilización de productos y servicios y por el ambiente”* (art. 8°).

La RMS depende directamente del Consejo del Mercado Común y es coordinado por el Foro de Consulta y Concertación Política (FCCP). En la actualidad la estructura de la RMS cuenta con una instancia de coordinación que es el Comité Coordinador de la RMS (CC-RMS), 10 Comisiones Intergubernamentales (CI), 1 Comité Ad Hoc y 1 Grupo Ad Hoc. respectivamente en la imagen que se coloca a continuación se puede apreciar dicha estructura:

¹⁶⁵ Juan Carlos Coronel: es paraguayo, Graduado en Contabilidad . Ha realizado el Programa de Lideres en Salud Internacional de la OPS, es Especialista en Salud Pública y Gestion de Servicios de Salud y se desempeña como Jefe del Departamento MERCOSUR del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social de Paraguay

Estructura Actual del Foro “Reunión de Ministros de Salud” (RMS) del MERCOSUR



LI Reunión Ordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados, 25 de noviembre de 2022

Durante los días 23 y 24 de noviembre tuvo lugar la reunión preparatoria del Comité Coordinador de la RMS, y el 25 de noviembre la propia LI Reunión Ordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR, en la ciudad de Montevideo quien actuó como anfitriona de la Presidencia Pro Tempore de Uruguay (PPTU) para el segundo semestre del 2022.

La LI Reunión de Ministros contó con la participación de la Ministra de Salud de Argentina y los Ministros de Brasil, Paraguay y Uruguay, el Subsecretario de Redes Asistenciales participó por Chile y se contó con la presencia del Representante de la OPS/OMS en Uruguay.

Como es habitual para la rendición de cuentas, se realizó un informe de las actividades desarrolladas en el segundo semestre de 2022, entre las reacciones y los comentarios destacados se enfatizaron la importancia de los avances desarrollados en conjunto, resaltando que la comunicación y visibilidad de los mismos debe ser un punto de agenda. En dicho espacio Argentina destacó la importancia de abordar a la salud mental con un enfoque regional y refirió el trabajo conjunto sobre los precios de medicamentos y a priorizar desde un punto de vista sanitario y económico el tema de resistencia antimicrobiana.

Como parte habitual de la agenda se procedió al informe epidemiológico regional actual realizado por la Presidencia Pro Tempore con base a los datos proporcionados por los Estados Partes respecto a Covid-19, Viruela Símica y Hepatitis agudas de origen desconocido y los demás eventos priorizados por el MERCOSUR “salud”. Este intercambio de información, que habitualmente se hace en las reuniones de los Ministros, permite el intercambio de problemas que van mas allá de las fronteras de los Estados parte, donde cada uno de ellos cuenta las experiencias que han formulado para abordar dichos brotes o problemas. De esta manera, se convierte en un importante retroalimentador para el proceso de formulación de políticas de salud.

Con base a la presentación las delegaciones hicieron referencia a la Pandemia y las intervenciones de cada uno de los países, a la aparición de Viruela Símica como una amenaza y

un nuevo problema de importancia internacional, por último cada delegación aportó su punto de vista sobre la aparición de brotes de otras enfermedades emergentes y reemergentes en la región, o el inminente riesgo de Sarampión o la misma Polio coincidiendo en la necesidad de afianzar estos mecanismos de comunicación que permitan dimensionar de manera oportuna el panorama regional y el establecimiento de acciones nacionales y conjuntas.

Sobre los resultados del **“III Workshop de Salud de Fronteras en el MERCOSUR”**, llevado a cabo en forma conjunta con la delegación de Paraguay, realizado entre los días 10 al 12 de noviembre de 2022 en la ciudad de Asunción y los compromisos asumidos por las delegaciones como la creación de un Grupo Técnico ad hoc, que trabajará en el instrumento de recolección de datos para la elaboración del mapa de capacidades de vigilancia y control epidemiológico en las ciudades/localidades fronterizas vinculadas y en el establecimiento de un plan piloto para el reporte de eventos y comunicación organizada y estandarizada entre las localidades fronterizas, los Ministros tomaron nota de las propuestas e instruyeron a los ajustes y presentación del perfil del proyecto que contemple las líneas priorizadas, a fin de ser presentado al concurso que se está llevando a cabo en OPS/OMS para acceder a los fondos semilla bajo las modalidades de Cooperación entre Países para el Desarrollo Sanitario (CCHD en inglés).

Como una reflexión sobre el tema **“intercambio de información”** la Ministra de Salud de Argentina, Dra. Vizzotti manifestó: *“Así como antes Epidemiología y Laboratorio estaban por separado en las estructuras de nuestros países, ahora a nadie se le ocurre que no estén juntos. Estamos en una etapa en la que hay que incorporar comunicación y sistemas de información a ese tándem, tiene que ser todo al mismo tiempo y tenemos que empujarlo desde lo máximos niveles políticos de decisión sanitaria”*.

Con relación a Vacunación Fronteras la delegación de Brasil realizó la presentación de un video de la campaña de vacunación en las fronteras aprovechando el marco de la Copa Mundial. Se destacó la importancia que representa la colaboración de los medios de comunicación, tanto para la difusión de las medidas de prevención, como para la percepción de riesgo de enfermedades que fueron eliminadas gracias a las vacunas”. Finalmente, en este apartado se colocó a consideración de los Ministros un Proyecto de Declaración sobre vacunación en fronteras en el MERCOSUR”.

Otro de los temas abordados es la participación del bloque MERCOSUR dentro del Órgano de Negociación Intergubernamental para redactar y negociar un Convenio, Acuerdo u otro Instrumento internacional jurídicamente vinculante de la OMS sobre prevención, preparación y respuesta frente a pandemias (INB) y el proceso de enmienda del reglamento sanitario internacional 2005 (RSI 2005) con relación a este último tema se realizó un informe sobre las reuniones mantenidas por los Estados Partes y Asociados a fin de llegar a un posicionamiento regional .

Seguidamente Brasil realizó una exposición sobre el resultado de la alianza entre FIOCRUZ y la ABIFINA para fortalecimiento del sector farmoquímicos, que tiene como objetivo la reducción de la vulnerabilidad y dependencia de Brasil de las importaciones de principios activos farmacéuticos. El objetivo de la presentación es que las delegaciones evalúen la posibilidad de ampliar la iniciativa como MERCOSUR con miras al avance en la región en la producción de IFAs y en lo posible la autosuficiencia de la región.

Respecto a Cooperación Internacional y la presentación realizada por la delegación de Argentina los Ministros destacaron la importancia de renovar el Memorándum de

Entendimiento entre la OPS y el MERCOSUR (MOU OPS/MERCOSUR) y potenciar el trabajo de cooperación que se viene realizando.

Las Declaraciones suscritas durante la LI Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR son:

- Declaración de las Ministras y los Ministros de Salud del MERCOSUR sobre Vacunación en Fronteras en el MERCOSUR.
- Declaración de las Ministras y los Ministros de Salud del MERCOSUR sobre el impacto de Plásticos en la Salud Humana.
- Declaración de las Ministras y los Ministros de Salud del MERCOSUR sobre el Registro MERCOSUR de Donación y Trasplante – DONASUR.

XI Reunión de Ministros de Salud del Área Andina

María del Carmen Calle Dávila¹⁶⁶, Marisela Mallqui Osorio¹⁶⁷ e Gloria Lagos Eyzaguirre¹⁶⁸

La Reunión de Ministras y Ministros de Salud del Área Andina – REMSAA, es la máxima instancia del Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), integrada por las Ministras y los Ministros de Salud de los países miembros: Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. Se lleva a cabo, una vez al año de manera ordinaria y las veces que sea requerido para atender asuntos de importancia en la región, de manera extraordinaria.

Desde la creación del ORAS CONHU se han llevado a cabo 39 reuniones ordinarias y 36 extraordinarias, durante las REMSAA se analiza la situación de salud de los países andinos y en respuesta a las prioridades identificadas se emiten resoluciones, recomendaciones y declaraciones, que se constituyen en mandato para la Secretaría Ejecutiva del ORAS-CONHU, ejecutándose acciones para cumplir con los mismos, reflejándose en los planes estratégico y operativo anual. La REMSAA cuenta con una presidencia pro tempore cuyo ejercicio se da entre una REMSAA ordinaria y la siguiente.

Durante el periodo comprendido entre 2019 y 2022, por la pandemia ocasionada por la COVID 19, las REMSAA se han llevado a cabo de manera virtual, así como todas las reuniones técnicas, priorizándose el interaprendizaje e intercambio de experiencias sobre aspectos relevantes como la prevención y atención de la pandemia. En septiembre del 2022 se iniciaron los encuentros presenciales, con las reuniones del Comité Técnico de Coordinación – CTC, para la elaboración del Plan Estratégico 2023 – 2030 y para preparar la XL REMSAA.

El 25 de noviembre, se llevó a cabo la XL Reunión de Ministros de Salud del Área Andina, de manera presencial en la ciudad de Lima, la misma que se desarrolló en tres momentos de gran importancia. El primer momento se dio con la entrega de Presidencia Pro Témpore de la REMSAA por parte del Dr. José Ruales Estupiñán, Ministro de Salud Pública de Ecuador y Presidente de la XXXIX REMSAA al Dr. Luis Fuentes Tafur - Viceministro de Salud Pública, en representación de la Dra. Kelly Portalatino, Ministra de Salud de la República de Perú.

El ministro José Ruales resaltó que los países andinos tienen diversos desafíos por cumplir en cuanto a hacer más eficiente la prestación de los servicios de salud. “Vemos progresos en el control de diversas enfermedades y en la atención médica a la población de migrantes. Pero aún tenemos desafíos que atender, como prepararnos para futuros eventos”, sostuvo.

¹⁶⁶ **María del Carmen Calle Dávila de Saavedra** (Perú) Médica Pediatra y Magister en Gobierno y Gerencia en Salud por la Universidad Peruana Cayetano Heredia. Con Doctorado en Salud Pública. Ha sido Viceministra de Salud del Perú (2018). Es la Secretaria Ejecutiva del Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU)

¹⁶⁷ **Marisela Mallqui Osorio (Perú)** Médica, Magister en Salud Pública con mención en Epidemiología y Doctora en Salud Pública de la Universidad Nacional Federico Villarreal de Perú. Actualmente es la Secretaria Adjunta del Organismo Andino de Salud, Convenio Hipólito Unanue- ORAS-CONHU.

¹⁶⁸ **Gloria Lagos Eyzaguirre** (Perú) - Psicóloga Clínica; Maestría en Salud Pública, mención en Gerencia y Gobierno; Gerente de Líneas Estratégicas y Cooperación Internacional, Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue - ORAS-CONHU

Tras asumir el liderazgo de la REMSAA, el viceministro Luis Fuentes, recalcó que el principal reto en salud pública sigue siendo la promoción de políticas públicas para romper con las desigualdades de salud, *“Uno de los grandes retos y compromisos es luchar contra las desigualdades que existen en la región. Debemos empezar con la promoción de políticas de salud efectivas que contribuyan a romperlas”*, expresó el viceministro.

La Dra. María del Carmen Calle, Secretaria Ejecutiva del ORAS CONHU hizo un reconocimiento al Ministerio de Salud Pública del Ecuador, y a su ministro de Salud, José Ruales Estupiñán, quien ejerció la presidencia de la XXXIX REMSAA, desde junio del 2021, con claro liderazgo para el cumplimiento de los mandatos de la REMSAA y agradeció al Ministerio de Salud de la República del Perú, representado por el viceministro de Salud Pública, Luis Fuentes Tafur, por ser sede y por asumir la XL REMSAA señalando que se tiene como desafío mantener la salud en el centro de todas las políticas, por lo que se debe continuar *“trabajando mucho para que la salud vuelva a estar en el lugar preponderante donde debe estar”*

En un segundo momento se aprobaron siete resoluciones técnicas y 4 administrativas, las mismas que responden a problemas y desafíos comunes en la región y que sin lugar a duda contribuirán a garantizar el derecho a la salud en la región andina a través de acciones conjuntas.

Las resoluciones técnicas aprobadas son la Política Andina para la Prevención y Control del Cáncer y creación del Comité Andino de Prevención y Control del Cáncer, la Política Andina para la Reducción de las Desigualdades Sociales de Salud y la Actualización de la Política Andina de Salud Sexual y Reproductiva para Adolescentes, con énfasis en la prevención del embarazo.

También la Actualización de la Política Andina de Recursos Humanos para la Salud, adopción de las recomendaciones de la Organización Mundial de la Salud (OMS) para la Prevención, Diagnóstico y Tratamiento de la Tuberculosis en el marco de la “Estrategia Fin de la TB”, reconocimiento de la Enfermedad Renal Crónica como un problema de salud pública y conformación del Comité Andino de Salud Renal, y el Fortalecimiento del Sistema de Gestión de la Calidad de los Laboratorios Nacionales de Salud pública y Vigilancia Epidemiológica.

Al respecto la Dra. Calle mencionó *“Quiero agradecer a los equipos técnicos de los Ministerios de Salud de Bolivia, Chile, Colombia Ecuador, Perú y Venezuela por las acciones comunes que, de manera ininterrumpida, se ha realizado en beneficio de la salud de más de 168 millones de ciudadanos, desde 1971, y muy especialmente por el compromiso demostrado durante la pandemia de Covid-19, dejando en claro el compromiso con la salud, así como la integración andina y suramericana”*. Agradeciendo también a la Organización Panamericana de la Salud / Organización Mundial de la Salud (OPS/OMS) por la alianza estratégica que tiene con el ORAS-CONHU en los niveles, subregional, regional y mundial.

En un tercer momento, la Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU, María del Carmen Calle presentó el informe de gestión, el cual fue aprobado, y se felicitó el impecable trabajo desarrollado durante su gestión. Asimismo, fue reelegida por unanimidad por los 6 países miembros del ORAS CONHU para un periodo de dos años, destacando el liderazgo, y la visión de impulsar este organismo de integración regional, con proyectos y acciones que están marcando un nuevo camino en la salud no solo de la región andina, sino a nivel de todas las américas. Destacándose *“Que, la actual Secretaria Ejecutiva del organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue, viene cumpliendo de manera destacada las funciones encomendadas en el ejercicio de su gestión, en particular durante la pandemia por COVID 19”*.

Estuvieron presentes en este importante encuentro Cristóbal Cuadrado Nahum, Subsecretario de Salud Pública del Ministerio de Salud de Chile; Liz Martínez Higuera, Viceministra de Hospitales del Ministerio del Poder Popular para la Salud de Venezuela; de forma virtual María Castro Cusicanqui, Viceministra de Promoción Vigilancia Epidemiológica y Medicina Tradicional del Ministerio de Salud y Deportes de Bolivia; e Ivan Alejandro Trujillo, Consejero de la Embajada de Colombia en Perú, en representación de la Ministra de Salud y Protección de Colombia, Carolina Corcho.

También se contó con la participación del Secretario General de la Comunidad Andina (CAN), Jorge Hernando Pedraza, quien destacó que la REMSAA es un escenario clave para la proyección del mejoramiento de la calidad de vida de los ciudadanos andinos y llamó a los países andinos a crear un solo sistema de cobertura de salud para los ciudadanos andinos. Así mismo se contó la participación del Embajador de Venezuela en Perú, Sr. Alexander Yáñez Deleuze y del Señor Boggi Eliassen, director de Salud del Copenhagen Institute for Futures Studies – CIFS, importante aliado estratégico del ORAS CONHU.

Cabe destacar que durante las acciones preparatorias de la XL REMSAA, así como durante la misma, se contó con la participación de los miembros del Comité Técnico de Coordinación, cuya importante labor tuvo como resultado la aprobación de las resoluciones trabajadas de manera conjunta con los Comités Andinos.

Al cierre de la reunión, contamos con 20 comités, 3 subcomités, 6 grupos de trabajo, una mesa andina intersectorial de concertación contra las desigualdades en salud y una red andina de comunicadores, conformados por representantes de los Ministerios de Salud de los seis países, que permiten cumplir con los mandatos de la REMSAA.

Sistema Mesoamericano de Salud Pública

Zulema Guerra Carpio¹⁶⁹ y Johnny Morales Urbina¹⁷⁰

Etimología

El término Mesoamérica proviene del griego μέσος (mesos) que significa “intermedio” es decir, “América media” y se utiliza para hacer referencia a la región cultural del continente americano que comprende la mitad meridional de México, los territorios de Belice, Guatemala, El Salvador y la región occidental de Honduras, Nicaragua y Costa Rica¹⁷¹.

Desde tiempos prehispánicos, Mesoamérica es una región unida por su riqueza biológica y sus flujos tanto de personas como de animales, así como su historia compartida bajo la conquista española y el lenguaje en común.

De manera natural, la historia de las enfermedades ha sido común en la región mostrando la importancia de generar acciones sinérgicas entre los países vecinos y, por ende, creando mecanismos de cooperación para contener los brotes y evitar la aparición de enfermedades epidémicas, incluidas aquellas transmitidas por vectores. Por consecuencia el Sistema Mesoamericano de Salud Pública es un claro ejemplo de ello.

Creación

Como su predecesor el Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla (Mecanismo Tuxtla), fungió como un foro de diálogo político impulsado permanentemente por México y Centroamérica, el cual dio origen al denominado Proyecto Mesoamérica que, dentro de sus líneas de acción, incluye de manera explícita el tema de salud. La creación del Proyecto Mesoamericano significó un cambio de la cooperación de México al pasar de un esquema vertical de cooperación donante-receptor, a un esquema horizontal de cooperación Sur-Sur¹⁷².

En este tenor de ideas, en mayo de 2008, en la Asamblea Mundial de la Salud en Ginebra, Suiza, y en el marco de la reunión de los Ministros de Salud de Mesoamérica, México presentó los lineamientos generales para la creación del Sistema Mesoamericano de Salud Pública (SMSP), como un plan regional para contribuir a dar respuesta eficaz a los retos comunes de la región en materia de salud¹⁷³.

Derivado de dicha reunión, durante los primeros días de junio de 2008, los Viceministros y representantes de los Ministerios de Salud de la región revisaron y fortalecieron esta

¹⁶⁹ **ZULEMA GUERRA CARPIO:** Es Mexicana, Licenciada en Relaciones Internacionales, Jefa del Departamento para el Sistema Interamericano de la Dirección General de Relaciones Internacionales de la Secretaría de Salud de México

¹⁷⁰ **JOHNNY MORALES URBINA:** Es Mexicano, Licenciado en Relaciones Internacionales, Jefe de Departamento de Cooperación Institucional de la Dirección General de Relaciones Internacionales de la Secretaría de Salud de México

¹⁷¹ **El concepto de Mesoamérica.** Equipo editorial Etecé. Argentina. Disponible en: <https://concepto.de/mesoamerica/>. Última edición: 5 de agosto de 2021. Página consultada el 1 de diciembre de 2022.

¹⁷² **Cooperación Internacional en Salud.** Dirección General de Relaciones Internacionales, Secretaría de Salud, 2019. Disponible en: https://www.saludymigracion.org/system/files/repositorio/cooperacion_internacional_salud_2811_espanol_final.pdf Página consultada el 1 de diciembre de 2022.

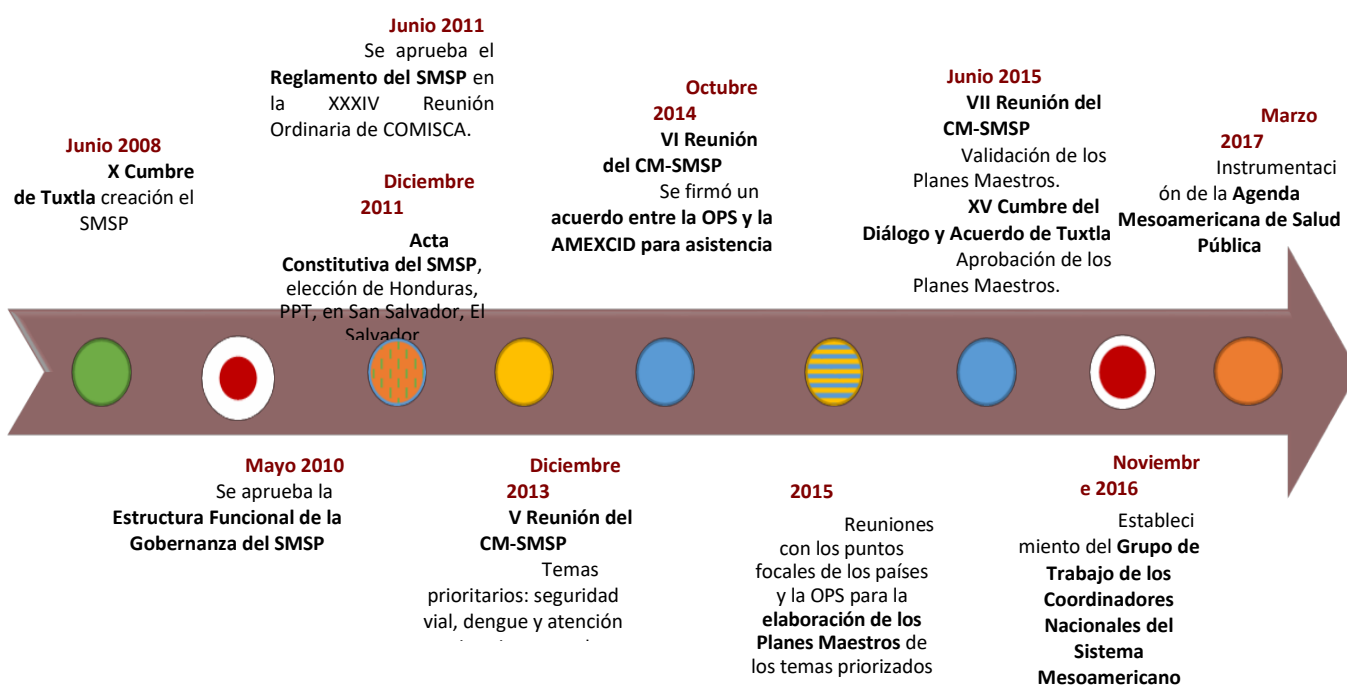
¹⁷³ **Sistema Mesoamericano de Salud Pública.** Disponible en: www.proyectomesoamerica.org. Página consultada el 2 de diciembre de 2022.

propuesta, misma que fue revisada en la reunión del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica y República Dominicana (COMISCA) celebrada en San Salvador el 23 de junio de ese año.

Posteriormente el 28 de mayo de 2010, se aprobó la Estructura Funcional de la Gobernanza del SMSP en la XXXII Reunión Ordinaria del COMISCA y, el 24 de junio de 2011, fue aprobado el Reglamento del Funcionamiento del SMSP en la XXXIV Reunión Ordinaria del COMISCA. Finalmente, el 2 de diciembre de ese mismo año fue suscrita el Acta Constitutiva del SMSP, con la elección de Honduras como primer Presidente Pro Témpore de este mecanismo¹⁷⁴.

Es por ello que el SMSP tiene como objetivo generar mayor equidad en la región a través de la resolución de problemas comunes en materia de salud que son focalizadas en áreas prioritarias identificadas en la región y en consonancia con las acciones de las agendas de salud de los espacios regionales y subregionales¹⁷⁵.

Principales Hitos de construcción y operación del SMSP



Estructura Funcional de la Gobernanza

El SMSP está constituido por el Consejo de Ministros que es el órgano máximo de toma de decisiones y está conformado por los Ministros de Salud de los diez Estados Miembros: Belice, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá y

¹⁷⁴ Sistema Mesoamericano de Salud Pública. Secretaría de Salud, 18 de diciembre de 2015. Disponible en: <https://www.gob.mx/salud/acciones-y-programas/sistema-mesoamericano-de-salud-publica#:~:text=El%20Sistema%20Mesoamericano%20de%20Salud> Página consultada el 1 de diciembre de 2022.

¹⁷⁵ Marco Estratégico Mesoamericano de Salud Pública. Disponible en: http://www.proyectomesoamerica.org:8088/smsp/images/Documentos/Marco-Estratgico-Mesoamericano-de-Salud-Pblica_VF24sept.pdf. Página consultada el 4 de diciembre de 2022.

República Dominicana. El Consejo se reúne en sesiones periódicas para deliberar sobre las necesidades que tiene la región en materia de salud pública.

En este sentido, el Consejo de Ministros priorizó una agenda de salud pública de Mesoamérica de la siguiente forma:

Etapa 1. 2010	Etapa 2	Etapa 3
<ul style="list-style-type: none">» Salud materno-infantil» Malaria» Dengue» Vacunación» Nutrición	<ul style="list-style-type: none">» Seguridad vial» VIH / Sida» Enfermedades Crónicas no Transmisibles» Adicciones (Tabaco)» Salud mental	<ul style="list-style-type: none">» Atención Primaria

https://www.saludmigracion.org/system/files/repositorio/cooperacion_internacional_salud_2811_espanol_final.pdf

Para lograr dar cumplimiento de la agenda, el SMSP trabaja de la mano con el Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica (COMISCA) y la Iniciativa Salud Mesoamérica 2015 en los temas de la primera fase y con la Organización Panamericana de la Salud, en específico con el tema de seguridad vial¹⁷⁶.

La **Presidencia Pro Tempore (PPT)** es la función que ejerce un Estado Miembro de representar el SMSP por un período de doce meses y se alterna de forma automática conforme al orden alfabético de los Estados Miembros, el primer día del mes de julio de cada año. Actualmente, Nicaragua ostenta la PPT¹⁷⁷.

Los **Coordinadores Nacionales** son los funcionarios responsables de coordinar y dar seguimiento a los trabajos del SMSP al interior de su país y son designados por la máxima autoridad sanitaria de cada uno de los Estados Miembros del SMSP.

El **Secretariado** depende jerárquicamente del Consejo de Ministros y trabaja en coordinación con los Coordinadores Nacionales. Su misión es asesorar y apoyar al Consejo en los procesos de gestión y administración para el mejor cumplimiento de sus funciones.

Con respecto a la formación de recursos humanos, el SMSP cuenta con una red de instituciones de enseñanza superior en materia de salud pública que, desde el 3 de julio de 2009, se constituyó oficialmente como el **Instituto Mesoamericano de Salud Pública**, creado como un consorcio de instituciones académicas, de investigación y desarrollo en salud pública, con el reconocimiento y apoyo institucional de los Ministerios de Salud de los países de la región mesoamericana. Con estos resultados se ha buscado obtener impactos significativos a través de intervenciones efectivas de los gobiernos de la región e implementar soluciones innovadoras, teniendo como base las similitudes existentes en la región

Logros

Con la firme convicción de que existen problemas y rezagos de desarrollo social en los países de la región, se realizaron esfuerzos multilaterales con miras a fortalecer los sistemas de salud de los integrantes de este Sistema, así como tratar de evitar el mayor impacto de los

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ Nicaragua en reunión de Comisión Ejecutiva de Proyecto en Mesoamérica. El 19 digital, Miércoles 6 de julio de 2022. Disponible en: <https://www.el19digital.com/articulos/ver/titulo:129948-nicaragua-en-reunion-de-comision-ejecutiva-de-proyecto-en-mesoamerica> Página consultada el 1 de diciembre de 2022.

problemas de salud y que estos se vuelvan más complejos debido al movimiento migratorio de la zona y la transición epidemiológica de la región. Es por ello que se han propuesto los siguientes resultados para lograr incrementar el financiamiento y consolidar la cooperación técnica sur-sur en salud en la región.

Redimensionamiento del SMSP

Este documento resume la propuesta del establecimiento de un Sistema Mesoamericano de Salud Pública por medio del cual se logre incrementar el financiamiento y consolidar la cooperación técnica horizontal en materia de salud en la región¹⁷⁸.

Planes Maestros Regionales

En marzo 2010 se aprueban los Planes Maestros Regionales de las áreas prioritarias de la primera fase, elaborados con el apoyo del Instituto Nacional de Salud Pública (INSP) de México, el Instituto Mesoamericano de Salud Pública (constituido el 3 de julio de 2009) y el Instituto de Salud de California, auspiciado por la Fundación Bill y Melinda Gates. Estos planes fueron preparados con la participación de un grupo de expertos internacionales, así como de representantes de los países de la región¹⁷⁹.

- Plan Estratégico Mesoamericano de Inmunización
- Plan Estratégico Mesoamericano de Salud Materna
- Plan Estratégico Mesoamericano de Nutrición
- Plan Estratégico Mesoamericano para mejorar el Control de la Malaria hacia su Eliminación
- Estrategia Mesoamericana para la Prevención y Control Integrado del Dengue

Planes Maestros Mesoamericanos

- Plan Maestro Mesoamericano para el fortalecimiento del primer nivel de atención para lograr el acceso universal a la salud y la cobertura universal de salud
- Plan Maestro Mesoamericano de Gestión Integrada para la Prevención y Control del Dengue y Chikungunya
- Plan Maestro Mesoamericano para mejorar el control de la Malaria, con miras a su eliminación
- Plan Maestro de Seguridad Vial en las Ciudades de Mesoamérica

Programa Mesoamericano de Seguridad Vial

Creado con la colaboración del Consejo Nacional para la Prevención de Accidentes de la Secretaría de Salud de México y aprobado en junio de 2012 en la II Reunión del Consejo de Ministros del SMSP, con el objetivo de reducir 50% las muertes y lesiones por accidentes de tránsito en la subregión de Mesoamérica mediante la implementación de actividades coordinadas en cada país en los siguientes diez años¹⁸⁰.

Proyectos e Iniciativas Regionales

- Proyecto sobre Seguridad Vial

¹⁷⁸ Sistema Mesoamericano de Salud Pública. “Resultados”. Disponible en: <http://www.proyectomesoamerica.org:8088/smsp/index.php/marco-institucional/marco-estrategico>.

Página consultada el 4 de diciembre de 2022.

¹⁷⁹ *Idem.*

¹⁸⁰ *Idem.*

- Iniciativa Regional para Eliminación de la Malaria en Mesoamérica (IREM)
- Proyecto ECHO Hub Subregional de COVID-19

Durante el año 2022, México propuso la realización del **“Taller de Comunicación de Riesgos en Emergencias de Salud”** con el objetivo de capacitar a los profesionales técnicos de la región con la intención de proporcionar herramientas para identificar las estrategias de comunicación y aplicarlas en el desarrollo de campañas de promoción de la salud y comunicación de riesgos que busquen generar cambios en las percepciones públicas de riesgos de la población y otros actores, para la adopción de comportamientos preventivos y saludables ante las principales amenazas a la salud. El taller se realizó de forma virtual, los días 4, 11, 18 y 25 de noviembre de 2022 y contó con la participación de 45 profesionales técnicos de los países mesoamericanos.

Consideraciones finales

El SMSP como mecanismo de cooperación en materia de salud basado en los principios de igualdad e interés común ha permitido desarrollar en la región un foro político de interlocución en temas de interés para la salud pública de los países mesoamericanos.

Parte del éxito de esta cooperación se debe al ámbito multilateral y al respaldo de la colaboración que el SMSP tiene con organismos internacionales como la Organización Panamericana de la Salud (OPS)¹⁸¹, así como con alianzas estratégicas en la región de Mesoamérica, lo que facilita la identificación y consolidación de oportunidades que ayudan a mejorar las condiciones de bienestar de las poblaciones vulnerables que comparten desafíos similares.

Y, aunque el SMSP cuenta con la voluntad política de sus Estados miembros para definir una agenda técnica con compromisos tanto nacionales como regionales, es innegable que, dada la naturaleza de la región, se tiene como principal reto la necesidad de contar con mayores fuentes de financiamiento que permitan el completo logro de todas las actividades planeadas.

¹⁸¹ Documento CE170/INF/13 “Organizaciones de Integración Subregional”. 170.ª Sesión del Comité Ejecutivo, realizada en Washington, D.C., EUA, del 20 al 24 de junio del 2022. Disponible en: https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-inf-13-b-s-organizaciones-integracion-subregional_0.pdf . Página consultada el 4 de diciembre de 2022.

Reunião de Ministros da CELAC na Argentina: abrindo uma janela de oportunidades para a Diplomacia em Saúde

Sebastián Tobar e Paulo Marchiori Buss

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é uma das mais recentes e amplas iniciativas de integração regional, criada em 2010 pelos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe durante a Cúpula de Unidade da América Latina e Caribe, na Riviera Maya (México).

A Cúpula estabeleceu, em sua primeira declaração, a criação de um mecanismo de consulta que assumiria o patrimônio histórico do Grupo do Rio (G-Rio) e da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), com o objetivo de ampliar o diálogo político e facilitar a formação de uma identidade regional própria, com posições comuns de desenvolvimento e integração.

A CELAC foi postulada como a convergência política de mecanismos e organizações pré-existentes, tais como: MERCOSUL, Comunidade do Caribe (CARICOM) e Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), e desde uma dimensão política do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Política, constituído no Rio de Janeiro em 1986, conhecido como Grupo do Rio, com o objetivo de complementar esses processos para potencializar o desenvolvimento solidário e inclusivo dos Estados latino-americanos e caribenhos, implementando iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, bem como promover desenvolvimento sustentável.

Embora em sua governança não esteja explicitamente criado um fórum vinculado a questões setoriais, a Presidência Pro Tempore da Argentina, que assumiu o cargo em 2022, apresentou uma agenda que promoveu a Reunião de Ministros da Saúde da CELAC.

Durante a pandemia de Covid-19 e sob a Presidência Pro Tempore do México, a saúde passou a ocupar um lugar privilegiado na CELAC. A demanda por acesso equitativo a vacinas, medicamentos e insumos essenciais, bem como a distribuição de respiradores, seringas e agulhas, máscaras e kits de diagnóstico doados pela China por meio da CELAC (no âmbito da chamada “diplomacia da máscara”), foram intervenções de grande relevância política. Talvez a iniciativa mais importante tenha sido a vinculada à produção da Vacina Astra-Zeneca entre o México e a Argentina¹⁸².

A dimensão da pandemia como evento global de saúde gerou o desdobramento do México, como Presidência Pro Tempore, de uma série de reuniões em relação à Covid-19, das quais participaram não apenas Ministros e técnicos, mas também organizações especializadas, como OPAS, CEPAL e outras organizações regionais sobre: acesso equitativo, estratégias de comunicação, estabelecimento de redes de especialistas em agentes infecciosos e doenças emergentes e re-emergentes, entre outros.

Mais recentemente, durante a XXI Cúpula (México, julho de 2021), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentou um "*Plano Integral de Autosuficiência em Saúde*"¹⁸³, com o objetivo de tornar a América Latina e o Caribe um ator de

¹⁸² A Iniciativa de Produção de Vacinas da AstraZeneca/Oxford University envolveu atores de laboratórios privados no México (Liomont) e na Argentina (Mabxience)

¹⁸³ CEPAL/CELAC (2021) "*Lineamientos y Propuestas para un Plan de Autosuficiencia Sanitaria para América Latina y el Caribe*". Publicado por la CEPAL/CELAC. Santiago de Chile, Septiembre 2021.

destaque no desenvolvimento e produção de novas vacinas, no quadro de uma estratégia de saúde regional concertada.

Neste Plano, a CEPAL define e prioriza sete linhas de ação:

- Fortalecer os mecanismos internacionais de aquisição conjunta de medicamentos e vacinas essenciais;
- Utilizar os mecanismos públicos de compra de medicamentos para o desenvolvimento e fortalecimento dos mercados regionais;
- Criar consórcios para o desenvolvimento e produção de vacinas;
- Implementar uma plataforma regional para ensaios clínicos;
- Aproveite as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual;
- Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento normativo vigentes nos países;
- Fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa.

O âmbito da CELAC, que reúne todos os Estados membros da América Latina e do Caribe, oferece uma janela de oportunidade para a diplomacia e a cooperação na região. No entanto, como afirmado em sua criação, é importante o diálogo voltado para a convergência e complementação das agendas de saúde de todas as estruturas multilaterais sub-regionais da região.

Ainda que a CELAC seja uma importante iniciativa de integração regional dos Estados latino-americanos e caribenhos, é necessário avançar, em maior medida, na governança necessária para poder avançar nesta agenda comum de integração em saúde, para enfrentar desafios comuns.

México e Argentina têm uma liderança forte em termos de agendas de saúde, e é importante que essa liderança não se perca com as novas presidências pro tempore e continue colocando a saúde no topo do compromisso político do bloco.

A grande e sentida ausência em todo esse rico processo é a do Brasil, cujo atual governo se distanciou temporariamente da CELAC. As promessas do novo governo, que toma posse no próximo dia 1. janeiro de 2023, é devolver o Brasil ao multilateralismo regional, do qual nunca deveria ter se afastado. A presença do país, com sua rica tradição de solidariedade internacional, particularmente na região, traz renovadas esperanças para uma saudável diplomacia em saúde, absolutamente necessária para garantir o enfrentamento comum dos problemas de saúde que afetam o bem-estar dos latino-americanos.

Vejamos brevemente as ações promovidas pela Presidência Pro Tempore da Argentina da CELAC na área da saúde.

Argentina como Presidência Pro Tempore da CELAC e Reunião de Ministros da Saúde

Recentemente, em 24 de novembro de 2022, o Ministro da Saúde da Argentina convidou os Ministros da Saúde da CELAC, apoiando a importância da saúde na melhoria da

qualidade de vida das pessoas. A reunião, realizada virtualmente, identificou prioridades que foram incorporadas na "*Declaración de Buenos Aires*"¹⁸⁴.

A Ministra da Saúde da Argentina, Carla Vizzotti, apresentou um relatório sobre as atividades¹⁸⁵ realizadas durante a Presidência Pro Tempore da Argentina, com vistas a pactuar as prioridades para os próximos anos.

A Argentina continuou trabalhando nas linhas estabelecidas pelo Plano Integral de Autossuficiência Sanitária. Nesse sentido, priorizou duas linhas principais de atuação. De um lado, o levantamento das capacidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas nos países que compõem a comunidade; de outro, o fortalecimento dos mecanismos de negociação conjunta de preços para a compra conjunta internacional de medicamentos essenciais e vacinas¹⁸⁶.

A Argentina apresentou um "*Relatório sobre as capacidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas nos países da CELAC*"¹⁸⁷. Embora muitos projetos de pesquisa e desenvolvimento tenham se dedicado a enfrentar a emergência da pandemia de COVID-19, também há pesquisas dedicadas a vacinas para doenças negligenciadas de relevância regional em saúde e à busca de novos adjuvantes. Foram identificadas 85 instituições na região, com capacidade para desenvolver P&D em 178 projetos. Foi possível levantar 32 Ensaios Clínicos de diferentes fases sobre vacinas, nos quais estão envolvidas 38 instituições de diferentes países. Existem capacidades produtivas anteriores, sendo relevante, por exemplo, o desenvolvimento alcançado na produção de vacinas contra a gripe. No total, foram identificadas 24 instituições produtivas que realizam 83 projetos produtivos de vacinas, sendo 17 privados (20,5%) e 62 públicos (74,7% do total de produtos) e 4 (4,8%) projetos produtivos de parceria público-privada.

Também tem se trabalhado no "Fortalecimento de mecanismos para a compra internacional conjunta de vacinas e medicamentos essenciais: Proposta de um documento de trabalho"¹⁸⁸, elaborado durante a Presidência Pro Tempore (PPT) Argentina no enquadramento da implementação do Plano de Auto-Suficiência em Saúde.

¹⁸⁴ CELAC. Reunión de Ministras y Ministros de Salud de la CELAC. Presidencia Pro Tempore de Argentina. "Declaración de Buenos Aires". Declaración de la Reunión Virtual de Ministras y Ministros de Salud del día 24 de noviembre de 2022. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/en-reunion-de-ministras-y-ministros-de-salud-de-la-celac-vizzotti-presento-el-trabajo> acceso 1 de diciembre de 2022.

¹⁸⁵ <https://www.argentina.gob.ar/noticias/en-reunion-de-ministras-y-ministros-de-salud-de-la-celac-vizzotti-presento-el-trabajo> acceso 1 de diciembre de 2022.

¹⁸⁶ CELAC (2021) "*2da Reunión CELAC sobre Fortalecimiento de los mecanismos de compra conjunta internacional de vacunas y medicamentos esenciales: Propuesta de documento de trabajo*". Documento elaborado pela Presidencia Pro Tempore de la CELAC de Argentina, Ministerio da Saúde da República Argentina.

¹⁸⁷ ANLAP/ANLIS-MALBRAN/ Ministerio de Salud/CELAC (2022) "*Informe de capacidades de investigación, desarrollo y producción de vacunas en países de CELAC*". Administración Nacional de Laboratorios de Producción Pública- ANLAP, Administración Nacional de Laboratorios e Institutos Nacionales de Salud Carlos Malbrán- ANLIS, Ministerio de Salud de la República Argentina; Comunidad de Países Latino Americanos y del Caribe – CELAC. Buenos Aires, octubre de 2022. O objetivo é dispor de informações estratégicas que permitam promover intercâmbios e deliberações entre os representantes das delegações que compõem a CELAC com vistas à elaboração de um plano de trabalho específico.

¹⁸⁸ CELAC (2021) "*2da Reunión CELAC sobre Fortalecimiento de los mecanismos de compra conjunta internacional de vacunas y medicamentos esenciales: Propuesta de documento de trabajo*". Documento

Também Argentina apresentou uma proposta de mecanismos de negociação regional conjunta para o Plano de Autossuficiência em Saúde e detalhou os resultados do grupo de trabalho para fortalecer os mecanismos de compra conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais. Não documento, mas proponho os seguintes objetivos estratégicos para a negociação conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais:

- Promover competição, eficiência e transparência no mercado institucional de medicamentos e insumos de saúde, incluindo vacinas.
- Promover instrumentos regionais de negociação de preços, a fim de reduzir o gasto agregado com medicamentos e seu impacto orçamentário.
- Promover, após os mecanismos regionais de negociação de preços, a utilização dos mecanismos da OPAS para realizar compras conjuntas de medicamentos e vacinas selecionados e negociados em conjunto pela CELAC.
- Analisar os instrumentos mais adequados para reduzir o custo agregado dos medicamentos e seu impacto orçamentário na região.
- Consolidar as capacidades regionais ligadas à análise e caracterização do mercado farmacêutico.

Nesse sentido, é possível identificar pelo menos dois obstáculos à sua implementação:

1. Os produtos a serem adquiridos requerem registro em todos os países membros da CELAC. Isso constitui um gargalo porque reduz drasticamente o número de fornecedores e os concentra em grandes empresas multinacionais. Para superar esse obstáculo, será necessário implementar mecanismos de homologação de registro. Isso implica um trabalho de harmonização regulatória entre os países, juntamente com a priorização conjunta para definir uma cesta de medicamentos essenciais e estratégicos cujos preços serão negociados e/ou adquiridos em conjunto. A dificuldade reside no fato de que a CELAC não dispõe de competências técnicas ou políticas para tanto, já que suas decisões não têm caráter supranacional e não são vinculativas.

2. A possibilidade de capturar economias de escala requer um modelo de financiamento adequado. É possível obter os medicamentos a preços mais acessíveis agregando a demanda e convocando mais licitantes para participar do processo de compra. No entanto, um terceiro componente-chave (além da escala e do número de licitantes) é implementar um esquema de pagamento adequado que reduza a incerteza para os fornecedores e evite o aumento dos custos de transação devido a dificuldades e atrasos na cobrança. Portanto, a engenharia financeira dos mecanismos de compras conjuntas é outro requisito fundamental para o sucesso da iniciativa.

Como resultado da reunião, os países membros da CELAC aderiram a uma declaração conjunta, na qual concordaram em apoiar e dar continuidade ao trabalho realizado pela Argentina durante o PPT em relação ao Plano de Autossuficiência Sanitária.

Vale ressaltar que essas linhas de trabalho também foram propostas por outras iniciativas de integração regional, como as Reuniões de Ministros da Saúde do Mercosul, o Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana - COMISCA, e as

elaborado pela Presidencia Pro Témpore de la CELAC de Argentina, Ministerio da Saúde da República Argentina.

Reuniões de Ministros da Saúde Andinos e sua Agência Andina de Saúde. Nesse sentido, é importante o diálogo dessas iniciativas promovendo convergência e complementaridade nesse sentido.

Considerações finais

Como pudemos observar nas Presidências Pro Tempore do México com o Plano de Autossuficiência em Saúde e o trabalho da Argentina, passos importantes já foram dados na agenda da saúde, na produção e fornecimento de vacinas e medicamentos.

No entanto, será difícil avançar concretamente, a menos que se alcance uma governança adequada, capaz de coordenar as iniciativas dos diferentes processos de integração da saúde como MERCOSUL, COMISCA, ORAS/CONHU, bem como outras Organizações Multilaterais que possuem mecanismos de compras de medicamentos e suprimentos estratégicos de saúde, como a OPAS por meio de seu Fundo Estratégico de Saúde¹⁸⁹ e seu Fundo Rotativo de Vacinas¹⁹⁰, ao UNFPA com seu *UNFPA Simplify Procurement of Reproductive Health Supplies*¹⁹¹, assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco de Desenvolvimento Banco da América Latina - CAF.

Neste mesmo sentido, da criação da governação, é necessário estabelecer um acordo vinculativo, que permita avançar na aprovação dos registros farmacêuticos sanitários e no reconhecimento mútuo dos medicamentos a adquirir conjuntamente.

A rotatividade das Presidências Pro Tempore da CELAC não permite avançar com a rapidez e eficiência necessárias para muitos desses desafios, e mesmo a mudança das mesmas de um país para outro pode gerar perdas de acúmulos institucionais. Nesse sentido, a criação de uma secretaria executiva de saúde, como o COMISCA, o ORAS CONHU ou a Agência Caribenha de Saúde Pública CARPHA, poderia permitir avançar nessas direções.

Por outro lado, a necessária convergência das agendas de saúde poderia ser facilitada pela constituição de um Conselho para a Integração Latino-Americana em Saúde¹⁹², reunindo todas as estruturas multilaterais sub-regionais, o que seria um grande passo para uma racionalidade governamental na área da saúde da região.

¹⁸⁹ O Fundo Estratégico da OPAS é um mecanismo de cooperação técnica para a compra conjunta de medicamentos essenciais e suprimentos estratégicos de Saúde Pública. Ver: <https://www.paho.org/es/fondo-estrategico-ops>

¹⁹⁰ O Fundo Rotativo (RFV) oferece cooperação técnica aos programas nacionais de imunização para melhorar sua capacidade de planejar e prever a demanda de vacinas, fortalecer a gestão da cadeia de suprimentos e garantir seu financiamento e sustentabilidade. Essa cooperação está alinhada com as recomendações e diretrizes do programa técnico da OPAS, Departamento de Imunização Familiar Integral. Vide: [https://www.paho.org/es/fondo-rotatorio#:~:text=El%20Fondo%20Rotatorio%20\(RFV\)%20brinda,asegurar%20su%20financiamiento%20y%20sostenibilidad.](https://www.paho.org/es/fondo-rotatorio#:~:text=El%20Fondo%20Rotatorio%20(RFV)%20brinda,asegurar%20su%20financiamiento%20y%20sostenibilidad.)

¹⁹¹ O UNFPA Procurement Services (Servicio de Adquisiciones de UNFPA) permite que governos e ONGs acessem o conhecimento e o poder de compra do UNFPA para fazer o melhor uso de seus próprios recursos financeiros e fundos de doadores para adquirir suprimentos de saúde reprodutiva. É baseado em parceria, sem fins lucrativos e fornece suprimentos de qualidade de maneira econômica e confiável. Vide: www.UNFPAprocurement.org

¹⁹² A evidência da UNASUL, da CARPHA e do ORAS/CONHU e a Secretaria Executiva da COMISCA é que dispor de um desenho institucional permanente como arranjo de governança regional em saúde permite maior celeridade nos avanços nas agendas regionais da saúde.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá,
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

Cúpula Extraordinária da União Africana sobre Industrialização e Diversificação Econômica

Considerando a crescente preocupação com o lento progresso na implementação das Décadas I, II e III de Desenvolvimento Industrial para a África (IDDA - *Industrial Development Decades for Africa*); a Estratégia para a Implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Industrial Acelerado da África (AIDA - *Accelerated Industrial development of Africa*); e outras estratégias e programas continentais relevantes para a industrialização, transformação estrutural e desenvolvimento para a realização da Agenda 2063 da União Africana, os líderes africanos se comprometeram a tomar decisões firmes e de longo alcance para acelerar a industrialização, a diversificação econômica e o comércio no continente, com plena apropriação pelos seus cidadãos.

Os líderes reafirmaram a sua determinação em assegurar que a industrialização e diversificação econômica de África seja financiada de forma previsível e com a urgência de identificar e abordar os obstáculos à produtividade e crescimento através do desenvolvimento de infraestruturas, energia, acesso ao financiamento, digitalização, inovação e desenvolvimento de competências para alcançar a diversificação econômica.

Eis um destaque dos pontos-chave do compromisso assumido na [Cimeira Extraordinária da União Africana](#) sobre Industrialização e Diversificação Econômica realizada em Niamey, capital do Níger, no dia 25 de novembro:

- ❖ Acelerar uma industrialização baseada em *commodities* como motor de crescimento, empregos produtivos e diversificação econômica através de uma cadeia de valor regional nas dotações de recursos naturais do continente, com prioridades nas indústrias de saúde e farmacêutica, automotiva, beneficiamento de minerais, alimentos e nutrição e vestuário de algodão, a fim de reduzir a dependência externa do continente. A este respeito, a Comissão da União Africana vai elaborar um relatório com recomendações claras sobre o reforço das cadeias de valor regionais;

- ❖ Aumentar os investimentos em infraestruturas e energia com o apoio de instituições financeiras e parceiros para reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade das economias africanas;

- ❖ Aumentar a mobilização de recursos internos para assegurar o financiamento sustentável da industrialização da África, e atribuir um mínimo de 5 - 10% do orçamento nacional dedicado ao desenvolvimento industrial;

- ❖ Desenvolver Zonas Econômicas Especiais e Parques Industriais sustentáveis, bem como trabalhar e apoiar as já existentes nos estados membros como meio de superar as restrições de infraestrutura industrial existentes, e tornar-se centros de integração da cadeia de valor regional;

- ❖ Para assegurar uma industrialização inclusiva e sustentável, os Chefes de Estado e de Governo e outras partes interessadas terão um diálogo regular com o sector privado, a fim de aumentar o envolvimento de alto nível na industrialização. A Comissão da União Africana,

em colaboração com outras instituições, reforçará o apoio aos Estados Membros na criação de um ambiente empresarial favorável ao florescimento do sector privado;

❖ Os líderes aprovaram a Estratégia da União Africana para as Pequenas e Médias Empresas. Relativamente, a Comissão da União Africana está encarregada de estabelecer e operacionalizar a Rede de Empresas Africanas. A Comissão da União Africana irá também trabalhar com a Organização Africana de Padrões Regionais (ARSO) e a Infraestrutura Pan-Africana de Qualidade (PAQI) para acelerar a finalização dos Padrões e Diretrizes do *Made in Africa*;

❖ Os líderes comprometeram-se a reservar um mínimo de 10% dos contratos públicos para as empresas locais, para reforçar o desenvolvimento do sector privado e a industrialização;

❖ Na Cimeira, os líderes concordaram em estabelecer, a nível nacional, programas de ligação industrial entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, destinados a promover a competitividade do sector privado através do desenvolvimento de competências transversais e duras necessárias à industrialização, em particular nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM); do ensino técnico e profissional e da coloração (TVET), e da robótica e inteligência artificial. Em paralelo, a Comissão da União Africana e a *African Capacity Building Foundation* (ACBF) irão preparar um estudo de viabilidade sobre a criação de um Instituto Africano de Fabrico para apoiar os Estados Membros e o sector privado no desenvolvimento de competências modernas de fabrico e na promoção da inovação no sector transformador que irá acompanhar a transformação económica estrutural em curso em África;

❖ O Presidente do Níger foi nomeado líder da União Africana sobre Industrialização Inclusiva e Sustentável e Transformação Produtiva, para proporcionar liderança política e sensibilização, e assegurar um acompanhamento do progresso relativo ao desenvolvimento industrial no continente, a fim de alcançar a transformação da África no âmbito da Agenda 2063. A Comissão da União Africana criará um mecanismo de coordenação interinstitucional para prestar assistência técnica ao Presidente do Níger no desempenho das suas funções de liderança;

❖ Com a prevalência de circunstâncias excepcionais que justificam a extensão do Acordo TRIPS para abranger o diagnóstico e a terapêutica para uma resposta abrangente à Covid-19 e para diversificar a produção, os Chefes de Estado conclamaram todos os Membros da OMC a apoiar a extensão da isenção do TRIPS para cobrir a produção e o fornecimento de diagnóstico e terapêutica da Covid-19 até 17 de dezembro de 2022. A África é responsável por menos de 5% da produção global de todos os produtos médicos, expondo o continente a vulnerabilidades e fragilidades durante as pandemias;

Trabalhando com os parceiros de desenvolvimento, a União Africana também produzirá e divulgará entre os Estados-Membros, um Relatório Anual de Desenvolvimento Industrial Africano com base num Índice de Desenvolvimento Industrial Africano, e acelerará a criação do Observatório Industrial Africano.

Os líderes apelaram ao Secretariado da Área de Comércio Livre Continental Africana para apoiar a implementação do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM - *Single African Air Transport Market*) no âmbito da Iniciativa de Comércio Guiado, em colaboração com a Comissão de Aviação Civil Africana, as companhias aéreas africanas e outras partes interessadas relevantes. Além disso, espera-se que o Secretariado acelere a implementação de um programa de trabalho relacionado com os Anexos sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio

(TBT - *Technical Barriers to Trade*) e Sanitário e Fitossanitário (SPS - *Sanitary and Phytosanitary*), especificamente nas áreas de harmonização de normas.

CDC África: Coreia do Sul vai doar o primeiro lote de vacina contra Mpox

Através da sua Agência de Controlo e Prevenção de Doenças (KDCA - *Korea Disease Control and Prevention Agency*), irá doar o primeiro lote da vacina contra a varíola a África através dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC). A doação foi anunciada durante uma reunião bilateral entre o Diretor-Geral interino do CDC África, Dr. Ahmed Ogwel Ouma, e a Comissária da KDCA, PECK Kyong Ran, à margem da 7ª Reunião Ministerial da Agenda Global de Segurança da Saúde, realizada em Seul, de 28 a 30 de novembro.



O Diretor-Geral Interino do CDC África com a comissária da KDCA

A Mpox tem sido endémica há décadas em alguns países africanos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto global como uma emergência de saúde pública de preocupação internacional (PHEIC - *Public Health Emergency of International Concern*) em julho de 2022. Embora a decisão tenha desencadeado uma resposta internacional mais coordenada, a África ainda não recebeu vacinas para conter a propagação da doença, que continua a ser uma séria ameaça à saúde pública.

Os países africanos permanecem na mesma situação que durante a implantação da vacina COVID-19. As nações mais ricas onde a Mpox foi recentemente identificada compraram as vacinas disponíveis deixando os países africanos novamente na fila de espera para vacinas, testes e tratamento.

Durante o [anúncio](#), o Diretor-Geral Interino do CDC África afirmou: "*Saúdo a colaboração entre a República da Coreia e a nossa organização, que resultou nesta doação. Apreciamos este gesto e asseguramos que estas vacinas contra a Mpox terão prioridade nos Estados Membros da União Africana mais afetados*".

A doação pela KDCA é o culminar do acordo de colaboração e cooperação assinado em abril de 2022 através de um Memorando de Entendimento (MdE) entre o CDC África e a KDCA. O MdE estabeleceu um plano de ação conjunto onde as duas organizações concordaram em facilitar a cooperação e colaboração e em estabelecer acordos em atividades de saúde pública necessários para assegurar uma cooperação eficaz entre as partes em áreas de interesse mútuo. O Memorando de Entendimento visa ainda expandir e aprofundar a colaboração técnica para apoiar a segurança global da saúde e reforçar a prevenção e controlo de doenças em África.

CPLP – Revisão do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (2023-2026)

A Declaração de Luanda da **VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP**, atribuiu grande relevância e pertinência ao “**Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)**” como instrumento primordial para orientar a cooperação em saúde da CPLP e fomentar o relacionamento da Comunidade com diferentes parceiros de desenvolvimento, no setor Saúde, no âmbito da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os Ministros apelaram aos parceiros de desenvolvimento regionais e internacionais para que, no curto e médio prazo, incrementem o desenvolvimento de atividades de cooperação com a CPLP para a implementação do PECS-CPLP.

E para a consecução desse desiderato, a reunião ministerial aprovou um Plano de Ação 2022 – 2024, do qual consta, entre outras atividades relevantes, a **revisão do PECS-CPLP para o período 2023-2026**, que será submetido à aprovação dos Ministros na próxima Reunião Extraordinária, prevista para o primeiro trimestre de 2023.

Para a revisão do PECS-CPLP (2023-2026), o Secretariado Executivo recorreu a Entidades Assessoras constituídas pela Fiocruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa (IHMT) e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA, Portugal).

E no passado dia 25 de novembro, em regime remoto, as Entidades Assessoras do PECS-CPLP discutiram e concluíram a referida revisão em que ficou consensualizado o PECS para 2023-2026. Antes de aprovação pelos Ministros, o PECS agora revisto irá ser objeto de consultas com diferentes atores, nomeadamente os integrantes de Observadores Consultivos da CPLP.

COMESA - 43ª reunião¹⁹³ de Conselho de Ministros

Foi realizada em Lusaka (Zâmbia), a 43ª reunião de conselho de Ministros do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), com objetivo de refletir sobre os mecanismos de eliminação dos obstáculos na flexibilização do Acordo Tripartido da Área de Livre Comércio (TFTA) dado o seu impacto negativo nos Estados Membros/Parceiros no aproveitamento dos benefícios potenciais do apoio internacional para o financiamento de programas de desenvolvimento regional. A reunião foi presidida pelo Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Ahmed Samir.

O coletivo de ministros decidiu adicionalmente relacionar a preservação da jurisdição das autoridades regionais de concorrência, especialmente da Comissão de Concorrência do COMESA (CCC), com a implementação do Protocolo sobre Concorrência da Área de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA). O Conselho apreciou a implementação do Protocolo AfCFTA, observando, no entanto, que a existência da CCC e de outras autoridades regionais de concorrência traria desafios de jurisdição. Neste contexto, os Estados Membros devem apresentar o seu posicionamento em relação a implementação do Protocolo de Concorrência AfCFTA para garantir que a jurisdição da CCC seja preservada

Em relação à implementação da Área de Livre Comércio COMESA, o Conselho instou os Estados Membros que ainda não concluíram o processo de adesão a acelerar o processo como uma questão prioritária. Estes são RD Congo, Eswatini, Eritreia, Etiópia e Somália. O Secretariado do COMESA fornecerá atualizações aos Estados Membros sobre o status dos Estados Não Membros do FTA de ingressar no COMESA FTA regularmente. Os Ministros da Saúde dos Estados Membros foram endossados para avaliar a viabilidade da indústria farmacêutica na região do

¹⁹³ <https://www.comesa.int/key-decisions-at-the-43rd-comesa-ministers-meeting/>

COMESA e propor medidas para abordar os vários procedimentos de registro e inspeção. Foi observado que a Covid-19 criou uma grande crise econômica e de saúde e interrompeu a entrega de bens e serviços essenciais em toda a região, desafiando o fornecimento de suprimentos médicos. Esta situação foi agravada pelo facto de os países africanos importarem 85% dos seus produtos farmacêuticos. O Conselho também endossou a decisão de estabelecer um [COMESA Health Desk](#) para facilitar o desenvolvimento de políticas e quadros estratégicos de saúde, coordenar a implementação de programas de saúde, promover a produção local de medicamentos, entre outras atividades.

Vulnerabilidade de crianças afetadas por conflitos armados¹⁹⁴

Conflitos armados têm impacto direto na saúde da população expondo esses grupos a vulnerabilidade dos sobreviventes, principalmente as crianças, idosos e mulheres. Embora os conflitos armados e as crises afetem pessoas de todas as idades, as crianças são particularmente suscetíveis aos efeitos da guerra. Em 2019¹⁹⁵, quase 2/3 das crianças do mundo viviam em países assolados por conflitos, colocando direta e indiretamente os afetados a mutilações, recrutamento de crianças-soldado, exploração sexual, negação de acesso humanitário e más condições de saúde.

À luz dessa exposição infantil a diversas situações deploráveis que a *Save the Children International* e COMESA, com o apoio do governo da Suécia e da União Europeia, realizou em Nairóbi (Quênia), a “*conferência de proteção de crianças afetadas por conflitos armados 2022*” entre 28 e 30 de novembro. Participaram do evento petizes de Etiópia, Moçambique, Nigéria e Somália como representantes do Parlamento Infantil Africano. Os delegados infantis expressaram gratidão ao Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) por ter dado um passo importante para institucionalizar a participação infantil, quando se comprometeram a convidar crianças para participar de duas de suas sessões anualmente. Eles também elogiaram os países que fizeram esforços para criar plataformas para que as crianças participem da tomada de decisões sobre questões que as afetam.

As crianças compartilharam sobre como o conflito as afeta de maneira única e fizeram recomendações sobre as ações que desejam que os portadores de deveres tomem para aprender, sobreviver e ser protegidos. Os conflitos armados afetam as crianças de várias maneiras descritas abaixo:

1. **Educação:** Ataque direto a escolas levando a ferimentos, sequestros, crianças com medo de ir à escola, grupos armados estatais e não estatais ocupam espaços de aprendizagem,
2. **Deslocamento:** As crianças encontram-se em acampamentos, tornam-se chefes de família, pois muitas ficam desacompanhadas e, em muitos casos, não há dados disponíveis sobre crianças afetadas por conflitos.
3. **Serviços de saúde e segurança:** crianças são mortas, crianças perdem seus pais e ficam órfãs, crianças são mutiladas, a fome aumenta, desnutrição, traumas mentais e psicológicos e, em muitos casos, os serviços de saúde são inacessíveis.
4. **Dimensão de gênero:** meninas e meninos são afetados de forma diferente por conflitos armados, meninas sofrem estupro e outros tipos de violência de gênero, práticas

¹⁹⁴ <https://www.comesa.int/communique-conference-on-children-affected-by-armed-conflict/>

¹⁹⁵ <https://reliefweb.int/report/world/children-affected-armed-conflict-1990-2019>

tradicionais nocivas, casamento precoce e forçado, meninos são recrutados como crianças-soldados e meninas e meninos sofrem violência, trabalho infantil.

5. **Deficiência:** as crianças destacaram o impacto único dos conflitos nas crianças com deficiência que, além de todos os desafios listados acima, sofrem discriminação e estigma.

6. **Participação da Criança:** Nem todos os países da África estão dando às crianças a oportunidade de participação em questões que as afetam, especialmente em conflitos armados.

No final da reunião dos parlamentares de maio palmo, elas deixaram algumas recomendações para os tomadores de decisões e cuidadores:

1. Os governos devem priorizar a resolução de conflitos por meio do diálogo antes que eles acabem como conflitos armados. Isso impediria o recrutamento de crianças soldados.

2. Os governos e os responsáveis devem criar consciência sobre o impacto do conflito nas crianças e tomar medidas para mitigá-lo.

3. Os governos africanos devem endossar e implementar a Declaração de Escolas Seguras.

4. Os governos devem investir na reconstrução de serviços sociais destruídos, como escolas e centros de saúde, e garantir educação inclusiva e em emergências.

5. Os governos devem investir na criação de bancos de dados de crianças em movimento, crianças deslocadas, crianças em áreas rurais e urbanas para apoiar um planejamento preciso.

6. Os governos devem tomar medidas legais contra pessoas consideradas culpadas por violar os direitos das crianças em conflitos armados.

7. Os governos devem proibir o casamento infantil e garantir que, mesmo em situações de conflito armado, ele seja evitado.

8. As crianças elogiaram os governos africanos que ratificaram vários instrumentos como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC), a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (ACRWC), mas pedem igualmente a implementação urgente desses instrumentos importantes.

9. Numa situação de conflito, os atores devem comprometer-se a garantir a continuidade dos serviços para as crianças, especialmente saúde, nutrição, educação, proteção e garantir o acesso contínuo aos serviços humanitários;

10. A UA deve assegurar que organismos regionais como COMESA, CEDEAO, SADC e outros países adotem e institucionalizem políticas sobre a participação significativa de crianças em questões que as afetam.

Este ano, o Conselho de Paz e Segurança da UA assumiu o compromisso de fazer com que os estados membros incluam as seis violações graves em seus currículos educacionais e façam relatórios sobre isso. As crianças recomendam que a UA cumpra este compromisso.

SADC - esforços para consolidar a paz e a segurança na região¹⁹⁶

O Comité Ministerial da SADC do Órgão (MCO) sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança reuniu-se a 30 de novembro de 2022 em Windhoek, capital da Namíbia, com objetivo de discutir estratégias para consolidar a paz e a segurança, integração regional, desenvolvimento econômico como prosperidade da África.

O Presidente do MCO, Honorável Netumbo Nandi-Ndaitwah, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Internacionais e Cooperação da Namíbia, destacou que a paz e a segurança são a base para a realização da visão comum da região, [SADC Vision 2050](#) de um mundo pacífico, inclusivo, região industrializada competitiva de renda média a alta, onde todos os cidadãos desfrutam de bem-estar econômico sustentável, justiça e liberdade.

Embora a região permaneça pacífica e estável, há desafios políticos e de segurança enfrentados por alguns países da região que ameaçam o espaço econômico para o desenvolvimento de incentivos para que as indústrias cresçam e criem empregos sustentáveis, principalmente para mulheres e jovens. É sempre bom ver a região da SADC a esforçar-se por princípios mais democráticos, a fim de garantir o estado de direito e a boa governação, em conformidade com os [Princípios e Diretrizes Revisados da SADC Eleições Democráticas](#). O Presidente do MCO citou as eleições bem-sucedidas em Angola e no Reino do Lesoto, em agosto e outubro de 2022, respectivamente, como prova da determinação da região em promover e consolidar a paz, a estabilidade e os valores democráticos.

Para o Secretário Executivo da SADC, Elias Magosi, a região deve estar vigilante contra as ameaças emergentes à paz, segurança e bem-estar dos seus cidadãos, investindo em esforços que reduzam a prevalência de desafios políticos e de segurança. Em relação às reformas no Reino do Lesoto, os Ministros elogiaram o Governo do Reino do Lesoto, sob o comando do novo Primeiro-Ministro, Honorável Ntsokoane Samuel Matekane, pelo compromisso e promessa de avançar no processo de reforma como uma das principais prioridades do Governo do Lesoto de modo a abrir caminho para uma estabilidade sustentável através de emendas constitucionais.

Sobre a situação de segurança em Moçambique, os Ministros expressaram o contínuo compromisso regional e solidariedade ao Governo de Moçambique na luta contra o terrorismo e o extremismo violento na Província de Cabo Delgado através da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) que foi destacada em julho de 2021. Os Ministros reconheceram os progressos feitos em Cabo Delgado desde o destacamento do SAMIM, incluindo a melhoria da situação humanitária e de segurança, resultando no regresso das pessoas deslocadas internamente (IDP, sigla em inglês) às suas áreas de origem. Os representantes do Governo de Moçambique na reunião expressaram gratidão à SADC pelo apoio contínuo na luta contra o terrorismo e o extremismo violento e aplaudiram o SAMIM pela melhoria da situação humanitária através da segurança e abertura de corredores humanitários.

Após as ameaças representadas pelas forças negativas na RDC, os Ministros condenaram o recrudescimento de conflitos e atividades de grupos armados, incluindo o M23, e o apoio de agressão estrangeira que receberam contra a RDC. A este respeito, os Ministros apelaram a medidas unificadas para complementar as iniciativas de paz diplomática e política em curso para lidar com as tensões e conflitos no leste da RDC, como os processos de paz de Luanda e Nairobi

¹⁹⁶<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ministerial-committee-organ-calls-concerted-efforts-consolidate-peace-and-security>

facilitados por João Lourenço, Presidente de Angola e Uhuru Kenyatta, ex-presidente do Quênia, respectivamente.

A SADC, como instituição co-garantidora do Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região dos Grandes Lagos, continua atenta à situação de segurança na RDC através do destacamento da *Force Intervention Brigade* (FIB), operando sob o mandato da Missão de Estabilização da ONU na RDC (MONUSCO) desde 2013. Para este fim, os Ministros reafirmaram o seu compromisso de continuar a trabalhar com as Nações Unidas em apoio à RDC como parte dos esforços da SADC para a manutenção da paz e segurança na região.

Num esforço para fortalecer a Estrutura de Mediação e Diplomacia Preventiva da SADC do Painel de Anciãos, os Ministros endossaram a proposta de o Painel de Anciãos ser composto apenas por ex-Chefes de Estado ou de Governo com vista a aumentar as perspectivas de sucesso em esforços regionais para prevenir e resolver conflitos significativos dentro e entre Estados com compromissos políticos de alto nível entre líderes. O Comité Ministerial do Órgão da SADC reporta à Troika do Órgão e tem a responsabilidade de coordenar o trabalho e as suas estruturas de acordo com o Artigo 5º do Protocolo da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação em Segurança.

OS MARCOS DE 2022

Aproximamo-nos vertiginosamente para o fim de 2022 e para nós que estivemos com os olhos fixos nas ações de diplomacia e da saúde global protagonizadas pelas organizações do continente africano e seus respetivos parceiros, é sempre interessante e até curioso, reler e destacar os grandes momentos que pudemos fotografar para compor os diferentes Cadernos do Cris.

Seguindo as orientações emanadas da coordenação do nosso Observatório, apresentamos a seguir, nesta derradeira parte do Informe 23-22, o que de mais relevante se registou ao longo do corrente ano.

União Africana

A União Africana concede prioridade máxima ao **fabrico local de vacinas**, fortalecida com a entrada em vigor do Tratado de Agência Africana de Medicamentos (AMA).

Líderes de todo o continente se reuniram na **35.ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo** da União Africana em Adis Abeba para discutir questões que afetam o continente, principalmente a pandemia e a insegurança. O lema do ano: “Reforçar a Resiliência na Nutrição e Segurança Alimentar no Continente Africano; Fortalecimento dos sistemas agroalimentares, sistemas de saúde e proteção social para a aceleração do desenvolvimento do capital humano, social e econômico.” A Cúpula aprovou a passagem do CDC África para uma agência continental com autonomia legal, institucional e operacional para, designadamente, servir de canal para mobilizar financiamento para construir as capacidades necessárias e adquirir ativos continentais vitais para a prevenção e controlo de doenças.

VI Cúpula União Europeia-União Africana: esta Cúpula deve ser considerado um dos importantes passos para começar uma nova forma de parceria assente na cooperação em igualdade e, talvez, um início do afastamento da dinâmica doador-receptor que até aqui caracterizam as relações pós-coloniais.

Relatório final sobre Migração e Saúde: o relatório apresenta as conclusões de um estudo sobre migração e saúde em África, encomendado pela Comissão da União Africana para gerar conhecimentos sobre migração e saúde em África para uma melhor compreensão da saúde dos migrantes nos diferentes contextos africanos, bem como onexo migração-saúde em geral.

BioNTech inicia a construção da primeira instalação de fabrico de vacinas mRNA em África. as obras de construção da instalação inicial africana de fabrico de mRNA começaram em Kigali, Ruanda, com o objetivo de que o primeiro conjunto de fabricantes de BioNTainers fosse entregue no local até ao final de 2022. A empresa espera criar fábricas adicionais no Senegal e na África do Sul em estreita coordenação com os seus parceiros nos respectivos países. A capacidade anual inicial estimada da vacina contra a Covid-19, por exemplo, será de cerca de 50 milhões de doses. Estima-se que o fabrico no Ruanda comece dentro de aproximadamente 18 meses (a partir de 2024) após a conclusão de instalação das unidades fabris.

CDC África

Criado **Grupo de Coordenação Uma Saúde/One Health** para coordenar, apoiar, monitorizar e avaliar a implementação da Estratégia de Saúde da União Africana para a prevenção e controlo de doenças zoonóticas em todos os Estados-Membros.

Cúpula África-Américas sobre Sistemas Agroalimentares

A reunião de alto nível, convocada sob o tema "*Construir pontes para a cooperação na transformação dos sistemas agroalimentares*" foi a primeira do seu género e delineou o papel da África e das Américas na segurança alimentar e ambiental globais. A colaboração em ciência, tecnologia e inovação deve estar no centro de uma cooperação reforçada entre a África e a América para alcançar o potencial dos dois continentes, garantir seu papel como avalistas da segurança alimentar e nutricional global e criar de forma homogênea setores agropecuários produtivos, sustentáveis e inclusivos que contribuam para o desenvolvimento sustentável de ambas as regiões. Além de altos funcionários de cerca de 40 países, também participaram da Cúpula organizações multilaterais de crédito, de cooperação e do setor privado. O encontro contou com os apoios da Bayer, do CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina, do Grupo Banco Mundial, da Microsoft, do Rabobank, da Syngenta e da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Criação da **Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica (FATF)** na África. O BAD aprovou a criação de uma instituição pioneira que irá melhorar significativamente o acesso de África às tecnologias que sustentam o fabrico de medicamentos, vacinas e outros produtos farmacêuticos. A decisão é um grande impulso para as perspectivas de saúde de um continente que tem sido agredido durante décadas pelo fardo de várias doenças e pandemias como a Covid-19, mas tendo uma capacidade muito limitada de produzir os seus próprios medicamentos e vacinas. A Fundação reforçará o compromisso do BAD em gastar pelo menos 3 bilhões de dólares durante os próximos 10 anos para apoiar o setor farmacêutico e de fabrico de vacinas no âmbito do seu Plano de Ação Farmacêutico 'Vision 2030'. As áreas de trabalho da Fundação serão também um trunfo para todos os outros investimentos atuais na produção farmacêutica em África. A Fundação trabalhará em estreita colaboração com a União Africana, União Europeia, a OMS, o Pool de Patentes de Medicamentos, a OMC, organizações filantrópicas, agências e instituições bilaterais e multilaterais, e fomentará a colaboração entre os setores público e

privado. Irá também promover uma coordenação mais estreita com as várias iniciativas de fabrico de medicamentos e vacinas para aumentar as redes de colaboração, e alavancar sinergias e parcerias. A **Fundação Oswaldo Cruz** (Fiocruz) foi convidada para integrar o seu *Eminent Advisory Council of the Pharmaceutical Technology Foundation*.

Comissão Econômica da ONU para a África

8ª Sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável. Sob o lema "Construir melhor o futuro: uma África verde, inclusiva e resiliente, pronta para realizar as Agendas 2030 e 2063". Este lema está alinhado com o da próxima reunião do Fórum Político de Alto Nível (*High Political Forum*) sobre desenvolvimento sustentável: "Construir melhor a partir da Covid-19 enquanto se avança na plena implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030"

Organização Oeste Africana da Saúde da (OOAS/CEDEAO)

23ª Sessão Ordinária de Assembleia de Ministros da Saúde (AHM/CEDEAO). em Acra, Gana país que assume a atual presidência da Cúpula/Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo. Os Ministros manifestaram-se preocupados com as frequentes epidemias na região, apelando para uma maior colaboração na área de pesquisa para encontrar soluções endógenas aos grandes problemas de saúde, necessidade de reforçar as capacidades de cuidados intensivos nos hospitais e fazer face ao crescente fenómeno de emigração dos recursos humanos da saúde.

77ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas

O Presidente do Senegal e o *pro tempore* da União Africana, dirigindo-se à AGNU, lançou vibrante apelo à desconstrução de narrativas de marginalização do continente. Os eventos à margem da 77ª AGNU dos blocos regionais demonstram o inelutável compromisso do Sul Global com o desenvolvimento. Ele afirmou que a África é defensora de um multilateralismo aberto e respeitador das diferenças, porque o sistema das Nações Unidas, nascido das cinzas da guerra, só pode ganhar o apoio de todos com base em ideais partilhados, e não em valores locais erigidos como normas universais, pois trabalhando em conjunto, respeitando as nossas diferenças, se possam restaurar a força e a vitalidade da razão de ser das Nações Unidas, salvar as gerações presentes e futuras do flagelo da guerra, fazer avançar a coexistência pacífica dos povos, e fomentar o progresso através da criação de melhores condições de vida para todos .

Os ecos da COP27 Africana

A União Africana, o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e o Africa50 - juntamente com vários parceiros mundiais - lançaram a Aliança para as Infraestruturas Verdes em África (AGIA), uma iniciativa para ajudar a dimensionar e acelerar o financiamento de projetos de infraestruturas verdes em África. A Aliança irá angariar até US\$ 500 milhões para fornecer capital para o desenvolvimento de projetos em fase inicial. Trata-se de capital que construirá uma sólida linha de projetos financiáveis, começando com a fase de pré-viabilidade até à conclusão comercial e financeira. Prevê-se que isto gere até US\$10 bilhões de investimentos em infraestruturas verdes. Isto será mobilizado a partir de uma combinação de investimentos, cofinanciamento, mitigação de riscos e financiamento misto fornecido pelos membros da Aliança. Este capital será igualmente retirado de outras instituições financeiras e fundações, investidores institucionais públicos e privados mundiais e africanos, patrocinadores de projetos, operações soberanas de bancos multilaterais de desenvolvimento, e de doadores bilaterais do G-20.

OEACP (Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico)

A parceria UE-ACP é um dos quadros de cooperação mais antigos e abrangentes entre a UE e países parceiros. Reúne mais de 1,5 bilhões de pessoas em quatro continentes. Mais especificamente, a parceria liga a UE a 79 países de África, das Caribe/Caraíbas e do Pacífico. A colaboração é abrangente e assenta nos valores e ambições que promovem a aproximação entre a UE e os países ACP. A cooperação deverá ser mais política e orientada para a realização de maiores ambições a nível local, nacional, regional e internacional. O novo Acordo baseia-se em domínios prioritários fundamentais com o objetivo de enfrentar os principais desafios ao longo das próximas décadas. O Secretariado da OEACP divulgou o seu Plano Estratégico 2022-2025 (SP2022-2025). O novo Plano Estratégico aponta para uma ambição de mudança, aspiração à excelência e compromisso em produzir resultados e impactar na vida das pessoas dos seus Estados-Membros. A OEACP, em colaboração com o Governo de Angola, acolherá a 10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em Luanda, **de 6 a 10 de dezembro de 2022**. Sob o lema: *"3 Continentes, 3 Oceanos, 1 Destino Comum": construir uma OEACP resistente e sustentável*", a 10ª Cúpula vai marcar a primeira reunião presencial de Chefes de Estado e de Governo desde a entrada em vigor do Acordo revisto de Georgetown em abril de 2020, a mudança de liderança no Secretariado e o surto da pandemia da Covid-19.

CPLP

IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Na Declaração Final, congratularam-se com a escolha do tema «O digital e a ciência nas sociedades pós-Covid19: desafios e perspectivas», atendendo aos impactos da pandemia nos contextos nacionais de ensino superior, ciência e tecnologia e aos desafios a enfrentar, que demandam ao aprofundamento do diálogo e à partilha de informação, tendo em vista uma atuação concertada no contexto da CPLP.

A **VI Reunião de Ministros da Saúde** da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (VI RMS - CPLP) decorreu sob o lema "Recuperação Pós-Pandémica para Vencer os Desafios do Futuro", presencialmente em Luanda e por videoconferência, a 25 de março de 2022. Esta VI RMS da CPLP foi dividida em três reuniões: (a) a reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP); (b) a reunião de Pontos Focais do Grupo Técnico de Saúde (GTS – CPLP); (c) a reunião de Ministros da Saúde ou seus representantes. Aprovou o Plano de Ação 2022 – 2024, e a revisão do PECS-CPLP para o período 2023-2026.

Participação da Fiocruz na "SALMA Dialogue 2022"

"**SALMA (Strategic Alliances: Latin America Meeting Africa) Dialogue**" ou "Diálogo SALMA" é um programa internacional com a Alemanha para criar uma dinâmica positiva entre países africanos e latino-americanos, visando estimular a **Cooperação Sul-Sul** entre as duas regiões e criando um espaço eficiente para um diálogo aberto. A iniciativa é patrocinada pela Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS), uma fundação política ativa em toda a Alemanha e no estrangeiro, financiada na sua maioria por fundos públicos. Sendo um *think tank*, o foco do seu trabalho reside nas três questões-chave da inovação, segurança, bem como da participação e representação. O Diálogo SALMA inclui atualmente mais de 50 países de África, América Latina e Caribe. A conferência discutiu vários temas sobre atenção à saúde tendo a Fiocruz participado com os seus painelistas nos debates sobre políticas de acessibilidade, semelhanças e diferenças entre África e América Latina, e desigualdades no acesso à saúde, soluções inovadoras e perspectivas.

OMS AFRO - 72ª Sessão do Comitê Regional para África

O Comitê Regional Africano da OMS, principal encontro de saúde pública realizado anualmente nessa Região, discutiu e chegou a um acordo sobre medidas para reduzir o fardo de doenças, procurar as formas de reduzir os fatores que motivam os problemas de saúde e aprovou as estratégias para promover o acesso aos serviços de saúde e o bem-estar dos cidadãos. Os Ministros aprovaram medidas para fortalecer resposta a situações de emergência e promover a utilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento dos desafios sanitários, com base nas lições aprendidas da resposta à pandemia da Covid-19.

Tokyo International Conference on African Development (TICAD)

Os trabalhos da **8ª Conferência Internacional de Tóquio** sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD 8) tiveram lugar em Tunis, capital da Tunísia com a presença do Presidente da República, Kais Saïed, e do Primeiro-Ministro japonês Fumio Kishida (por videoconferência) e de 20 Chefes de Estado e de Governo africanos. Sessenta e seis (66) delegações oficiais representando 48 países (Ministros das finanças, da economia e comércio e corpo diplomático) estiveram presentes juntamente com organizações regionais e internacionais, sociedade civil e 120 jornalistas. Esta edição identificou formas de construir resiliência e alcançar inclusão e abundância em África no contexto da pandemia da Covid-19 e do aquecimento global. O evento procurou promover um diálogo político de alto nível entre líderes africanos e parceiros de desenvolvimento e aproveitar o apoio às iniciativas africanas numa tentativa de assegurar um desenvolvimento autossustentado. A **Declaração de Túnis** salientou o papel da TICAD nos esforços da África em realizar as suas aspirações de desenvolvimento previstas na Agenda 2063 e por construir economias resilientes que atraiam mais investimento privado e à medida que a comunidade internacional se concentrar cada vez mais no potencial e nas necessidades de crescimento do continente. A Declaração de Túnis reafirma a importância da parceria entre o Japão e a África para encorajar o investimento, promover a inovação do sector privado através do incentivo à colaboração entre empresas japonesas e africanas e à transferência de tecnologia. A Cúpula será precedida por um Fórum Empresarial, que abordará questões relacionadas com o comércio entre os Estados-Membros e parceiros-chave; um Fórum de Mulheres sobre a Economia Azul; e um Fórum da Juventude que se centrará na importância da Segurança Rodoviária. Um novo aditamento na preparação da Cúpula, o Fórum da Diáspora, facilitará um intercâmbio sobre tópicos-chave para o desenvolvimento sustentável dos 79 Estados-Membros da OEACP. A Cúpula de Chefes de Estado e de Governo é o órgão supremo da Organização e desde 1997, os Chefes de Estado e de Governo têm-se reunido regularmente para estabelecer as orientações gerais da política geral e dar ao Conselho de Ministros instruções relacionadas com a sua implementação. A Cúpula é presidida pelo Chefe de Estado ou de Governo do país anfitrião e organizada por uma mesa composta pelos Presidentes *pro tempore*, o cessante e o próximo.

PERSPECTIVAS PARA 2023

Para o próximo ano, acreditamos que vão decorrer tanto os acontecimentos previsíveis, principalmente aqueles iniciados no ano pretérito, como também aqueles de que não temos controlo por ainda não virem a público as próximas agendas de organizações que acompanhamos regularmente no continente africano.

Por exemplo, no âmbito da CPLP, dá-se como certa a realização da **Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde** para a aprovação do **Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP, 2023-2026)** cuja revisão se concluiu recentemente.

Um evento importante que deve merecer a nossa atenção: *Africa Health Agenda International Conference* (AHAIC). Uma reunião bienal de alto impacto que reúne diversos participantes para discutir desafios e oportunidades para melhorar a saúde em África. Em 2023 (AHAIC2023) terá lugar em **Kigali, capital do Ruanda, de 6 a 8 de março**. As inscrições já estão abertas [aqui](#).

No quadro da OMS-AFRO, a **73ª Sessão do Comité Regional** terá lugar em Gaborone, capital do Botsuana, de 28 de agosto a 1º de setembro de 2023. Será o último Comité Regional que atual Diretora Regional, depois de dois mandatos consecutivos.

A guerra na Europa, que aprofunda sua dependência e esvazia a agenda da saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Seria um ano promissor para a área da saúde no continente europeu, que buscava responder a uma pandemia e se preparar para as próximas. Para correr atrás do prejuízo, a União Europeia terminava o ano de 2021 anunciando uma União Europeia da Saúde (EHU, na sigla em inglês), com organismos e sistemas de saúde fortalecidos. Mas havia uma guerra no caminho e as prioridades mudaram por completo, assim como o cenário geopolítico da Europa. Pandemia, monkeypox, seca, incêndios, guerra e ascensão da extrema direita foram os destaques do ano no continente europeu.

A saúde, que experimentava momentos de centralidade nas agendas políticas, perdeu destaque para temas mais tradicionais das relações internacionais, como segurança, energia e economia, que virou arma de guerra sob a forma de sanções. Somamos a isto, a nova emergência sanitária do monkeypox e os eventos climáticos como as secas e os incêndios, que aliados à guerra, trouxeram insegurança alimentar. Com tantas emergências em pauta, a EHU avançou timidamente.

A guerra que sucedeu à invasão da Ucrânia pela Rússia, infelizmente é o acontecimento de maior destaque e traz enormes desafios para a Europa. As crises inflacionária e energética, que já pairavam sobre o continente, se aprofundaram com o conflito. A presidência rotativa do Conselho da UE, começou o ano sob o comando da França, de Emmanuel Macron, que sempre defendeu uma autonomia estratégica. Como ela não chegou, a Europa recebeu a guerra sob a dependência energética da Rússia e militar dos EUA.

Esta edição de encerramento do ano de 2022, traz os principais acontecimentos do continente europeu, com olhar sobre a área da saúde e do cenário político da região. O informe trará considerações sobre a saúde na agenda política em contexto de guerra, o papel da OMS, a resposta político-econômica à guerra, as crises que se instauram e/ou se aprofundam, a nova conformação política que se desenha e, finalmente, a expansão da extrema-direita na Europa, todos assuntos abordados nos informes do ano.

A saúde em tempos de guerra

Os efeitos da guerra sobre a saúde são imediatos, com pessoas mortas e feridas. A invasão russa da Ucrânia traz uma série de sérias ameaças à saúde pública, que vão além da violência militar. As condições de guerra dificultam que pacientes obtenham tratamento – como diabetes e câncer -, e pode aumentar a propagação de doenças infecciosas, incluindo a Covid-19, à medida que as pessoas se reúnem em abrigos, fogem do país e são obrigadas a relaxar as medidas de prevenção. O transporte impedido, o fluxo de bens essenciais de saúde interrompido, e a falta de mobilidade de equipes de saúde e pacientes, também impactam a saúde pública, trazendo insuficiência de medicamentos e fechamento de hospitais. Em caso de acirramento dos conflitos, doenças infecciosas podem surgir em consequência da interrupção de acesso à água doce, saneamento e suprimento de alimentos. Na saúde mental, os impactos tendem a ser extremos. Como se não bastasse, há risco de ataques e/ou acidentes nucleares.

Nos anos anteriores, falávamos da resposta à pandemia. Em 2022, o tema é a resposta à guerra. Na área da saúde, envolveu a atuação coordenada de ministros da saúde europeus e da OMS, que tem papel fundamental na busca pela garantia de acesso à saúde aos ucranianos e aos refugiados.

O ano de 2022, começou sob a presidência francesa do Conselho da EU, que promoveu um [encontro entre os Ministros da Saúde dos países membros](#), para discutir o futuro da saúde na União e a implementação de uma política de saúde pública comum para o bloco, com ênfase na relevância de se construir uma União da Saúde Pública na EU (EHU). Frente às inequidades entre os sistemas de saúde dos países membros, revelada pela pandemia, os ministros se questionavam se a EHU teria dimensões suficientes para enfrentar os desafios conjuntos, como o envelhecimento da população, as mudanças climáticas ou a crescente insegurança em relação à saúde pública. Na ocasião, os ministros concordaram sobre a necessidade de melhor se levar em conta o impacto que outras políticas comuns podem exercer sobre a saúde das populações, evitando efeitos adversos das políticas sobre a saúde. Isto tudo no começo de fevereiro, antes da guerra.

A pandemia recrudescia na Europa, mas as prioridades passaram a ser a guerra, os ucranianos e os refugiados. Tanto a OMS Europa como a reunião informal dos ministros da saúde da União Europeia, priorizaram o conflito em suas agendas.

Os [ministros da Saúde da UE se reuniram em videoconferência](#) informal para acordar uma resposta coordenada às consequências da guerra na Ucrânia para a saúde. Eles reconheceram o significativo impacto gerado pelo acolhimento sem precedentes de refugiados e deslocados, a evacuação médica e o atendimento a feridos de guerra e doentes crônicos, sobre os Estados-membros, em especial sobre seus sistemas de saúde. Concordaram com a necessidade de priorizar crianças doentes na evacuação médica de refugiados, garantindo que permaneçam ao lado de suas famílias; e de atualizar em tempo real as capacidades de acolhimento para cuidados intensivos de refugiados, a fim de garantir a continuidade dos cuidados; e se considerar a implantação de hospitais temporários na Polônia para facilitar a evacuação de pacientes de acordo com suas patologias.

Em [sessão especial do Comitê Regional da OMS para a Europa](#), em maio, a guerra na Ucrânia e seu impacto nas condições de saúde locais, também foram discutidas. A sessão especial virtual, moderada pela OMS Europa, foi convocada pela Ucrânia e outros 42 Estados Membros, incluindo todos os 27 Estados Membros da União Europeia. Foi produzido um relatório com a contribuição da OMS Europa, avaliando a emergência de saúde na Ucrânia, os riscos de saúde internacionais consequentes e as respostas propostas. O resultado da sessão foi formalmente comunicado ao Diretor-Geral da OMS, que o levou à atenção da Assembleia Mundial da Saúde.

O ano de 2022, traria outra emergência à Europa, a epidemia da varíola dos macacos, ou monkeypox. Depois que o surto foi identificado pela primeira vez no Reino Unido, [o vírus começou a ser detectado em toda a Europa](#) - agências de saúde pública de diversos países europeus, passaram a confirmar casos. Apesar da transmissão comunitária da doença, o risco é considerado baixo, pois o vírus não tende a se espalhar facilmente e a doença geralmente é leve. [É o maior surto](#) da doença já visto na Europa. Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, [diz que os casos são atípicos](#) e que a OMS está trabalhando em estreita colaboração com os países envolvidos para investigar os casos, determinar a provável fonte de infecção, como o vírus está se espalhando e como limitar a transmissão.

A Organização está fornecendo orientação e suporte sobre vigilância, testes, prevenção e controle de infecções, gerenciamento clínico, comunicação de riscos e envolvimento da comunidade, além de facilitar o compartilhamento de informações entre países e redes de saúde. O Escritório Regional da OMS para a Europa (OMS/Europa) e o Centro Europeu de

Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) emitem boletins conjuntos semanais de vigilância da varíola, para resumir a situação e compartilhar uma análise regional.

Apesar das emergências, a EHU avançou, ainda que timidamente. Um passo importante é a criação do [Espaço Europeu de Dados de Saúde \(European Data Health Space, EHDS\)](#), com financiamento pelo programa EU4Health. Primeiro espaço de dados comum da UE em uma área específica a emergir da [Estratégia Europeia de Dados](#), o Espaço digital da saúde envolve regras, normas e práticas comuns, infraestruturas e um quadro de governança. A ideia é que os cidadãos da UE controlem seus dados de saúde e os compartilhem de forma voluntária. Pretende-se ter uma infraestrutura de acesso a dados interoperável para facilitar a análise transfronteiriça segura de dados de saúde até 2025. Para este ano, estão previstas a apresentação de um ato de governança de dados, que apoiará a reutilização de dados públicos sensíveis, como os da saúde. Para o próximo ano, está prevista a proposta legislativa sobre um espaço europeu de dados de saúde.

Enquanto a EHU se consolida, o bloco vem utilizando os programas existentes para responder à crise sanitária, que se agrava com as migrações forçadas pela guerra na Ucrânia. Tendo enfrentado inúmeras crises, a União Europeia [gradualmente implementou mudanças políticas e institucionais](#) para aumentar sua capacidade de lidar com emergências. A palavra de ordem é “resiliência”: a capacidade não apenas de resistir e lidar com desafios, mas também de passar por transições de maneira sustentável, justa e democrática. As ferramentas e regras desenvolvidas para gerenciar crises e fortalecer a resiliência do bloco são: mecanismo de proteção civil; resposta integrada à crise política; preparação e resposta a emergências de saúde; proteção de redes e sistemas de informação; e proteção de infraestrutura crítica.

No âmbito da diplomacia da saúde, a UE [anunciou uma remodelagem da Estratégia para a Saúde Global](#), na reunião ministerial de desenvolvimento e saúde do G7 em maio. Os comissários europeus falaram em melhorar os sistemas de saúde, abordar as desigualdades, avançar para a cobertura universal de saúde, reforçar capacidades locais de fabricação de saúde e pediram adesão das partes interessadas.

Em junho, [os ministros da saúde da UE se reuniram](#) no âmbito do Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores, para discutir sobre o processo de revisão da Estratégia de Saúde Global, que remonta a 2010. Como resultado do encontro, os ministros se comprometeram a realizar um debate político sobre a revisão da estratégia global de saúde. A Comissão irá propor as atualizações à luz dos acontecimentos recentes – incluindo a pandemia de Covid-19 e a crise sanitária e humanitária causada pela guerra na Ucrânia -, que serão debatidas pelo Conselho e Parlamento. Os Ministros salientaram a importância desta estratégia na redefinição das prioridades globais de saúde da UE, como o fortalecimento dos sistemas de saúde, a preparação e a resposta a crises de saúde e a promoção da abordagem de Saúde Única. Os ministros também apelaram a esta estratégia para reforçar a influência da UE na saúde na cena internacional e a coordenação entre os atores relevantes da UE.

Ainda na esfera da diplomacia da saúde, outro movimento é a [Agenda EUA-UE para vencer a pandemia global, vacinar o mundo, salvar vidas agora e reconstruir uma melhor segurança global de saúde](#). O acordo faz parte das ações conjuntas anunciadas na [declaração conjunta de 12 de maio](#), proferida pela Presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen e pelo Presidente Biden, dos EUA, na Segunda Cúpula Global sobre a Covid-19. Outra das ações é a Declaração Conjunta Estados Unidos-Comissão Europeia sobre o lançamento da [Força-Tarefa conjunta de Manufatura e Cadeia de Suprimentos Covid-19](#). Segundo Xavier Becerra, secretário

do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, o acordo possibilita que os signatários possam ajudar conjuntamente outros países, incluindo aqueles fora da União Europeia, a aumentar sua capacidade de prevenir, detectar e responder a ameaças à saúde pública. Eu vejo como uma pretensão de liderança no campo da saúde global, emplacando em âmbito bilateral, o tratado pandêmico que vai demorar a ser aprovado na OMS.

O papel da OMS

A OMS Europa, [aumentou sua presença](#) na Ucrânia e nos países que mais recebem fugitivos da guerra, para ajudar a atender à escalada de necessidades em saúde. A Organização vem apoiando o ministério da saúde ucraniano e entregando equipamentos e insumos médicos essenciais. Aumentou o número de funcionários e redirecionou sistemas, incluindo o de logística. A guerra reduz a capacidade dos sistemas de prover serviços, particularmente em áreas sob conflito. Para alcançar essas áreas, a OMS estabeleceu centros nas proximidades. Isso permitiu a entrega de centenas de toneladas de suprimentos e equipamentos médicos para o país, que são distribuídos internamente, conforme as necessidades. Os fornecimentos incluem suprimentos para cirurgia de trauma, ambulâncias, ventiladores fabricados na Ucrânia capazes de continuar funcionando mesmo quando a energia cai, geradores elétricos e equipamentos de oxigênio, incluindo a construção de plantas de oxigênio para ajudar os hospitais a funcionar de forma autônoma. Outra grande necessidade é o treinamento para lidar com os efeitos da guerra – cirurgia de trauma, baixas em massa, queimaduras e exposição a produtos químicos. Desde 24 de fevereiro, a OMS treinou mais de mil profissionais de saúde sobre esses tópicos.

[A OMS/Europa](#) trabalhou em estratégias para apoiar o sistema de saúde ucraniano, recuperando e trazendo de volta serviços de saúde necessários. Segundo a Organização, centenas de unidades de saúde estão em áreas de conflito e mil estão em áreas de controle alteradas, o que deixa o sistema de saúde vulnerável a danos na infraestrutura e graves interrupções em serviços críticos. Em algumas áreas, o acesso a medicamentos, instalações de saúde e profissionais de saúde é limitado ou inexistente. Estima-se que quase 50% das farmácias da Ucrânia estejam fechadas. Muitos profissionais de saúde estão deslocados ou incapazes de trabalhar, mas muitos continuam a prestar serviços onde quer que estejam. Em resposta à emergência, a OMS entregou toneladas de suprimentos para a resposta humanitária na Ucrânia. A Organização também tem trabalhado para equipar e treinar profissionais de saúde da linha de frente, realizando sessões de treinamento sobre como lidar com vítimas em massa.

Outro efeito da guerra são danos psicológicos e sofrimento. Em todo o país, profissionais de saúde relatam que o pedido mais comum tem sido ajuda para lidar com insônia, ansiedade, luto e dor psicológica. A OMS está trabalhando com o escritório de Olena Zelenska, primeira-dama da Ucrânia, para desenvolver um programa nacional de saúde mental acessível a todos.

Hungria, Polônia, República da Moldávia e Romênia, em particular, viram um grande número de refugiados cruzando a fronteira da Ucrânia nas últimas semanas. A OMS está trabalhando com esses e outros países para fortalecer a vigilância de doenças e garantir a prestação de serviços de imunização de acordo com os calendários e políticas de imunização dos países anfitriões.

Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa enuncia que [suas 3 prioridades são](#): levar os suprimentos de saúde necessários para a Ucrânia e garantir um sistema sustentável de “passagem segura” para a entrega; garantir que os países vizinhos tenham infraestrutura e prática para atender às necessidades dos que chegam; e fornecer suporte às necessidades

imediatas de saúde na Ucrânia por meio de um centro de operações da OMS em pleno funcionamento no oeste da Ucrânia.

Em outro movimento, a OMS Europa divulgou [novas orientações sobre como os países anfitriões podem ajustar seus financiamentos da saúde para atender aos refugiados](#). A nova orientação da OMS incentiva os países a remover todas as barreiras administrativas e de comunicação para os refugiados que chegam, reconhecendo que eles precisam de acesso a uma variedade de serviços de saúde e medicamentos. Os centros de acolhimento que oferecem exames de saúde obrigatórios ou voluntários são frequentemente os primeiros lugares onde os recém-chegados podem obter informações sobre os sistemas de saúde locais. A OMS Europa também incentiva os países a eliminar ou simplificar as regras administrativas para rápido acesso a serviços de saúde, incluindo medicamentos. A Organização reconhece que a prestação de cuidados de saúde aos refugiados terá um impacto significativo nos orçamentos de saúde dos países anfitriões e sugere a alocação de fundos públicos adicionais para atender às crescentes necessidades de saúde.

Enquanto isso, a guerra prossegue e as ameaças aumentam. A tomada da central de Zaporizhzhia, a maior usina atômica da Europa, que abriga seis dos quinze reatores nucleares ucranianos, pelas tropas russas, pouco depois do início da invasão, vem suscitando preocupantes ataques. A usina fica perto da frente de batalha e os beligerantes se acusam pelas explosões. Um acidente nuclear traz sérios e profundos riscos de saúde às populações. Em um primeiro episódio, o diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, [visitou a central nuclear ucraniana](#). Em outro episódio, quando projéteis caíram próximo de reatores e danificaram um prédio de armazenamento de lixo radioativo, a gravidade da situação foi reconhecida por Grossi, ao pedir uma [inspeção imediata do local](#) por especialistas internacionais. Ele alertou que partes da usina nuclear foram destruídas devido a ataques recentes, arriscando um potencial vazamento inaceitável de radiação.

Outra ameaça à integridade e saúde das populações que vem com a guerra é a [Bomba-suja](#). Assim a Rússia se refere a uma bomba que dispersa material radioativo, que estaria para ser lançada pela Ucrânia.

Respostas, sanções e a crise energética

O sistema multilateral (não) intervém à sua maneira. O Conselho de Segurança se reúne, mas sob o veto da Rússia não há aprovação de nada. Em movimento inédito, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, foi chamado para uma reunião do Conselho. Agências da ONU, como a OMS e a ACNUR prestam apoio logístico e assistência a cidadãos, entidades governamentais e países vizinhos que recebem os refugiados. O sistema financeiro se articulou excluindo a Rússia do Swift, dificultando os pagamentos feitos e recebidos pelo país.

Dependente militarmente dos EUA e energeticamente da Rússia, a situação da Europa não é das mais confortáveis. Sua abordagem para defender a Ucrânia tem sido a das sanções e fornecimento de armas e insumos. Para não se envolver diretamente no conflito entre Rússia e Ucrânia, os países ocidentais coordenam ações para retaliar economicamente a primeira e abastecem de ajuda bélica e humanitária a segunda. Europa e EUA se unem em uma aliança militar-econômica ocidental, que compreende não só ações governamentais, como de cunho privado. Assistimos à uma iniciativa coordenada pelo ocidente de sufocamento da Rússia pelo viés econômico. Empresas privadas ocidentais também anunciam boicote, fechando portas em território russo, como fizeram as poderosas gigantes de bebidas e comidas processadas.

As sanções e o fornecimento de ajuda bélica e humanitária à Ucrânia, são vistas pelo ocidente como uma forma de se evitar uma guerra aberta com a Rússia. "[A Otan não quer uma guerra aberta com a Rússia](#)", declarou Jens Stoltenberg, secretário-geral da Organização. No entanto, tais sanções vem demonstrando ineficácia sob o ponto de vista diplomático, pois em nada fez recuar a Rússia. Muito pelo contrário, é tida como uma declaração de guerra por Putin. Seus efeitos, contudo, aliados às consequências econômicas da guerra, são sentidos por todos e já ameaçam a própria economia europeia.

Nesta guerra gestada e provocada – como em todas as outras -, as grandes vítimas são as populações. Mas neste lamentável capítulo da história, estamos assistindo ao desenvolvimento de novas armas de guerras: as sanções econômicas e boicotes financeiros. A Otan, sob a liderança dos EUA, não quer se envolver diretamente no conflito armado, apesar de tê-lo provocado. Para Putin, contudo, as sanções e o boicote, já representam uma declaração de guerra.

A Rússia convive com sanções desde 2014, quando anexou a Crimeia, até então parte do território ucraniano. Desde então, vem reforçando sua defesa, reduzindo a dependência do dólar e tentando tornar sua economia à prova de sanções. Ela não só está preparada para esse tipo de retaliação, como faz de volta. Em uma contra sanção de resposta, a Rússia passou a obrigar os "países hostis" a pagar pelo seu gás somente em rublos. O movimento, criou demanda para a moeda russa, mas vigorou por pouco tempo, pois para a Rússia era bom aceitar pagamentos em euros e dólares, visto sua suspensão do sistema financeiro internacional. Para a Rússia, esta é uma resposta firme às sanções, pois viabiliza a entrada destas moedas em sua economia, fundamentais para os pagamentos de suas importações.

É o século XXI, trazendo um novo formato de guerra. Um modelo no qual países se tornam beligerantes sem empunhar armas, mas em uma complexa coordenação internacional para isolar economicamente a Rússia. Foram oito rodadas de pacotes sanções contra a economia e pessoas russas. Como sempre, as ações são coordenadas entre EUA e a dependente Europa. O governo estadunidense diz que as medidas visam tornar a Rússia um "pária" na economia mundial, mas "abre exceções" no setor de energia, principal fonte de recursos do Tesouro russo. As sanções anunciadas pela União Europeia visam [acentuar a pressão exercida sobre o governo e a economia russos e a reduzir os recursos do Kremlin para a agressão](#).

Só que o mundo, em especial a Europa, depende da energia russa e não pode sancioná-la. A situação se agrava com a interrupção do funcionamento do gasoduto NordStream 1, que abastece a Alemanha e outros países europeus com o gás russo. Isto obriga a Europa a buscar outras fontes de energia, em caráter emergencial. As sanções como arma de guerra, funcionam como um bumerangue, que volta para o ponto de partida. A Europa impõe sanções, mas sofre as suas consequências, principalmente as econômicas.

No [oitavo pacote de sanções contra a Rússia](#), a União Europeia e o G7 anunciaram a imposição de um teto ao preço do petróleo russo. O teto ao preço do gás é tema de mais difícil consenso, mas está avançando. Já a proibição de importação de carvão e combustíveis fósseis russos é até oportuna para a UE, que almeja uma transição energética para reduzir suas emissões de carbono. A redução de uso de carvão está na agenda europeia faz um tempo. Difícil mesmo é embargar o gás e o petróleo russos, dos quais a Europa ainda é dependente. O assunto é objeto de duras discussões entre os Estados membros, mas a Alemanha reluta: Berlim não pode abrir mão do gás russo a curto prazo e as sanções contra Moscou provocariam mais dano à UE que à Rússia, [afirmou o ministro alemão das Finanças, Christian Lindner](#).

E por falar em gás, a aprovação do enquadramento dele e da energia nuclear como fontes de energia limpas, pelo Parlamento Europeu, gerou reações de governos e da sociedade civil. A rotulagem verde permite acesso a bilhões de euros em recursos via empréstimos e subsídios e pode determinar onde esse dinheiro será investido nas próximas décadas. O debate já vinha em curso antes da guerra, mas foi impulsionado pelas sanções à energia russa e pela necessidade europeia de reduzir a dependência energética da Rússia.

[A Áustria quer levar para o Tribunal de Justiça da União Europeia \(TJUE\), o rótulo verde do gás e da energia nuclear.](#) Os opositores argumentam que classificar o gás e a energia nuclear como sustentáveis poderia desviar milhões de euros do incentivo às energias renováveis ou outras tecnologias verdes, o que, por sua vez, colocaria em risco os compromissos assumidos ao abrigo do Acordo Climático de Paris e da Lei Europeia do Clima. A taxonomia, visa clareza para que os mercados financeiros, investidores, pessoas comuns possam investir em projetos “verdes.”

A redução da dependência das importações de energia da Rússia é um imperativo urgente para a UE, que adotou o Plano [REPowerEU](#) para acabar com a dependência dos combustíveis fósseis russos e para combater a crise climática. O [plano aborda](#) economia de energia, diversificação do fornecimento, implantação acelerada de energia renovável e geração de energia. Para diversificar o abastecimento, a UE garantiu níveis recordes de importações de GNL e maiores entregas de gás de gasoduto. A recém-criada [Plataforma Energética da UE](#), apoiada por forças-tarefa regionais, permitirá compras comuns voluntárias de gás, GNL e hidrogênio, reunindo a demanda, otimizando o uso da infraestrutura e coordenando o alcance dos fornecedores. Como próximo passo, e replicando a ambição do programa comum de compra de vacinas, a Comissão considera o desenvolvimento de um “mecanismo de compra conjunta” que negociará e contratará a compra de gás em nome dos Estados-Membros participantes. A Comissão irá igualmente ponderar medidas legislativas para exigir a diversificação do aprovisionamento de gás ao longo do tempo por parte dos Estados-Membros. A Plataforma também permitirá a compra conjunta de hidrogênio renovável.

Este cenário de guerra e escassez, agrava a crise energética europeia, que já se anunciava no horizonte. Durante um verão de secas, incêndios e onda de calor, a Europa se preparava para um inverno sob crise energética. Com a Rússia interrompendo o fornecimento de gás, a União Europeia planeja [reduzir 15% do consumo de gás no bloco](#), até março de 2023. Cada governo deve se comprometer a cumprir o objetivo de 15% até ao final de março. Empresas, fábricas, edifícios públicos e casas particulares serão envolvidos. A Rússia – historicamente o maior fornecedor de gás da União Europeia, responsável por suprir cerca de 40% do consumo – reduziu gradualmente as entregas em retaliação às sanções. Além da redução de consumo, também está em pauta o [racionamento de energia](#), o que se considera o começo de uma crise que se espalhará pela Europa.

Em um primeiro momento, a redução do consumo de gás será voluntária, mas em caso de grave escassez ou de procura excepcionalmente alta, a redução se tornará obrigatória. Se métodos como a troca de combustível e os limites de temperatura não forem suficientes para atingir o objetivo, alguns países, como os fortemente dependentes do gás russo, correm o risco de ter que racionar o uso do gás. Neste caso, o governo intervirá e regulará a distribuição de gás.

A palavra de ordem para conter a crise energética e o aumento dos preços da energia na União Europeia e no Reino Unido é [economia](#). Governos vêm apelando às suas populações e indústrias, que reduzam seus níveis de consumo e poupem energia.

A Alemanha prepara instalações para receber gás natural liquefeito e assim, reduzir sua dependência do gás russo. Já a [Turquia, conversa com a Rússia sobre a construção de um gasoduto](#), que a tornaria um centro de distribuição de gás russo para a Europa. O futuro gasoduto, "Turk Stream", que ficará localizado na parte europeia da Turquia, pretende desviar o transporte de gás do desativado Nord Stream, do Mar báltico para o Mar Negro. Resta saber quais países europeus vão querer e poder comprar gás russo, tendo em vista a política de imposição de sanções à Rússia.

A UE é considerada uma importante defensora da transição verde, adotando políticas de longo alcance e convertendo em leis, as metas de neutralidade climática para 2050. No entanto, esta grave crise de energia, ameaça paralisar indústrias e famílias. Perante a ameaças de apagões e racionamentos, muitos países fizeram da segurança do abastecimento, a sua principal prioridade. Com o abandono do gás russo, vários Estados-membros, [voltaram a recorrer ao carvão, combustível fóssil mais poluente](#). Alemanha, Áustria, Itália, Países Baixos, Grécia e Hungria [anunciaram planos](#) para estender a vida útil das centrais a carvão, reabrir as que foram fechadas ou aumentar o limite de horas para queimar carvão. É triste ver a UE [retroceder sua matriz energética de gás para carvão](#), num grande golpe ao Pacto Ecológico Europeu e à Agenda 2030.

A segurança ameaçada e os novos contornos políticos

A guerra está em território Europeu, que se sente ameaçado e reage conformando novos arranjos de segurança, que mudam a configuração política da região. Nos últimos anos, o presidente francês vinha defendendo a autonomia estratégica europeia no campo militar, assim como em outros. Contudo, o cenário de segurança europeu mudou de forma drástica. O que está garantido daqui para a frente, é o lucro da indústria bélica, que vê a ampliação de seus negócios. Ameaçada, a Europa se militariza e anuncia a maior implementação de tropas desde a Guerra Fria.

A primeira mudança de cenário foi a rápida mudança de posição de [Finlândia e Suécia, que correm para aderir à Otan](#). Tendo mantido suas posições de neutralidade desde o fim da II Guerra Mundial, o movimento de adesão dos países à aliança militar do atlântico, é uma das mais significativas transformações na arquitetura de segurança na Europa em décadas. A adesão dos países depende da aprovação de todos os membros. Hungria e Turquia, aproveitam o momento para impor determinadas condições. A [Suécia vai revisar sua legislação antiterrorismo](#) para atender às exigências turcas para a aceitação de sua candidatura à Otan. A Finlândia divide 1.350 km de fronteira terrestre com a Rússia e, de imediato, vai construir um muro de 200 km [para reforçar a segurança na fronteira](#).

Além do movimento de adesão à Otan por parte da Finlândia e da Suécia, outra ação de resposta à redução da dependência em matéria de segurança foi a adoção, pela União Europeia de uma estratégia para fortalecer a política de segurança e defesa da UE até 2030: [a Strategic Compass for the EU](#). A bússola estratégica, é um [plano de ação](#) que visa tornar a UE uma fornecedora de segurança mais forte e mais capaz, reforçando a autonomia estratégica do bloco e sua capacidade de trabalhar com parceiros para salvaguardar seus valores e interesses. Abrangendo todos os aspectos da política de segurança e defesa, está estruturado em quatro pilares: agir, investir, fazer parceria e proteger.

Para agir rapidamente em caso de crise, a UE se dotará de: capacidade de rápida mobilização de uma tropa de até 5.000 soldados para diferentes tipos de crises; prontidão para implantar, no prazo de 30 dias, uma equipe de 200 especialistas em missão PCSD (Política Comum de Defesa e Segurança); exercícios regulares em terra e no mar; melhoria da mobilidade militar; reforço das missões e operações civis e militares da PCSD da UE; e utilizará o Fundo Europeu para a Paz, em apoio aos parceiros.

Os Estados-membros comprometeram-se a aumentar substancialmente seus gastos com defesa para corresponder à ambição coletiva de reduzir as lacunas críticas de capacidade militar e civil e fortalecer a base tecnológica e industrial de defesa europeia. A UE irá impulsionar a inovação tecnológica de defesa para preencher lacunas estratégicas e reduzir suas dependências tecnológicas e industriais neste campo.

A Otan, lançou seu novo [Conceito Estratégico](#), onde os 30 Estados-membros enfatizam que a guerra da Rússia contra a Ucrânia alterou gravemente o ambiente de segurança, e que não se pode descartar a possibilidade de um ataque contra a soberania e a integridade territorial em aliados. A Federação Russa é tida como a ameaça mais significativa e direta à segurança dos aliados e não pode ser considerada uma parceira.

O aprofundamento estratégico da parceria entre a China e a Rússia e suas tentativas de reforço mútuo para minar a ordem internacional baseada em regras vão contra os nossos valores e interesses. Para atuar nesse desafio, o documento propõe trabalhar em conjunto com a China. Relação esta, que preocupa a União Europeia, que tem na China seu maior parceiro comercial. O termo “desafio” aplicado à China, foi o resultado de um balanço entre o tom estadunidense e o da UE, em especial da Alemanha.

Mas o endurecimento do discurso contra a China não é única questão que preocupa a Europa nesta reconfiguração de estratégia de defesa e segurança. Outra grande preocupação são as próximas eleições estadunidenses. Uma derrota de Biden em 2024, pode recolocar os republicanos no poder, esvaziando novamente a Otan. A autonomia estratégica europeia nunca foi tão importante...

A Conferência da Otan e seu novo Conceito Estratégico sugere uma retomada de tensões leste x oeste, que faz lembrar os tempos de Guerra Fria. A diferença é que a interdependência é muito maior atualmente e impede uma polarização mais direta com a China, principal parceiro comercial da Europa. Neste sentido, em função de sua dependência de ambos, a Europa atua como neutralizador da disputa entre EUA e China. Em uma semana movimentada politicamente, o mundo assistiu a três importantes cúpulas mundiais: Otan, G7 e Brics. Novos contornos geopolíticos nos aguardam.

Em outro movimento de resposta para isolar a Rússia, a Europa lançou uma nova plataforma para fomentar o diálogo político na região. A ideia original de se avançar com uma [Comunidade Política Europeia](#) foi apresentada, em maio, pelo presidente francês, Emmanuel Macron, com o objetivo de desenvolver novos projetos para responder a desafios comuns. Com presença do Reino Unido e ausência de Rússia e Bielorrússia, o primeiro encontro aconteceu no Castelo de Praga, na República Tcheca, e contou com representantes dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE) e de 17 países do velho continente, para discutirem sobre o futuro conjunto, em tempos de guerra, com enfoque na segurança e nos desafios energéticos. Os 44 chefes de Estado ou de Governo, decidiram que [a Comunidade Política Europeia deve reunir-se duas vezes por ano, alternadamente](#) num dos 27 Estados-membros da

União Europeia e num dos 17 países europeus não membros da UE, estando a próxima cimeira prevista para acontecer no primeiro semestre de 2023, na Moldova.

A Comunidade Política Europeia, isola a Rússia e sua aliada Bielorrússia, ao criar mais um clube, este possibilitando que países membros da União Europeia possam se encontrar com outros países europeus que não integram o bloco. Este novo espaço político, não delibera ou emite comunicados oficiais, mas se constitui um espaço de trocas políticas, alinhamentos e isolamento.

O crescimento da extrema direita

O ano de 2022 assistiu ao crescimento da extrema direita na Europa. Primeiro foram as apertadas eleições francesas, que apontaram nesta direção. O primeiro turno das eleições entre Macron e a candidata Le Pen, da extrema direita, foi vencido por uma diferença de apenas 4% dos votos. Com a reeleição, Macron promete enfrentar “dúvidas e divisões” na França, reconhecendo que muitos votaram nele principalmente para frustrar sua adversária de extrema direita. Macron obteve 58,54% dos votos, resultado que deu à extrema direita francesa [sua maior fatia de votação presidencial já registrada](#).

As notáveis mudanças no cenário político da Europa, prosseguiram com o avanço do conservadorismo e da extrema direita, com sua vitória nas eleições parlamentares da Itália e Suécia. [Na Suécia, uma coligação de direita/extrema direita venceu as eleições gerais](#), derrotando ao bloco político de centro-esquerda, que ocupava o poder há 8 anos.

Após a renúncia do primeiro-ministro, [a Itália teve vitória da extrema direita em suas eleições legislativas](#). Pela primeira vez desde 1945, um partido que tem origem na tradição neofascista – o Irmãos da Itália, liderado por Giorgia meloni -, irá governar a Itália. A vitória de uma líder nacionalista, muda o posicionamento político da Itália junto à União Europeia. Giorgia defende a revisão de seus tratados e até a sua substituição por uma "confederação de Estados soberanos". A vencedora das eleições se converte, assim, em figura-chave para um eixo radical de direitas na Europa, que passa por Suécia, Polônia e Hungria. A UE afirmou que trabalha com todos os governos que emergem das eleições no bloco e espera uma cooperação com o novo Executivo da Itália.

A extrema direita mal chegou ao poder na Itália e já levou o tema de migração para a agenda da UE, em reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros. O navio Ocean Viking, embarcação que salva pessoas em apuros nas rotas migratórias irregulares e que pertence a uma organização não governamental, foi recusado a atracar num porto italiano e foi redirecionado para a cidade francesa de Toulon, onde desembarcou 230 pessoas.

Considerações Finais

No apagar das luzes de 2022, a UE faz aceno de aproximação com a América Latina. Em Buenos Aires, aconteceu o terceiro encontro de Ministros de Relações Exteriores de países membros da UE e da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos), sob o tema “Renovando a parceria bi regional para fortalecer a paz e o desenvolvimento sustentável”. O segundo encontro, aconteceu em julho de 2018. [O comunicado fruto da reunião](#), traz um resumo do que foi discutido e enfatizado pelos Ministros. O compromisso que ele traz é o de se organizar uma série de eventos de alto nível sobre prioridades temáticas partilhadas, incluindo uma Cimeira birregional de Chefes de Estado e de Governo em 2023, endossando uma [intensa agenda de eventos](#). Apesar do comunicado não trazer grandes compromissos, a agenda está

repleta, com diferentes eventos, em diferentes temáticas, em 2022 e 2023. De acordo com o comunicado, esses eventos abrirão o caminho para um salto no compromisso birregional apoiado por reuniões ministeriais regulares da EUCELAC e de Chefes de Estado e de Governo. Os encontros setoriais de maior interesse contemplados na agenda, todos previstos para 2023, com agenda a definir são: Pesquisa e inovação; rede de mulheres; fundo para a adaptação climática; meio ambiente e mudanças climáticas; Na área da saúde, a agenda é a auto-suficiência na produção de vacinas, medicamentos e suprimentos médicos estratégicos, envolvendo companhias farmacêuticas e agências regulatórias de ambas regiões.

Como visto, a guerra na Europa impõe enormes desafios, aprofundando velhas crises ou trazendo novas. À crise climática, se somam as crises dos refugiados, a energética e a de segurança, que prejudicam o andamento das agendas políticas, por mudar as prioridades imediatas.

Frente ao esvaziamento da “low politics” em tempos de guerra, o papel da OMS ganha grande relevância no manejo das questões ligadas à saúde. Sua atuação logística, educacional e de divulgação científica, se mostraram de grande importância na assistência à saúde de refugiados, e principalmente, da população e de profissionais de saúde na Ucrânia.

A Bússola estratégica europeia, insta os governos a aumentarem substancialmente seus gastos com defesa para corresponder à ambição coletiva de reduzir as lacunas críticas de capacidade militar e civil e fortalecer a base tecnológica e industrial de defesa europeia. O problema é que para aumentar gastos com defesa, é preciso cortar em outras esferas, o que leva ao esvaziamento de áreas como a saúde.

Fica latente o modo reativo de agir da UE. Tanto a Bússola estratégica quanto a Agenda EUA-UE de enfrentamento da Covid-19, são respostas às crises, para as quais o bloco não estava preparado. A primeira, visa re-inserir os europeus no tabuleiro da segurança global e a segunda, claramente, traz uma pretensão de liderança no campo da saúde global, emplacando em âmbito bilateral, o tratado pandêmico que vai demorar a ser aprovado na OMS. Em todas as fotos, os europeus estão de mãos dadas com os americanos.

A grande preocupação e o maior desafio da Europa serão as próximas eleições estadunidenses. Uma derrota de Biden em 2024, pode recolocar os republicanos no poder, esvaziando novamente a Otan. A autonomia estratégica europeia nunca foi tão importante... Para enfrentar a crise energética, que se aprofunda pela dependência europeia do gás russo, a estratégia da UE parece equivocada, pois a UE está trocando a dependência do petróleo russo pela dependência do gás estadunidense. Isto está longe de ser uma autonomia estratégica, e deixa a UE totalmente vulnerável às próximas eleições estadunidenses. Destaco a mudança da matriz energética na Europa como uma notícia preocupante e negativa.

A Conferência da Otan e seu novo Conceito Estratégico sugere uma retomada de tensões leste x oeste, que faz lembrar os tempos de Guerra Fria. A diferença é que a interdependência é muito maior atualmente e impede uma polarização mais direta com a China, principal parceiro comercial da Europa.

Essa retomada de tensões leste x oeste, talvez explique a reaproximação da UE com a Celac, como explica tantos movimentos de resposta ao conflito. Lamentável é o esvaziamento e agendas importantes, como a da saúde, que viu poucos e tímidos avanços no ano de 2022. O assunto do ano era pra ser a EHU, que deu alguns passos em direção ao avanço da saúde digital. Infelizmente, a guerra segue não dando sinais de trégua e pinta um 2023 ainda mais desafiador.

Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023

Lúcia Marques

Uma vez na órbita da Terra, você está na metade do caminho para qualquer lugar. Robert A. Heimlein, engenheiro e autor de ficção científica¹⁹⁷

Quando, no início de 2020, o mundo foi pego de surpresa por um vírus novo – virulento e de rápida disseminação – os países e seus governantes estavam despreparados. Três anos depois, seguem despreparados para enfrentar futuras pandemias. Não científica ou tecnologicamente falando, mas ética e solidariamente falando. E também podemos dizer política e geopoliticamente. Em 2020, as tendências geoestratégicas e geoeconômicas que já se desenhavam antes do coronavírus foram aceleradas pela pandemia e as respostas, inicialmente sanitárias, evoluíram para ações políticas e estratégicas voltadas para autossuficiência e, conseqüentemente, para um reposicionamento em uma nova ordem mundial que surge.

A situação da maioria dos países já não era boa antes da pandemia, mas a convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos foram um somatório crítico que contribuiu para muitos agravos sociais, de pobreza e de fome, desafiando os governos. As três crises trouxeram à tona muitas deficiências decorrentes de políticas públicas equivocadas, negligências ou da ausência delas, como sistemas de saúde frágeis ou inexistentes, situação precária e falta de proteção social aos trabalhadores migrantes e ausência de legislação para o direito das mulheres; trouxe à tona a urgência da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e do usos das novas tecnologias; exacerbou divergências e, ao mesmo tempo, mostrou a importância da cooperação, da diversificação das cadeias de suprimentos e agroalimentar e do financiamento/investimento em infraestruturas sustentáveis de transportes e de saúde e tecnologias verdes. No Oriente Médio, os conflitos antigos e novos, se somaram às fragilidades e à urgência climática e, por consequência, alguns países vivem crises humanitárias sem precedentes, o que contribuiu para o aumento do número de refugiados e deslocados, colapsando os sistemas de saúde já precários. E já começam a enfrentar as crises energéticas, econômicas e agroalimentares decorrentes da guerra russo-ucraniana.

As fragilidades econômicas e sociais reveladas, as fraquezas de governança, as disputas tecnológicas, as tensões exacerbadas, o afloramento de novas tensões e o realinhamento de aliados estratégicos desenharam novos cenários. Três anos depois, os cenários não são muito diferentes. Embora a vacina tenha sido desenvolvida, a distribuição se deu de forma desigual e injusta e soma-se a isso, o fato de que muitos países vulneráveis não contavam com sistemas de saúde estruturados e com capacidade de vacinação em massa. Algumas trajetórias e tendências se confirmaram e as tensões e disputas geopolíticas desembocaram em uma guerra quente na Ucrânia e em uma quase guerra fria¹⁹⁸ entre China e Estados Unidos da América (EUA).

¹⁹⁷ *Apud*: Marshall, Tim. O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 315.

¹⁹⁸ Considerando que a dinâmica clássica da guerra fria consiste em grandes potências buscarem influenciar políticas domésticas em muitos países menores, levando a um impasse ideológico, uma guerra fria sino-americana ainda não aconteceu de fato, porque os EUA não tem obtido êxito em sua campanha de angariar aliados contra a China. Os países, principalmente do Sul Global, não vêm a China como um grande inimigo, ao mesmo tempo que já não vêm a América como o grande provedor da paz (Stuenkel, 2018).

A Ásia Pacífico segue sendo prioridade nas estratégias americanas para os próximos anos, com foco na economia e na “segurança do Indo-Pacífico” para enfrentamento à China. Não exatamente a economia está em primeiro lugar, sob a ótica militar dos EUA¹⁹⁹, mas, se depender dos países asiáticos, principalmente dos líderes da ASEAN²⁰⁰, o enfrentamento à China será para reduzir a dependência comercial do gigante asiático – afinal, a China é um importante parceiro comercial e vem estabelecendo importantes acordos e parcerias nos últimos anos com seus vizinhos da Ásia Pacífico, da Ásia Central e do Oriente Médio, no âmbito da Rota da Seda e da Iniciativa RCEP.²⁰¹

Essas questões e divisões políticas tomaram lugar nas discussões e debates nos fóruns internacionais, dificultando tomadas de decisões importantes para o futuro da humanidade. E marcando a divisão entre o sul e o norte global e entre ocidente e oriente. Vivemos tempos mais tensos e difíceis do que aqueles de quando o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) foi estabelecido ou de quando o acordo do tabaco foi negociado. Ou de quando o Acordo Trips foi assinado. As rivalidades geopolíticas não paralisavam as negociações como estamos vendo acontecer. Vimos essa politização acontecer durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada em maio²⁰².

Assim como acompanhamos a divisão acontecer em reuniões extraordinárias das Nações Unidas e no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, com o número de abstenções cada vez mais crescente. Embora a guerra na Ucrânia e seus refugiados e deslocados ocupem a mídia global, cenas de famílias, principalmente mulheres e crianças, fugindo dos conflitos interpaíses, guerras civis, perseguições étnicas, atrocidades e da fome são diárias em outros países há décadas, mas recebem menos destaque. Não dar atenção devida a essas cenas e à causa delas ou às desigualdades abissais, agravadas pela pandemia, se refletiram nas abstenções da votação contra a guerra na Ucrânia, na Assembleia Geral Extraordinária da ONU, em 2 de março (141 votos a favor da [Resolução A/ES-11/L.1](#), condenando a guerra, 35 abstenções, e 5 votos contra a condenação). Muitos dos países que se abstiveram são, principalmente, da Ásia Sudeste, Ásia Central, Oriente Médio e do Sahel. À exceção de poucos como China, Índia e África do Sul, que têm seus próprios motivos, a grande maioria é de países onde conflitos e doenças se juntam, que enfrentam eventos climáticos extremos, vivem realidades de abrigar milhões de refugiados, impactados economicamente pelos efeitos da Covid-19, com retrocessos nos SDGs e que precisam e querem ser ouvidos nos fóruns internacionais.

A guerra da Ucrânia é a ponta do iceberg que envolve história, ideologia, política, economia e aspectos estratégicos em uma nova arena global. Os países do Sul Global vivem de perto esse estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo, talvez liderada pela China, mas não sozinha. Uma coisa é certa: a mudança do centro de gravidade econômico do Atlântico para a Ásia já é realidade e causou alarme na América e seus parceiros europeus. E não é sob um único líder, a despeito da China ter papel importante; o multilateralismo é o protagonista. O Sul Global começa a traçar

¹⁹⁹ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 8-2022, p 170-172.](#)

²⁰⁰ Associação das Nações do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja (presidente 2022), Filipinas, Indonésia, Lao, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã).

²⁰¹ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 2-2022, p. 137](#)

²⁰² [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2022, p. 136](#)

seu próprio caminho, defender seus interesses e se prepara para definir agenda no debate internacional.²⁰³

Esse é o cenário que permeou os informes sobre Ásia Pacífico e Oriente Médio, produzidos para os Cadernos CRIS-Fiocruz 2022, que compuseram o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Em vários momentos, seja pela semelhança de realidades, seja pela aproximação em busca de soluções conjuntas, os países do Norte africano (Região MENA) e do SAHEL foram incluídos nas análises. E, considerando que as governanças nacionais são influenciadas pelas governanças regionais e globais que, por sua vez, são influenciadas pelas disputas geopolíticas e realinhamento de aliados, a conjuntura geopolítica esteve presente nos informes uma vez que ficou cada vez mais claro que o conceito de Determinantes Sociais da Saúde (e bem estar) começa a ser ampliado para determinantes sociais, políticos, econômicos e climáticos da saúde, pois ela (a saúde) sofre as consequências desse conjunto de fatores.

Além de acompanhar as conferências, fóruns, cúpulas e debates envolvendo saúde, desenvolvimento sustentável, ambiente, direitos humanos, migração e refúgio e vários outros temas que são influenciados pela governança global, os informes também trouxeram temas que permanecem entrando nas pautas de discussão, mas seguem não resolvidos, como a situação nos Territórios Palestinos com a permanente anexação por Israel - já considerada crime de guerra, mas segue sem condenação; como a situação da minoria Rohingya, etnia expulsa de Myanmar, que completou cinco anos de apatridia e segue sendo uma população que ninguém quer; como a situação do Afeganistão, pós-retirada desastrosa dos EUA e da OTAN, que completou um ano em agosto, e que só não está pior porque foi assumida pelos países da região, vizinhos ou não, muçulmanos ou não, para ajudar na reconstrução do país e contribuir para a estabilidade regional.²⁰⁴

Os informes também acompanharam o acirramento da guerra ideológica, econômica e tecnológica dos EUA contra a China, com consequências para o mundo todo; e mostraram que a disputa entre a hegemonia estadunidense e seu poderio militar *versus* o *soft power* do gigante vermelho aponta para um entendimento: forças militares e econômicas verticais não são os únicos tipos de poder²⁰⁵, que tem ganhado outro desenho com os países do Sul Global.

Um exemplo desse diferente ponto de vista é o olhar sobre o Mar Meridional da China.

²⁰⁶ Para o mesmo mar, táticas e diplomacias diferentes. EUA propôs hospedar

²⁰³ Segundo Stuenkel, definir agenda é o resultado de iniciar, legitimar e defender exitosamente uma questão política específica em economia, segurança ou qualquer outro campo. Stuenkel, Oliver. O mundo pós ocidental: potências emergentes e a nova ordem global. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

²⁰⁴ O primeiro país a olhar para o Afeganistão e a conversar com o governo Talibã foi a China, que liderou as primeiras reuniões. Outro país não muçulmano que tem estabelecido relações com o governo Talibã é a Índia. Localizado em região estratégica entre o Oriente e o Ocidente, o Afeganistão é uma opção de rota para o comércio entre Ásia e Europa e evita os corredores atingidos pela guerra russo-ucraniana.

²⁰⁵ Abrangente, cooperativa e sustentável e para promover o desenvolvimento e o progresso com base no entendimento comum, segurança comum e solução pacífica das disputas.

²⁰⁶ O Mar Meridional da China, no sudeste da Ásia, é rico em petróleo, gás natural e estratégico como rota de navegação e para a indústria pesqueira, imprescindíveis para a China - e também para Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja e Taiwan. Todos reivindicam áreas que se sobrepõem; os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. No entanto, as disputas se intensificaram em 2020, quando o governo Trump, aumentou movimentos para cooptar aliados para combater uma China mais assertiva. Desde então, os EUA aumentaram a presença militar na área. Em resposta, a China transformou atóis desabitados e formações rochosas meio submersas em bases militares avançadas.

permanentemente sistemas de mísseis nos países aliados na região (Austrália, Japão, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia) para garantir liberdade dos mares, para “**convencer a China a adotar a definição dos EUA/Ocidente em relação à liberdade dos mares**”²⁰⁷ (página 2, da análise “[Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso](#), de janeiro de 2022). A China organizou um diálogo com os países envolvidos na peleja, em parceria com a ASEAN.²⁰⁸ “Devemos resolver os conflitos marítimos de forma pacífica. Precisamos promover conjuntamente o desenvolvimento marítimo. Precisamos promover a conectividade marítima e garantir o fluxo tranquilo do transporte marítimo e das cadeias industriais. A [declaração conjunta](#) reconhece os benefícios de ter o Mar Meridional da China como um mar de paz, amizade e cooperação.

Como escreveu Valdir Bezerra em artigo sobre o caráter anti-hegemônico dos BRICS e sobre o movimento de solicitação de adesão ao bloco de vários países do Sul Global.²⁰⁹

“o que deu errado foi a tentativa americana de imposição de seu modelo democrático liberal pela força em regiões no Norte da África, Oriente Médio, Ásia Central e outros, e a presunção de que os valores ocidentais seriam 'universais' e, portanto, deveriam ser aceitos sem resistência pelo resto do globo, o que obviamente ignora as especificidades de diferentes civilizações”.

Ao longo dos informes, pudemos perceber esse movimento dos países em tentar se afastar do ocidentocentrismo e das ideias estadunidocêntricas, principalmente na segunda metade do ano. Movimento percebido mesmo entre os aliados tradicionais da América. Tão diferentes em cultura, etnias e em níveis de desenvolvimento, esses países encontraram similaridades e interesses comuns e começaram a construir diálogos e parcerias para avançar em suas agendas. E para enfrentar as múltiplas crises que o mundo vive.

Os eventos climáticos se agravaram e atingiram o mundo quase simultaneamente, principalmente países e populações vulneráveis. Dos EUA à Ásia Sudeste, passando pela Europa, região MENA e Ásia Sul, o planeta ardeu, esturricou, se afogou, descongelou. E insegurança alimentar, insegurança energética, insegurança hídrica e doenças decorrentes se tornaram realidades. As inundações no Paquistão, causadas pelo derretimento rápido das geleiras do Himalaia, chamou a atenção do mundo para a injustiça climática. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP27 foi encerrada com um acordo inovador para fornecer financiamento de “perdas e danos” para países vulneráveis²¹⁰ e com um [pacote de decisões](#) que, [segundo](#) o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, é um passo em direção à justiça climática, mas ainda há muito que se fazer. Para ele, “a COP termina com muito dever de casa e pouco

²⁰⁷ O uso dos mares não é definido pelos EUA. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982 é quem regula os Direitos do Mar e o aproveitamento dos recursos naturais, de solo e subsolo; define mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental; e declara que os recursos minerais da área internacional dos oceanos são patrimônio comum da humanidade. EUA não é signatário da CNUDM.

²⁰⁸ <https://www.trtworld.com/opinion/cyber-alliances-will-push-geopolitics-in-a-new-direction-61329>

²⁰⁹ Ver: <https://sputniknewsbrasil.com.br/20221104/aproximacao-com-paises-do-sul-global-reforca-carater-anti-hegemonico-do-brics-diz-especialista-25759098.html>

²¹⁰ [COP27 chega a um acordo inovador sobre o novo fundo de "perdas e danos" para países vulneráveis | CQNUAC \(unfccc.int\)](#)

tempo”. A COP também enfatizou a necessidade de fortalecer as observações sistemáticas e alcançar a cobertura universal dos sistemas de alerta precoce.²¹¹

Outra consequência do aquecimento global tem sido o derretimento das geleiras. As mudanças nos recursos hídricos da criosfera têm impactos significativos na segurança alimentar, na saúde humana, na integridade e manutenção do ecossistema e no desenvolvimento econômico e social. Tais mudanças também causam o surgimento de novos perigos naturais, como inundações e erupções inundações, explosões em lagos glaciares, secas, diminuição dos recursos hídricos e fluxo de massa de gelo e terra. Numa escala sazonal a decadal²¹², o derretimento da neve e do gelo sobre a terra ajudam a regular o escoamento hidrológico (quantidade, tempo e propriedades biogeoquímicas) e são críticos para regular a disponibilidade de água e os serviços ecossistêmicos a jusante.²¹³

E como a ciência vem apontando, seja pelo derretimento da criosfera, seja pela perda da biodiversidade, a humanidade enfrenta o risco do surgimento de novos patógenos. Recentes artigos publicados por pesquisadores canadenses, franceses, chineses e brasileiros (Fiocruz), identificaram um grande número de microrganismos patogênicos nas três grandes geleiras do mundo, que estão a derreter: Ártico²¹⁴, Himalaia²¹⁵ e Antártica²¹⁶.

A insegurança hídrica global foi foco de [relatório](#) para a COP27 da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre Recursos hídricos: rios e águas terrestres e geleiras, que mapeou águas superficiais, subterrâneas, neve e gelo e umidade do solo, desde 2021, e avalia os efeitos das mudanças climáticas nos recursos hídricos da Terra. As inundações na China e no Afeganistão,²¹⁷ as precipitações extremas na Índia e Turquia, a violência e aumento de frequência dos tufões e ciclones tropicais nas Filipinas, Indonésia e Timor Leste, a falta de chuva e a seca no Irã, Iraque, Síria e no Chifre da África (Somália, Etiópia, Kenya) – neste último, já são 18 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 7 milhões de crianças com desnutrição aguda. Os países da Ásia Central, Tadjiquistão e Uzbequistão, já estão sentindo a redução das águas doces em função da perda das geleiras da região.

O [relatório](#) sobre o Estado do Clima na **Ásia Sudeste**, onde estão os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), vulneráveis à elevação do nível do mar, aponta como os desastres relacionados ao clima estão minando o desenvolvimento socioeconômico e ameaçando a saúde, a alimentação e a segurança hídrica, e outras situações que se agravaram como a acidificação do oceano e o aquecimento da superfície do mar e seus desdobramentos. A situação dos SIDS é um dos temas recorrentes das negociações anuais sobre as alterações climáticas. Sobre a **Ásia Ocidental**, a ESCWA divulgou em [relatório](#) uma visão geral dos recursos hídricos subterrâneos na região árabe e os muitos desafios enfrentados para uma gestão sustentável, ao mesmo tempo em que destacou oportunidades para romper com o modo de

²¹¹ [Os resultados da COP27 enfatizam alertas precoces, observações | Organização Meteorológica Mundial \(wmo.int\)](#)

²¹² Escala temporal medida em décadas.

²¹³ [doc_num.php \(wmo.int\)](#), p.24

²¹⁴ <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2022.1073> e <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2022.11.10.515937v1>

²¹⁵ <https://www.nature.com/articles/s41587-022-01367-2>

²¹⁶ https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/28/10/22-0046_article e [Detecção do vírus influenza A\(H11N2\) em amostras fecais de pinguins Adélie \(Pygoscelis adeliae\) e Chinstrap \(Pygoscelis antarcticus\), Ilha dos Pinguins, Antártida - PubMed \(nih.gov\)](#)

²¹⁷ Se o período analisado fosse 2022, Paquistão estaria no topo dos eventos de impacto.

operações de negócios habituais, alavancando avanços em gestão, cooperação e tecnologias. Ele fornece uma sinopse da situação das águas subterrâneas e oferece soluções para a proteção e preservação das águas subterrâneas com o objetivo final de melhorar a segurança hídrica na região árabe.

Com ajuda das organizações e da sociedade civil e impulsionadas pela pandemia e pelas mudanças climáticas, a saúde global e a abordagem One Health passaram a fazer parte das discussões sobre clima. Timidamente, mas já presente, na COP26²¹⁸, e na COP27 com o [COP27 Health Pavilion](#), para o qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) convocou a comunidade global de saúde e seus parceiros para garantir que a saúde e a equidade sejam colocadas no centro das negociações climáticas.

Para além dos grandes fóruns, a saúde foi tema de muitas reuniões e encontros, ora encabeçados pelos escritórios regionais da OMS (Pacífico Ocidental, Mediterrâneo Oriental e Sudeste Asiático), ora pelos escritórios regionais das agências da ONU (ESCWA e ESCAP, FAO) ora pelos blocos e organismos regionais, como ASEAN, G20, BRICS, Organização para Cooperação Islâmica, Organização para Cooperação de Shanghai, Fórum de Cooperação China-África. O que confirma que a saúde tem sido tratada de forma ampla e sob os vários aspectos dos seus determinantes. Uma das muitas lições aprendidas na pandemia. Fortalecer os sistemas de saúde e de proteção social para enfrentar e prevenir futuras pandemias; torná-los resilientes para fazer frente às futuras demandas provocadas por mudanças epidemiológicas e demográficas, conflitos e guerra e desastres climáticos esteve na lista de prioridades. A cooperação multilateral e o trabalho em rede foram consenso.

A situação de insegurança alimentar, que já havia se agravado nas regiões por conta da pandemia, se tornou crítica em muitos países com os eventos climáticos extremos e como consequência da guerra russo-ucraniana, principalmente na região MENA e no SAHEL.²¹⁹ A FAO trabalhou regionalmente e com as especificidades dos países. E, como fez a saúde, trabalhou para que sistemas agroalimentares possam contribuir para uma transformação sustentável. Para a FAO, o sistema alimentar oferece uma oportunidade única para enfrentar as mudanças climáticas a partir da construção de resiliência para adaptação climática e para reduzir as emissões de GEE. O [Plano Quadrienal até 2030](#) está baseado em três pilares: acesso a financiamento, a conhecimento e capacidades e apoio a diálogos políticos. A tecnologia digital tem sido utilizada, principalmente nos SIDS e no Sahel africano.

Também estiveram em evidência em 2022, os direitos humanos e das populações vulneráveis, em situação de conflito, minorias étnicas, refugiados e migrantes, trabalhadores, mulheres e meninas²²⁰. O aumento das fobias, ódios étnicos e outros “ismos” e medidas regionais para combatê-los também foram registrados nos informes, assim como a cooperação e intercâmbio cultural, como forma de fortalecer laços de identidade, de união e respeito. As manifestações no Irã, depois da morte da jovem curda, pela polícia da moral, por não usar adequadamente o hijab, que começaram em setembro, seguem acontecendo. Há muito tempo deixou de ser apenas pelas mulheres.²²¹ A adesão de homens demonstra a insatisfação da

²¹⁸ A OMS publicou um amplo [relatório sobre Saúde e Clima](#) no qual mais de 150 organizações e 400 especialistas e profissionais de saúde propõem um conjunto de 10 recomendações, acompanhadas de recursos e [estudos de casos](#) para ajudar a inspirar e orientar governos, formuladores de políticas e profissionais que participaram da COP26

²¹⁹ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 6-2022, p. 133](#)

²²⁰ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 19-2022, p. 129](#)

²²¹ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 18-2022, p. 197](#)

população persa contra o governo iraniano (desemprego e falta de liberdade, principalmente). A repressão violenta pelo regime aiatolá já causou a morte de 480 pessoas, incluindo de crianças, e a prisão de pelo menos 15 mil pessoas, segundo a ONU.

E o ano fecha com a notícia de que o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU abriu investigação sobre violações relacionadas aos protestos no país, inclusive sobre as ameaças com pena de morte.²²² Houve o anúncio, pelo procurador geral do país, de que a polícia moral iraniana, fundada em 2005, seria fechada,²²³ mas a informação sobre o destino dessa polícia é desconhecida até entre membros do governo.²²⁴ Ele também anunciou que o parlamento e outro órgão competente, liderados pelo presidente Ebrahim Raisi, estariam avaliando uma modificação da lei sobre a obrigatoriedade do uso do véu islâmico.²²⁵ Os anúncios foram feitos pelo governo três dias após a chamada para novas greves e manifestações, inclusive com convocação para os manifestantes se armarem e atacarem centros estratégicos de poder. A lição aprendida com a Primavera Árabe parece ter sido de fato assimilada. Vamos ver.

Ainda no âmbito do CDH, o tratamento do Talibã a mulheres e meninas que perderam o direito de trabalhar e estudar, começa a ser considerado crime contra a humanidade. O [documento](#) aponta violações flagrantes dos direitos humanos e liberdades, classificadas como as mais “draconianas” em todo o mundo. Para os especialistas, trata-se de um caso de perseguição de gênero, que tem aumentado de forma severa e inaceitável. As meninas afegãs continuam excluídas da educação secundária. As mulheres proibidas de frequentar lugares públicos como parques e academias de ginástica.

A situação dos trabalhadores migrantes ganhou as mídias com a COPA 2022 no Qatar, em função das denúncias sobre escravidão e morte de trabalhadores nas obras dos novos estádios para a Copa. As condições precárias desses trabalhadores já tenham sido relatadas pela Anistia Internacional em 2021.²²⁶ Na ocasião eram cerca de 1,2 milhão trabalhadores imigrantes, a maioria vinda da Ásia: Índia, Bangladesh, Nepal, Paquistão, Filipinas, Indonésia e Sri Lanka e estariam sofrendo abusos de direitos humanos. A Anistia Internacional produziu um [relatório](#) à época sobre o progresso que, na verdade se mostrou um retrocesso. Apesar de novas leis (desde 2017) terem sido aprovadas no Qatar, oferecendo aos trabalhadores migrantes melhores proteções legais, promessa e realidade são muito diferentes, como apontou o relatório: velhas práticas abusivas ressurgiram, como a *kafala*²²⁷. A OIT também publicou [relatório](#) sobre mortes e lesões relacionadas ao trabalho no país árabe.

Ainda existe trabalho forçado em todo o mundo. A verdadeira situação dos trabalhadores migrantes foi uma das fragilidades que a Covid-19 trouxe à tona, tanto na Ásia

²²² <https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805932>

²²³ <https://www.arabnews.com/node/2210576/middle-east>

²²⁴ <https://www.arabnews.com/node/2211041/middle-east>

²²⁵ <https://www.arabnews.com/node/2210221/middle-east>

²²⁶ Marques, L. CADERNOS CRIS - FIOCRUZ: INFORMES SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE: [CONSOLIDADO ÁSIA PACÍFICO E ORIENTE MÉDIO: PERÍODO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020 A 30 DE NOVEMBRO DE 2021, p. 170](#)

²²⁷ A *kafala* é um sistema utilizado para monitorar os trabalhadores migrantes que trabalham, principalmente, nos sectores da construção e doméstico nos estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo e em alguns países vizinhos: Bahrain, Kuwait, Líbano, Qatar, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O empregador é responsável pelo seu visto e estatuto legal. Esta prática tem sido criticada por organizações de direitos humanos, uma vez que muitos empregadores confiscam os passaportes e abusam dos seus trabalhadores, com poucas hipóteses de repercussões legais. Há inclusive casos de pessoas que trabalharam sem receber salário.

Pacífico quanto no Oriente Médio. A pandemia mostrou que esses migrantes estão sujeitos aos caprichos de seus empregadores e vivem em condições difíceis. E obrigou governos a olharem para a sujeira que estava debaixo do tapete. Singapura encarou a ausência de proteção social. A Índia teve que “desbravar” as mais de 250 leis trabalhistas, muitas vezes divergentes e antiquadas. A Arábia Saudita precisou promover reformas trabalhistas, principalmente em relação às cartas de autorização de trabalho, desvinculando-as do empregador, embora abusos persistam - o país saudita retificou em 2021 o protocolo da OIT sobre trabalho forçado. Para a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a recuperação pós-covid inclusiva, sustentável e resiliente deve envolver investimentos em proteção social, trabalho decente e transição justa. Os migrantes devem ser considerados como parte crítica dos sistemas alimentares.

Como pudemos ver ao longo de 2022, os grupos de países dessas regiões, com diferentes culturas e etnias e níveis de desenvolvimento, mas que enfrentam os mesmos desafios, apesar de suas especificidades, olharam para as fragilidades e deficiências e viram o momento como uma oportunidade para promover mudanças estruturais e uma recuperação pós-covid inclusiva e verde. Começaram a definir prioridades; a discutir reforço do comércio, integração regional e emergências humanitárias; a buscar juntos soluções para o fortalecimento dos sistemas de saúde, para a recuperação pós-pandemia, para construção de parcerias regionais e a se articular como um bloco de muitas vozes para o fortalecimento das parcerias globais, principalmente para abordar a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19, para garantir acesso ao uso de tecnologias e inovação para saúde e para desenvolvimento verde e sustentável, pensar dívidas e financiamentos.

Foi um ano profícuo em reuniões intrarregionais. O encontro árabe-chinês reuniu líderes da região MENA e Xi Jinping em Riad, durante sua visita ao país saudita, com assinaturas de acordos e memorandos de entendimento com nações do Golfo e outros países árabes, abrangendo energia, segurança e investimentos. O encontro acontece em momento de desentendimento entre Arábia e EUA, por conta da pressão para aumento da produção de petróleo. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos resistiram à pressão dos EUA para "escolher lados" quando se trata de seus laços com a China, um importante parceiro comercial, e a Rússia, membro da aliança de produtores de petróleo da Opep+.²²⁸

Ásia Pacífico e Oriente Médio têm aliados no Oriente e no Ocidente, mas a geografia da vizinhança e falta de confiança nos EUA - depois da saída desastrosa do Afeganistão, que se revelou uma catástrofe humanitária e um desastre geopolítico²²⁹, e da traição à França, quando a surpreendeu com o acordo AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA) envolvendo transferência de tecnologia para construção de submarinos de propulsão nuclear para Austrália, compradora de submarinos franceses - falaram mais forte. E nesse contexto, podemos incluir países da Ásia Central e da África, que se aproximaram. As abstenções no âmbito da Assembleia Geral da ONU, no quesito guerra da Ucrânia, foram muito significativas²³⁰, desde a primeira reunião extraordinária em 02 de março, que [condenou](#) a invasão russa, com 35 abstenções e 5 votos contra, ou em 7 de abril, que [suspendeu](#) a Rússia do Conselho de Segurança, com 58 abstenções e 24 votos contra. A maioria das abstenções e votos contra veio de países da Ásia Sul, Sudeste e Central, do Oriente Médio e do continente africano – nações que integram os LDCs e LLDCs, que não se sentem ouvidos ou representados nos grandes fóruns das Nações Unidas. E a política

²²⁸ [Arábia Saudita sediará cúpula China-árabe durante visita a Xi, dizem fontes | Reuters](#)

²²⁹ Marques, L. O que está em jogo não é o uso da burca, em [Consolidado 2021](#), p. 137.

²³⁰ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 04 - 2022](#), p. 154-162.

americana do governo Joe Biden de enfrentamento à China não contribui para uma mudança de cenário e quase que reforça essa divisão Ocidente X Oriente. Seu projeto de segurança no âmbito da Estratégia para o Indo-Pacífico tem encontrado muita resistência entre as nações da região.

A divisão Ocidente X Oriente ou Norte X Sul ficou clara na Assembleia Mundial da Saúde (AMS) e foi verbalizada por Bangladesh, em especial na sessão sobre [alterações/emendas](#) ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e sobre o [grupo de trabalho](#) para o programa de emergências sanitárias, demonstra esse posicionamento de “querer ser mais ouvido”. E foi além. Sobre as emendas ao RSI, Bangladesh [observou](#) que, “nas discussões do grupo de trabalho (WGPR), a divisão entre o sul e o norte global foi evidente.” O representante bengalês aponta que embora a resolução tenha sido aprovada por consenso, a AMS não deveria perder de vista as opiniões divergentes.²³¹

E buscando evitar divisão semelhante, a Organização Intergovernamental de Negociação - grupo de trabalho da OMS responsável pelo trabalho de elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta à pandemia, [realizou consultas informais](#) e focadas em questões-chave selecionadas, inclusive com especialistas convidados pelo Bureau, abertas a todos os Estados Membros da OMS e partes interessadas relevantes. A consulta envolveu temas prioritários: assuntos legais; operacionalizar e alcançar a equidade; propriedade intelectual, produção e transferência de tecnologia e know-how; e One Health no contexto do fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, com referência à resistência antimicrobiana, mudança climática e zoonoses. O conjunto de informações coletadas foi transformado em um draft Zero do projeto e levado à discussão na [3ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação](#), em andamento. Alguns países como Índia, Indonésia e África do Sul identificaram lacunas que permanecem presentes no documento e que algumas propostas não foram incluídas, uma vez que os países têm suas especificidades; a falta de um texto jurídico mais preciso para aquisição de produtos; a necessidade de inclusão de apoio ao fortalecimento dos sistemas sanitários. Indonésia destacou a necessidade do documento trabalhar mecanismos multilaterais para acessos multilaterais. Todos alertam para a importância da equidade permear todo o documento.

Fechando o ano, a 29ª Cúpula da APEC²³² – Cooperação Econômica Ásia Pacífico²³³ -, realizada na Tailândia, foi convocada com a proposta de unir forças na busca de crescimento e desenvolvimento sustentáveis em meio aos desafios econômicos e sociais da COVID e das mudanças climáticas e tensões geopolíticas. Os 21 membros do fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico emitiram uma declaração conjunta criticando o conflito e a turbulência econômica global que ele desencadeou. O comunicado da cúpula foi aceito por todos os membros da APEC, incluindo Rússia e China – que se absteve de críticas públicas a Moscou pela invasão.

Sediada por um país do Sudeste Asiático, a cúpula demonstra a importância crescente da região. É a última reunião multilateral do ano e ocorre logo após uma enxurrada de reuniões,

²³¹ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2022, p. 136](#)

²³² <https://www.arabnews.com/APECSummit2022>

²³³ A APEC é um fórum intergovernamental que visa o livre comércio e a cooperação econômica entre os países da orla do Oceano Pacífico. Foi estabelecido em 1989 em resposta à crescente interdependência das economias da Ásia-Pacífico e ao surgimento de blocos econômicos regionais, como a União Europeia e a Área de Livre Comércio da América do Norte.

incluindo a cúpula do G20 em Bali, Indonésia, a cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático em Phnom Penh, Camboja, e a Conferência das Partes sobre o clima reunião no Cairo, Egito. E coloca a Tailândia no mapa de players asiáticos quando ela convida o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, para a cúpula, como novos caminhos sendo traçados no campo da energia verde e cultura.

Embora iniciados em 2021, com a mudança da presidência americana, os acontecimentos ao longo de 2022, e seus desdobramentos, configuram cenários e sinalizam trajetórias para 2023. Podemos acompanhar que a disputa pelo protagonismo no cenário mundial tem se deslocado para a Ásia e a observar que o Sul Global começa a criar capacidade para ter poder para definir agenda no debate internacional.

Cenários para 2023

No início de 2022, sinalizamos que o ano seria da Ásia.²³⁴ Os cenários apontavam para um 2022 favorável à China, com desdobramentos positivos para os países da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio**. O país de Xi Jinping vinha se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. Além disso, o ano se iniciava com a entrada em vigor da Parceria Econômica Abrangente (RCEP), tendo a China como parceiro chave; com o Paquistão como presidente do G77²³⁵; com China como presidente dos BRICS. E com Indonésia como presidente do G20 - que aliás, encerrou seu mandato com chave de ouro ao organizar a cúpula de líderes de 2022, considerada bem frequentada e unida por um consenso anti guerra.²³⁶ Índia será o próximo presidente do bloco de 20 países.²³⁷

Ao mesmo tempo, as ações dos EUA de contenção à ascensão da China, que tiveram início na era Trump²³⁸, foram ficando cada vez mais hostis. Embora o atual presidente americano tenha um estilo diferente de seu antecessor, Joe Biden segue a mesma tática combativa e o pensamento surgido após a Segunda Guerra Mundial, com normas e ideias moldadas por um grupo relativamente pequeno de países liderados pelos EUA, que sabe o que é melhor para o mundo.

Mas o mundo mudou. Diferente daquela época e dos tempos da guerra fria entre EUA e Rússia, o mundo globalizado evoluiu e as relações comerciais e de cooperação se ampliaram. E viu emergir a China como um ator chave não só para a sua região, mas para grande maioria dos países em desenvolvimento do Sul Global. E um parceiro estratégico para os desafios globais que estão por vir – novas pandemias, mudanças climáticas, insegurança alimentar e novas tecnologias para energia verde.

Em várias ocasiões o governo americano vem dizendo que não precisa haver uma guerra fria entre EUA e China, mas parece mais uma afirmação digna fábula de Esopo, quando a raposa

²³⁴ **Marques, L.** Ásia estará no centro dos cenários positivos em 2022. E China também. In: Buss e Burguer (Org.). *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2022*, p. 137

²³⁵ O Grupo dos 77 é uma coalizão de nações em desenvolvimento, do qual a China faz parte, que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. O G-77 integra os Cadernos CRIS, com análise de **Regina Ungerer**, que acompanha também o Movimento dos Nãos Alinhados.

²³⁶ <https://english.elpais.com/international/2022-11-19/indonesias-joko-widodo-skillfully-hosts-a-tricky-g20-summit.html>

²³⁷ <https://www.g20.org/indonesia-hands-b20-presidency-to-india-as-summit-ends/>

²³⁸ Presidente dos EUA entre 2017 e 2021.

afirma que “as uvas estão verdes”²³⁹. Considerando que a dinâmica clássica da guerra fria de potências é influenciar políticas domésticas em países menores usando seu poder econômico ou militar, EUA não tem obtido êxito em sua campanha de angariar aliados contra a China. Os países, principalmente do Sul Global, não vêem a China como um grande inimigo, ao mesmo tempo que já não vêem a América como o grande provedor da paz.

Enquanto os EUA tentam conquistar a confiança das nações asiáticas, colocando na mesa de negociações os temas que interessam aos países da região, a China fortalece cada vez mais sua parceria estratégica com os países da Ásia Central e Ocidental, do Indo-Pacífico e da África. No Oriente Médio, a saída dos EUA do acordo nuclear do Irã, pelo ex-presidente, Donald Trump, a retirada catastrófica da América do Afeganistão e o “fechar de olhos” às ações de Israel na Palestina deixaram os líderes regionais cautelosos.²⁴⁰ Apesar dos esforços de Biden, a América não é mais o poder tutelar do Oriente Médio como já foi, como [escreveu](#) Herve de Charrette.²⁴¹ Para alguns, a China é cada vez mais vista como um parceiro confiável; já os EUA estão longe de conquistar a confiança das nações orientais como planeja. Terá que oferecer mais. E não é segurança. O belicismo americano não faz bem para ninguém.²⁴²

As regiões viveram, nos últimos três anos, os desdobramentos das fragilidades reveladas, das tensões exacerbadas e do reposicionamento de aliados estratégicos, em decorrência da pandemia e agora em decorrência da “disputa” Oriente *versus* Ocidente e da guerra russo-ucraniana. A política americana do governo Biden de enfrentamento à China não contribui para uma mudança de cenário e quase que reforça essa divisão entre Ocidente e Oriente. A China é importante parceiro dos países da AP, OM e Ásia Central. Os EUA ainda estão no passado colonial; demonstram seu poder aplicando sanções e implantando bases militares. China atua fazendo acordos e atraindo parceiros com interesses comuns; vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem.

Ao longo do ano, países da Ásia Sul e Sudeste aprofundaram relações com países do Oriente Médio e da Ásia Central.²⁴³ E o mapa se amplia quando olhamos as parcerias estabelecidas entre os países do Golfo e da Ásia com os países do continente africano. Saúde e vigilância, governança em saúde, infraestrutura em saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde, educação e capacitação, energia, novas redes de transportes de suprimentos e tecnologias verdes estiveram no centro dos acordos. E, à medida em que as relações foram se aprofundando e consolidando, os países dessas regiões deram mais um passo para tornarem-se fortes frente aos desafios globais: o intercâmbio cultural, turismo e capacitação passaram a fazer

²³⁹ A Raposa e as Uvas é uma fábula atribuída a Esopo e que foi reescrita por Jean de La Fontaine. é a história de uma raposa que tenta, sem sucesso, comer um cacho de uvas convidativas penduradas em um galho alto. Não conseguindo, afasta-se, dizendo que as uvas estariam verdes. A moral afirmada no final da fábula é: É fácil desprezar aquilo que não se pode obter.

²⁴⁰ **Marques, L.** Biden tenta recuperar as relações com Oriente Médio. In: Buss e Burguer (Org.). [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2022, p. 152.](#)

²⁴¹ Herve de Charette é ex-ministro das Relações Exteriores e ministro da Habitação da França. Também foi prefeito de Saint-Florent-le-Vieil e vice de Maine-et-Loire.

²⁴² [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2022, p 141.](#)

²⁴³ Em palestra recente nos Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. [\(tempo 1:24:51\)](#), José Luis Fiori²⁴³, Professor de Economia e Política Internacional (UFRJ), apontou o deslocamento do Oriente Médio para a Ásia.

parte dos novos planos de trabalho e de cooperação, como uma oportunidade para alcançar a prosperidade e o crescimento para os países e povos das regiões.

Nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas, as nações do Sul global vêm a cultura como uma ferramenta para fortalecer laços de identidade, de união, parceria e respeito, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Esse novo e estratégico diálogo entre as nações dessas regiões tão diversas, mas com muitas similaridades, pode desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua, e assim, avançar juntos em suas agendas.

Pois, esses países sabem que, embora compartilhem o mesmo planeta, tendemos a ver o ambiente ou o mundo de forma diferente, sob o ponto de vista das nossas percepções, das nossas experiências, da nossa história, portanto, a realidade percebida está sob o ponto de vista do nosso “aquário” – cada um vê o mundo sob sua própria ótica e sua bagagem cultural e histórica²⁴⁴. Vemos de forma diferente à medida que nossas percepções são moldadas por nossos vieses e são influenciados e influenciam ideias; uma rica diversidade que gera avanços mas também faz surgir desencontros, rivalidade e conflitos. Reconhecer a existência do “aquário” evita desencontros. Tal diversidade é reflexo das culturas, da geografia histórica e, mais recentemente, da história ocidentocêntrica surgida no Século XIX, reforçadas pelas ideias estadunidocêntricas e de seus aliados europeus do pós-2ª Guerra²⁴⁵, e que permanecem até hoje na América Latina, na África e em muitas partes da Ásia e Oriente Médio. Como escreve Stuenkel²⁴⁶, o “ocidentocentrismo afeta o modo como vemos o mundo e como interpretamos os acontecimentos políticos contemporâneos.”

Assistimos a um movimento em direção ao oriente, não só econômica e tecnologicamente, mas culturalmente. Vemos o ocidentocentrismo do século XX e a ideia de superioridade ocidental perderem força. O Oriente começa a “se valorizar” - se é que podemos escrever assim – e começa a perceber seu poder²⁴⁷. Para além das discussões e debates políticos e de governança, assistimos a um crescimento de valorização cultural regional e que lembra os movimentos anticoloniais na Índia. Cultura que passa a integrar as pautas das relações inter-regionais como forma de integração, conhecimento, respeito e de promoção da paz. Cultura que ganha o mundo; que viu um filme sul-coreano, *Parasita*, ganhar o Oscar de melhor filme em 2020, depois de ganhar a Palma de Ouro em 2019; que acompanha a presença cada vez maior de produções chinesas, japonesas, coreanas, tailandesas, turcas e iranianas nas plataformas de streaming, confirmando a diversidade da expressão cultural e, recentemente, a escolha de um cantor catari e de um sul-coreano para performar a música oficial da Copa 2022. Cultura e formação que proporciona conversa entre jovens estudantes da África e da Ásia Sudeste com astronautas da Estação Espacial chinesa, em órbita da Terra; que inclui o mandarim no currículo regular das escolas da Indonésia e outros em países asiáticos.

²⁴⁴ Alves, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*” Editora Cortez, 1993, São Paulo.

²⁴⁵ Defensores da democracia e da paz, os EUA estiveram em guerra com um ou outro país mais vezes que qualquer um outro. Informe 10 ou contexto

²⁴⁶ Stuenkel, Oliver. *O mundo pós ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

²⁴⁷ Embora o conceito de poder em assuntos internacionais estejam ligados a medições como PIB, demográficas e militares ([Baldwin](#)), o poder do Oriente está avançando para além da propriedade, do ter, avança para a relação, isto é ligado à sua capacidade de construir alianças e valorizar o multilateralismo. E confiança e respeito é importante.

Esse movimento de “autorreconhecimento” tem sido demonstrado nas falas recentes de líderes e nas declarações conjuntas. Como na reunião dos Ministros de Negócios do G20, quando a ministra da Indonésia falou que a ASEAN tem o jeito “aseano” de encontrar soluções para suas questões regionais. Ou no Diálogo de Shangri-la, quando os países do Indo Pacífico, mandaram seu recado para a América: o Sudeste Asiático tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional. A Indonésia, presidente do G20/2022, destacou que a China é um país milenar e sempre seguiu seu caminho. A cúpula de Shangri-la mostrou o grande embate entre os valores ocidentais e a cultura oriental. Ou na [declaração política](#) emitida por representantes vários países, durante a UNGA77, na qual saúdam a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) apresentada pela China, que defende uma parceria aberta e inclusiva e visa acelerar a implementação da Agenda 2030:

“expressamos rejeição categórica às práticas coloniais e neocoloniais nas relações internacionais, que incluem, entre outras, tentativas de exercer dominação racial, cultural, econômica, social e política, inclusive por meio de exploração e discriminação, ocupação estrangeira e políticas de apartheid, interferência externa, bem como por meio de outras práticas destinadas a promover concepções supremacistas perversas e alcançar a subjugação dos outros.”

Considerando que Pequim é a segunda economia do mundo e principal parceira comercial de muitos países ao redor do globo, o sentimento anti-China fica limitado e explica a resistência dos países da Ásia e do OM em tomar partido contra o gigante asiático. E, mais do que entender de budismo, o Ocidente precisa entender o pensamento chinês construído ao longo de mais de 5 mil anos de história. Ao avaliar a melhor forma de trabalhar com a China, os países seriam mais bem servidos por analogias históricas da Ásia do que aquelas tiradas das tradições europeias.²⁴⁸ Isto é, sobre China não devemos ler apenas Henry Kissinger.²⁴⁹

Como vemos, o Sul Global se esforça em criar e estabelecer conexões para o diálogo, uma vez que ficou claro que pandemias, mudanças climáticas ou guerras afetam a todos e que é preciso ações conjuntas e de cooperação para superação dos desafios. Ao longo de 2022, muitas reuniões, cúpulas e workshops contribuíram para fortalecer as relações entre as nações dessas regiões, estabelecendo novas parcerias e novos arranjos, se antecipando às mudanças da ordem mundial. E foram muitas encontros sobre saúde, resiliência e preparação e prevenção de novas pandemias, que levaram em conta as urgências, demandas e especificidades regionais. E diante da tentativa de imposição de um modelo de democracia liberal de maneira uniforme, pelos EUA e seus aliados, sem levar em conta as particularidades existentes em cada região, os países da **Ásia, Oriente Médio e África** se aproximam, construindo novas parcerias. O interesse de diferentes países em aderir aos BRICS, bloco formado por Rússia, China, Índia, África do Sul e Brasil, demonstra que o grupo tem sido visto como uma alternativa ao domínio das economias ocidentais, como uma força para enfrentar os desafios globais. Os BRICS vêm contestando a ordem econômica hegemônica dos EUA e Europa.²⁵⁰

²⁴⁸ Em um artigo de opinião, o colunista financeiro australiano, Daryl Guppy, fala [Porque a equipe de política chinesa de Joe Biden deve olhar para a dinastia Tang, não para a história europeia](#). Para ele, o presidente americano corre o risco de repetir os erros de seu antecessor, Donald Trump, porque o mal-entendido sobre a situação da China continua semelhante.

²⁴⁹ Kissinger, Henry. Sobre China. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

²⁵⁰ Saiba mais sobre a expansão dos BRICS no informe elaborado por Claudia Hoirisch, nos [Cadernos CRIS- Informe 13-2022, p. 96](#) e [Informe 8, p. 121](#).

Algumas organizações regionais ampliaram seus escopos de atuação para dar conta da visão estratégica de parceria e das novas urgências em saúde, climáticas e econômicas. A Conferência sobre Medidas de Interação e Construção da Confiança na Ásia (CICA) decidiu em sua recente cúpula no Cazaquistão se transformar em uma organização completa de cooperação econômica e de segurança na Ásia.²⁵¹ Seus 27 Estados-membros representam dois terços do PIB global. China e Rússia direcionaram sua evolução para incluir países do Sudeste Asiático e do Oriente Médio.

A Organização para Cooperação de Xangai recentemente se confirmou como órgão intergovernamental integrado, ampliando a cooperação para além da segurança, fortalecendo a política e a conectividade econômica, buscando novos caminhos e pontos para o desenvolvimento. Não podemos deixar de destacar, a recente parceria estratégica estabelecida entre Índia e Arábia Saudita. O país de Narendra Modi tem se aproximado cada vez mais das nações do Oriente Médio e da Ásia Central, em questões políticas, segurança, relações socioculturais e outros assuntos regionais e internacionais de interesse mútuo, incluindo cultura.

Outro exemplo foi a participação da Arábia Saudita na cúpula da APEC, a convite do governo anfitrião, a Tailândia,²⁵² que quer ser a porta de entrada do país saudita para os mercados asiáticos. Reciprocamente, essa é uma porta de entrada para a Tailândia reentrar nos mercados do Oriente Médio. Os dois países restauraram as relações diplomáticas e assinaram vários acordos e memorandos de entendimento envolvendo hidrogênio verde, transição energética, economia digital, turismo, intercâmbio e interação cultural, cujo potencial envolve trocas culinárias. A Arábia Saudita também assinou acordos com as Filipinas para turismo e inclui capacitação para a língua árabe.²⁵³

Mas um exemplo que, [segundo](#) o articulista Andrea Rizzi²⁵⁴, do El País, “pode ser um excelente prisma para divisar o futuro do mundo, que inclui o centro de gravidade se deslocando em alta velocidade para o sudeste asiático”, foi a Cúpula do G20 realizada no início deste mês de novembro, em Bali, na Indonésia. A cúpula aconteceu em um momento de profundas divisões políticas, configurando uma geopolítica caracterizada por um forte confronto de poderes, mas a liderança do presidente da Indonésia, Joko Widodo, foi crucial para o sucesso do encontro e também ajudou a projetar seu país para o mundo.²⁵⁵ A cúpula promoveu assuntos de interesse do Sul Global. E como destacou Rizzi, revelou o ativismo diplomático da Índia e uma lista de líderes interessados em estabelecer acordos bilaterais com o país de Xi Jinping. Lembrando que o G20 representa 80% do PIB e 60% da população mundial, que três dos quatro países mais

²⁵¹ Nem seu discurso na 6ª Cimeira da CICA, o presidente Erdogan, da Turquia, declarou que o mundo está a atravessar um período em que os equilíbrios estão a mudar e estão sendo postos em prova, e sublinhou que ameaças como a islamofobia e a xenofobia foram acrescentadas a isto. "Uma estrutura que se preocupa apenas com a felicidade da esmagadora maioria da população mundial, e que ignora um punhado de minorias, tem que ser moldada com um novo entendimento mais justo e equitativo".

<https://www.trt.net.tr/portuguese/turkiye-2/2022/10/13/iniciou-a-6a-cimeira-da-cica-em-astana-1892357>

²⁵² <https://www.arabnews.com/node/2202251/saudi-arabia>

²⁵³ <https://www.arabnews.com/node/2210826/world>

²⁵⁴ Correspondente de assuntos globais do EL PAÍS e autor de uma coluna dedicada a questões europeias publicada aos sábados. Anteriormente, foi editor-chefe do Internacional e vice-diretor de Opinião do jornal.

²⁵⁵ <https://english.elpais.com/internacional/2022-11-19/indonesias-joko-widodo-skillfully-hosts-a-tricky-g20-summit.html>

populosos do mundo estão na Ásia: Índia, China; que três das cinco maiores economias do planeta são da região: China, Japão e Índia; que também lá estão dois dos principais desafios de segurança: Taiwan e Coreia do Norte. E como destacou o articulista, em termos de manufatura, a competição que esta região implica será implacável. A China é a fábrica do mundo; Japão, Coreia do Sul e Taiwan, grandes produtores de alto padrão. Embora em termos tecnológicos os EUA ainda mantenham uma liderança global, a China avança em ritmo acelerado em áreas-chave como inteligência artificial; Coreia e Japão, são protagonistas; e Índia pode estar em um futuro não muito distante. Como podemos ver - e já escrevemos algumas vezes -, é na Ásia que o futuro tecnológico está.

Nestes tempos de novas geopolíticas, frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia e Oriente Médio estabelecem parcerias, diálogos e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado. China, Arábia Saudita, Índia, Indonésia, Tailândia, Turquia e os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. E os países do continente africano não querem ficar de fora desse movimento e se aproximam de seus vizinhos do oriente. Atuando em bloco, as nações do Sul global podem se posicionar mais firmemente nos fóruns internacionais, para conquistar espaços e ver suas vozes ouvidas.²⁵⁶

Assim vai se confirmando a mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico para a Ásia e mudando a ordem mundial estabelecida pelos EUA após 1945. Uma nova geopolítica começa a ser rascunhada. Assim, as nações do Sul Global avançam para buscar consolidar um poder, não militar ou econômico/sanções, mas como um bloco de muitas vozes, tendo o multilateralismo como protagonista. E para, num futuro próximo, ser capaz de definir agenda no debate internacional e avançar em suas pautas de saúde e ambiente, de bem-estar e equidade, de proteção social e desenvolvimento sustentável. Como aprendemos com a pandemia, os determinantes sociais da saúde foram ampliados para determinantes econômicos, ambientais, políticos, climáticos, tecnológicos, comerciais e culturais e de paz e segurança.

Não será um caminho fácil. Nem rápido. Nem linear. Haverá incertezas e divergências. No Oriente Médio, o Irã e sua arqui-inimiga, a Arábia Saudita, se encaram através do Golfo Pérsico; no Mediterrâneo, Grécia e Turquia travam uma disputa cujas raízes remontam à

²⁵⁶ Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil, a partir de 2023 o país deve voltar a se aproximar dessas regiões e tem tudo para puxar a América Latina e Caribe. E o Sul Global ganhará força.

antiguidade, mas pode explodir em violência a qualquer momento.²⁵⁷ Outros interesses poderão fazer parte do jogo, como as disputas cibernéticas²⁵⁸ e a nova corrida espacial²⁵⁹.

Vivemos o estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo. Nesse cenário instável, os movimentos americanos nas duas regiões provocam ondas perigosas.

Mas já foi dada a largada e não tem mais volta. E o papel do Brasil, enquanto G20 e BRICS, será crucial no estabelecimento mais equitativo e sustentável desse novo mundo multipolar e no estabelecimento de pautas cruciais para o mundo em desenvolvimento. Como aponta o GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (Fiocruz/USP) em [nota técnica](#), o Brasil deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências.

²⁵⁷ [A Nova Política Regional da Turquia](#). Dividida entre Europa e Ásia, o país é membro da OTAN e aguarda há anos sua entrada na União Europeia. O movimento de Ancara em prosseguir uma política de desescalada e reposição em direção aos seus antigos antagonistas, nomeadamente os Estados árabes-do Golfo e Israel. Por outro lado, a dinâmica da escalada está claramente em exibição na política da Turquia em relação ao Iraque, Síria e geopolítica curda regional. Além disso, mais confrontos parecem estar surgindo no horizonte nas relações da Turquia com o Irã e a Grécia. Quais são os potenciais pontos críticos para a Turquia na nova era? Quais são as implicações dessa nova política no Iraque e na Síria, bem como para a geopolítica curda regional?

²⁵⁸ A guerra na Ucrânia mostrou que surgimento de alianças cibernéticas e ameaças cibernéticas emergentes obrigará os governos a repensar seu comportamento no cenário global. Ataques cibernéticos a alvos não ameaçadores aponta para um novo *status quo* emergente no mundo cibernético.

²⁵⁹ Como aponta Tim Marshal em seu novo livro “O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas”. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 315. Em tempos de busca de novos recursos para novas tecnologias, o espaço é uma área emergente que não está regida por muito acordos e leis internacionais.

Simplicidade demais, às vezes ingenuidade

André Costa Lobato

Diplomático

- Miguel Díaz-Canel Bermúdez, presidente de Cuba, fez visita oficial à China a convite do presidente chinês Xi Jinping. Foram firmados 12 instrumentos jurídicos, incluindo novos financiamentos. Dívidas de Cuba com a China foram discutidas. O presidente cubano disse que a China representa um encorajamento para as forças progressistas de todo o mundo²⁶⁰²⁶¹²⁶².

- Pesquisa da Universidade de Cambridge concluiu que pela primeira vez a China é vista positivamente por mais pessoas do mundo em desenvolvimento do que os Estados Unidos. A diferença é simbólica, de apenas um ponto (62% e 61%)²⁶³. A pesquisa também indica que Rússia e China são vistas positivamente pela grande maioria da população do planeta, apesar de visões negativas terem crescido significativamente em alguns países ricos.

Sanitário

- Aumento expressivo de casos de Covid-19 nas últimas semanas foi acompanhado da publicação, no dia 11, de uma circular com “20 medidas de otimização” que visam inibir exageros e manter o controle sanitário baseado em métodos científicos. Trata-se do maior número de casos positivos e de contatos próximos desde o início da pandemia. Cidades como Pequim, Guangzhou e Chongqing registraram casos recordes. Apesar da elevação dos casos, os governos central e de várias localidades tem buscado inibir práticas consideradas desnecessárias, como cercar prédios, fechar saídas de emergência, fazer múltiplos testes no mesmo dia, separar crianças de familiares etc. As medidas de otimização lançadas pelo governo devem ainda ser interpretadas pelas localidades, que possuem grande liberdade na aplicação das políticas públicas na China.

As “20 medidas de otimização”²⁶⁴ foram anunciadas em 11 de novembro e discutidas pelo Político do Comitê Central em reunião presidida por Xi Jinping²⁶⁵²⁶⁶. Elas visam limitar os excessos e atualizar o controle sanitário às condições atuais. As medidas tratam de mudanças já ocorridas em julho, quando a nona versão da estratégia de combate ao Covid foi publicada. Em coletiva de imprensa do Mecanismo Conjunto de Prevenção e Controle do Conselho de Estado, foi dito que as novas medidas de otimização são baseadas na experiência adquirida no enfrentamento da pandemia. Alguns pontos da circular:

- As novas variantes possuem um período de incubação menor, permitindo que a quarentena seja reduzida. Dos 14 dias de quarentena centralizada com mais 7 dias de domiciliar, agora são 5 dias de centralizada e 3 dias em casa. A redução poupa 30% dos recursos de

²⁶⁰ http://www.cidca.gov.cn/2022-11/28/c_1211705075.htm

²⁶¹ <https://www.granma.cu/pensar-en-qr/2022-11-26/ministro-de-economia-de-cuba-los-resultados-de-la-visita-a-china-son-muy-positivos-26-11-2022-11-11-23>

²⁶² <https://www.granma.cu/pensar-en-qr/2022-11-26/ministro-de-economia-de-cuba-los-resultados-de-la-visita-a-china-son-muy-positivos-26-11-2022-11-11-23>

²⁶³ <https://www.tbsnews.net/world/china-beats-us-battle-influence-over-developing-countriestcambridge-poll-522994>

²⁶⁴ <https://www.163.com/dy/article/HMPFSH6105457000.html>

²⁶⁵ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-11/14/content_78516968.htm

²⁶⁶ http://english.scio.gov.cn/topnews/2022-11/11/content_78513347.htm

quarentena centralizada. Como 99.7% dos contatos próximos eram identificados como positivos em até 7 dias, a política foi alterada. Quarentenas em casa também foram ampliadas.

○A política de isolamento de quem teve contatos com pessoas infectadas também foi alterada. Segundo a coletiva, notou-se que o a detecção de casos positivos em ‘contatos secundários’ era baixa e, por isso, foi abolida.

○A categoria de área de médio risco foi removida, pois foi considerado que o risco desta área, ou a quantidade de casos positivos detectados, era baixo e poderia ser tolerado.

○Outra mudança foi em relação a impedir a sobreposição de camadas sanitárias. Por exemplo, quem sai de uma quarentena de determinado lugar não deve ser colocado novamente em quarentena em outro sem que tenha tido exposição que justifique novo isolamento. Isso facilita também o transporte de mercadorias, pois ocorria que diferentes jurisdições iam aplicando suas próprias regras sanitárias com novas exigências em vistas de reduzir riscos de responsabilização por eventuais surtos.

○Foi também esclarecido que hospitais e clínicas não podem negar atendimento médico, de diagnóstico ou tratamento, sob a prerrogativa da pandemia. Entre os casos relevantes estão pessoas grávidas, que fazem hemodíalises, quimioterapia, idosos etc. Para esses casos, códigos de saúde específicos podem ser desenvolvidos, de forma a garantir que recebam o tratamento e possam retornar a suas casas, sem serem tratados como pessoas com risco de transmissão de Covid. Isso é válido também para os centros de quarentena, que devem ser capazes de oferecer os serviços de saúde necessários para as pessoas em observação.

○As medidas também falam em acelerar o desenvolvimento de vacinas univalentes e multivalentes com amplo espectro de proteção e fortalecer o uso e a armazenagem de remédios e equipamentos médicos.

○Com a circular, algumas mudanças começaram a ser divulgadas, com mudanças de práticas em cidades e distritos de cidades. Em Chongqing, por exemplo, quem mora em comunidades sem casos nos últimos cinco dias estão dispensados do teste. Guangzhou classificou todas suas áreas como de baixo risco.

• O Mecanismo Conjunto de Controle e Prevenção de Epidemias também lançou um plano de trabalho²⁶⁷ para a vacinação de idosos. A vacinação de idosos é vista como crucial para aliviar a pressão sobre o controle epidêmico na China, pois representam o maior grupo de vulneráveis à Covid-19. O plano prevê o reforço da vacinação entre maiores de 80 anos e a aceleração da vacinação para os maiores de 60 anos. O plano pede uso de ferramentas modernas como ‘big data’ para identificar as condições dessa população, inclusive de quem não pode tomar a vacina por questões de saúde. Apesar de mais de 85% dos maiores de 60 anos terem tomado as duas doses, menos de 70% tomaram a terceira. O plano prevê uma variada combinação de vacinas. A dose de reforço deve ocorrer após três meses. Abaixo a lista de combinações traduzida pelo computador:

▪ 2 doses de vacina inativada + 1 dose de vacina inativada (cinco vacinas inativadas aprovadas para listagem ou uso de emergência, incluindo Medicina Chinesa Zhongsheng Beijing Company, Wuhan Company, Beijing Kexing Zhongwei, Shenzhen Kangtai e o Instituto de Biomedicina da Academia de Ciências Médicas, podem ser usadas em combinação);

▪ 2 doses de vacina inativada + 1 dose de vacina recombinante de injeção muscular Cancino COVID-19 (portadora de adenovírus tipo 5);

▪ 2 doses de vacina inativada + 1 dose de vacina recombinante COVID-19 para inalação (portadora de adenovírus tipo 5)

²⁶⁷ <http://www.nhc.gov.cn/xcs/gzccwj/202211/9bb71c9c7d664fb0bbcd2b3eaaefcf84.shtml>

▪ 2 doses de vacina inativada + 1 dose de vacina de proteína recombinante (vacina Zhifeilong recombinante opcional contra a COVID-19 (células CHO), vacina de proteína de fusão recombinante da COVID-19 (células CHO) de Zhuhai Lizhu);

▪ 1 dose de vacina contra a vacina COVID-19 recombinante de injeção muscular Cancino (vetor de adenovírus tipo 5) + 1 dose de vacina COVID-19 recombinante de injeção muscular Cancino (portadora de adenovírus tipo 5)

▪ 1 dose de vacina recombinante de injeção muscular do músculo Cancino COVID-19 (vetor de adenovírus tipo 5) + 1 dose de vacina recombinante de inalação de Cancino COVID-19 (vetor de adenovírus tipo 5)

• Protestos foram registrados em algumas cidades do país²⁶⁸²⁶⁹²⁷⁰. Um incêndio em Urumqi deixou 10 mortos e muitos associaram as fatalidades às restrições sanitárias extensas pelas quais passa a cidade, capital de Xinjiang. Saídas de emergência do prédio estariam fechadas. Segundo as autoridades locais as mortes ocorreram após receberem socorro médico e o principal fator de dificuldade ao resgate foram as ruas estreitas e carros estacionados ao redor do prédio²⁷¹²⁷². Há também registro de reação a medidas de autoridades locais vistas como irregulares. Por exemplo, o fechamento de áreas sem que uma notificação de alto risco tenha sido emitida. Em alguns casos, a polícia foi chamada para impedir a ação dos agentes sanitários sem a devida autorização.

• Há, entretanto, uma leitura equivocada da insatisfação popular em boa parte da mídia ocidental, que omite as “20 medidas de otimização”. De fato, as “20 medidas de otimização” são utilizadas como instrumento de argumentação contra as medidas vistas como abusivas. Além das “20 medidas”, as “nove proibições”²⁷³, lançadas em junho, também são mencionadas como forma de conter os ditames dos grupos que fazem a linha de frente do controle sanitário. Isso ocorreu, por exemplo, durante a minha quarentena entre 23 de novembro e 1 de dezembro em Pequim. O hotel disse que teríamos que ficar um dia a mais do que o esperado. Citações das 20 medidas e 9 proibições começaram a pipocar no grupo de Wechat e um abaixo-assinado foi feito. A reação deu certo e saímos no dia planejado. Isso não quer dizer, evidentemente, que os chineses gostem de ficar quarentenados e que não haja expectativa, e, portanto, tensão social, em relação a uma possível reabertura.

1. Como resumiu a vice-permiera Sun Chunlan, principal responsável pelas políticas de enfrentamento sanitário, trata-se de um novo momento da pandemia. "Com o enfraquecimento da patogenicidade do vírus Omicron, a popularização da vacinação e o acúmulo de experiência em prevenção e controle, a prevenção e o controle epidêmicos da China estão em uma nova situação e com novas tarefas".

Socioeconômico

• Morreu Jiang Zemin, aos 96 anos, de leucemia e falência múltipla dos órgãos. Ele presidiu a China num período difícil para partidos comunistas de todo o mundo, dada a queda da União Soviética e a noção dominante de “Fim da História”. Durante seu período, a China

²⁶⁸<https://www.reuters.com/world/china/china-covid-cases-hit-fresh-record-high-after-weekend-protests-2022-11-28/>

²⁶⁹ <https://www.ft.com/content/2265af24-b5f3-46e4-aa83-a8699cab99e4>

²⁷⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/china-ve-atos-encorporem-mas-e-errado-pensar-que-protestos-sao-incomuns.shtml>

²⁷¹ <https://english.news.cn/20221125/0260a3d4af2b4731858f08e964008f39/c.html>

²⁷² <https://english.news.cn/20221126/d47a014570aa453594045b582f3c775a/c.html>

²⁷³https://zwfw.gansu.gov.cn/pingliang/ztfw/yqfkzt/ywtdt/art/2022/art_76dd8cbb3cb545b282905e736fabc3ee.html

ascendeu à OMS, Hong Kong e Macau retornaram à China, bancos públicos foram reformados, os capitalistas chineses foram aceitos no Partido e o país passou por um período de acelerado enriquecimento²⁷⁴. Muitos sites na China ficaram em preto e branco para marcar o luto nacional de sua morte. Bem-humorado, dançava, tocava instrumentos, cantava e falava em inglês durante visitas no exterior. Ele é o principal nome da Teoria das Três Representações: o Partido representa o desenvolvimento das forças produtivas, a avançada cultura chinesa e a grande maioria das pessoas chinesas. Durante o período de retorno de Hong Kong, Jiang se irritou com os questionamentos de uma jornalista. Ela perguntava se ele apoiava o novo chefe do executivo, e o contexto era de que seu apoio representaria, aos olhos da imprensa 'liberal', uma perda de autonomia de Hong Kong. Ele se levantou, pediu que os jornalistas estudassem mais e disse que eram "simples demais, às vezes ingênuos". Como escreveu David Shambaugh, em seu livro de 2021 "China's Leaders: From Mao to Now": "As impressões estrangeiras iniciais de Jiang eram de que ele era um burocrata-apparatchik clássico e sem graça, sem inteligência e personalidade... À medida que o tempo passava e Jiang emergia no cenário mundial, tornou-se rapidamente evidente que ele era o oposto dessas descrições"²⁷⁵.

- Tsai Ing-wen renunciou do posto de presidente de Taiwan após seu Partido Democrático Progressista ter o pior resultado eleitoral em décadas, mantendo controle de cinco dos 22 municípios da ilha após as eleições do último sábado²⁷⁶²⁷⁷²⁷⁸. Dois municípios ficaram com independentes e 13 com o Kuomintang, o partido que perdeu a guerra civil e se refugiou na ilha chinesa. O então líder do partido, Chiang Kai-shek, foi um importante aliado dos países ocidentais e governou a ilha como um ditador por décadas. Mas nunca reivindicou a independência e considerava Taipei a capital de toda a China. Seu bisneto, Chiang Kai-na será o próximo prefeito de Taipei. O resultado foi interpretado como uma rejeição à crescente animosidade de Tsai e seu partido à China continental, principalmente porque a ex-presidente posicionou a campanha eleitoral nesses termos.

- Shanghai voltou a realizar uma maratona após dois anos²⁷⁹. Foram 18 mil corredores no último domingo, o dobro da última, em 2020. Mas ainda distante do número de 2019, quando 38 mil competiram. Essencialmente composta por amadores e poucos corredores profissionais, a prova foi vencida por um homem e uma mulher da província de Yunnan. Medidas sanitárias incluíam testes de PCR para covid 24 horas antes do início da corrida.



²⁷⁴ <https://www.ft.com/content/0bdd3235-16d0-44d1-9ed5-4d37abfc5d73>

²⁷⁵ <https://www.ft.com/content/a7d4bb43-7121-401f-bce1-b159bcb3e465>

²⁷⁶ <https://www.ft.com/content/a6c20e0c-7f07-45e2-b8ff-f32cdf74c1e7>

²⁷⁷ <https://www.globaltimes.cn/page/202211/1280569.shtml?id=12>

²⁷⁸ https://en.wikipedia.org/wiki/2022_Taiwanese_local_elections

²⁷⁹ <https://www.globaltimes.cn/page/202211/1280561.shtml>

ESTADOS UNIDOS

Guto Galvão

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Carol Aldapi Vaquera - formada em ciências políticas pela UCB- Universidad Católica Boliviana. Mestre em ciências políticas e relações internacionais pela UFPB.

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Angélica Baptista Silva - Pesquisadora do departamento de Direitos Humanos da ENSP/FIOCRUZ e coordenadora do Laboratório Saúde Coletiva, Atenção Primária e Humanidades da Plataforma Internacional para Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde - PICTIS

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Carlos Machado de Freitas - Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Zeballos - médica, mestre em medicina e saúde, doutoranda no instituto de saúde coletiva da UFBA

Eduardo Nilson, Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gabriel Brito – jornalista e editor do Correio da Cidadania

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde

Guilherme Franco Netto – Médico, Doutor em Saúde Pública, Especialista de CT&I em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Fiocruz

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luís Fiori - Professor emérito da UFRJ, coordenador do GP do CNPQ, “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”, e do Laboratório de “Ética e Poder Global”, do NUBEIA/ UFRJ; pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP); colaborador da revista Cadernos Cris Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Léo Heller - Pesquisador do Instituto René Rachou, Fiocruz; Ex-relator das Nações Unidas para os Direitos Humanos à água e ao saneamento

Lívia Almeida de Menezes - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Cláudio Meirelles - Engenheiro Agrônomo, Mestre em Engenharia de Produção, Coordenador Geral do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Christina Silva Carneiro Nobre - advogada, assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental do Estado da Bahia - DIVISA / Jurídico/Núcleo de Instrução Processual da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Marcos Augusto Bastos Dias - Obstetra, Doutor em Ciências, Pesquisador e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança do IFF/FIOCRUZ

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Montserrat Vargas Solorzano - constaricense, abogada, diplomática y especialista en bioética y cooperación internacional

Paolo Ballardelli - Investigador de Salud Global da PAHO/WHO/UN

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Renan Amaral Oliveira - mestrando em Relações Internacionais pela UFBA e bacharel em Ciências e Humanidades, e em Relações Internacionais pela UFABC

Renê Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Baixada Santista, e Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Rosa Castália F. Ribeiro Soares - médica sanitária, doutoranda em saúde global (USP), com pesquisa sobre doenças negligenciadas.

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Sofia Farante - Investigadora do Programa Subregional OPS/OMS para Sudamérica

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tom Meirelles - Pediatra; especialista em Gestão Hospitalar pela ENSP/FIOCRUZ; Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vinicius Roland - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio.

Vitor Santos Rodrigues - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já **são 58 Informes** quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram **realizados 18 seminários** avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: XX/2022

Período de XX XX de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, XXXX de 2022.

XX pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.